
JORNALISMO E CONTEMPORANEIDADE

um olhar crítico

CLÁUDIO COELHO | DIMAS A. KÜNSCH | JOSÉ EUGENIO DE O. MENEZES

Organizadores



*Jornalismo e
contemporaneidade
Um olhar crítico*

Série:
Comunicação na
Contemporaneidade

Cláudio Coelho
Dimas A. Künsch
José Eugenio de O. Menezes
Organizadores

Jornalismo e contemporaneidade

Um olhar crítico

2015
São Paulo



PLÉIADE



Este trabalho foi licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0 Internacional. Você pode copiar, distribuir, transmitir ou remixar este livro, ou parte dele, desde que cite a fonte e distribua seu remix sob esta mesma licença.

Ricardo Baptista Madeira
Editor Responsável

Milena Y. Madeira
Capista e Diagramadora

Beatriz Santoro
Dimas A. Künsch
Larissa Rosa
Edição e revisão de texto

Dados Catalográficos

J82 Jornalismo e contemporaneidade: um olhar crítico /
Cláudio Coelho, Dimas A. Künsch, José Eugenio de O.
Menezes (Organizadores). - São Paulo: Plêiade, 2015.
266p.

ISBN: 978-85-7651-279-0

1. Jornalismo I. Coelho, Cláudio Noaves Pinto II. Künsch,
Dimas A. III. Menezes, José Eugenio de O.

CDU 070

Bibliotecária responsável: Elenice Yamaguishi Madeira – CRB 8/5033

Editora Plêiade

Rua Apacê, 45 - Jabaquara - CEP: 04347-110 - São Paulo/SP
info@editorapleiade.com.br - www.editorapleiade.com.br

Fones: (11) 2579-9863 – 2579-9865 – 5011-9869

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Apresentação	7
Cláudio Coelho, Dimas A. Künsch e José Eugenio de O. Menezes	
Prefácio.....	13
A formação do jornalista: olhar crítico e contemporaneidade Carlos Costa	
Por um jornalismo que mereça o Nobel	35
Carlos Eduardo Sandano Santos	
A palavra que cura, a narrativa e o jornalismo interpretativo	51
Cilene Victor da Silva e Dimas A. Künsch	
Jornalismo e política na contemporaneidade: teoria crítica e poder espetacular integrado	75
Cláudio Novaes Pinto Coelho	
Papel, paredes, telas e redes: comunicação, jornalismo e educação.....	93
Dulcília Schroeder Buitoni	
Mudanças na crítica gastronômica paulistana: o jornalista, o blogueiro e o usuário das redes digitais de ranqueamento.....	107
Eduardo Scott Franco de Camargo e Marcelo Santos	

O jornalismo nas manifestações de junho de 2013 e a sociedade do espetáculo	133
Eliana Natividade Carlos	
Jornalismo como forma de conhecimento: um ensaio ...	155
Giovanni Pampolha Guerreiro	
Dinâmicas que atravessam o jornalismo na contemporaneidade.....	169
José Eugenio Menezes	
A mediação social do jornalista na cobertura radiofônica do trânsito.....	185
Mara Ferreira Rovida	
Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes.....	201
Márcia Franz Amaral	
Critérios de noticiabilidade na “Voz do Brasil”	223
Renato Delmanto	
Fait divers e folhetim: a tênue fronteira entre literatura e jornalismo	243
Vera Helena Saad Rossi	
Autores	261

APRESENTAÇÃO

Na atualização do perfil profissional do jornalista há quem considere que, com o amplo uso de *smartphones* por um crescente número de cidadãos, não precisamos mais de jornalistas: potencialmente, qualquer pessoa pode compartilhar informações sobre o que lhe interessa. Outros acreditam que, quanto mais aumenta o volume de informações, mais precisamos de jornalistas culturalmente preparados para, com critérios profissionais como apuração e isenção, entre outros, interpretar e dar sentido ao cipoal de rumores e fatos plantados por qualquer pessoa, corporação ou instituição social.

Na esteira desta distinção observada pelo sociólogo Dominique Wolton em entrevista publicada na revista *Communicare* em 2013, os autores e autoras dos textos de *Jornalismo e contemporaneidade: um olhar crítico* apostam na segunda possibilidade: a urgente necessidade da formação de profissionais para, independentemente das plataformas tecnológicas que nascem e se tornam obsoletas em anos ou até meses, assumirem o papel social de jornalistas na contemporaneidade.

Não se trata de um desafio muito simples. Afinal, nos cursos de jornalismo convivem jovens com grande vontade de mudar o mundo e docentes com rico repertório tanto de formação humanística como de experiência pro-

fissional. Professores que aprendem com os jovens e jovens que aprendem com os professores. Cidadãos que assumem posturas diante do mundo, pessoas que dialogam a partir da diversidade de pontos de vista, gente de carne e osso ciente de que, como afirmou o educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997), ninguém educa ninguém e ninguém educa a si mesmo; os homens e mulheres se educam entre si, mediatizados pelo envolvimento com a realidade, os problemas e os desafios contemporâneos.

Pensar o jornalismo é uma atividade permanente da Faculdade Cásper Líbero, instituição pioneira no ensino da profissão há quase setenta anos. A presente obra é um dos resultados dessa atividade. A preocupação com a formação do jornalista no contexto contemporâneo ocupa um lugar de destaque, desde o primeiro texto – cujo autor, Carlos Costa, é atualmente o diretor da Faculdade. Em “A formação do jornalista: olhar crítico e contemporaneidade”, questiona-se a situação atual de supervalorização da tecnologia em detrimento de se reconhecer que a prática do jornalismo é inseparável de uma capacidade de interpretar o mundo, que depende de uma formação abrangente, da qual o incentivo ao pensamento crítico deve, necessariamente, fazer parte.

O vínculo entre o jornalismo e a existência de uma sociedade democrática presente no texto escrito por Carlos Costa é ressaltado, também, no capítulo redigido por Carlos Sandano Santos, “Por um jornalismo que mereça o Nobel”, que defende a dimensão dialógica do jornalismo. A formação do jornalista deve ser a de um ser humano capaz de desenvolver respeito pelo outro, produzindo uma comunicação polissêmica e, ao mesmo tempo, autoral. Argumenta-se, ainda, que uma comunicação com essas características apresenta dificuldade de ser praticada nas grandes corporações, em virtude dos seus interesses financeiros, e também nas redes sociais digitais, que tendem a excluir a divergência.

A valorização da dimensão interpretativa do jornalismo no mundo contemporâneo – marcado pela produção de uma quantidade incalculável de informação – é o tema central do capítulo de Cilene Victor da Silva e Dimas A. Künsch, “A palavra que cura, a narrativa e o jornalismo interpretativo”. Os autores defendem o argumento de que o jornalismo, desde que a importância da sua dimensão narrativa seja reconhecida, é capaz de ordenar o caos, servindo como um guia em meio aos fatos que se sucedem. Mas o sentido a ser produzido nas narrativas precisa levar em consideração que o social é um campo de conflitos, e que os conteúdos devem ser, portanto, vistos polissemicamente.

A dimensão política do jornalismo praticado pelas grandes corporações é o tema do capítulo “Jornalismo e política na contemporaneidade: teoria crítica e poder espetacular integrado”, escrito por Cláudio Novaes Pinto Coelho. O potencial dialógico do jornalismo, a produção de narrativas polissêmicas estaria ausente das produções noticiosas analisadas pelo texto, que aponta o seu vínculo com a ideologia neoliberal e com a defesa de uma atuação repressiva do aparelho de Estado, em especial do poder judiciário, que colocaria em risco a existência da democracia política na contemporaneidade.

A relação entre a comunicação e a educação, fundamental numa sociedade democrática, é o foco do capítulo escrito por Dulcilia Buitoni, “Papel, paredes, telas e redes: comunicação jornalística e educação”. A possibilidade de valorização de um conhecimento complexo trazida pelas tecnologias comunicacionais não vem sendo aproveitada pela produção jornalística contemporânea quando trabalha o tema da educação. A superficialidade é, na visão da autora, a principal característica dessa comunicação que prioriza o ensino superior sem colocar em debate a qualidade dos cursos.

Uma visão positiva a respeito da capacidade de as redes sociais digitais possibilitarem uma comunicação dialógica é o aspecto central do texto de Eduardo Scott Franco de Camargo e Marcelo Santos, "Mudanças na crítica gastronômica paulistana: o jornalista, o blogueiro e o usuário das redes digitais de ranqueamento". O caráter coletivo do ranqueamento de restaurantes feito nas redes digitais é ressaltado numa comparação com a falta de diálogo da crítica gastronômica produzida pela mídia impressa e por blogueiros especialistas em gastronomia.

A ausência de diálogo com os manifestantes foi a principal característica da cobertura da mídia tradicional das manifestações de 2013, conforme a análise feita por Eliana Natividade Carlos no capítulo "O jornalismo nas manifestações de junho de 2013 e a sociedade do espetáculo". Essa cobertura, por sua vez, teve como principal característica a espetacularização, sobretudo com a valorização do tema da violência.

No texto "Jornalismo como forma de conhecimento: um ensaio", Giovanni Pampolha Guerreiro fala a respeito das demandas que decorrem do entendimento de que o jornalismo é uma forma de conhecimento. Reconhecer a presença inevitável da subjetividade é uma das exigências mais importantes, juntamente com a aceitação de que a ideologia é uma realidade incontornável das práticas jornalísticas.

As dinâmicas dos corpos e dos vínculos afetivos, bem como as dinâmicas simbólicas, tecnológicas, colaborativas no cuidado do planeta e acadêmicas, são comentadas no capítulo "Dinâmicas que atravessam o jornalismo na contemporaneidade", de José Eugenio Menezes.

Por sua vez, Mara Ferreira Rovida, em "A mediação social do jornalista na cobertura radiofônica do trânsito", aborda o objetivo central das emissoras de rádio

jornalísticas que cobrem o trânsito: a prestação de serviços em contexto da progressiva ampliação do diálogo e da solidariedade social.

A partir da cobertura de catástrofes ambientais por três revistas brasileiras no período de janeiro a dezembro de 2011, em “Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística”, Márcia Franz Amaral revela a média de fontes por matéria analisada e mostra como as condições de produção do discurso jornalístico na cobertura de uma tragédia são bastante diferenciadas.

O direito à informação por parte da sociedade é problematizado no texto “Critérios de noticiabilidade na ‘Voz do Brasil’”, de Renato Delmanto. A partir da análise dos critérios de noticiabilidade do programa radiofônico, o autor constata que, apesar da proposta de veicular notícias de interesse dos cidadãos, o conteúdo do programa revela interesses do Poder Executivo. Como exemplo, lembra que as manifestações populares de rua de junho de 2013 foram ignoradas pela *Voz do Brasil* por dozes dias após a primeira grande manifestação.

Finalmente, em “Fait divers e folhetim: a tênue fronteira entre literatura e jornalismo”, Vera Helena Saad Rossi recorda a visão sagaz e cáustica de Honoré de Balzac, no romance *Ilusões Perdidas*, sobre a imprensa parisiense do século XIX, caracterizada como um abismo de iniquidades, mentiras e traições. Também mostra as conexões entre jornalismo e literatura no decorrer da História e enfatiza a importância do estudo dessa inter-relação no jornalismo contemporâneo.

Em uma sociedade que se pretende progressivamente democrática, do ambiente universitário espera-se não só o aprendizado de técnicas e ferramentas de comunicação, mas especialmente o aprimoramento da forma de se pensar criticamente a comunicação. O cultivo desse ambiente de contínuo aprendizado exige o esforço reflexi-

vo como a contribuição de cada autor do livro que você, leitor e interlocutor, tem em mãos para ler, questionar, modificar e acrescentar novos pontos de vista à conversação aqui cultivada. O diálogo, que compreende o envolvimento pessoal com a disponibilidade para aprender com o outro, continua tanto nos corredores da Faculdade Cásper Líbero, que em 2017 completa 70 anos, como nas avenidas, ruas e ruelas do Brasil e de um mundo imerso em amplos processos de mudanças culturais, técnicas e políticas.

Afinal, não se trata de formação de recursos humanos para um mercado abstrato e sem rosto que nem sempre remunera à altura das necessidades humanas, mas especialmente da formação de jornalistas e cidadãos comprometidos com uma postura crítica diante do mundo.

Esta contribuição de atores envolvidos com as pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e nas diversas instâncias da Faculdade Cásper Líbero e de outras instituições, ao ser publicada gratuitamente no portal da instituição pretende, como frisamos, participar de um diálogo em andamento nos cursos de comunicação e nas associações de profissionais e/ou pesquisadores de jornalismo. No espírito da construção de um conhecimento público e comum, próprio das obras editadas com licença *Creative commons*, cada leitor poderá, se assim o desejar – desde que cite a fonte e distribua seu remix sob esta mesma licença –, copiar, distribuir, transmitir ou remixar o livro ou parte dele para participar da conversação em prol do progressivo comprometimento com a ampliação dos espaços de cidadania a partir da informação de relevância pública.

Cláudio Novaes Pinto Coelho
Dimas A. Künsch
José Eugenio de Oliveira Menezes

PREFÁCIO

A formação do jornalista: olhar crítico e contemporaneidade¹

Carlos Costa

A arte de ler se opõe de muitas maneiras à arte de escrever. Ler é uma habilidade que enriquece o texto concebido pelo autor, aprofundando-o e tornando-o mais complexo, concentrando-o para que reflita a experiência pessoal de quem o lê e expandindo-o para que alcance os mais distantes confins de seu universo e ainda mais além. Escrever, em troca, é a arte da renúncia. O escritor deve aceitar o fato de que o texto final não será mais do que um apagado reflexo da obra concebida em sua mente, menos iluminador, menos sutil, menos comovedor, menos preciso. A imaginação de um escritor é todo-poderosa, capaz de sonhar as mais extraordinárias criações em toda a desejada perfeição. Mas logo vem a descida à linguagem, e na passagem do pensamento à sua expressão escrita é muito, muito mesmo, o que se perde. Não há exce-

¹ Publicado, com o mesmo título e conteúdo, na revista eletrônica *CoMtempo*, v. 7, n. 3, 2015.

ções a esta regra. Escrever um livro, ou um artigo, é resignar-se ao fracasso, por muito honrado que esse fracasso possa ser.

Início esse texto com o parágrafo acima (que é o penúltimo) do prefácio escrito por Alberto Manguel para seu livro mais recente: *Uma história natural da curiosidade* (2015). Também eu tenho desenhadas na cabeça e na imaginação belas ideias sobre o que irei escrever, e com elas a certeza de que o resultado final será pouco mais do que uma pálida concretização dessas reflexões de muitos anos sobre esse tema. Neste caso concreto, sobre o ensino, a formação e a prática do jornalismo. Faremos a seguir esse caminho planejado sobre o que é o jornalismo, sobre a necessidade da formação do profissional que exercerá essa função e, finalmente, sobre a prática do jornalismo hoje, sabendo de antemão que a arte de escrever é a arte da renúncia e que escrever um artigo ou um prefácio é resignar-se ao fracasso; enquanto a você, caro leitor, caberá exercitar a melhor parte dessa atividade, que é a de colocar em ação a habilidade de enriquecer o texto concebido por mim, aprofundando-o e tornando-o mais complexo e redondo. Afinal, como deixou registrado Roland Barthes:

No entanto, ler não é um gesto parasita, o complemento reativo de uma escritura que adornamos com todos os prestígios da criação e da anterioridade. É um trabalho (razão pela qual seria melhor falar de um ato lexiológico – lexicográfico até, já que escrevo minha leitura) cujo método é topológico: não me oculto no texto, simplesmente, nele, não me podem localizar [...] Na verdade, ler é um trabalho de linguagem. Ler é encontrar sentidos, e encontrar sentidos é nomeá-los; mas esses sentidos nomeados são levados em direção a outros nomes; os nomes mutuamente se atraem, unem-se, e seu agrupamento também quer ser nomeado (Barthes, 1992, p. 44-45).

Mas passemos agora à nossa tarefa: discutir o que é o jornalismo, se essa atividade exige um aprendizado

e uma metodologia, se qualquer um pode se colocar em ação como jornalista, e que caminhos e crises estamos percorrendo. Vamos a isso.

O que é o jornalismo

Há definições famosas sobre o que é o jornalismo. Uma das mais repetidas dessas definições é a frase erroneamente atribuída ao jornalista e escritor inglês George Orwell (pseudônimo de Erik Arthur Blair, 1903-1950): “Jornalismo é publicar aquilo que alguém não quer que se publique. Todo o resto é publicidade”. Não exatamente com essas, mas com outras palavras, essa sentença foi na verdade cunhada por William Randolph Hearst (1863-1951), o magnata americano da imprensa em quem o cineasta Orson Welles (1915-1985) se inspirou para criar o clássico filme *Cidadão Kane*, de 1941.

Outra frase sempre lembrada é a de Millôr Fernandes (1923-2012): “Imprensa é oposição. O resto é armazém de secos e *molhados*”. Mas a lista é grande. E poderia incluir a frase do diplomata e político americano Adlai Stevenson II (1900-1965): “Um editor de jornal é alguém que separa o joio do trigo. E publica o joio”. Ou a de Honoré de Balzac (1799-1850): “O jornal é uma lojinha que vende ao público as palavras na cor que se deseja”.

No dicionário do site UOL, jornalismo é classificado como substantivo masculino e definido pela atividade profissional que visa coletar, investigar, analisar e transmitir periodicamente ao grande público, ou a segmentos dele, informações da atualidade, utilizando veículos de comunicação (jornal, revista, rádio, televisão etc.) para difundí-las. Segundo a Wikipédia, “Jornalismo é o processo de comunicação de um assunto por um meio qualquer, como a televisão, jornais ou rádios [...] A atividade primária do Jornalismo é a observação e descrição de acontecimentos, conhecida como reportagem. Para isso, o jornalista se-

que um roteiro de perguntas: ‘O quê?’ (o fato ocorrido); ‘Quem?’ (o personagem envolvido); ‘Quando?’ (o momento do fato); ‘Onde?’ (o local do fato); ‘Como?’ (o modo como o fato ocorreu); e ‘Por quê?’ (a causa do ocorrido)”.

No entanto, a essência da atividade jornalística está na seleção e organização da apuração da reportagem (a coleta e a contextualização do acontecimento), para a publicação num determinado meio (impresso, radiofônico, televisivo, online). Esse trabalho ganha o nome de “edição”. Jornalismo é uma atividade informativa, realizada periodicamente e difundida pelos meios de comunicação, num compromisso de natureza social e com finalidade pública.

O jornalismo se consolidou no século XIX, impulsionado pelo aperfeiçoamento da imprensa (com o uso da tecnologia do vapor) e o desenvolvimento dos novos meios de comunicação (telégrafo, telefone, fotografia). A imprensa a vapor foi introduzida em Londres no jornal diário *The Times* em sua edição de 29 de novembro de 1814. A partir daí, sobretudo nos Estados Unidos, o aumento do número de exemplares impressos incrementou a assinatura de jornais.

Há cinquenta anos, os jornais eram a principal fonte de notícias, opinião e entretenimento leve para a maioria dos americanos. Mais importante, eram a instituição preeminente para estabelecer o debate político e social da nação. O único veículo de massa competitivo era o rádio, cuja influência noticiosa era irregular. Muitos lares recebiam um jornal matutino e um vespertino. A penetração de jornais em 1945 era de 135%, o que significa que mais jornais eram vendidos todos os dias do que o número de lares existentes. A circulação continuou aumentando até o início dos anos 60, quando começou a se estabilizar. [...] Em 1970, a circulação de jornais havia caído abaixo do número total de lares. [...] Em 1989, a penetração dos jornais nos lares caíra para 67%, menos da metade do percentual no fim da Segunda Guerra Mundial (Dizard Jr., 2000, p. 228).

Os avanços técnicos das últimas décadas (radio-difusão, televisão, mídia online, portabilidade dos smartphones) exerceram influência decisiva na linguagem jornalística, que soube se adaptar às particularidades específicas de cada novo meio. Esses avanços impactaram a periodicidade das publicações: os diários oferecem a atualidade imediata das notícias, já superados pela informação online, enquanto os veículos semanais ou mensais se dedicam a análises e contextualizações dos fatos, ou se aprofundam em temas mais específicos (Costa, 2012, p. 90), como saúde, bem-estar, administração de crises e conflitos a longo prazo.

A popularização das novas tecnologias digitais, mas sobretudo a portabilidade dos equipamentos de recepção, modifica exponencialmente os modos de produção jornalística. Nos dias de hoje, os próprios celulares são instrumentos importantíssimos na transmissão de notícias, visto que com eles é possível gravar imagens e sons de forma muito mais fácil, em comparação com 15 ou 20 anos atrás (Significados/Jornalismo, online).

Como escreve Clóvis Rossi, logo no primeiro parágrafo da introdução de *O que é o jornalismo*, seu livrinho da Coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense, independentemente de qualquer definição acadêmica, o jornalismo é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos – leitores, telespectadores ou ouvintes.

Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva – a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa (Rossi, 2005, p. 7).

Entrar no universo do jornalismo significa ver essa batalha por dentro, desvendar o mito da objetividade, saber quais são as fontes, discutir a liberdade de imprensa, a formação para o exercício profissional, o papel do repórter e do editor nesses tempos de mídias digitais em que alguns acreditam que qualquer cidadão, de posse de um smartphone, pode se imaginar um jornalista em ação. O que é uma grande trampa ou arapuca, para não dizer trapaça.

O peso da qualidade no processo de formação

“A qualidade da formação do jornalista, tendo como base a graduação em curso de nível superior, tem sido uma das grandes preocupações e aspirações da categoria”, afirmava a jornalista Beth Costa (Elizabeth Vilela Costa), então presidente da Fenaj-Federação Nacional dos Jornalistas, ao encaminhar o documento “Bases de um Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo”, elaborado após o Congresso Nacional Extraordinário dos Jornalistas, reunido em 1997 em Vila Velha (ES), para tratar justamente da qualidade da formação profissional.

O texto encaminhado por Beth Costa foi elaborado com a participação da Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (Abecom), da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos), e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Desde abril de 2002, o Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo passou a ser signatário deste programa.

A leitura dessa carta de intenções e de sugestões deveria ser obrigatória para quem tem como missão formar profissionais para o exercício do jornalismo. Esse documento é recheado de considerações gerais e pontuais norteadoras da formulação de matrizes curriculares. Há a

preocupação com as disciplinas teóricas (cultura e formação humanística) que habilitem o futuro jornalista a aprender a ler e a interpretar o mundo em que atua. São muitas considerações, mas a título de amostra, citamos o item 14 das “premissas para conceber a formação dos jornalistas”:

Diante da constatação da amplitude das decorrências da atuação profissional dos jornalistas e da existência de condicionamentos para o exercício de sua função social, decorre a necessidade de, através da formação destes profissionais, se alcançar compreensão e identificação: a) dos fundamentos éticos prescritos para a conduta dos jornalistas profissionais; b) da atitude de cidadania adequada ao exercício profissional dos jornalistas, a partir do reconhecimento das expectativas e necessidades da sociedade em relação ao seu papel social e ao produto da sua atividade; c) do inter-relacionamento entre as funções profissionais dos jornalistas com as demais funções profissionais ou empresariais existentes na área das comunicações (Fenaj, Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo, online).

Parágrafos antes, o documento já havia pontuado que “Devido à importância específica e relativa do jornalismo”, só a formação através de um curso superior específico especializado pode tornar consistente a abordagem da multiplicidade dos aspectos filosóficos, teóricos, culturais e técnicos envolvidos na formação dos jornalistas, bem como propiciar que, através da reflexão acadêmica e da prática política e técnica, sejam equacionadas as demandas da sociedade em relação à atuação destes profissionais (premissa 8). Afirmava também que a formação dos jornalistas deve ser concebida a partir da percepção de seu papel singular de produtor de conhecimento e de cultura, “por meio de uma atividade profissional especializada na formulação, seleção, estruturação e disponibilização de informações que são usadas pelos indivíduos para perceberem e situarem-se diante da realidade” (premissa 9).

A seriedade da missão do jornalista reside justamente nessa capacidade de “captar” e de traduzir o mundo à sua volta. Impossível não lembrar do poeta americano Ezra Pound (ele disse que “os artistas são as antenas da raça”: parafraseando: os jornalistas são as antenas do cidadão). Para poder interpretar e ler o mundo, com distanciamento crítico das “fontes” e dos fatos, o aprendiz de jornalista precisa amearhar uma sólida formação humanística, para contar com as chaves para desvendar sentidos e significados que lhe escapariam caso não carregasse essa bagagem. Mas essa preocupação com uma formação rica em teoria (a prática pode ser assimilada rapidamente, e em qualquer atividade, mesmo um experimentado jornalista precisará de um tempo para entender a cultura da empresa, seus valores e rotinas) não nasceu com o Congresso Extraordinário da Fenaj em Vila Velha, em 1997. Vem de muitos anos antes.

Uma prática histórica na busca pela qualidade

O ensino de jornalismo não se confunde com a história do exercício da profissão, escrevi em um artigo sobre “O ensino de jornalismo frente à realidade das novas tecnologias”, publicado em 2009 no livro *Esfera pública, redes e jornalismo*, reunindo textos de professores da Faculdade Cásper Líbero. Creio que, parafraseando o que teria dito Silvio Romero sobre o poema épico *Colombo*, de Manuel José de Araújo Porto-Alegre, “apenas o revisor e eu” lemos esse trabalho. Talvez por ser o último artigo do livro, nunca o vi mencionado, mesmo em textos específicos sobre a formação do profissional da imprensa. Aproveito esse prefácio para lembrar alguns dados históricos sobre o ensino de jornalismo ali registrados.

Como acontece em quase todas as áreas do conhecimento, primeiro nascem as práticas, depois se consoli-

dam as profissões para, finalmente, se criarem as normas, os procedimentos e os cursos – e a regulamentação das práticas profissionais. Foi assim com o exercício da psicologia, com o da sociologia, com o da ciência política – antes englobadas nos cursos universitários sob a denominação genérica de “humanidades”.

No Brasil, como sabemos, a imprensa surgiu tardiamente, exatamente 215 anos depois de instalada no Peru, primeiro país da América Latina a contar com esse instrumento de difusão de notícias e de conhecimento. Essa demora causava, há duzentos anos, um sentimento de espanto no missionário americano Robert Walsh (Costa, 2012, p. 72). De passagem por nosso país no final dos anos 1820, ele deixou registrada essa percepção:

Naquele primeiro ano também foi introduzida essa poderosa máquina de conhecimento e poder, a impressora. Durante três séculos esse instrumento estivera proibido no Brasil por causa de seus efeitos supostamente perigosos, e só em 1808, segundo fui informado, é que esse grande país teve permissão de imprimir a página de um livro. Talvez nada possa ser mais indicativo do deplorável estado de ignorância em que esse lindo país se encontrava, ou do rápido progresso que o povo fez desde a difusão do conhecimento, do que esse fato (Walsh, 1985, p. 81-82).

Nos primeiros cem anos de sua existência entre nós, a partir da ruptura com a antiga metrópole, o jornalismo foi praticado aqui por alguns poucos autodidatas, quase todos sem formação acadêmica, entre eles grandes nomes de nossa imprensa, como João Soares Lisboa, criador do *Correio do Rio de Janeiro* em 1822,² o livreiro e editor Fran-

2 Jornal semanal antimonarquista que lhe rendeu um exílio em Buenos Aires, juntamente com Gonçalves Ledo, editor do *Revérbero Constitucional Fluminense*. João Soares Lisboa, português de nascimento e

cisco de Paula Brito ou seu pupilo mais famoso, Machado de Assis. Nenhum desses “jornalistas” tinha educação formal superior. Eram autodidatas. Mas a maioria dos profissionais de imprensa era formada por bacharéis e por religiosos, frades e sacerdotes³. Numa primeira etapa, os bacharéis eram os egressos dos cursos de Direito e de Medicina da Universidade de Coimbra e costumam ser chamados de “geração coimbrã”. No segundo momento, eram os formados pelas faculdades de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, e do Recife. Dessas escolas vieram, além dos gestores, magistrados, políticos e a elite dirigente do país, os grandes jornalistas de nossa imprensa no século XIX.

A discussão sobre a necessidade de formação específica para o exercício do jornalismo aparece apenas no final do século XIX. Num congresso realizado em Lisboa em 1898, o francês Albert Bataille defendia a necessidade da educação profissional e de preparo específico dos jornalistas. O próprio Bataille tentou fundar, naquele mesmo ano, um curso prático que funcionaria nas salas da redação do

brasileiro por eleição, tinha apenas a formação básica, e nas diatribes com Pedro I, este ressaltava os erros do jornalista do manejo da língua pátria. Sua luta em defesa da causa republicana lhe rendeu a expulsão do Brasil, sendo obrigado pelo imperador a voltar para seu Portugal natal. Numa escala em Recife do navio em que viajava para Lisboa, o jornalista desceu e se juntou com os revolucionários da Confederação do Equador, lutando ao lado de outro jornalista, o Frei Caneca. João Soares Lisboa morreu em luta, vítima de uma emboscada.

3 Vale lembrar o comentário de Isabel Lustosa: “A redação da *Gazeta do Rio de Janeiro* era uma mistura de redação propriamente dita com repartição pública e claustro, não só por conta do grande número de funcionários públicos e padres que nela escreviam, mas também, apesar de se classificar como um empreendimento de particulares, por funcionar numa secretaria de governo” (Lustosa, 2000: 71).

jornal *Le Figaro*.⁴ Naquele congresso em Lisboa, Bataille teria discursado:

Com o aperfeiçoamento das máquinas de imprimir, com o telégrafo e o telefone, com a transformação do espírito público, cada vez mais ávido de ser informado, uma metamorfose se operou no jornalismo. Com ela, a polêmica foi relegada a segundo plano e a informação passou para o primeiro. Por isso é necessário que a formação geral do jornalista seja completada pela educação profissional (Freire, 1936, online).

O discurso de Bataille soa muito parecido com o texto elaborado em 2009 pela Comissão de Especialistas constituídas pelo MEC para discutir os pressupostos das novas matrizes curriculares do ensino de jornalismo (que abordaremos adiante). Bataille registrava a percepção de que as transformações nas técnicas afetavam a prática da atividade dos profissionais da imprensa: terminava a fase das discussões e polêmicas políticas, entrava o mundo da informação – fundamental para nortear as decisões do cidadão, como é hoje no tempo de uma sociedade online.

Já entrando no século XX, dois cursos de jornalismo foram criados nos Estados Unidos. Em 1908 a Universidade de Missouri; quatro anos depois o de Colúmbia, em Nova York, ambos ligados a jornalistas e a empresários da mídia que desejavam contribuir para a formação de mão-de-o-

4 Albert Bataille (1856-1899) foi um jornalista francês que criou o primeiro projeto de uma escola de jornalismo. Acreditando que os jornalistas, num mundo com telégrafo, imprensa a vapor, telefone, precisavam de uma “bagagem séria de conhecimentos e de sólidas garantias morais”, tentou criar uma escola de jornalismo com o apoio do diretor do diário *Le Figaro*. Mas sua morte, em 1899, fez com que o projeto não prosperasse. Sua ideia foi retomada pela escritora Dick May (pseudônimo de Jeanne Weill, 1859-1925), co-fundadora do Collège Libre des Sciences Sociales, a primeira a oferecer um curso de jornalismo na França, em 1909.

bra capaz de suprir as necessidades da indústria da comunicação. No caso da Universidade de Missouri, o criador do curso (mais tarde reitor da instituição), Walter Williams, era um jornalista de modestos recursos mas de imensa visão. Idealizou um curso voltado para as exigências práticas: criou um jornal, *The Missourian*, ainda existente hoje (acrescido de uma rádio e de uma televisão universitárias), que servia de sala de aula para a aprendizagem de disciplinas ligadas à investigação e à redação dos diferentes gêneros jornalísticos (Baptista, 2009).

Quanto ao curso de Colúmbia, poderia ter sido o pioneiro, pois tinha condições de ser criado a partir da doação de 2 milhões de dólares realizada pelo editor Joseph Pulitzer, em 1903: a verba era destinada à criação de uma escola de jornalismo. Mas as negociações foram demoradas e difíceis, pois os acadêmicos da instituição desconfiavam das intenções do dono do tabloide sensacionalista *New York World*, conhecido pelos frequentes atropelos à ética jornalística (para não usar a palavra baixaria). Ética jornalística, aliás, foi uma das disciplinas do curso oferecido pela Colúmbia, além de história da imprensa, direito e imprensa, além de disciplinas relacionadas com a administração de produtos editoriais (Baptista, 2009). Como bem pontuou Eugênio Bucci:

Que ninguém se iluda: boas faculdades são fundamentais. Elas não são dispensáveis, como alguns ainda tentam fazer crer. A presunção de que o jornalismo é um “ofício que se aprende na prática” é tão ingênua quanto despreparada. Contra isso se levantou, desde o final do século 19, Joseph Pulitzer. De magnata da mídia americana, ele se projetou como o principal inspirador do Curso de Jornalismo da Universidade de Colúmbia, que só começaria a funcionar em 1912, um ano após a sua morte. Contra o comodismo de seus contemporâneos, que viam na criação da escola uma perda de tempo, Pu-

litzer afirmava que era necessário transformar aquilo que não passava de um ofício numa profissão nobre. E acertou. Seu texto em defesa da escola de Colúmbia, lançado em 1904, resiste como um pequeno clássico (*The School of Journalism*, Seattle: Inkling Books, 2006). Deveria ser lido pelos adeptos da tese de que “jornalismo se aprende na prática” (Bucci, 2008, online).

Foi inspirado no exemplo de Pulitzer que o jornalista e empresário Cásper Líbero deixou instruções precisas para a criação da primeira escola de Jornalismo do Brasil.⁵ Ao morrer, seu testamento destinava sua fortuna para a criação da fundação que administrasse seu patrimônio, mantendo as empresas de comunicação e estabelecendo como objetivo prioritário a criação de uma escola de jornalismo. O curso idealizado por Cásper Líbero somou os parâmetros práticos de seus antecessores americanos com o viés

5 Já em 1908, Gustavo de Lacerda, ao fundar a ABI-Associação Brasileira de Imprensa, reivindicava uma escola de jornalismo para formar repórteres. Em 1935, o educador Anísio Teixeira atendeu a essa demanda, planejando o primeiro curso de jornalismo do país, experiência que se frustrou com o fechamento da Universidade do Distrito Federal pela truculência do Estado Novo. Em consequência, a academia só abriu suas portas aos jornalistas nos anos 40, quando o ensino de jornalismo foi oficializado e as primeiras escolas foram autorizadas a funcionar em São Paulo (1947) e no Rio de Janeiro (1948). Estima-se que atualmente sejam mais de 300 cursos superiores de jornalismo em universidades e outras instituições de ensino superior em todo o país. Essa rede educacional beneficiou-se do acervo pedagógico legado pelos idealizadores do nosso modelo de ensino de jornalismo. Tanto Cásper Líbero, em São Paulo, quanto Danton Jobim, no Rio, pensaram estruturas didáticas sintonizadas com as experiências consolidadas em outras partes do mundo, porém destinadas a formar profissionais para atuar nas empresas jornalísticas do país, o que lhes deu consistência metodológica. Fonte: Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação (Portaria Nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009), p. 8.

humanístico preconizado por Bataille: aliava o conhecimento acadêmico (ciências humanas e sociais), ministrado por catedráticos de renome no meio universitário, com aulas de professores de reconhecida prática profissional.⁶ Ao longo de sua história, essa foi uma das marcas do curso de Cásper Líbero, que festejará 70 anos em 2017.

As novas matrizes curriculares: um passo atrás?

A portaria Nº 203 de 12 de fevereiro de 2009 do Ministério da Educação criou uma comissão de especialistas com a missão de repensar o ensino de jornalismo no contexto de uma sociedade em processo de transformação.

Apesar de certos atropelos dessa comissão, que ouviu menos e escreveu demais, há em seu trabalho excelentes recomendações. Praticamente todas as sugestões da comissão foram adotadas pelo MEC, com alguns reparos. A leitura do relatório, seguida das sugestões da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) revela interessantes visões, sobretudo a correção sobre o estágio obrigatório, sobre os TCCs, entre outros aspectos. Em alguns momentos, a narrativa da Comissão de Especialistas faz eco ao discurso de Albert Bataille no Congresso de Lisboa, de 1898:

Temos, aí, o entendimento do Jornalismo como processo inteiramente controlado pelo jornalista, em torno do qual tudo girava. Trabalhava-se com uma noção passiva de atualidade e uma concepção autorreferida (“as coisas que aconteciam”), sobre as quais o jornalista atuava de

6 Entre os mestres que deixaram sua marca na Faculdade Cásper Líbero, podem ser lembrados Antonio Augusto Soares Amora, Aziz Nacib Ab’Saber, Péricles Eugenio da Silva Ramos, José Geraldo Vieira, Antonio Rangel Bandeira, Carlos Rizzini, José de Freitas Nobre, Emir Macedo Nogueira, Erasmo de Freitas Nuzzi, Aloysio Biondi, Marcos Faerman, José Marques de Mello, Francisco Gaudêncio Torquato do Rego, entre outros.

forma determinante, com a sua capacidade de “captar e recriar fatos”. Só acontecia o que fosse noticiado pelo jornalista, e sob sua decisão. Logo, não havia notícia fora do Jornalismo e sem a intervenção mediadora do jornalista. Reduzidas ao papel de instâncias sem vida própria, as fontes nem citadas eram. Como se não fizessem parte do todo. O estado de crise resulta da superação de tais conceitos pela realidade nova, moldada no ambiente criado pelas modernas tecnologias de difusão. E a mais importante decorrência da vertiginosa evolução tecnológica é, sem dúvida, a irreversível expansão de práticas e estruturas de democracia participativa, com sujeitos sociais dotados de alta capacidade de intervenção na vida real de nações e de pessoas. Nesse contexto, o todo do processo jornalístico foi profundamente alterado por uma nova relação entre o fato e a notícia. No velho conceito e na velha realidade, havia um intervalo entre “o acontecido” e “o noticiado”. Na ocupação desse intervalo, e no controle que exercia sobre a atualidade, se fundamentava o poder da ação jornalística (MEC, Diretrizes Curriculares de Jornalismo, online).

Não cabe, neste texto, polemizar quanto à implantação do estágio obrigatório ou sobre o TCC ser reduzido a um trabalho solitário numa profissão que é essencialmente conduzida e exercida em equipe. Nisso, o parecer da Comissão de Especialistas se contradiz, ao apontar como competência “ser capaz de trabalhar em equipes profissionais multifacetadas”, mas determinar que

o trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser entendido como um componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido individualmente, realizado sob a supervisão docente e avaliado por uma banca examinadora formada por docentes e também por jornalistas profissionais convidados.

Curiosamente, o debate que se criou com relação a esse ponto levou ao reajuste não do caráter “individual”

da confecção do TCC, mas da composição de sua banca. A redação final estabelece: “uma banca examinadora formada por docentes, sendo possível também a participação de jornalistas profissionais convidados”. Como se a presença de jornalista profissional não fosse uma contribuição desejável para o jovem formando. E por que a Comissão eliminou a possibilidade de o graduando apresentar uma monografia netamente de corte acadêmico?

Quanto à discussão do estágio obrigatório (algo que, como se disse acima, é um processo a que qualquer profissional passa ao ingressar em um novo posto de trabalho), passo a palavra para a pena ferina do prof. Ciro Marcondes Filho:

A bem da verdade, a questão do estágio foi proposta a partir da perspectiva dos grandes centros, onde há fatura de empresas de comunicação. Quem vai sofrer, de fato, são as faculdades do interior e de cidades pequenas, em que os alunos irão se digladiar para mendigar as mínimas vagas de estágios, podendo – inversão de valores – até pagar para obter espaço nas precárias empresas jornalísticas. [...] Em verdade, as novas diretrizes terão influência discreta nas universidades públicas, que têm autonomia para administrar seus programas sem interferência do MEC. Quem, de fato, sofrerá mais prejuízos serão as faculdades particulares, pois dependem da validação de seus cursos pelo MEC. O que vai acontecer é que se irá criar uma rendosa indústria da normatização, espécie de negociata entre poder público e associações, em que “especialistas em novas diretrizes”, validados pelo MEC, visitarão essas faculdades, apontarão as “de ciências adaptativas” e sugerirão consultorias de empresas amigas (suas), que se bem pagas irão pôr essas faculdades nos trilhos. Bom negócio para muita gente esperta (Marcondes, Cult, online).

Discussões de filigranas à parte, o importante é que houve uma saudável discussão sobre a importância de um

ensino sério e de alta qualidade para a formação do profissional no âmbito do jornalismo. Que venham mais comissões, mais congressos extraordinários de entidades de classe para contribuir com o aprofundamento dessa busca.

Jornalismo nos tempos online

Ao entrevistar o sociólogo francês Dominique Wolton, em julho de 2013, um dos melhores momentos da longa conversa foi quando falamos sobre a formação e a atuação do jornalista nos tempos das mídias sociais. Lembrei-lhe que, sete anos antes, eu havia mediado um debate, na Faculdade Cásper Líbero, com um professor francês, da Universidade de Rennes. O convidado afirmara, em sua intervenção, que “hoje qualquer cidadão com um telefone celular na mão é um jornalista”, pela possibilidade de enviar fotos e textos de um acontecimento no momento em que o presencia. A resposta de Wolton foi enfática: “Isso é terrível! Meu Deus, isso é uma traição dos professores universitários, esse fascínio doente da academia pela tecnologia. E as pessoas são conformistas, aceitam isso”.

Na verdade, continuou Dominique Wolton, deveria ser dito a esses docentes que mais parecem propagandistas trabalhando para o Google ou Facebook, que lhes deveriam pagar para dizer semelhantes besteiras, pois funcionam de fato como representantes de vendas dos fabricantes, mais do que formadores.

Um professor não deveria jamais dizer isso, que isto *[aponta seu celular]* é a revolução! Não é uma revolução, esta é apenas uma ferramenta técnica, a revolução é a forma como iremos usá-la, para que fim determinado, que seleção faremos das informações obtidas com ela etc. Essa fala do professor francês é perigosa para os alunos. Eles passam a vida inteira ali, na frente de computadores, mexendo com celular, por esse motivo, nosso papel como formadores é dizer: “Atenção, há muita coisa

além, a vida acontece na rua, na praça". Não podemos dizer que esta é a grande revolução, isso não é verdade (Costa; Oliveira; Chapel, 2013, p. 20).

Interrogado sobre como considera a formação do jornalista, respondeu comentando ser essa uma pergunta muito ampla. E, numa panorâmica, citou quatro pontos importantes a levar em conta ao pensar na formação desse profissional: 1) grande ênfase em estudos gerais, história, política, cultura, antropologia, sociologia, teorias da comunicação, disciplinas obrigatórias, muitas, muitas; 2) o pensamento crítico. Crítico, mas radical no sonho e contra o pesadelo das novas tecnologias; 3) pensamento econômico, sobre quais novos modelos de negócio criar para os jornais, o rádio, a televisão e a internet, porque não existe esse modelo econômico no momento atual; e 4) sair, ver o mundo, ou seja, qual é o problema político que se impõe para os meios de comunicação na atualidade?

Nunca houve tantos atalhos, nunca houve tanta técnica como agora, nunca houve tanto volume de informação e o campo da informação vai se abrindo cada vez mais amplamente [*gesto de alargamento com os braços*] e ao mesmo tempo há o movimento contrário [*gesto de contração*]. Quer dizer, todo mundo diz cada vez mais as mesmas coisas. Eu, como tantos outros pesquisadores, imaginava há vinte anos que, quanto mais canais houvesse, mais diversidade teríamos, maior seria o leque de possibilidades. E o que ocorre é justamente o fenômeno contrário. Quanto mais canais novos aparecem, menor é a abrangência, mais restrito o que é noticiado. Há um afinilamento, todos copiam o que o vizinho faz. É sempre mais do mesmo [*gesto de encolhimento*]. Isso é o fracasso. Por isso, é preciso que os jornalistas reajam contra esse estado de coisas. Foi exatamente por isso que reforcei, há pouco, colocando em primeiro lugar uma formação com ampla cultura geral. O jornalista irá precisar muito dela, para criar uma narrativa crítica sobre a realidade (Costa; Oliveira; Chapel, 2013, p. 20).

O pensamento crítico capacita o estudante de jornalismo a ler os grandes temas do mundo em perspectiva. Isso faz lembrar de que, em sala de aula, o saudoso professor Octavio Ianni (com que tive o privilégio de fazer um curso durante o mestrado e tê-lo na banca de qualificação e de defesa da dissertação) costumava utilizar a expressão “taquigrafar a realidade”. Trazê-la para perto e interpretá-la, num olhar em perspectiva ou em paralaxe, para usar a expressão de Slavoj Žižek. Esse é o pulo do gato nesses tempos ociosos de selfies e de autoexposição online.

Em vez de estimular essa busca de um olhar que privilegie a diversidade cultural, busca-se a popularização, a simplificação do que é em si complexo, o mínimo divisor comum. Nivelar por baixo é mais importante do que estimular a diversidade e a valorização da diferença cultural. Por isso é indispensável valorizar a atividade do jornalista. Quanto maior o volume de informação disponível, mais necessidade teremos de jornalistas para interpretar e criar essas narrativas que deem conta do que acontece no mundo. Mas o que o modelo econômico prega hoje é justamente o contrário: que basta dominar algumas técnicas e ferramentas digitais e está tudo feito. Foi por isso que, naquela longínqua tarde de 2007, me irritei com o novidadeiro professor francês que afirmou a besteira sobre o cidadão munido de um smartphone se transformar em um jornalista.

A interatividade do ouvinte de rádio ao informar no whatsapp sobre a lentidão do trânsito numa avenida não configura um trabalho jornalístico. Muitas vezes aconteceu de eu dirigir no trânsito e receber pelo rádio a informação de que a avenida por onde trafegava estava congestionada. Essa informação poderia estar correta 10 minutos antes, não no momento em que eu passava por ali. O internauta, o ouvinte, o telespectador é apenas o

transmissor de uma foto, de uma informação (sempre tive resistência a essa expressão, “transmissor”, que lembra o *Aedes aegypti*, o mosquito que transmite a dengue, agora em alta em tempos do zika-vírus). Mas volto a palavra para Dominique Wolton:

Costumo dizer a jornalistas: vocês são indispensáveis na revolução da informação; mais do que nunca vocês são os soldados da democracia. Mas devem se rebelar contra a ideologia da técnica, contra a vulgarização, vocês são o fundamento da democracia, pois se as pessoas nunca perderem a confiança no jornalista, tudo será possível. A missão democrática do jornalista no século 21 é tão importante quanto foi para o século 19, talvez até mais (Costa; Oliveira; Chapel, 2013, p. 21).

Referências

BARTHES, Roland. **S/Z, uma análise da novela Sarrasine de Honoré de Balzac**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BUCCI, Eugênio. Jornalistas e sua formação. **Observatório da Imprensa**. Edição 504, 26 ago. 2008. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/jornalistas-e-sua-formacao/&gws_rd=cr&ei=G76CVu2LHYaNwgTz-ZKw-CQ>.

COSTA, Carlos. O ensino de jornalismo frente à realidade das novas tecnologias. In: MARQUES, Ângela. et al. (Orgs.). **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, p. 314-330.

COSTA, Carlos. **A revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro**. São Paulo: Alameda, 2012.

COSTA, Carlos; OLIVEIRA, Geraldo; CHAPEL, François. O jornalismo é o cimento da democracia (entrevista com Dominique Wolton). **Communicare**, v. 13, n. 2, p. 13-23, 2013.

DIZARD JR., Wilson. **A nova mídia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FENAJ: Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo. Disponível em: <www.fenaj.org.br/educa>

cao/programa_qualidade_ensino_2004.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2015.

FREIRE, João Paulo. **Escolas de jornalismo** - temas profissionais. Porto: Educação Nacional, 1936. Disponível online: <<http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/inventarios/freire-j-1936>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANGUEL, Alberto. **Una historia natural de la curiosidad**. Madrid: Alianza Editorial, 2015.

MARCONDES FILHO, Ciro. Um passo atrás na formação do jornalista brasileiro. **Cult**, ed. 188, 2014. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2014/05/um-passo-atras-na-formacao-do-jornalista-brasileiro/>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

MEC. Diretrizes curriculares jornalismo, parecer homologado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14109-pces020-13&Itemid=30192>. Acesso em: 28 dez. 2015.

MEC. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação (Portaria n. 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14109-pces020-13&Itemid=30192>. Acesso em: 28 dez. 2015.

ROSSI, Clóvis. O que é jornalismo. Significados: "Significado de Jornalismo". São Paulo: Brasiliense, 2005. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/jornalismo/>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

Por um jornalismo que mereça o Nobel

Carlos Eduardo Sandano Santos

Nobel de Literatura de 2015, a jornalista bielorrussa Svetlana Alexievich pratica o que se convencionou denominar “literatura documental”. De modo mais direto, diríamos que ela produz aquele “jornalismo de qualidade” de que tanto precisamos. Neste sentido, pode ser que parte da mensagem da Academia Sueca seja dirigida à situação política a leste da Europa, mas não seria exagero também interpretar a escolha como uma afirmação da necessidade de certo tipo de prática jornalística, aquela que promove o diálogo e fortalece a democracia.

Segundo os críticos chamados a comentar a obra de Svetlana, ela oferece profundidade e densidade por meio de registros polifônicos. Conta o desmantelamento da URSS, cotidianos de guerra – seja da II Guerra Mundial ou do Afeganistão – e a tragédia de Chernobil a partir de depoimentos de pessoas “comuns” que vivenciaram esses momentos históricos.

Trata-se de uma prática que não se enquadra em categorias fixas, pois polissêmica, mas é possível traçar algumas ligações com outros autores e obras. Identificamos, por exemplo, a transcendência do cotidiano nas obras do

assim chamado jornalismo literário norte-americano – nos assassinos banais, nos quais Capote busca entender o mal, ou nos pedreiros da ponte Verrazano-Narrows, que Talese transforma em personagens de uma narrativa épica. Também encontramos a mesma preferência pelos anônimos no percurso de João do Rio pelos morros cariocas e, com o mesmo sentido histórico de Svetlana, nos sertanejos que acompanham Antonio Conselheiro e levaram Euclides da Cunha ao panteão das letras nacionais.

Os exemplos podem se estender – infelizmente não tanto assim –, mas, de qualquer forma, o ponto comum aqui é a busca de uma narrativa do factual que vá além do simples informativo e que adentre a realidade complexa das relações humanas. Ou, para se utilizar da retórica habermasiana, deixar a prática jornalística que se constrói desde uma noção platônica de verdade – a razão baseada no sujeito – para uma prática dependente da conversação – a razão comunicativa. Ou, ainda, da forma como Cremilda Medina coloca a questão, o que temos é o protagonismo polifônico dos anônimos se efetivando nas narrativas da contemporaneidade, aquela que ensaia, “ao mesmo tempo, a polifonia e a polissemia do presente, o enraizamento na história, na cultura e nas identidades míticas, bem como a enunciação de tendências projetivas” (Medina, 1999, p. 86).

Estes exemplos todos – Euclides, Medina, João do Rio, Capote, Talese, Svetlana – não se conectam desde a técnica: os estilos aqui são bem variados. A proximidade se dá muito mais pela capacidade dialógica dos autores na sua relação com os personagens do que por qualquer habilidade literária intrínseca – muito bem-vinda, mas secundária diante da proposta intelectual destes jornalistas. É como resume Vargas Llosa (2013) em relação a outro nome que pode encorpar nossa lista, o da jornalista argentina Leila Guerriero, cujo principal atributo,

raro entre seus colegas contemporâneos, não é tão literário nem jornalístico, mas moral: o respeito com o qual ela se aproxima de cada um de seus personagens, seus esforços para chegar a entender o que são e o que fazem sem que seu julgamento seja distorcido pelos preconceitos e os clichês, o mesmo tratamento respeitoso e neutro que dá às figuras consagradas e aos artistas ou escritores de significado menor ou ainda principiantes.

Tem-se, então, que a capacitação não é técnica nem deontológica, mas epistemológica. Uma capacitação simultaneamente intelectual e afetiva que permite ao narrador ligar-se de modo complexo aos sujeitos e cenários da narrativa e daí extrair um retrato polifônico e polissêmico da realidade. Pois se a técnica não aborda esse tipo de questão e a deontologia se funda no “deve-ser” para determinar o campo de ação do jornalista, a epistemologia trabalha com o significado de “se estar no mundo”, criando condições efetivas para promover uma convivência social mais humana.

Deste modo, mesmo que Svetlana, em matéria sobre o Nobel de Literatura,¹ afirme não ser jornalista, pois não permanece no nível da informação ao explorar a “vida das pessoas, sua compreensão da vida”,² sua obra serve de referência para a prática jornalística. Se não escreve “a história dos fatos, mas a história das almas” ou leve de cinco a dez anos para completar um livro, o que impor-

1 “Svetlana Alexievich vence Nobel de Literatura de 2015”. G1, 08 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2015/10/svetlana-alexievich-vence-nobel-de-literatura-2015.html>>. Acesso em: 10 out. 2015.

2 Na mesma frase, Svetlana também afirma que seu trabalho difere do trabalho do historiador, porque tudo começa “no ponto de término da tarefa do historiador: o que se passava pela cabeça das pessoas após a batalha de Stalingrado ou após a explosão de Chernobil?”.

ta, aqui, não é sua filiação ao ideal da objetividade e da neutralidade ou a regularidade da repetição mecânica de espaços iguais de tempo, mas a relação do repórter com o tempo da notícia e os sujeitos de sua narrativa.

Caso pensemos o jornalismo como um processo dialógico de produção de conhecimento, talvez possamos nos alinhar com o trabalho de Svetlana (e com o de Capote, Medina, João do Rio etc.) ao mesmo tempo em que nos diferenciamos daqueles fluxos informativos que hoje já são mais presentes no cotidiano comunicacional das pessoas, como as redes sociais digitais. Ou seja, busquemos uma “razão de ser” para o jornalismo em uma época em que se torna difícil distinguir o jornalista do não-jornalista se permanecermos presos à ideia de objetividade, imparcialidade e neutralidade tais como entendidas nos manuais de redação.

É igualmente uma proposta que se recusa a aceitar uma sociedade onde a atividade intelectual é algo secundário³ e acredita ser o jornalismo responsável e crítico necessário para o cenário atual da comunicação social. Mas

3 Como escreveu Alberto Manguel (2015, tradução nossa) em um artigo sobre a crise de identidade por que passam as bibliotecas públicas nos EUA: “Mas as bibliotecas são resilientes. Buscando sobreviver em uma época na qual o ato intelectual perdeu quase todo seu prestígio, elas se tornaram, em grande parte, centros sociais [...] Se as bibliotecas devem ser não apenas repositórios da memória da sociedade e símbolos de sua identidade, mas o coração de centros sociais maiores, então as transformações dever ser feitas conscientemente por uma instituição intelectualmente forte que reconheça o seu papel exemplar que nos ensine aquilo que os livros podem fazer: mostrar -nos as nossas responsabilidades para com o outro, ajudar-nos a questionar os nossos valores e minar os nossos preconceitos, emprestam-nos coragem e ingenuidade para continuar a viver juntos, e dar-nos palavras que possam nos permitirem imaginar tempos melhores”. Podemos afirmar algo análogo para o jornalismo.

para que exista esse jornalismo qualificado, há que se partir da citada transformação defendida por Habermas, de uma razão centrada no sujeito para a razão comunicativa, onde:

em alguma medida, onde quer que as pessoas estejam dispostas a ouvir o outro lado, a conversar sobre as coisas, a argumentar até que áreas de concordância sejam encontradas, e a seguir os acordos resultantes. Pensar na razão como centrada no sujeito é acreditar que os seres humanos possuem uma faculdade que os capacita a esquivar-se da conversação – ignorar a opinião e avançar direto para o conhecimento. Substituir a razão centrada no sujeito pela racionalidade comunicativa é ver a verdade como aquilo que provavelmente emergirá da conversação livre e imaginosa. É pensar no conhecimento como a obtenção de consenso, mais do que como um estado mental que goza de uma relação mais próxima da realidade do que a opinião (Rorty, 2005, p. 253-254).

No livro *Para além do código digital: o lugar do jornalismo em um mundo interconectado* (EdUFSCar, 2015), resultado de pesquisas desenvolvidas na Universidade de São Paulo, parto dessa e de outras contribuições da filosofia para pensar o jornalismo desde o que denomino como sua “especificidade epistemológica”. O resultado é uma redescritção dessa prática profissional que encontra em narrativas como a de Svetlana e dos demais autores citados a concretude dos bons exemplos e que se aproxima dessa esfera comunicacional descrita por Rorty. Por outro lado, é uma visão que abre distância daquilo que convencionalmente temos denominado de jornalismo, a saber, os modelos criados desde a prática de grandes empresas jornalísticas, como Editora Abril, Grupo Folha, Organizações Globo, Grupo RBS e Grupo Estado.

E isso sem entrar em debates para saber se há ou não deslizamentos éticos dos veículos desses grupos desde códigos de ética da profissão. Pois a definição epistemológica considera que os valores deontológicos tradicionalmente

usados para definir a prática jornalística – clareza, precisão, isenção, independência – são suficientes ou limitam em demasia o trabalho de autores criativos, afetivamente ligados à realidade e aos sujeitos retratados. Tampouco são suficientes os critérios técnicos, como de noticiabilidade, que geralmente são definidos tendo como referência estes valores deontológicos.

A proposta é feita considerando o novo e complexo ecossistema que reformula conceitos e práticas comunicacionais. No entanto, aqui também se descobriu ser insuficiente apenas adotar os novos valores ciberculturais e incorporá-los ao jornalismo, pois, como se demonstra nos estudos de casos *Wikileaks* e *Mídia Ninja* abordados no livro, os sistemas virtuais restringem a efetivação de um espaço público de conversação ao criarem bolhas informativas (o termo é de Eli Pariser). Um bom exemplo é o fluxo informativo do Facebook, onde não apenas o usuário restringe o acesso a fatos e opiniões divergentes, mas também o próprio sistema consolida um fechamento que McLuhan não teria dificuldade em denominar como “tribal”.

Igualmente reforçam um certo ceticismo em relação aos discursos utópicos sobre a democratização da comunicação vir a reboque dos meios digitais o fato de se ter observado que o caráter de complementariedade típico da informação em rede não significa proporcionalidade: fluxos informativos se complementam, mas sem serem necessariamente simétricos. Pois se na década de 90 do século passado comemorava-se com o advento da internet o fim dos *gatekeepers*, estes estão mais fortes do que nunca e sob nova direção: no lugar de um sistema variado e idealmente equilibrado de diferentes veículos jornalísticos, algumas poucas empresas de tecnologia, como Apple, Google e Facebook, controlam vastos espaços comunicativos e os determinam por meio do código e seus termos de uso.

É neste cenário que se buscou repensar a prática jornalística tendo como suporte uma reflexão sobre seus valores e virtudes. Considerando, como Morin (2008, p. 32), que “a epistemologia não é o centro da verdade, gira em torno do problema da verdade passando de perspectiva em perspectiva e, tomara, de verdades parciais em verdades parciais”, definiu-se então a especificidade epistemológica do jornalismo como uma

prática valorativa e virtuosa que efetiva o diálogo democrático entre as diferentes comunidades humanas em interação dialógica, abarcando as manifestações sociais institucionalizadas em outras práticas (políticas, científicas, culturais), executando a mediação entre elas e as práticas cotidianas, monitorando estas práticas em confronto com seus fins declarados e delineando possibilidades que ampliam o escopo de sua atuação (Sandano, no prelo).

Isso acarreta que, concretamente, no dia a dia de uma prática jornalística qualificada epistemologicamente, haveria a necessidade de profissionais que assumissem a autoria responsável, realizando descrições objetivas das sutilezas subjetivas de realidades complexas. Deixando pelo caminho metáforas já gastas como a do espelho ou do “cão de guarda” da democracia, voltou-se para a dinâmica polifônica e polissêmica de ir ao encontro de diferentes sujeitos, “relatando as relações complexas que eles estabelecem entre si e os muitos significados que daí se podem extrair” (ibid).

O ponto aqui é que deixa de fazer sentido determinar a importância do jornalista única e exclusivamente pela capacidade de dar visibilidade aos atos e intenções dos governos e demais poderes quando a transparência é parte inerente aos fluxos de comunicação digital. Como já salientado, caso nossa tarefa de repensar o jornalismo seja

feita desde o código digital, o trabalho será o de coeiro, já que a visão típica dessa corrente é aquela sintetizada por Bowman e Willis (2003, p. 9, tradução nossa) ao definirem o jornalismo cidadão como o “ato de um cidadão ou grupo de cidadãos que desempenham um papel ativo no processo de coletar, reportar, analisar e divulgar notícias”. Isso significa que qualquer pessoa, jornalista ou não, pode fornecer à sociedade as “informações independentes, confiáveis, precisas, abrangentes e relevantes que uma democracia exige”.

No entanto, esta indiferenciação entre a figura do jornalista e a do leitor deixa de lado importantes questões relativas à edificação do espaço público. Outra visão cibercultural típica sobre a natureza do processo informativo é a que Castells (2013, tradução nossa) desenvolve no momento em que o Wikileaks disponibiliza os documentos do caso Cables:

Os governos já estavam há algum tempo preocupados em perder o controle sobre a informação no mundo da internet. Já os incomodava a liberdade de imprensa. No entanto, haviam aprendido a conviver com os meios tradicionais. Por outro lado, o ciberespaço, povoado de fontes anônimas de informação, é uma ameaça decisiva a esta capacidade de silenciar sobre a qual desde sempre se fundou a dominação.

Mas a prática jornalística não se finda no exercer, em nome da opinião pública, esse papel de controle. Ela também possibilita (e é desejável que possibilite) a articulação de interesses heterogêneos em um espaço público de discussão. Em contraste, na comunicação digital, transparência e heterogeneidade são características distintas, levando às já mencionadas “bolhas informativas”. Por isso, na redescritção que aqui se faz do jornalismo, a preocupação maior é em capacitar o profissional a ampliar os

espaços de diálogos, pois praticar uma ação consciente em direção à diversidade é diferente de ter milhões ou bilhões de usuários e isolá-los em grupos, qualquer que seja o critério para a personalização.

O que se defende então é que, para ser útil no quadro de transformações advindas da tecnologia e entender seu papel no novo ecossistema de comunicação, a reflexão sobre o jornalismo precisa, ao menos, incluir uma discussão dos valores e virtudes que balizam a sua prática. Em *Para além do código digital*, defendo um jornalismo empático e tolerante, efetivado pelo “estar afeto a” e pela solidariedade. Em termos práticos, isso significa um desenvolvimento intelectual que promova a habilidade epistemológica do jornalista de narrar a dor e a humilhação, desejos e perspectivas de pessoas diferentes de nós (do jornalista e de seus leitores). Que estes se tornem os mediadores capazes de dialogar com tolerância, ou seja, praticar o abrir-se à aprendizagem, criando *hic et nunc* as condições dinâmicas para a convivência humana.

Não se trata de uma proposta utópica para reunir toda e qualquer perspectiva, mas de estar aberto a descrever o mundo de modo a aumentar ao máximo a solidariedade e o “estar afeto a” nas relações humanas. Do mesmo modo que, para Otto Groth, a universalidade não significa que o jornal efetivamente deva noticiar todo o mundo diante do leitor (*i.e.*, não significa que deva espelhar o máximo possível do real), mas abarcar a maior variedade possível de assuntos e opiniões, o dialogismo não significa atingir a maior quantidade possível de pessoas, mas de se dirigir para a maior variedade possível de pessoas (de cosmovisões). Não se trata da totalidade objetiva, mas de uma estrutura flexível, em que “a debilidade das ligações internas e a autonomia relativa dos detalhes reunidos, juntados e agrupados como um universo de material” forma a “ca-

racterística da estrutura da universalidade (coletividade das coisas)” (Groth, 2011, p. 184).

Tem-se então que a capacidade empática de interpretar o mundo e estar aberto ao que só é possível quando o jornalista assume sua marca autoral tolerante e a responsabilidade frente aos processos comunicacionais. Outros valores e virtudes podem ser agregados ou contrapostos, mas o caminho epistemológico parece mais frutífero do que regras fixas que ferem a autonomia autoral e não garantem a diversidade (foi o caso do escândalo que levou ao fechamento do jornal *News of the World* na Inglaterra); ou a capitulação às crises de modelos de negócios e de identidade, cujo resultado mais comum é a postura dogmática (o caso da revista *Veja* é exemplar) e o foco cada vez maior no entretenimento.

Desde essa proposta, a resposta para a crise do jornalismo não está no topo da cadeia de comando, mas na reportagem, na figura do repórter e em sua marca autoral responsável. Está na qualificação cognitiva, que pode ser lapidada na universidade: a capacidade de contextualizar as informações; de tomar decisões no cenário de conflitos; fomentar o diálogo e não apenas realizar a curadoria do ambiente informativo.

Trata-se de um programa de qualificação que não exige grande aparatos técnicos ou tecnológicos. Por isso, o jornalismo epistemologicamente informado não está ao alcance apenas de autores diferenciados como Svetlana Alexievich, mas é uma prática a ser experimentada mesmo (ou principalmente) por estudantes dos cursos de jornalismo. Isso desde que a universidade prepare os futuros profissionais para essa valoração epistemológica: para a aventura de conhecer e compreender o Outro e para a virtude do inconformismo diante das fórmulas prontas e das práticas burocratizadas que impedem a percepção do complexo e a capacidade de lidar com o contraditório.

Ao se afastar dessas virtudes, dessa caracterização epistemológica do seu trabalho, o jornalista acaba por buscar metanarrativas imaginárias onde idealiza uma realidade que se explica por relações de causa e consequência e onde ele, o jornalista, se entende como o portador da verdade revelada. Isso não significa que a denúncia de injustiças ou malversações não faça parte do cotidiano de trabalho, mas que suas narrativas não se orientam por um conteúdo programático fechado, como, por exemplo, interpretando toda e qualquer ação política ou social em termos de relações prioritariamente econômicas com foco no livre mercado.

Nesse sentido, o jornalismo falha quando fecha a realidade em uma visão subjetiva homogeneizante que reduz o espaço público a uma única perspectiva possível, o que impede o debate. Reduzindo fenômenos complexos a efeitos de causalidade única, impede a experiência da qual múltiplos sujeitos podem sair modificados do contato presencial (repórter e personagens) ou virtual (repórter e leitores). Agindo dessa maneira, à esquerda e à direita, seja impresso ou digital, resvala no autoritarismo de querer explicar didaticamente o mundo em si desde uma única verdade absoluta.

Por outro lado, o jornalismo se torna necessário quando amplia as narrativas humanas. Quando dissolve as fronteiras de entendimento entre indivíduos pertencentes a grupos sociais distintos, a matrizes culturais diferentes, deixando de ser uma atividade técnica para se tornar um ato intelectual definido pelo exercício do diálogo social. E, como tal, dilui também as fronteiras que o separam da ciência e da arte: caracterizando, assim, a prática jornalística, talvez Svetlana se sinta mais à vontade para assumir-se como repórter.

Enfim, considerando limitada a prática que se caracteriza por um conjunto de normas destinadas a espelhar

o real, que simplifica a realidade complexa para daí extrair verdades consolidadas, refaz-se o arsenal simbólico que distingue o jornalista e desloca-se seu espaço de atuação. Já Nietzsche definia verdade como um “exército móvel de metáforas”, o que equivale a dizer “abandonar toda a ideia de ‘representação da realidade’ através da linguagem e, portanto, a ideia de se encontrar um contexto único para todas as vidas humanas”. O mundo verdadeiro de Platão se torna assim uma fábula e a consolação frente à morte deixa de ser uma transcendência da “condição animal” para se configurar como um “tipo peculiar de animal mortal” que redescreve “a si próprio nos seus próprios termos”, aquele que cria a si próprio. Nesse sentido, “criar a nossa mente é criar a nossa linguagem, em vez de deixar a extensão de nossa mente ser definida pela linguagem deixada por outros seres humanos” (Rorty, 1994, p. 52).

Inspirando-se nesta visão, pensa-se o jornalismo desde um processo de autoconhecimento (considerando suas contingências e possibilidades) e autocriação – a invenção de novas metáforas, de novas formas de descrever a prática jornalística, reinventando o conjunto linguístico herdado e abandonando a metáfora objetivista do “espelho do real”. Começa-se assumindo integralmente as responsabilidades inerentes ao processo comunicacional que visa à edificação do espaço público e o endossamento democrático. Em seguida, contesta o discurso da verdade revelada e o “deve-ser” da deontologia. Por fim, chega-se à redescrição capaz de acompanhar as transformações do mundo contemporâneo e dar novo sentido para a prática jornalística.

Isso não significa uma evolução histórica de um determinado conceito a outro, começando no jornalismo panfletário que tinha a missão de civilizar o mundo no século XIX, passando pela produção industrial técnica e

objetivista do século XX para, daí, chegarmos ao dialogismo do século XXI. Trata-se, outrossim, de reconhecer a dinâmica de processos complexos e ter a capacidade de repensar uma atividade essencial para a democracia. A saber, a tarefa de, assumindo responsabilidades, contestar verdades e criar valores.

Ao buscar essa ressignificação, ao abandonar antigas metáforas, também são rejeitadas aquelas produzidas com base nas características tecnológicas dos meios, entendendo que estas é que devem ser apropriadas a partir de uma visão epistemológica do lugar do jornalismo na sociedade. Afinal, como salienta Rorty (1994, p. 56),

fracassar como poeta – e, portanto, para Nietzsche, fracassar como ser humano – é aceitar a descrição que outra pessoa faça de nós, executar um programa previamente preparado, escrever, quando muito, variações elegantes de poemas anteriormente escritos.

Por isso se evita a substituição das velhas metáforas pelos termos, como curadoria ou *crowdsourcing*, cunhados desde uma prática em que se valoriza a capacidade de lidar com grandes massas de dados em bancos digitais ou de configurar *softwares*. No lugar de querer competir com as redes digitais em velocidade e quantidade de informação, buscando a instantaneidade do tempo desrealizado⁴ que prejudica a apuração, o aprofundamento e contextualização dos fatos, o jornalismo desde essa visão epistemológica vê-se livre para construir seu próprio tempo diferenciado, não apenas dando voz aos que estão à margem dos fluxos informati-

⁴ O termo é de Muniz Sodré para o qual Saad explica: “em tempos de novas mídias é difícil conceber qualquer ação de comunicação associada a variáveis como cronologia, duração e segmentação por conta da velocidade de transmissão da rede” (Saad, 2008, p. 2312).

vos, mas também criando espaços de comunicação onde convivam e interajam perspectivas conflitantes.

Reino da improvisação e da espontaneidade, o Jornalismo se disciplinou desde a noção fundante de objetividade. Uma objetividade normatizada e burocratizada que lhe retira o frescor da atualidade, a densidade, a profundidade, a criatividade, a sua importância. Com a redescritção fundada na neutralidade inclusiva e tolerante, na autonomia responsável e na imparcialidade empática a outros valores, imagina-se

um jornalismo mais bem qualificado para as contingências epistemológicas aqui colocadas e também para aquelas da vida prática no momento em que se dá a produção da reportagem. Não é uma afirmação do que o jornalismo deve ser, mas uma trama conceitual que descreve uma prática visando que ela se torne um instrumento para narrar a realidade de modo permitir uma relação mais solidária e tolerante. Trata-se de uma mudança decorrente da compreensão do mundo, que busca fornecer novos conjuntos de inquietações, cujo propósito é colocar o diferente em dialogia, abrir espaços de conversação identificando o que é comunicável e restringindo o dogmático (Sandano, no prelo).

Nesse aspecto, tendo em mente que “a pessoa que usa as palavras que, como estas, nunca antes foram usadas, é a mais capaz de apreciar a sua própria contingência” (Rorty, 1994, p. 53), buscou-se nas noções de empatia e tolerância o apoio para redefinir conceitos fundantes da objetividade e da imparcialidade. Baseando-se na autoria e na responsabilidade, busca-se uma referência para a sua especificidade, rejeitando noções como a da neutralidade, que passa a ser redefinida como neutralidade inclusiva, isto é, não mais como a prática mais objetiva possível, espelho do real, mas sim como uma estratégia comunicativa que interpreta diferentes visões de mundo e coloca-as em dialogia dentro de um espaço público de conversação.

E rejeitando os determinismos deontológicos, reafirma-se a autonomia do jornalista-autor, do narrador com marca autoral própria inspirado simultaneamente pela arte e pela ciência. Da razão para a imaginação, não há uma verdade, mas um sentido construído dinamicamente diante das contingências e das respostas a essas contingências. Diante da grande diversidade de temas e interesses, a única constante é a disposição em aprender, aprender com o Outro a compreender a realidade com todas suas indeterminações e complexidades.

Referências

BOWMAN, Shayne; WILLIS, Chris. **We media**: How audiences are shaping the future of news and information. Reston: The media center at the american press institute, 2003.

CASTELLS, Manuel. ¿Quién teme a Wikileaks? **La Vanguardia**. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20101030/54063188163/quien-teme-a-wikileaks.html#ixzz3plo08tbc>>. Acesso em: 27 out. 2015.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

LLOSA, Mario Vargas. Jornalismo e criação: o 'plano americano'. **O Estado de S.Paulo**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,jornalismo-e-criacao-o-plano-americano-,1033238,0.htm>>.

MANGUEL, Alberto. Reinventing the Library. **The New York Times**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/10/24/opinion/reinventing-the-library.html?smtyp=cur&_r=0>. Acesso em: 25 out. 2015.

MEDINA, Cremilda. Caminhos e descaminhos da reportagem ensaio. In: MEDINA, Cremilda. **Caminhos do saber plural**. São Paulo: ECA/USP, 1999.

MORIN, Edgar. **O método 3**: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2008.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

RORTY, Richard. Grandiosidade universalista, profundidade ro-

mântica e finitude humanista. In: SOUZA, José Crisóstomo de (Org.). **Filosofia, racionalidade, democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SAAD CORRÊA, Elizabeth. Reflexões para uma epistemologia da comunicação digital. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), 2008.

SANDANO, Carlos. **Para além do código digital**: o lugar do jornalismo em um mundo interconectado (no prelo).

A palavra que cura, a narrativa e o jornalismo interpretativo¹

Cilene Victor da Silva
Dimas A. Künsch

“Me conte sua história!” Começava mais ou menos desse modo e com essas palavras a conversa, que tendia a ser longa, entre a pessoa que chegava com uma dor, uma angústia, um mal físico ou espiritual qualquer e o médico hipocrático. O objetivo perseguido durante esse momento inicial mediado pela palavra era o de provocar a anamnese, isto é, a memória, a lembrança dos acontecimentos. Não essa lembrança sem história, dos três ou quatro minutos da medicina ordinária dos nossos dias – exceções à parte, Deus seja louvado! –, que resulta de uma pergunta apressada do médico, algo assim como: “E, aí, o que está acontecendo?”.

“Me conte sua história!” O segundo objetivo era o de produzir um diagnóstico, muita conversa depois, à luz dos princípios básicos de que “a vida é breve; a arte, longa; o momento oportuno, fugidio; o juízo, difícil”. O aforismo é um dos mais conhecidos e citados de Hipócrates (460-360 a.C.), o pai da medicina, ou, melhor dizendo, o pai das

¹ Publicado, com o mesmo título e conteúdo, na revista *Líbero*, v. 18, n. 36, p. 15-25, jul./dez. 2015.

artes médicas. O remédio, se de verdade necessário, era reservado lá para o fim. A última coisa.

Sigmund Freud (1856-1939), reconhecidamente um dos maiores nomes dos estudos da psique humana, quase dois mil e quinhentos anos depois de Hipócrates, trouxe com força para dentro da psicologia o modelo da escuta, dessa escuta às vezes tão rara e difícil.² Fala-se muito, escuta-se pouco. Invenção do pai da psicanálise, a escuta? Não. Os hipocráticos já o sabiam e praticavam.

Carl Gustav Jung (1875-1961), outro gigante dos estudos do inconsciente, repete o tempo todo que quem está ali, na frente do médico, terapeuta ou curador, não é um doente, ou, pior, uma doença, mas um ser humano. É recomendado primeiro escutá-lo, auxiliá-lo para que ele conte a sua história, consolá-lo. Invenção junguiana, tudo isso? Não. Os hipocráticos procuravam agir de acordo com esses conhecimentos.

Esta, nos permitam afirmar, é uma pequena prova de que não temos nenhuma garantia de sermos melhores, mais inteligentes ou avançados que nossos antepassados. “Chegará um tempo”, contou certa vez o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, “em que teremos que recuperar, com atraso, tantas coisas que possuíamos quando nos chamavam de atrasados.”

Nos muitos livros e artigos que escreveu, Santos gosta de criticar certo modelo meio equivocadamente de ciência – e a medicina é uma ciência – que opera com tranquilidade na base da relação sujeito-objeto, fazendo do outro, da outra pessoa, não um sujeito, e, sim, uma coisa. Esse

² Rubem Alves, em *O amor que acende a lua* (2002), escreve que todo mundo gosta muito de aprender a falar, mas que ninguém está disposto a aprender a ouvir. Ouvir é coisa demorada, exige um tempo de dedicação ao outro. Ouvir, de verdade, pede atenção total ao outro. Por que não implantar cursos de Escutatória, como há os de Oratória?, ele se pergunta.

modelo de ciência desqualifica o que não consegue colocar na gaveta apertada de seu método. E joga para debaixo do tapete as questões que não sabe ou não quer explicar.

“Me conte sua história!” Aqui, nos espaços de atuação do médico-artista-mediador-curador hipocrático, ninguém é “paciente”. Aliás, paciente acaba até por se transformar numa palavra feia, que provoca um enorme ruído na comunicação entre o médico e a pessoa doente. Porque, enfim, esse alguém que está aí é, antes de qualquer outra coisa, uma pessoa, ser humano, gente. E cabe reconhecer a ela, em primeiro lugar, o seu direito inalienável à palavra.

Paulo Freire (2011, p. 108) tinha uma maneira muito elegante e forte de dizer isso: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra”. O direito de todo ser humano à palavra foi o que Freire mais buscou em suas práticas de alfabetização e educação libertadora. Um direito que é roubado do sujeito, do empobrecido, das pessoas comuns, que acabam por ser transformadas, nas palavras de Freire, em objetos da sociedade. Uma coisa incidente do pensamento dos outros. Um objeto pensado. Nunca um sujeito pensante. Na visão desse grande educador brasileiro, dizer a própria palavra é o que significa verdadeiramente ser livre.³

A narrativa põe ordem no caos

A atitude hipocrática de reconhecer o direito sagrado da pessoa à palavra revela uma das percepções mais inteligentes de como se processa, no concreto da vida, aquilo que, com muitos autores, podemos chamar de o poder terapêutico da palavra, da fala ou, mais propriamente,

³ “A violência começa onde termina a fala”, escreve Hannah Arendt (2008, p. 331) no contexto da crítica a toda forma de totalitarismo e, particularmente, ao nacional-socialismo, de que foi uma das vítimas, por ser judia.

da narrativa. Temos, nesse modo de ver as coisas, magistralmente apresentada, uma verdadeira teoria do conhecimento, fundada na velha e boa arte de contar histórias, a arte da narrativa.

Em texto no qual discute a origem e a importância das narrativas míticas, as primeiras e mais antigas histórias humanas que conhecemos – por isso Joseph Campbell (2005, p. 15), um dos mais importantes estudiosos contemporâneos do mito, fala do “círculo básico e mágico do mito” como fonte inesgotável de todas as nossas narrativas –, Karen Armstrong (2005, p. 8) explica que, desde sempre, contamos histórias, e que essas histórias “permitem situar nossas vidas num cenário mais amplo e nos dão a sensação de que a vida, apesar de todas as provas caóticas e arrasadoras em contrário, possui valor e significado”.

Precisamos das histórias como o corpo necessita da água para beber e do ar para respirar. Por isso, “a mitologia, da mesma forma que a ciência e a tecnologia, nos leva a viver mais intensamente neste mundo, e não a nos afastarmos dele”, continua Armstrong (2005, p. 9). As histórias oferecem sentidos para o viver. Articulam, constroem nexos entre as mais diferentes formas de se atribuir sentido às coisas.

É assim na vida dos grupos humanos e é também assim na vida dos indivíduos. No pensamento hipocrático, o mal que se instaura no corpo ou na mente de qualquer pessoa mantém ligações com o todo, com a sociedade e com o universo. Nesse modelo holístico de pensamento, jamais se pode imaginar uma separação entre corpo e alma; corpo e espírito; razão, emoção e experiência; indivíduo, sociedade e universo.

Assim, de acordo com os preceitos da medicina hipocrática, o poder terapêutico da palavra começa a existir e a revelar seus efeitos positivos lá onde alguém assume

essa palavra e, como sujeito, conta a própria história. Não é, mais uma vez, um paciente quem está diante do médico, e, sim, um agente.

O caos, o desequilíbrio, a desarmonia que o mal representa começa desse modo a virar cosmos, a representar uma ordem possível de sentidos por meio da história que a pessoa conta. O sujeito se instaura como sujeito, agente, protagonista, no ato de fazer uso da palavra e de costurar os sentidos de sua vida em desordem. No contexto da narrativa, a famosa frase de René Descartes (1596-1650), *cogito ergo sum* (penso logo existo), poderia ser lida como *loquor ergo sum* (falo logo existo).⁴

Para auxiliá-lo nesse verdadeiro movimento interno e externo de libertação, o médico-mediador-curador hipocrático tinha lá as suas estratégias. Ele tentava, na verdade, entrar em comunicação com a alma da pessoa, com o mais profundo dela. E, para tanto, nada melhor que o que eles chamavam de “doce persuasão”: a fala mansa e cuidadosa, a serenidade de espírito, com o objetivo de animar a pessoa, incitando-a a acreditar na possibilidade da cura, consolando-a. A música e a poesia também prestavam uma bela ajuda: uma vez instaurado o caos e a desarmonia na vida da pessoa, ela precisa de calma para reencontrar o seu eixo, tanto quanto precisa resgatar a fala e o seu lugar de fala para restabelecer a ordem e a harmonia perdidas.⁵

4 Walter Benjamin escreveu um texto, bem curtinho, cujo título alemão é “Erzählung und Heilung” (Narrativa e cura, em português). Nesse texto, Benjamin fala sobre os efeitos de se contar histórias para uma criança doente. Uma das observações de Benjamin traduz, com perfeição, o pensamento hipocrático: “Também se sabe como a narrativa que o doente faz ao médico no começo do tratamento pode tornar-se o início de um processo de cura”, ele diz (apud Baitello Junior, 2014, p. 57).

5 O que é um homem, ou uma pessoa normal? A pergunta foi feita ao

Toda essa longa e atenta conversa hipocrática – a arte da “escutatória”, antes de tudo – encerrava com um conselho: “Cuide bem do que você come”. Alimentar-se mal, comer mal e demais, sobretudo à noite, faz com que a pessoa não durma bem, não descanse de verdade, não sonhe os sonhos de que necessita para, segundo Jung, compensar, muitas vezes, os dissabores, os comportamentos e as atitudes unilaterais da vida. A arte médica hipocrática não podia, de forma alguma, se dissociar de uma dietética. “Era, portanto, com o auxílio das Musas que o médico agia sobre a alma do doente”, conta Marilena Chauí (2002, p. 156).⁶

A ordem no caos da notícia

A ideia de que as histórias que contamos, de todos os tipos, representam uma tentativa de ordenar o caos de sentidos é recorrente nos estudos da narrativa em geral e do jornalismo em particular. É como se, por meio das histórias que os jornalistas contam, das matérias que produzem – e o jornalista é, no melhor dos sentidos, um contador de histórias sobre o momento presente –, um universo às vezes muito disparatado de sentidos começasse de alguma maneira a se organizar na mente, nos corações, na vida das pessoas e dos grupos que leem jornal, ouvem rádio ou

neurocientista Oliver Sacks pelo escritor e roteirista francês Jean-Claude Carrière. A resposta, segundo Carrière, teria sido a seguinte: “(...) um homem normal talvez seja aquele que é capaz de contar sua própria história. Ele sabe de onde vem (tem uma origem, um passado, uma memória em ordem) e acredita saber onde vai (ele tem projetos e a morte, no final)” (apud Garcia, 2015, p. 2). “Para Sacks”, continua Camila Lopes Garcia, na mesma página, “quando o sujeito é capaz de se situar no movimento de um relato, da narrativa, o diagnóstico é positivo – ou tecnicamente negativo para a doença”.

6 Para toda essa parte sobre a medicina hipocrática, ver “A arte médica”, em Chauí (2002, p. 145-156), em quem nos inspiramos para escrever sobre o pai da medicina.

veem TV, que navegam pelos sites, páginas e blogs noticiosos. No sentido negativo, é possível pensar que também o contrário às vezes ocorre – e, aí, a pergunta é se o que está se fazendo é jornalismo ou outra coisa, abominável, geradora de maior confusão.

Auxiliar as pessoas na difícil tarefa de se orientar em meio aos muitos fatos do presente, com seus distintos significados, ângulos possíveis de observação e entendimento, múltiplos personagens envolvidos, fontes de informação também diversas etc.: eis aí uma das tarefas primordiais do agir jornalístico, a função social que o jornalista exerce, uma das mais importantes.⁷ Porque, desorientada, a pessoa fica sem rumo. Perde o chão de debaixo dos pés. Psicologicamente falando, cai no buraco. Entra em depressão.⁸

7 O poder de orientar-se na vida e no mundo constitui o melhor resultado possível da cura exercida pela palavra e, por extensão, da ordem de sentidos que a narrativa permite estabelecer. O romeno e estudioso de mito Mircea Eliade (1907-1986), na obra *O sagrado e o profano*, faz do sentido de orientação a base da atitude religiosa dos povos ancestrais. A orientação não se faz possível no caos. O cosmos é recriado pelo homem no momento em que ele transforma ritualmente o profano em sagrado, por meio do estabelecimento de pontos fixos, referências ou “centros do mundo” (como templos, monumentos, objetos, montanhas...). “Na extensão homogênea e infinita onde não é possível nem um ponto de referência, e onde, portanto, nenhuma *orientação* pode efetuar-se, a hierofania revela um ‘ponto fixo’ absoluto, um ‘Centro’” (Eliade, 2010, p. 26. Grifo do autor). A imagem é boa para o entendimento do jornalismo, na parte que lhe cabe no imenso território da produção de sentidos sobre o mundo e sobre a vida.

8 Há aqui um amplo campo de estudos, para se saber em que termos e até onde o nosso admirável mundo, dito pós-moderno, detentor das mais avançadas tecnologias digitais e de uma produção fantástica de informação etc., tanto quanto de pressa, correria e desorientação, não tem como destino último a farmácia da esquina. Sem falar em outros tantos lugares onde o “soma”, a droga servida a cada momento, na obra *O admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, para combater a tristeza e

O pesquisador português Nelson Traquina, apoiando-se num conceito, desenvolvido no início dos anos 1990 por Barbie Zelizer na obra *Journalists as interpretative community*, fala de uma “comunidade interpretativa”, que ele considera ser hoje “transnacional”, para se referir à “tribo jornalística” (2005).

Essa expressão, “comunidade interpretativa”, parece bem apropriada às mais nobres intenções do jornalismo, ainda que mereça algum ajuste: ver-se-á, adiante, que o jornalista é, antes, um mediador, é alguém que trabalha para que a interpretação se torne possível, e que o ato interpretativo traduz, de fato, um movimento em primeiro lugar do leitor, da audiência, do cidadão. Entre as muitas vozes que falam (polifonia) e entre os muitos sentidos que circulam pelo social (polissemia), as pessoas vão tecendo relações e postulando teias de sentidos que ajudam na arte de se orientarem na vida presente, num processo que pode ser chamado de “produção social de sentidos”.

Polifonia e polissemia, como dialogismo e intertextualidade, são termos preciosos e que nos remetem a Bakhtin (1895-1975), como deixam explícito Barros e Fiorin (1994). O professor de comunicação e escritor paranaense Cristovão Tezza comenta, num texto que escreveu sobre Bakhtin:

Nossas palavras não são “nossas” apenas; elas nascem, vivem e morrem na fronteira do nosso mundo e do mundo alheio; elas são respostas explícitas ou implícitas às palavras do outro, elas só se iluminam no poderoso pano de fundo das mil vozes que nos rodeiam (Tezza, 1988, p. 55).

a angústia, pode ser facilmente encontrado, ainda que caro. O “afastamento”, a que se referia Freud em *O mal-estar na civilização*, pode ser adquirido, hoje, nos templos do consumo exacerbado, tanto quanto nos regimes ditatoriais do culto à beleza, à fama, ao corpo perfeito...

Dá para lembrar o poema de João Cabral de Melo e Neto, “Um galo sozinho não tece uma manhã”:

Um galo sozinho não tece uma manhã
Ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
E o lance a outro; de um outro galo
Que apanhe o grito que um galo antes
E o lance a outro; e de outros galos
Que com muitos outros galos se cruzem
Os fios de sol de seus gritos de galo,
Para que a manhã, desde uma teia tênue,
Se vá tecendo, entre todos os galos.

Medina, em *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano* (2003), diz que uma definição simples de narrativa é aquela que a entende “como uma das respostas humanas diante do caos”. O que tece o presente, fazendo disso uma arte, na visão da autora, é o jornalismo. Ela continua:

Dotado da capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, a inteligência humana organiza o caos em um cosmos. O que se diz da realidade constitui outra realidade, a simbólica. Sem essa produção cultural – a narrativa –, o humano ser não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as invisibilidades da vida. Mais do que talento de alguns, poder narrar é uma necessidade vital (Medina, 2003, p. 47-48).

Encontram-se aí, lado a lado, resumidas, as coisas sobre as quais vimos falando nas páginas anteriores: o poder da narrativa de organizar o caos em cosmos; a narrativa como expressão/constituição do humano; o sentido de orientação, ou, como expressa a autora, o afirmar-se “perante a desorganização e as invisibilidades da vida”.

Produção simbólica, representação

De modo algum é possível não reconhecer a relevância, para o estudo e a prática jornalística, de outra verdade, sobre a qual insiste Medina: a produção de sentidos, que ativa a expressão do sujeito e a possibilidade de organizar o caos em cosmos, é simbólica. É representação. Não é o mundo. Não é a coisa. Não é o acontecimento. É um falar sobre o mundo. É cultura. É construção de sentido. Nesta, como em outras de suas obras, a autora se apoia na noção de cultura desenvolvida pelo antropólogo argentino Néstor García Canclini, que assim se expressa sobre o modo como entende o que é cultura em seu trabalho:

Preferimos restringir o uso do termo cultura para a produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido (Canclini, 1983, p. 29).

A chamada de atenção é correta e justa: os sentidos que se constroem nas histórias que se contam, além de proporcionarem a ordenação do mundo, estão bem longe de ser assépticos, ou isentos de significação para a vida do indivíduo e da sociedade. Eles podem contribuir, como defende Canclini, para administrar, renovar ou reestruturar o dado social. Podem legitimar o status quo, tanto quanto podem, numa direção contrária, contribuir para a tomada de consciência do cidadão no mundo. Podem servir aos interesses dos grupos e classes dirigentes, aos poderes estabelecidos, ao mercado e ao consumo, como podem, de novo numa outra direção, tornar menos dramática a vida no planeta e do planeta, e menos ameaçador, o futuro.

No sentido negativo, quando falamos em jornalismo, trata-se do que antes chamávamos de abominável: as histórias mal contadas, ideologicamente viciadas ou superficialmente apuradas, que mais confundem que orientam.

Essas opções, no entanto, não se oferecem ao cidadão de forma clara e límpida, sem conflitos. Não há isenção de conflitos possível. Não existem apenas anjos e aleluias nessa história, como a experiência mostra, *ad nauseam*. O social, como se sabe, é um campo de conflitos. E viver, como lembra Guimarães Rosa em *Grande sertão: veredas*, é perigoso.

“Só dispomos da narrativa para reafirmar a existência do mundo e para nos situarmos nele”, escreve Luiz Gonzaga Motta (2009, p. 8), para quem “nós nos contamos seguidamente histórias e mais histórias porque, afinal, nossas vidas merecem ser contadas, como observa Paul Ricoeur” (Motta, 2009, p. 1). O autor prossegue, tendo como pano de fundo a propensão humana de organizar os sentidos pela via da narrativa (*propensity to tell stories*):

A compulsão para contar histórias provém da necessidade humana de organizar a experiência e torná-la pública. Nos contamos tantas histórias porque elas representam nossas ações e situações de vida, nossa história e memória. Representam o mundo de forma coerente e compreensível. Ajudam a entender a aventura humana e organizar nossas experiências no transcurso da vida (Motta, 1969, p. 1-2).

No texto que estamos citando, Motta defende a hipótese de que, mais do que representar, a narrativa possui a força de instituir a realidade (*o story shaped world*). Apresenta, mais que representa. Chama à existência, mais do que a reproduz simbolicamente, e, o fazendo, dá sentido e organiza o mundo.

A nossa autoria de narrativas, diz J. M. Mendes, não visa o retrato racional da realidade nem o retrato da realidade racional. As narrativas não são espelhos de nada. Elas próprias produzem a realidade, a organizam tendo em vista a ação. O trabalho da narrativa é ordenar a experiência, tentar ordenar o mundo *em confronto com ele*, experimentando-o, sondando-o continuamente (Motta, 2009, p. 7. Grifo do autor).

O modo de a narrativa organizar os sentidos do mundo, representá-lo, ou, como propõe Motta, de instituí-lo, ocorre, pois, na linha do que lembra Canclini, citado antes, tanto com o intuito de administrar ou de preservar o mundo e a sociedade tal como eles se apresentam, como com o propósito de transformá-los, de humanizá-los, de fazer deles um lugar de maior cidadania, democracia, justiça, paz.

As narrativas em geral, e a jornalística em particular, afirma Motta (2009, p. 10), “explicam, ensinam, instituem o mundo, nosso mundo”, embora o caráter narrativo do texto jornalístico não seja tão evidente nem se revele facilmente, “até porque a razão jornalística, em sua pretensão de verdade, nega que narra” (Motta, 2009, p. 11). “O ato narrativo jornalístico é, na verdade, lugar de disputa pela voz, onde os antagonismos se enfrentam por versões consistentes que persuadam os destinatários” (Motta, 2009, p. 12).

Luiz Beltrão e o jornalismo interpretativo

A negação da narrativa por parte do jornalismo, mencionada por Motta, só pode mesmo advir de espaços onde impera aquilo que Edgar Morin, o grande promotor do pensamento da complexidade, em várias de suas obras, costuma chamar de “inteligência cega”. Ou do mais puro reducionismo. Porque o melhor do jornalismo de todos os

tempos, aquilo que conseguiu escapar à efemeridade do instante, nunca apresentou dificuldade alguma de se ver e entender como narrativa.

Deixando até onde possível de lado a arrogante pretensão de alcançar uma verdade última, para sublinhar o valor inestimável dos contextos, das vozes e dos sentidos, dos diagnósticos e prognósticos, das histórias de vida e de toda espécie de aprofundamento, esse modelo de jornalismo – que estamos chamando de interpretativo – possui uma história já longa.

Tendo surgido há cerca de um século para fazer frente à crise da notícia, apresenta-se hoje, novamente – esta é a hipótese que defendemos –, como uma alternativa à notícia ligeira, ao factual, ao *hard news*. Mais que uma alternativa, uma urgência. Quase uma questão de sobrevivência.

Essa história é curiosa. Em agosto de 1967, numa palestra que deu por ocasião do aniversário de 20 anos da “Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero”, Luiz Beltrão (1918-1986), um dos fundadores do curso de Jornalismo da Católica de Pernambuco, em 1961 – o primeiro foi o da Cásper Líbero, em 1947 – falou sobre a importância do fortalecimento da pesquisa em comunicação e, no meio da conversa, defendeu com veemência a adoção do jornalismo interpretativo.

Beltrão se referia explicitamente à crise de um modelo de jornalismo impresso, frente ao avanço da informação noticiosa pelo rádio e pela televisão. Por que, ele se perguntava, em Brasília, os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo vendiam mais exemplares que o jornal local, o *Correio Braziliense*? E respondia:

Porque mais informativos, mais bem apresentados, com mais tradição e correspondendo melhor ao gosto do leitor, pelas técnicas de redação mais modernas, e, **sobre tudo, pela interpretação que sempre ofere-**

cem de notícias divulgadas, os jornais de fora gozam de mais popularidade e conceito do que o “Correio Braziliense”, a despeito de algumas vantagens que este apresenta, como, p. ex., o noticiário local atualizado. A preferência do público naturalmente recai sobre o melhor produto, norma, de resto, eminentemente comercial (Beltrão, 1968, p. 21. Grifo nosso).

Em outro trecho, Beltrão volta ao tema do jornalismo interpretativo, entendido por ele como “elementos de juízo” para dar conta dos anseios de uma “massa elevada gradativamente no campo do conhecimento”:

Enquanto os teóricos e intelectuais de gabinete se entregam a elucubrações em torno das vantagens ou dos prejuízos causados pelo rádio e pela TV, a massa se eleva gradativamente no campo do conhecimento e anseia por **elementos de juízo**, que só o jornalismo interpretativo lhe pode fornecer (Beltrão, 1968, p. 24. Grifo do autor).

Um dos pioneiros dos estudos de Comunicação no Brasil, Beltrão se ocupa, na sequência, com a explicitação do que é para ele o jornalismo interpretativo, a ser praticado pelo “agente cultural, porta-voz e condutor da massa”, o jornalista:

Não mais opiniões baseadas em escalas de valores e princípios ideológicos arquitetados pelo cérebro privilegiado de algum jornalista, filósofo ou moralista iluminado; mas dados estatísticos, entrevistas, experimentações de campo e de laboratório – fatos interpretados em sua origem e na evolução até a apresentação fundamentada das suas consequências – à base de pesquisa e observação participante do agente cultural da comunicação, porta-voz e condutor da massa, com ela misturado e não isolado e sobranceiro. Só a investigação levará o jornalista a esse câmbio, sem que se sinta frustrado pela perda de sua onisciência (Beltrão, 1968, p. 24).⁹

9 A grafia dos termos foi atualizada, basicamente no item referente à acentuação gráfica.

Anos depois, em 1976, Beltrão lançaria, pela editora Sulina, de Porto Alegre, o seu *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*, como resultado de um curso que deu sobre o tema, no ano anterior, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Na obra, ele assim descreve os contornos da interpretação em jornalismo:

A **notícia fenomênica**, de trâmite bastante elementar, requer uma tarefa muito menos complicada que a **interpretada**, em que é necessário esquadriñar sua entranha, procurando seus antecedentes melhores, e projetar uma visão futura, formulando um prognóstico atilado, sóbrio e inteligente, para não cair em demasias subjetivas (Beltrão, 1980, p. 51. Grifos do autor).

Jamais dissociando prática profissional e acadêmica, estudo e pesquisa teórica e empírica, Beltrão foi buscar no *Jornal da Tarde* de então, um dos celeiros brasileiros da (grande-)reportagem, a aplicação dos princípios e técnicas do que ele chamava, com todas as letras, de jornalismo interpretativo. Uma das matérias analisadas, distribuída por seis páginas, falava do fim da guerra do Vietnã. As outras duas, também extensas (distribuídas em quatro e em três páginas, respectivamente), tratavam, a primeira, do tema do salário mínimo e a segunda, da crise política em Portugal.

Crise de informação na pátria da notícia

São tantas as árvores, que já não se consegue mais visualizar o bosque. *Vor lauter Bäume, sieht man den Wald nicht mehr*, em alemão. Transposto para a história atual do jornalismo, o provérbio alemão ficaria mais ou menos assim: temos muita informação, até demais, mas quem é que consegue ver e entender o que está acontecendo? Ou, de outra maneira: de informação também se morre..., paradoxalmente, na ignorância.

O paradoxo de se dispor de muita informação e, ao mesmo tempo, se sentir desinformado, desorientado, pode até ser muito mais intenso nos dias que correm por causa das múltiplas facilidades tecnológicas, mas não é novo. Essa situação inusitada gerou uma demanda por jornalismo em profundidade, nos Estados Unidos, a chamada pátria da notícia, já no início do século XX.

Essa sensação ruim de perda de orientação, como resultado de muita informação e pouco nexos entre as notícias, de pouca conversa entre uma narrativa e outra, uma informação e outra, se reforçou de maneira especial durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como escrevem Medina e Leandro, em *A arte de tecer o presente: jornalismo interpretativo*. Era como se o mundo tivesse enlouquecido e as pessoas não soubessem bem por quê.

Publicada em 1973, a obra – que durante muitos anos serviria como espécie de manual para os cursos da disciplina Jornalismo Interpretativo criados no período (ao lado das categorias da Informação e da Opinião) –, revelava que o jornalismo impresso brasileiro estava se dando cada vez melhor com a reportagem, ou jornalismo de profundidade. As duas mais importantes escolas da reportagem do País, a revista *Realidade* e, como já anotado, o *Jornal da Tarde*, nascidos ambos na segunda metade da década anterior, arrebatavam literalmente os corações dos públicos mais exigentes, desejosos de conhecer o Brasil e as mudanças que dentro e fora do País estavam se processando.

A época, portanto, desde o início do século e, sobretudo, nos Estados Unidos, era de grandes mudanças, também nos espaços da produção jornalística. E culminaria em uma resposta, das mais brilhantes, à forte demanda do cidadão por informação de qualidade e em profundidade.

Já não bastava a notícia, com sua gramática, estabelecida no século XIX, do *lead* e da pirâmide invertida.

A fórmula notícia – cujo papel é “informar de maneira rápida, clara, precisa, exata, objetiva” – vinha sendo criticada, com ênfase cada vez maior, desde a virada do século, não exatamente por ser ruim, mas, principalmente, por ser em geral “superficial, incompleta” (Lima, 2009, p. 17). Com o tempo, desenvolveu-se a chamada “notícia redonda”, menos ligeira e superficial, mas ainda incapaz de responder às críticas. No início do século XX, nasce a reportagem, como “ampliação do relato simples, raso, para uma dimensão contextual”, e daí a grande-reportagem e o livro-reportagem (Lima, 2009, p. 18).¹⁰

A reportagem começa a se esboçar definitivamente no jornalismo atrelada a um novo veículo de comunicação periódica criado nos anos 1920, e a uma nova categoria de prática da informação jornalística, que tem seus primeiros passos definidos também nessa época: a revista semanal de informação geral e o *jornalismo interpretativo* (Lima, 2009, p. 18. Grifo do autor).¹¹

10 Seria possível perseguir essa história do nascedouro da reportagem também no Brasil, a começar pelo lançamento do clássico *Os sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902. João do Rio, nas primeiras décadas do século XX, desempenha um dos papéis mais brilhantes nessa história, registrado nos vários livros que publicou. A história de um e de outro e seus significados para uma trajetória da reportagem pode ser acompanhada em Lima (2009, p. 211-224). Fora do Brasil, não há como não mencionar John Reed, com seu livro-reportagem *México rebelde* (1914), sobre a revolução mexicana, e, principalmente, com *Os dez dias que abalaram o mundo* (1919), sobre a revolução russa de 1917, considerado um dos melhores trabalhos jornalísticos do século XX. Ao contrário do que alguns estudos tentam fazer crer, a boa e grande reportagem não nasceu nos anos 1960, com o fenômeno conhecido como *New Journalism*.

11 A primeira revista semanal de informação geral foi a *Time*, lançada nos Estados Unidos, em 1923, por Henry Luce e Briton Hadden. O mo-

Na década de 1930, Curtis MacDougall lança nos Estados Unidos um clássico do jornalismo interpretativo, a obra *Interpretative reporting*, em que alerta para “uma crescente demanda por noticiário em profundidade”, como escrevem Medina e Leandro. O jornalismo, nas palavras dos dois autores brasileiros, devia mostrar os bastidores das ações, relatar as notícias dentro da moldura da vida e das experiências do leitor, apontar o sentido dos fatos e as perspectivas das notícias diárias, o significado das ocorrências, a relevância das correntes dos acontecimentos (Medina e Leandro, 1973, p. 13).

Movidos, na época, por uma forte razão de natureza racionalista – o jornalismo interpretativo era visto, basicamente, como a informação explicativa ou analítica¹² –, e tendo buscado em Marx, Nietzsche e Freud subsídios para uma teoria da interpretação, os autores assinalavam que fazer jornalismo interpretativo é “não se contentar com um relato mais ou menos perceptivo do que está acontecendo, mas buscar um aprofundamento” (Medina e Leandro, 1973, p. 15).

Eles distinguiam, então, entre interpretar e opinar, entendendo a interpretação como “o esforço de determinar o sentido de um fato, através da rede de forças que atua nele – não a atitude de valoração desse fato ou de seu sentido, como se faz em jornalismo opinativo” (Medina e Leandro, 1973, p. 16).

Aqui, nesse primeiro esforço brasileiro de entender o que pode vir a ser a interpretação, “o sentido de um fato” (a palavra “sentido”, curiosamente, no singular) ainda é

delo foi sendo copiado mundo afora. No bojo dessas mudanças nasceu no Brasil, em 1929, a revista *O Cruzeiro*, ilustrada, ocupada em fazer reportagem.

12 Ver em “Poética da interpretação” (Medina, 2003, p. 125-136) a leitura que Medina faz dos esforços empreendidos trinta anos antes, junto com Paulo Roberto Leandro, para entender a interpretação.

“determinado”, supostamente, pela pessoa do jornalista-repórter. Não é bem isso que jornalismo interpretativo significa, uma vez que o sujeito da interpretação não pode ser outro que o próprio cidadão.¹³ Mas as ideias-chave da ampliação e do aprofundamento, bem como da centralidade do humano na produção da informação de atualidade, estão aí. Em *Notícia, um produto à venda*, publicado em 1978, Medina retomaria o assunto:

As linhas de tempo e espaço se enriquecem: enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a grande-reportagem abre o aqui num círculo amplo, reconstitui o já no antes e depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da complementação de fatos que situam ou explicam o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato, a reportagem leva a um quadro interpretativo (Medina, 1988, p. 115).

Jornalismo interpretativo hoje

Que oportunidades teria hoje o jornalismo interpretativo, nada menos que cem anos depois de seu nascimento e numa época como esta nossa, em que o velho, bom e sempre necessário jornalismo atravessa um período de forte crise, pelas razões que mais ou menos se conhecem?

Duas precisões se fazem de início necessárias. A primeira é a que aconselha a distinguir entre o que se anuncia como um provável fim do velho modelo de produção e distribuição da informação (o modelo da comunicação de massa, para simplificar), de um lado, e, de outro, o lugar e a importância social e política do jornalismo. A possível

13 Uma visão atual e abrangente do jornalismo interpretativo pode ser encontrada em *Páginas ampliadas* (Lima, 2009), que, entre outros temas interessantes, traz um amplo estudo sobre o *New Journalism* e, no caso brasileiro, a revista *Realidade*.

morte do primeiro não precisa ter nada a ver com uma ameaça à vida do segundo.

A produção e disseminação de informações, notícias e dados são direta e, ora, positivamente impactadas pelo avanço tecnológico no campo da ciência da informação. Atrelado a novas tecnologias, esse modelo mudará a cada instante sem, no entanto, alterar a essência e o papel social do jornalismo.

E, aí, já estamos na segunda precisão necessária: a de que a palavra crise, originalmente grega, não tem a ver com desgraça, morte e fim. A crise é, sim, um momento de se tomar decisões, eleger novos caminhos, saber separar o que presta do que não presta, o que valia no passado e já não vale hoje do mesmo modo. Nesse sentido positivo, a reação mais sensata talvez fosse: “Viva a crise! Que venha a crise!”

Mas a gente sabe que, na vida, as coisas não são bem assim. Períodos de mudança causam dores e sofrimentos. A criança que está para nascer virá certamente ao mundo acompanhada das dores do parto. Daí por que é importante saber avaliar bem o momento, escutar, exercitar o pensamento crítico. Nas aulas que damos para estudantes do quarto ano de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, temos nos negado veementemente a abrir espaço para o pessimismo.

E imprimimos ainda mais otimismo ao nosso olhar, quando o editor do *Washington Post*, Marty Baron, falou sobre a existência e a continuidade do mercado para o jornalismo em profundidade. Baron lembrou que a narrativa jornalística mudou muito com a interatividade, com o uso de diversas ferramentas em um único texto, mas que isso não inibe nem reduz a arte de contar boas histórias (Folha de S.Paulo, 2015). De tecer sentidos, nós diríamos.

Ainda que não dê para desenvolver mais ampla-

mente o assunto neste espaço – prometemos fazê-lo logo, logo, em textos como este e possivelmente num livro –, podemos adiantar que, hoje mais do que nunca, parece que a palavra que cura (para lembrar Hipócrates, evocado no início), ou a narrativa que põe ordem no caos da notícia, só pode vir da fértil seara do jornalismo interpretativo. Do jornalismo em profundidade. Do jornalismo de reportagem. Do jornalismo de autor.

Os nomes podem ser muitos. A tarefa, tendo ficado para trás em grande parte o tempo de se encarregar da pura notícia, do *hard news*, é a mesma. A resposta também parece ser a mesma que foi dada, lá atrás, quando as pessoas perceberam que, de tanta árvore, não conseguiam mais ver o bosque: tecer sentidos, contextualizar a informação, ampliá-la no tempo e no espaço, enquadrá-la no território inegociável do humano... Se para Marques de Melo (2010) precisamos resgatar a dimensão humana dos fatos, construindo narrativas mais próximas dos sujeitos produtores de sentido, para nós, a dimensão humana será o norte do jornalismo que vislumbramos construir.

Quem disse que o tempo de fazer isso já passou?

Referências

- ARENDDT, Hannah. Compreensão e política (As dificuldades da compreensão). In: **Compreender: formação, exílio e totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 330-346).
- ARMSTRONG, Karen. **Breve história do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BAITELLO JUNIOR, Norval. **A era da iconofagia: reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura**. São Paulo: Paulus, 2014.
- BARROS, Diana Luz Pessoa e FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, polifonia e intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 1994.
- BELTRÃO, Luiz. A pesquisa dos meios de comunicação e a universidade. In: FACULDADE CÁSPER LÍBERO. **Panorama atual da pesquisa em comunicação**. São Paulo: Faculdade Cásper

Líbero, 1968, p. 17-28.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**: filosofia e técnica. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 1980.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. 10ª edição. São Paulo: Cultrix, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, Marilena. A arte médica. In: **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GARCIA, Camila Lopes. O Facebook e a terceirização do narrador: uma análise sobre as ferramentas “A look back” e “On this day”. Texto apresentado ao V Congresso Internacional de Comunicação e Cultura (V Comcult). São Paulo, Faculdade Cásper Líbero, 11 e 12 de novembro de 2015.

KÜNSCH, Dimas A. **Maus pensamentos**: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

KÜNSCH, Dimas A. No princípio era a pesquisa em comunicação. In: ARAGÃO, Iury Parente; MORAIS, Osvaldo J. de; JACONI, Sônia (Orgs.). **Fortuna crítica de José Marques de Melo**: teoria e pedagogia da comunicação. São Paulo: Intercom, 2013, p. 17-28. Coleção Fortuna Crítica, vol. 2.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4ª edição. Barueri, SP: Manole, 2009.

LORES, Raul Juste. Jornalismo aprofundado tem mercado, diz editor do ‘Washington Post’. **Folha de S.Paulo**. 2 de maio de 2015.

MARQUES DE MELO, José. **A pesquisa em comunicação**: origens, evolução, tendências. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 1968.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação social**: teoria e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1970.

MARQUES DE MELO, José. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de

- (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 23-41.
- MEDINA, Cremilda de Araújo; LEANDRO, Paulo Roberto. **A arte de tecer o presente: jornalismo interpretativo**. São Paulo: Edição dos Autores, 1973.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia, um produto à venda**. São Paulo: Summus, 1988.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. 2ª edição. São Paulo: Summus, 2003.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativas: representação, instituição ou experimentação da realidade? VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo, Universidade de São Paulo, nov. 2009. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/luiz_gonzaga_motta.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2015.
- TEZZA, Cristovão. Discurso poético e discurso romanesco na teoria de Bakhtin". In: FARACO et al. **Uma introdução a Bakhtin**. Curitiba: Hatier, 1988, p. 55-93.
- TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Teorias do jornalismo. vol. II. Florianópolis: Insular, 2005.

Jornalismo e política na contemporaneidade: teoria crítica e poder espetacular integrado

Cláudio Novaes Pinto Coelho

A reflexão sobre o jornalismo praticado no interior dos grandes grupos comunicacionais e a política na contemporaneidade, a ser desenvolvida neste capítulo, terá como base a teoria crítica. De acordo com um dos seus principais formuladores, o pensador húngaro Lukács (1974), o que distingue esta corrente de pensamento (que se inspira nas obras de Marx) das demais é a valorização da necessidade do objeto do conhecimento ser sempre situado no interior da totalidade da qual ele faz parte. Sendo que a totalidade deve sempre ser compreendida em seu movimento histórico.

Com o objetivo de situar o jornalismo da grande mídia e a política na sociedade capitalista contemporânea será utilizado o texto de Debord, *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*, em especial o conceito de poder espetacular integrado ali presente. No entanto, tendo em vista que esse texto foi escrito em 1988, textos mais recentes também serão utilizados, em especial trabalhos que contribuem para um entendimento do papel exercido pelo capital financeiro e para uma compreensão do exercício da dominação ideológica pelo neoliberalismo.

A década de 1980 pode ser considerada como o início da fase atual do capitalismo, a do capitalismo financeiro globalizado. Os *Comentários* foram escritos por Debord nos momentos iniciais do período contemporâneo do capitalismo, mas já apresentam uma visão sobre os principais elementos deste período. No que diz respeito ao poder, Debord argumenta que houve uma fusão das formas de poder anteriormente existentes: o poder espetacular difuso e o poder espetacular concentrado.

No livro *Sociedade do espetáculo*, publicado em 1967, o poder espetacular difuso é caracterizado como o tipo de poder específico das sociedades capitalistas desenvolvidas, e que é intrínseco à articulação entre o processo de produção e consumo de mercadorias e o processo de produção e consumo de imagens, estando presente nos diferentes momentos da vida cotidiana, inclusive no que diz respeito ao funcionamento das instituições políticas.

Por sua vez, o poder espetacular concentrado é caracterizado como o tipo de poder existente em sociedades onde se faz presente o capitalismo burocrático, quer seja em sociedades capitalistas subdesenvolvidas, quer em países ditos socialistas, ou ainda durante o nazi-fascismo. Nestas sociedades, ainda que com diferentes graus de intensidade, o Estado controla a vida econômica, bem como a produção de espetáculos, que gira em torno da figura do “líder da nação”.

O poder espetacular integrado e a sociedade contemporânea

A existência do poder espetacular integrado significa a disseminação da sociedade do espetáculo em escala mundial, devido à globalização do capitalismo (produção e consumo de mercadorias e imagens em larga escala), bem como a sua intensificação nos países capitalistas de-

envolvidos, onde ela já se fazia presente. Nos países onde vigorava o poder espetacular difuso, a presença do poder espetacular integrado representa o crescimento da atuação repressiva do Estado, com a assimilação de técnicas de controle desenvolvidas por regimes ditatoriais. Os países onde vigorava o poder espetacular concentrado, esta presença está vinculada ao aumento da atuação das corporações empresariais na vida econômica e na produção de espetáculos.

Debord apresenta os principais aspectos da sociedade contemporânea, marcada pela presença do poder espetacular integrado, da seguinte maneira:

A sociedade modernizada até o estágio do espetacular integrado se caracteriza pela combinação de cinco aspectos principais: a incessante renovação tecnológica, a fusão econômico-estatal, o segredo generalizado, a mentira sem contestação e o presente perpétuo (Debord, 1997, p. 175).

Ele argumenta que a inovação tecnológica é inerente à sociedade capitalista, e que a fusão econômico-estatal é a tendência mais significativa do século XX. Os demais aspectos da sociedade contemporânea seriam, inclusive, desdobramentos desta tendência. Mas não haveria uma contradição entre a afirmação de uma fusão entre a vida econômica e a atuação do Estado e o discurso neoliberal, defensor da não ingerência desse mesmo Estado na vida econômica?

Ainda que não exista nenhuma referência ao neoliberalismo no texto de Debord, o conceito de poder espetacular integrado é útil para se fazer a crítica do neoliberalismo enquanto ideologia. O triunfo ideológico do neoliberalismo mascara, impede a compreensão das relações reais entre o Estado e a economia capitalista. O discurso de que a interferência do Estado é nociva à economia capitalista é

repetido à exaustão, e de forma uníssona, pelos principais veículos da mídia impressa e eletrônica. Este discurso não permite, devido à sua condição de uma mentira sem contestação, que se veja a interpenetração entre os interesses empresariais e a atuação do Estado, e que esta interpenetração é inerente à economia capitalista contemporânea, sendo a base para a presença de elementos de regimes ditatoriais. A cooperação entre grandes corporações norte-americanas da internet com as práticas de espionagem feitas pelo governo dos Estados Unidos em escala mundial é um exemplo contemporâneo do poder espetacular integrado, com seus componentes ditatoriais.

A interpenetração Estado/economia capitalista é confirmada, por exemplo, por autores insuspeitos de crítica ao capitalismo como Aldo Musacchio e Sérgio Lazzarini. No livro *Reinventando o capitalismo de estado*, eles argumentam que, a partir da década de 1980,

o capitalismo de estado transformou-se em fenômeno complexo e multifacetado, caracterizado por um aparato de modelos distintos. (...) Em muitos países, os modelos Leviatã como empreendedor, Leviatã como investidor majoritário, Leviatã como investidor minoritário e propriedade privada pura tendem a coexistir (Musacchio; Lazzarini, 2015, p. 324 -325).

A visão de Musacchio e Lazzarini a respeito da existência de um capitalismo de Estado, onde este atuava como empreendedor em escala mundial desde o início do século XX, não é coerente com a distinção feita por Debord entre o poder espetacular difuso e o concentrado. Mas, o que é significativo, em termos dos objetivos deste texto, que é refletir sobre a contemporaneidade, é o entendimento de que as privatizações, os carros-chefes da hegemonia ideológica neoliberal, não representaram o fim da importância econômica do Estado, mas o cresci-

mento do seu papel como investidor minoritário em empresas privadas, bem como do seu papel como prestador de capital para as empresas privadas.

Evidentemente, os objetivos dos textos de Musacchio e Lazzarini e Debord não são os mesmos: enquanto os primeiros procuram “examinar as condições propícias à eficácia do Leviatã – como transformar a ‘mão espoliadora’ do Estado em ‘mão cuidadora’, favorável ao desenvolvimento industrial e econômico” (Musacchio; Lazzarini, 2015, p. 340) –, Debord se dedica à crítica da sociedade capitalista e das suas formas de dominação.

Um aspecto essencial da crítica de Debord à fusão Estado/Economia é o entendimento de que a máfia “reina como modelo de todas as empresas comerciais avançadas” (Debord, 1997, p. 220). Ainda segundo Debord, “é um engano opor a máfia ao Estado: nunca são rivais” (Debord, 1997, p. 220). A utilização do Estado para fins da acumulação privada de capital implica na valorização do segredo, já que os mecanismos dessa utilização não devem ser de conhecimento público. Há, na sociedade do espetáculo na fase do poder espetacular integrado, uma dialética entre o visível e o invisível, ou seja, entre aquilo que é mostrado pelo espetáculo, normalmente o que é superficial e sem importância (como a “vida” das celebridades, por exemplo), e o que permanece na obscuridade, como o real funcionamento das instituições sociais. Se a máfia se torna o modelo das instituições sociais capitalistas é porque o tempo todo busca-se a ruptura com qualquer limite, inclusive os de ordem legal, para o processo de acúmulo de capital, ao mesmo tempo em que se dá o estabelecimento de uma rede de relações baseada na dependência pessoal entre os membros dessas instituições.

A fusão Estado/Economia, tendo a máfia como modelo de funcionamento, não significa o fim da competição,

sempre apontada como uma característica da sociedade capitalista, mas o seu acirramento. Esta competição é o que explica as incessantes denúncias de corrupção, que dão origem aos escândalos políticos, fartamente divulgados pela mídia em vários países, com destaque para a situação brasileira atual.

O poder espetacular integrado e o jornalismo

Na sociedade do espetáculo, onde as relações sociais são mediadas pela imagem, divulgar publicamente que determinadas instituições, como empresas e/ou partidos políticos, estão envolvidas em atividades ilegais, significa um duro golpe para a sua sobrevivência, favorecendo outras empresas e/ou partidos cujas atividades, também com características mafiosas, permanecem em segredo. Neste contexto, o jornalismo desempenha um papel fundamental quer seja naquilo que divulga, quer naquilo que deixa de divulgar.

O entrelaçamento entre as relações econômicas, a vida política e o processo de produção e de consumo de imagens esvazia o conhecimento histórico em prol de um presente perpétuo. A valorização exclusiva do que está sendo vivido é uma característica do poder espetacular difuso, já que do ponto de vista do consumo o que importa é a mercadoria que está sendo consumida agora, o que já foi consumido não interessa mais; mas é uma característica também do poder espetacular concentrado, onde a população precisa desconsiderar o que foi dito no passado, e acreditar no que o “líder da nação” está afirmando agora.

Com a fusão das duas formas de poder, no poder espetacular integrado, há uma intensificação do processo de mercantilização da vida social, que atinge áreas onde ele ainda não estava se manifestando plenamente, como o jornalismo. Segundo Ignacio Ramonet, o jornalismo de-

veria ser chamado agora de instantaneísmo, já que as notícias perdem o seu valor a partir do momento em que já foram consumidas, e precisam ser substituídas instantaneamente, o que é facilitado do ponto de vista tecnológico pela existência da internet. Para ele,

a informação não se move em função das regras da informação – o que faria da verdade, por exemplo, uma referência suprema –, mas em função das exigências do comércio, que fazem do ganho, ou do interesse, o imperativo absoluto. A segunda característica da informação, é óbvio, é que ela se acelerou até alcançar o limite absoluto de aceleração. A que velocidade circula a informação hoje? À velocidade da luz, ou seja, 300 mil quilômetros por segundo. Passamos de um mundo do jornalismo para um mundo do imediatismo, do instantaneísmo, não há tempo para estudar a informação. A informação é feita cada vez mais de impressões, de sensações (Ramonet, 2003, p. 247).

Quanto ao esvaziamento do passado a partir da dimensão política, ele agora tem o seu foco multiplicado, já que inúmeros políticos disputam a condição não só de líder da nação, mas também, se pensarmos no contexto brasileiro, de líderes de estados e municípios. Estes políticos procurarão sempre uma identificação com a imagem de líder valorizada no momento presente, se desligando daquilo que não corresponde a esta imagem. Para isto eles podem, ou não, contar com a colaboração das coberturas jornalísticas. Só para dar um exemplo, pode ser mencionada a diferença na intensidade da cobertura da crise hídrica em São Paulo e da operação “lava jato” da Polícia Federal.

O esvaziamento do conhecimento histórico significa o esvaziamento do conhecimento de modo geral, devido ao abandono da objetividade: é a noção de demonstração, de prova, que se perde. Um elemento fundamental do poder espetacular concentrado, típico de países dita-

toriais, é o funcionamento arbitrário do poder judiciário, principalmente no que diz respeito a processos com implicações políticas. Debord menciona os “processos de Moscou” como um exemplo de esvaziamento do conhecimento histórico, e da existência de provas objetivas, com o objetivo da produção de imagens que no momento presente sejam as convenientes para o exercício da dominação. Nos “processos de Moscou”, julgamentos acontecidos na União Soviética durante a ditadura de Stálin, na década de 1930, antigos líderes da revolução de 1917 foram condenados por “crimes contra o Estado”, com base em “provas” obtidas mediante confissões e delações de pessoas presas. A população acompanhou o “julgamento” por intermédio de uma mídia (principalmente jornais e rádio) sob controle do próprio Governo, e que produzia a imagem dos antigos líderes como se eles sempre tivessem sido traidores. Afinal de contas, no poder espetacular concentrado só pode haver um líder.

Leon Trotsky, o principal líder, junto com Vladimir Lênin, da revolução de 1917, e uma das principais vítimas, ainda que à distância, pois se encontrava exilado, dos “processos de Moscou”, fez uma análise destes processos no livro *Os crimes de Stálin*. Nesta obra, Trotsky parece antecipar os argumentos de Debord sobre o poder espetacular concentrado, ainda que a sua visão fosse distinta no que diz respeito à existência na URSS de um capitalismo burocrático. Trotsky escreve:

Em regime arbitrário e despótico, que concentra entre as mesmas mãos todos os meios de constrangimento econômico, político, físico e moral, um processo não é apenas um processo. É uma representação judicial na qual os papéis foram designados antecipadamente. Os acusados não entram em cena sem prévio ensaio, quando os diretores de cena tiveram a certeza de que suas vítimas não se afastarão de seus papéis. Neste sentido,

como em qualquer outro, os processos não são mais que expressão do regime político da URSS. Em todas as assembleias, os oradores dizem as mesmas coisas, repetindo o orador principal, independentemente do que eles haviam dito no dia anterior. Todos os artigos dos jornais comentam a mesma diretriz em termos iguais. Os historiadores, os economistas e até os estatísticos espiam os movimentos da batuta do chefe da orquestra, transformando o passado e o presente sem levar em consideração os fatos, os documentos ou a penúltima edição das suas próprias obras. (...) O espetáculo pode ser bem ou mal representado, é uma questão de técnica inquisitorial e não de justiça (Trotsky, s.d., p. 187-188).

A existência de semelhanças (ainda que não uma total coincidência) entre os “processos de Moscou” e julgamentos contemporâneos, também dotados de implicações políticas, não é mera coincidência. A diferença é que estes julgamentos não acontecem mais nos quadros de um poder político concentrado que precisa eliminar antigas lideranças políticas, mas sim de uma disputa entre diferentes grupos (empresas/partidos) pelo poder político. Aqui também a atuação da mídia é fundamental. Se não se trata de uma mídia controlada pelo Estado, trata-se de uma mídia controlada por conglomerados empresariais. Mas a atuação da mídia é sempre fundamental.

Sem esta atuação, não seria possível a atual “judicialização” da política, ou seja, a resolução de disputas políticas mediante a intervenção do poder judiciário, que é um dos componentes do poder espetacular concentrado que se faz presente nos Estados com regimes políticos “democráticos” na contemporaneidade, sendo uma ameaça à sobrevivência dos elementos democráticos nestes países, já que o poder espetacular integrado é uma combinação de elementos democráticos com elementos ditatoriais. A articulação mídia/poder judiciário é tão intensa que há uma

seleção de quais veículos, tendo em vista as suas linhas editoriais, serão o receptáculo do “vazamento” das informações sobre os processos em andamento.

O poder espetacular integrado e a crise do capitalismo

Para Debord, a existência do poder espetacular integrado não significa que a sociedade capitalista desenvolveu uma capacidade de superar as suas contradições; pelo contrário elas se agravam justamente devido ao esvaziamento do conhecimento histórico, e da objetividade de modo geral:

Convém entretanto acrescentar a esta lista das vitórias do poder um resultado, para ele, negativo: um Estado em cuja gestão se instala por muito tempo um grande déficit de conhecimentos históricos já não pode ser conduzido estrategicamente (Debord, 1997, p. 182).

A valorização de um presente perpétuo está relacionada também ao predomínio do capital financeiro. O que caracteriza este domínio é a sua natureza especulativa, com a circulação em escala mundial de imensas quantidades de dinheiro, na forma de números transmitidos pela internet, e que se deslocam em tempo real na busca das opções mais lucrativas. O pensador brasileiro Milton Santos, em sua obra *Por uma outra globalização*, menciona a existência de uma busca incessante pela mais-valia que se dá em escala mundial, e que gera uma situação permanente de crise, pois para ele, numa linha argumentativa próxima à de Debord, o capitalismo tornou-se ingovernável:

O processo da crise é permanente, o que temos são crises sucessivas. (...) Então neste período histórico, a crise é estrutural. Por isso, quando se buscam soluções não estruturais, o resultado é a geração de mais crise. O que é considerado solução parte do exclusivo interesse dos ato-

res hegemônicos, tendendo a participar de sua própria natureza e de suas próprias características. Tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo. Sem o controle dos espíritos seria impossível a regulação pelas finanças. Daí o papel avassalador do sistema financeiro e a permissividade do comportamento dos atores hegemônicos, que agem sem contrapartida, levando ao aprofundamento da situação, isto é, da crise (Santos, 2000, p. 35).

A existência, desde a década de 1990, de crises periódicas, que se originam em diferentes regiões do mundo, mas que geram repercussões imediatas, ainda que com diferentes graus de intensidade, em todas as demais regiões corrobora os argumentos de Milton Santos. A existência de uma crise de dimensões mundiais, e que se agravou a partir de 2008, é uma ameaça ao que ainda existe de democracia dentro do poder espetacular integrado.

O empobrecimento de parcelas significativas da população mundial tem gerado, em vários países, o crescimento de correntes políticas e culturais conservadoras. Este empobrecimento é uma consequência da sobrevivência da ideologia neoliberal, que continua a ser hegemônica, apesar da crise, e que legitima com o seu discurso contra a intervenção estatal o desmantelamento de políticas sociais, o fim de direitos trabalhistas etc. Com isto aumenta ainda mais a interpenetração entre a atuação estatal e os interesses empresariais. Mesmo nos países onde não vem acontecendo um predomínio de posturas conservadoras, como a Grécia, a crise é uma ameaça à democracia, pois ela está sendo desmoralizada, tendo em vista a incapacidade de o governo eleito fazer frente às medidas de “austeridade”, ou seja, de cortes dos gastos sociais como aposentadorias, salários de servidores públicos etc.

Algo semelhante está acontecendo no Brasil, onde houve a reeleição de uma presidente que na campanha afirmava que iria combater a subordinação do Estado aos interesses empresariais e manter os gastos sociais, mas que uma vez reeleita, está fazendo o contrário. Sendo que, no contexto brasileiro, o crescimento do conservadorismo é bastante significativo, como se pode perceber pela presença em manifestações públicas de defensores do retorno à ditadura militar, sem mencionar a composição da câmara dos deputados em Brasília.

O jornalismo e a crise política no Brasil

A existência, em escala mundial, do poder espetacular concentrado implica numa ameaça permanente à sobrevivência, nas sociedades contemporâneas, de elementos democráticos. A atuação da mídia, em especial do jornalismo, assume, neste contexto, uma enorme importância.

No Brasil, os principais veículos da grande mídia, parecem estar agindo de acordo com a caracterização que Bourdieu fez do jornalismo contemporâneo; trata-se de um “bombeiro incendiário” (Bourdieu, 1997, p. 92). No livro *Sobre a televisão*, ele chama atenção para as consequências do predomínio no jornalismo, tendo em vista a importância da dimensão mercantil, da “mentalidade-índice-de-audiência” (Bourdieu, 1997, p. 75). Uma das consequências é “adular as pulsões e as paixões mais elementares” (Bourdieu, 1997, p. 74) associadas ao sentimento de vingança. A cobertura dos escândalos envolvendo empresas públicas e privadas e partidos políticos no Brasil, sem dúvida, possui esta característica. As seguintes palavras de Bourdieu se adequam perfeitamente à maneira como a grande mídia brasileira está atuando:

Vê-se como, através da mídia agindo como instrumento de informação mobilizadora, uma forma perversa de

democracia direta pode instalar-se e fazer desaparecer a distância em vista da urgência, da pressão das paixões coletivas, não necessariamente democráticas, distância que normalmente é assegurada pela lógica relativamente autônoma do campo político. Vemos reconstituir-se uma lógica da vingança contra a qual a lógica jurídica, e mesmo política, constituiu-se. Acontece também que os jornalistas, na falta de manter a distância necessária à reflexão, desempenhem o papel do bombeiro incendiário (Bourdieu, 1997, p. 92).

Bourdieu usa como exemplo a cobertura, pela mídia francesa, de um assassinato de um jovem francês cometido por um outro jovem francês, mas “de origem africana” (Bourdieu, 1997, p. 93), e que acirra os sentimentos racistas explorados politicamente pela extrema-direita. Esta exploração é, no entanto, criticada pela própria mídia.

No Brasil, as manifestações contra a presidente Dilma, de 16 de março de 2015, foram estimuladas pela própria mídia, tanto a impressa quanto a eletrônica, que divulgou a sua realização de forma intensa na semana que antecedeu a manifestação, além de uma extensa cobertura, pela mídia eletrônica, enquanto as manifestações estavam acontecendo. Como é de conhecimento público, apelos pela volta dos militares ao poder estiveram presentes nas manifestações, ainda que o foco tivesse sido a defesa do impeachment da atual presidente e os protestos contra a corrupção. As manifestações posteriores já não receberam, com algumas exceções como a revista *Veja*, o mesmo tipo de cobertura. Sendo que alguns veículos, como a *Folha de S.Paulo*, publicaram editoriais contrários à tese do impeachment. Por exemplo, no editorial de 6 de agosto de 2015, o jornal argumentava:

O impeachment é um recurso extremado da democracia para as raras situações em que se torna necessário

ejetar um governante legitimamente eleito. Requer sólida comprovação jurídica de crime de responsabilidade, antes de mais nada, e depois o consenso político de que o mandatário perdeu toda a condição de governar. Nenhum desses pré-requisitos está dado (Folha de S.Paulo, 6/08/2015, p. A2).

No entanto, a cobertura jornalística da própria *Folha* mostra como a atuação como incendiário é inerente ao jornalismo contemporâneo, como indica a existência de várias matérias divulgando a presença em manifestações de um boneco, que representa o ex-presidente Lula traçado como presidiário. No dia 31 de agosto foram publicadas, na primeira página, uma foto e uma chamada para matéria mostrando que a presença do boneco na Avenida Paulista, no dia anterior, um domingo, gerou brigas entre “manifestantes antigoverno e petistas”. No dia 7 de setembro, a página A7, em sua quase totalidade, foi dedicada a matérias sobre o boneco, inclusive com a indicação de que estaria sendo feito um outro boneco para representar a presidente Dilma Roussef. No dia seguinte, a parte do alto da primeira página do jornal foi ocupada por uma foto dos dois bonecos em uma manifestação em Brasília. No caso da Presidente, ela veste uma roupa vermelha com uma estrela (símbolo do PT) estilizada, e com um nariz de “Pinóquio”. Neste mesmo dia, o editorial legitima a presença do boneco contra Lula, batizado de Pixuleco, e a redução da política à dimensão emocional e ao processo de construção/desconstrução das imagens dos políticos:

Entende-se, pois, o sucesso do Pixuleco. Mesmo que nada esteja provado contra Lula, o boneco vestido de presidiário sintetiza a ojeriza que seu partido desperta em camadas crescentes da sociedade. A oposição, não por mérito das agremiações políticas, arrumou um símbolo anti-PT. Falta ainda um programa de governo (Folha de S.Paulo, 08/09/2015, p. A2).

Num momento em que, como o próprio jornal reconhece, inexistem quaisquer provas, e muito menos uma condenação por ações criminosas, contra o ex-presidente, só podemos concluir que a mídia já está criando um clima favorável a um processo político-jurídico contra ele.

Mas, o editorial, além de explicitar a atuação da mídia como incendiária, indica, ainda, um outro elemento importante da postura da imprensa. Ela age como se fosse um partido político. Gramsci, refletindo sobre a sociedade italiana das primeiras décadas do século XX, argumentava que, devido à fraqueza organizativa e à inconsistência ideológica dos partidos, a imprensa tendia a agir como se fosse um partido político: “Na Itália, pela falta de partidos organizados e centralizados, não se pode prescindir dos jornais, são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos” (Gramsci, 2000, p. 218). Evidentemente, a situação italiana do início do século XX e a situação brasileira contemporânea não são idênticas. No entanto, no atual contexto brasileiro também existe uma fraqueza dos partidos políticos.

No caso da mídia brasileira contemporânea, sua atuação como partido faz com que ela inclusive apresente programas de governo, que, como era de se esperar, seguem os preceitos da ideologia neoliberal. No editorial da *Folha de S.Paulo* publicado na edição de 16 de agosto, dia de manifestações contra a presidente Dilma, defendia-se que:

Pôr um freio nos gastos públicos pode ser visto como sacrifício no curto prazo, pois necessariamente implica discutir os limites das despesas obrigatórias (como a Previdência), as vinculações excessivas no Orçamento e uma infinidade de subsídios e desembolsos que beneficiam apenas grupos de pressão. Tais debates, por impopulares que sejam, não podem ser adiados (Folha de S.Paulo, 16/08/2015, p. A2).

No editorial publicado no dia seguinte, 17 de agosto, há uma defesa explícita do atual ministro da Fazenda, que segue justamente a cartilha neoliberal: “O que há de relevante no governo Dilma são as providências econômicas propostas, negociadas e implementadas parcialmente pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy” (Folha de S.Paulo, 17/08/2015, p. A2).

A razão de a *Folha* ainda atuar como bombeira, no que diz respeito ao governo Dilma, é bastante óbvia, e tem a ver com o apoio que o seu governo ainda recebe dos setores dominantes do capital financeiro nacional. A manchete da edição de 23 de agosto trouxe uma frase da entrevista de Roberto Setúbal, presidente do principal banco privado brasileiro: “Saída da presidente traria instabilidade, diz Setúbal”. Mas, apesar do apoio à permanência de Dilma, Setúbal não deixa de defender a necessidade de “reformas”, como a reforma trabalhista. Para ele, a legislação trabalhista é “uma legislação que nenhuma empresa consegue cumprir” (Folha de S.Paulo, 23/08/2015, p. A28).

Como já foi visto, Bourdieu mostra que a atuação da mídia como bombeiro incendiário está vinculada à mentalidade-índice-de-audiência. No contexto brasileiro contemporâneo, a mídia, vinculada aos grandes grupos comunicacionais, não pode contrariar o seu público consumidor, que tem uma postura antipetista incentivada anos a fio pela própria mídia, mas também não pode pregar a derrubada de um governo que está agindo a favor dos interesses da classe dominante brasileira. Não é muito difícil imaginar como esta mídia vai agir, caso a continuidade do governo Dilma contrarie os interesses dominantes.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre

a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

MUSACCHIO, Aldo; LAZZARINI, Sérgio G. **Reinventando o capitalismo de Estado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

RAMONET, Ignacio. O Poder Midiático. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 243-252.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TROTSKY, Leon. **Os crimes de Stalin**. Rio de Janeiro: Melso, s.n.

Papel, paredes, telas e redes: comunicação, jornalismo e educação

Dulcilia Schroeder Buitoni

Educação, jornalismo e comunicação sempre compartilharam trajetórias e possibilidades de interação. Nesta era de nuvens e oceanos tecnológicos, a relação entre comunicação e educação é de importância visceral para todas as comunidades humanas. A educação, mola propulsora de conhecimento e qualidade de vida, é tema que deveria estar em todas as mídias. Preocupar-se sobre como a educação aparece na mídia deveria ser motivo de pesquisas acadêmicas. A centralidade da educação na construção da sociedade vem sendo trabalhada na universidade, tendo se criado inclusive uma área chamada de Educomunicação – e a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) foi uma das pioneiras nesse campo. A educação também se tornou o slogan do governo federal: “Brasil, pátria educadora”. Mesmo assim, apesar da constatação da importância da educação, convivemos com a angústia de constatar como a educação tem tão pouco espaço nos jornais, revistas, televisão ou internet. Essa angústia traz perguntas decisivas: por que a educação está tão pouco na mídia? Por que é tão pouco discutida?

No cenário midiático contemporâneo, a relação entre os meios e a tecnologia se impõe como ponto de partida para refletir sobre as potencialidades comunicativas do jornalismo. A tecnologia vem transformando formas, conteúdos, sociabilidades. Dieter Mersch, professor de Teoria dos Media na Alemanha, propõe uma teoria negativa dos media. Para ele, o termo “medium” não possui nenhum referente preciso. Nunca fica claro definir se algo é um “medium”, seja um instrumento, um meio de comunicação, um sistema de transportes: só podem se tornar um “medium” sob condições e práticas específicas. Por isso, Mersch busca a reconstrução daquilo que possa ser designado como medial, pois “os media, portanto, no instante em que fazem algo aparecer sofrem a perda de sua própria aparição”.

Os media assinalam – algo que está no meio – não são nem um nem outro – eles desaparecem no processo de mediação. Trazer esta teoria negativa dos media é uma provocação. Será mesmo que os media desaparecem ao mediar? Podemos contestar significados da palavra meio, médium, mas indubitavelmente a tecnologia vem transformando os meios. Ou a tecnologia mesma se confunde com os meios nesta era da Quarta Tela? Além do mais, a tecnologia está transformando as noções de autoria, os modos de acesso, arquivamento, circulação, compartilhamento e recepção.

Os meios: aceleração e multiplicidade

As últimas décadas foram muito velozes. Para quem passou do mimeógrafo a álcool à impressora 3D e que via o pai esperar horas para conseguir completar uma ligação com o Rio de Janeiro, feita só com o auxílio de telefonista, e que agora tem o mundo na palma da mão, a principal impressão é de que o tempo se acelera cada vez mais, junto com a imensidão infinita das informações. Imensidão

que já causa desespero e desânimo porque se trata de um universo inatingível. Na busca de características diferenciadoras das formas de mídia, alguns autores começam a distinguir mídia de produção, mídia de fluxo, mídia de identificação. Mídia de produção seriam as mídias onde o produto foi originado e/ou veiculado inicialmente. Mídia de fluxo está mais relacionada ao trânsito de um produto, por exemplo de um jornal impresso ou da televisão para a internet. Mídia de identificação envolve a circulação em redes sociais, quando a autoria pessoal e o compartilhamento são vetores da transmissão.

Papel e paredes conviveram durante muito tempo na construção e na circulação do conhecimento e da cultura que transitavam por livros, jornais e ambientes escolares. No século XX, as telas se impuseram. Estamos na quarta tela. A primeira tela foi o cinema, grande formador do imaginário ocidental, atuando em espaços coletivos. A segunda tela, a televisão, continuou a modelar o imaginário, mas invadindo espaços domésticos. A terceira tela, do computador, aglutinou competências linguísticas de livros e jornais e a cultura visual que já havia sido apresentada pelas artes e assumida pelo cinema e pela televisão. O computador foi adotado em ambientes de trabalho e também para o uso pessoal. Finalmente, a quarta tela, a pequena tela dos celulares, passou a trabalhar com todas as outras tecnologias anteriores. É um crescendo tecnológico: as duas primeiras telas, o cinema e a TV, dirigiam-se a públicos passivos, que não podiam interferir nas produções visualizadas. As telas mais recentes, do computador e do celular – que é uma decorrência direta da tecnologia informacional –, permitem a ação do usuário. A mobilidade do celular permite que cada pessoa esteja conectada ao mundo em todos os segundos do seu dia, se assim o quiser.

Cada tecnologia nova tende a aglutinar a anterior e, nesse movimento, as mídias vão organizando agendas, incentivando principalmente entretenimento e relações sociais (ambos muito lucrativos) e, circunstancialmente, a busca da informação e da conscientização.

As telas são ferramentas muito poderosas para estimular, entreter, informar, formar. No entanto, estão formando e informando enquanto finalidade jornalística? Novos termos foram acrescentados à vida diária: link, deletar, clicar, copiar, colar, baixar – geralmente termos que indicam ações de editar. A rede conta com milhões de editores pelo mundo afora. Mas onde a educação se mostra como projeto e como norte? Se os brasileiros apontam moradia, emprego, saúde, educação e segurança como principais necessidades – todas elas problemáticas –, por que a educação não é uma editoria importante em jornais e revistas?

Sentidos da educação e do jornalismo

Sim, a tecnologia tem acentuado o fenômeno de aprendizado coletivo. Isso diz respeito à educação. A reprodução aumentou em escalas inimagináveis. Uma característica importante e estimulante é a gratuidade. Todavia, a falta de controle, de verificação, a presença de amadores de todo o tipo contaminam as propriedades da comunicação informativa, que em geral vem sendo produzida com pouco esforço e é consumida na superfície.

Os meios recortam a realidade. Com as novas mídias, a tendência é oferecer notas, textos resumidos, uma foto convencional com legenda idem, sem nada antes ou depois. Essa rapidez não dá conta da complexidade da educação; as matérias não oferecem caminhos de interpretação. A busca da informação e do conhecimento, no contexto dos produtos jornalísticos, quase sempre é acessó-

ria, fornecida mais como serviço (endereços, preços, como as antigas listas telefônicas).

Sim, há os jornalistas que agem como militantes, que conseguem aqui e ali inserir uma matéria que atinja profundidade, que traga críticas e ao mesmo tempo aponte perspectivas. Algumas revistas também trabalham nesse sentido. Institutos e ONGs que se preocupam com educação lutam por espaço, conseguindo realizar algumas ações afirmativas. Mas a mídia em geral deixa a educação em terceiro, quarto, quinto plano. Não é assunto importante. O tema educação não é incorporado em sua complexidade.

Na perspectiva soberana do consumo, as editorias prioritárias são outras. Os jornais desdobram-se em suplementos de carros, gastronomia, adotam o “estilo revista”, com serviços que possam atrair leitores; e anunciantes são prioritários.

A tecnologia por si só não pode transformar o jornalismo sobre educação. A tecnologia tem acelerado fluxos e possibilitado práticas conectadas; tem multiplicado o acesso. Mas o acesso a milhares de caminhos é uma possibilidade; essa facilidade de acesso não garante a informação transformadora nem a formação. Fala-se de filtro ou de curadoria para caracterizar o trabalho do novo jornalista. Porém, talvez precisemos de mais, de uma ação militante. Por isso, mesmo respeitando o trabalho valioso e corajoso de jornalistas e editores, uma visão crítica, formulando perguntas.

Formas e conteúdos

Além de estimular e entreter, as telas estão informando e formando? Enquanto meios de comunicação, estão trabalhando a complexidade e a necessidade da educação no Brasil?

Estão contribuindo para que todas as classes tenham consciência das questões de educação?

Estão dando vozes para crianças adolescentes, jovens adultos e os não tão jovens? Como apresentam as escolas, o sistema educacional, as universidades, as profissões?

Estão discutindo maneiras de ensinar?

Estão mostrando as geografias culturais brasileiras?

Por que há pouquíssima visão crítica?

Por que não se comentam livros escolares?

Por que não são trabalhadas questões de gênero?

Por que a grande maioria dos professores é de mulheres?

E dezenas de outras indagações, que forneceriam importantes pautas para muitas edições, poderiam ser acrescentadas. É inevitável a constatação de que as tecnologias, por si só, não trazem aprofundamento e crítica.

Basta observar as características da escrita na web: resumos, estilo telegráfico, títulos chamativos, imagens tendendo ao espetáculo, imagens meramente ilustrativas, estereotipadas, fáceis de identificar.

Difícil ver imagens mais trabalhadas, reflexivas, estimuladoras do conhecimento. Os vídeos são ou retirados de telejornais (eles mesmos super reduzidos, devido ao padrão da televisão), com acontecimentos mais apelativos para a audiência – políticos, violência, vida de celebridades ou vídeos de entretenimento do público –, cachorros e gatos, crianças, muitos deles “fait divers”.

O entretenimento impera. A coluna das notícias mais lidas nos sites jornalísticos nos dá o termômetro das preferências (e orienta as futuras escolhas dos editores): quase sempre a mais lida é o último caso de uma celebridade da TV, o que vai acontecer na novela das 9, a inadequação de algum participante de reality show, ou questões relacionadas a futebol e outros esportes. Somente as manifestações de junho de 2013 conseguiram

desbancar por algum tempo a separação da atriz, a briga entre duas mulheres de “A Fazenda”, a declaração desastrada do ídolo de chuteiras.

E os formatos se reduzem cada vez mais: as telas nos vagões e estações de metrô, em ônibus, em shoppings e academias comprimem imagem e texto. Nos elevadores, a compressão é maior (120 caracteres e imagem com duração de apenas 10 segundos). O jornalista e professor Edson Rossi pesquisou essa forma extremamente rápida de comunicação em sua dissertação de mestrado “Novas fronteiras do jornalismo digital: a Elemidia e o universo das micronarrativas”, que se encontra na íntegra no site da Faculdade Cásper Líbero e em texto resumido no livro *Comunicação: processos e produtos* (Buitoni; Menezes, 2014).

O digital out of home nasceu nos Estados Unidos pouco antes do ano 2000 e veio para o Brasil em 2002. A propagação de informação e entretenimento com breves notícias e publicidade em ambientes com grande circulação de pessoas opera sob duas condições: aglomerados urbanos e micronarrativas. Rossi não quis buscar respostas se se tratava ou não de jornalismo. Sem a internet, o meio digital out of home não existiria. Mas, apesar de usar a internet para a transmissão de suas informações, não se pode confundí-lo com webjornalismo.

O exíguo tempo de 10 segundos, usando até 120 caracteres, permite construir apenas micronarrativas que necessariamente precisam da imagem. É possível pensar no desenvolvimento de novas formas de leitura provocadas por essa peculiar ambiência de comunicação. Somente em um dia útil, em elevadores de edifícios comerciais, a Elemidia, maior produtora digital out of home do Brasil, exibe pelo menos 15,2 milhões de imagens. É um modelo de distribuição de notícias em larga escala, típico do mundo digital.

Estamos como numa corredeira, agarrando-nos em pedras e galhos, mas a correnteza é mais forte. Nunca a humanidade foi tão pressionada por tal quantidade de informação. Ao mesmo tempo, a comunicação mais significativa e mais transformadora parece não ter espaço para acontecer.

Essas características do jornalismo na internet parecem ser incompatíveis com a cobertura sobre educação: rapidez, pouco texto, pouca narrativa, sensacionalismo, imagens pobres e padronizadas.

A pesquisa de mestrado de Francisca Rodrigues Pereira, “Jornalismo e educação: um estudo da cobertura da *Folha de S.Paulo* sobre a educação no Brasil”, concluída em 2009, estudou matérias sobre educação da *Folha de S.Paulo* desde a década de 1970 e entrevistou jornalistas como Luiz Caversan, João Batista Natali e Gilberto Dimenstein. As alterações havidas na editoria de educação, que desfrutava de maior espaço e importância nos anos 1970 e 1980, não foram animadoras. As mudanças no mercado jornalístico e na edição do produto jornal diário interferiram para diminuir a importância da educação como tema; houve um direcionamento para pautas relativas ao ensino superior e os outros níveis de ensino foram menos analisados.

Não se trata, aqui, de analisar como são trabalhadas as rubricas de educação, quase sempre englobadas nos cadernos de cotidiano ou de cidades. A utopia seria de que a educação fosse uma editoria tão importante quanto as editorias de política ou de economia.

O que se pode dizer, de um modo genérico, sobre a cobertura de educação dos grandes jornais e revistas? Primeiro, a educação superior parece ser a mais importante – é a que mais aparece – dentro do pouco que vemos sobre educação em jornais, sites, revistas semanais. Será por que os universitários ou candidatos são o público que

vale a pena atrair? Será por que matérias sobre faculdades podem trazer mais anúncios?

Vestibular, Enem, suplementos dedicados a vestibulares costumam aparecer junto com ranking de faculdades – temas com grandes interesses mercadológicos por parte dos proprietários de mídia. Os suplementos dedicados a vestibulares são bastante acríticos, parecem material de assessoria de imprensa, descrevendo os novos cursos, apontando novas carreiras. Não se vê matéria criticando a precariedade de laboratórios e bibliotecas, o baixo valor pago aos professores por hora/aula, a superlotação das salas, os prédios inadequados, os problemas com as cantinas...

Não há reportagens sobre o não planejamento das áreas mais necessárias para o contexto brasileiro. Por que não aprofundar o caráter disfuncional da quantidade de vagas oferecidas? Os dois cursos que mais vagas oferecem são Administração e Pedagogia. A pergunta: será que precisamos de tantos administradores assim? O tão desejado diploma universitário, objeto de desejo dos jovens de baixa renda, pode representar um degrau a mais na formação, mas ao mesmo tempo, em relação ao custo/benefício, quase sempre servirá apenas para uma pequena promoção no banco, a gerência de alguma pequena loja ou ainda uma colocação em escritório. Provavelmente, esse jovem não precisaria fazer esse tipo de faculdade, com enorme sacrifício de tempo e dinheiro. Talvez um bom curso técnico lhe trouxesse promoções mais rápidas e perspectivas mais concretas de carreira.

Percebemos que os cursos de Pedagogia são principalmente teóricos: não preparam o professor para alfabetizar, para ensinar disciplinas. Por que não se discute a nível nacional o curso de Pedagogia?

Já o Ensino Médio e o Fundamental aparecem mais em matérias “policiais” – violência dentro e fora do prédio

escolar, agressão a professores, roubos, depredações. O bullying, tão em evidência, talvez seja menos importante que a discussão sobre em que idade alfabetizar.

E a Educação Infantil? Quando se fala em creches, trata-se da necessidade numérica sem discutir a pedagogia. A creche é apresentada apenas como um direito – uma juridificação ou judicialização de algo que é principalmente uma questão de pedagogia e de educação. Prevalece a visão higiênica e nutricional, quase hospitalar: a criança precisa estar bem limpa e bem alimentada. E as artes, e o brincar? Ficam em segundo plano, quando não completamente esquecidas.

E os cursos superiores noturnos, aceitos tão naturalmente como condição inescapável? Ora, na Europa e nos EUA, cursos universitários noturnos existem em pequeno número. O pressuposto é de que o estudo em universidade deve ser feito durante o dia; o estudante precisa dedicar bastante tempo de seu dia para assistir às aulas, estudar, pesquisar. Como pode render o estudo de alguém que trabalha num serviço por vezes estafante, depende de horas de condução e vai fazer a faculdade à noite, super cansado, com matérias que não têm nada a ver com sua experiência profissional? As reportagens sobre universidades deveriam discutir a fundo a inevitabilidade da faculdade noturna.

Por que não se discutem modelos pedagógicos? Na Holanda, muitos cursos universitários funcionam por projetos; na Alemanha, a arte é disciplina integrante de áreas duras – Engenharia, Física, Medicina – não como ornamento cultural, mas como impulsionadora e facilitadora da construção do conhecimento.

A busca da complexidade visual

A internet trouxe o hipertexto como estrutura fundante, embora já existissem algumas formas semelhantes

em tempos antigos – até os manuscritos medievais tem aproximações com o hipertexto.

Mas na internet ainda prevalece a hegemonia da relação verbal, linear, apesar de apresentar tantos caminhos a serem percorridos. O design digital oferece possibilidades extraordinárias de trabalho com imagem, todas elas inaproveitadas. Por uma necessidade de rapidez, textos produzidos por jovem que tem metas de X notas para “subir” ou “descer” por hora, as imagens são ilustrativas, servem apenas para identificar, não acrescentam conhecimento, não são motores de conhecimento. As galerias de fotos são ajuntamentos sem critério.

Uma das formas de potencialização de jornalismo de educação e de todo o jornalismo seria a utilização de fotos e de narrativas visuais que mostrassem as complexidades que o pensamento visual pode apresentar. O trabalho de Josep. M. Català, professor de Comunicação da Universidad Autònoma de Barcelona e criador de um Master em Documental Criativo, defende a imagem como construtora de conhecimento. Seus conceitos de imagem complexa e de interface visual como modelo de conhecimento são extremamente operativos e podem ser aplicados na construção de visualidades mais significativas. Ele nos diz que precisamos pensar as imagens, mas também pensar com as imagens, de colocar em manifesto sua particular fenomenologia. Refletindo sobre o poderoso aparato tecnológico computacional, Català propõe a forma interface como um modelo mental contemporâneo. Não se trata da interface como instrumento tecnológico, mas a ampliação do conceito, a forma interface como um modelo mental que facilita a construção do conhecimento. Català insiste na matriz visual da sua concepção de interface: “diferencia-se dos modelos anteriores pela maior capacidade de atuação que possuem as metáforas visuais

que o compõem”. Estamos diante do pensamento interface, da interface como espaço de relação, interface essa ampliada e potencializada pela tecnologia.

Um dos caminhos mais produtivos de utilização da tecnologia para a cobertura de temas educacionais seria a pesquisa da imagem como criadora de conhecimento e estimuladora de ações. Os textos são fundamentais, mas precisamos trabalhar muito a imagem, nesta nossa civilização tão saturada de visualidades e que, no entanto, explora muito pouco o poder do pensamento visual.

Referências

ARTOPOULOS, Alejandro. (Org.) **La sociedad de las cuatro pantallas**: una mirada latinoamericana. Buenos Aires: Ariel, 2012.

BITONI, D. H. S. **De volta ao quintal mágico**: a educação infantil na Te-Arte. São Paulo: Ágora, 2006.

BITONI, D. H. S. Fotografia animada no webjornalismo: interfaces e multimídia. **Studium**, v. 27, p. 09-12, 2008.

BITONI, D. H. S. Imagens semoventes, imagens co-moventes: interfaces visuais no webjornalismo. **Galáxia**, v. 18, p. 225-237, 2009.

CATALÀ, Josep M. **La imagen compleja**: la fenomenología de las imágenes en la era de la cultura visual. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.

CATALÀ DOMÈNECH, Josep M. **La imagen interfaz**: representación audiovisual y conocimiento en la era de la complejidad. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2010.

CATALÀ DOMÈNECH, Josep M. **A forma do real**: introdução aos estudos visuais. São Paulo: Summus, 2011.

LEÃO, Lucia. **Interlab**: labirintos do pensamento contemporâneo. São Paulo: Iluminuras, 2002.

LEDO, Margarita. **Documentalismo fotográfico**. Madri: Cátedra, 1998.

MANOVICH, Lev. **El lenguaje de los nuevos medios de comunicación**. Barcelona: Paidós, 2006.

MERSCH, Dieter. Tertium datur: introdução a uma teoria negativa dos media. **MATRIZES**, ano 7, n. 1, p. 207-222, jan./jun. 2013.

MORIN, Edgard. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez /Unesco, 2000.

PEREIRA, Francisca Rodrigues. **Jornalismo e educação**: um estudo da cobertura da Folha de S.Paulo sobre a educação no Brasil. Tese (Mestrado em Comunicação). Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2009.

ROSSI, Edson. **Novas fronteiras do jornalismo digital**: a Elemidia e o universo das micronarrativas. Tese (Mestrado em Comunicação). Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2014.

ROSSI, Edson. Novas fronteiras do jornalismo digital: a Elemidia e o universo das micronarrativas. In: BUITONI, D. S.; MENEZES, J. E. de O. (Orgs.). **Comunicação**: processos e produtos. São Paulo: Plêiade, 2014.

SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonora, visual, verbal. Aplicações na hipermídia. São Paulo: Iluminuras, Fapesp, 2001.

Mudanças na crítica gastronômica paulistana: o jornalista, o blogueiro e o usuário das redes digitais de ranqueamento

Eduardo Scott Franco de Camargo
Marcelo Santos

No final do século XVII, o periódico francês ilustrado *Le Mercure Galant*, destinado a pessoas com baixa escolaridade, especialmente o público feminino, adotou uma forma peculiar para reproduzir notícias: estas eram transmitidas ao modo de cartas escritas por uma dama parisiense a uma camponesa.

Naturalmente a carta dava notícias da Corte e da cidade, das peças recentes e da última moda em roupas e decoração interior; mas o *Mercure Galant* também tinha contos, principalmente de amor. Os leitores eram convidados a enviar versos e resolver quebra-cabeças, e publicavam-se os nomes e endereços daqueles que conseguiam resolvê-los, assim como os vencedores de competições de poesia (Burke; Briggs, 2004, p. 76).

Talvez, o *Le Mercure Galant*, usualmente classificado como a primeira revista de moda da história, seja também o pioneiro naquilo que hoje se entende por jornalismo cultural. Essa modalidade começa a ganhar contornos mais bem de-

finidos no início do século XVIII, na Inglaterra, fortemente ancorada nas alterações provocadas pela Revolução Industrial. O período foi um momento de inovações técnicas importantes, entre as quais é de se nomear os avanços realizados na tipografia e nos métodos de impressão, progressivamente automatizados e capazes de reproduzir, com qualidade, textos e imagens em quantidades e intervalos de tempo nunca antes vistos, adequado às necessidades do nascente mercado de massas do nascente mercado de massas.

Também aconteceram relevantes transformações de caráter social, a exemplo do aumento do público leitor – o homem industrial é um homem alfabetizado – ou do crescimento da vida urbana – e o conseqüente incremento das atividades culturais citadinas. É neste momento que surgem as publicações do jornal *The Tatler*, criado por Richard Steele, e da revista *The Spectator*, fundada por Richard Steele e Joseph Addison, ambas devotadas à crítica dos costumes, abordando assuntos como livros, óperas, política, moda ou música. Então, a sociedade inglesa passava por um período no qual

as máquinas começaram a transformar a economia, a imprensa já tinha sido inventada por Gutemberg, e o Humanismo se propagava da Itália para toda Europa (...). Os Ensaíes de Montaigne são a matriz evidente das conversações de Addison e Steele. Filho do ensaísmo humanista, o jornalismo cultural inglês também ajudou a dar luz ao movimento iluminista que marcaria o século XVIII (Piza, 2003).

Esse jornalismo dedicava-se a comentar assuntos do cotidiano da vida urbana londrina. Era a sua leitura que subsidiava e reproduzia as conversas das mesas de bar, cafés e rodas sociais. Tanto assim que Steele e Addison “estimulavam os leitores a participar no jornal, ao colocar um anúncio no primeiro número solicitando

que enviassem cartas ‘aqueles que tiverem ideias para se corresponder conosco’. Muitos o fizeram, e algumas missivas foram impressas” (Burke; Briggs, 2004, p. 77). Havia, pois, já ali, uma preocupação com a interatividade entre os críticos dos costumes e das artes e o público – discussão da maior relevância e que será retomada em outros momentos deste artigo.

Rapidamente, aumentaram as edições de periódicos comprometidos com a nascente “crítica” setecentista; eram revistas e jornais convertidos em referência para toda a sociedade: os artigos e resenhas chancelados pelos editores desses veículos ganhavam proeminência e credibilidade, alimentando o homem moderno, “isto é, preocupado com as modas, de olho nas novidades para o corpo e a mente, exaltado diante das mudanças no comportamento e na política” (Piza, 2003).

O jornalismo cultural continuou a desenvolver-se durante o processo de industrialização, sendo aos poucos incorporado como parte das publicações jornalísticas generalistas, por meio de cadernos ou suplementos, e também veiculado em periódicos específicos marcados pelo gênero opinativo, especialmente no formato de ensaios, críticas e resenhas.

Em meados do Século XIX, quando a industrialização já tinha tomado conta da Europa e da história, o ensaísmo e a crítica cultural se tornaram ainda mais influentes. Na Inglaterra, um crítico de arte como John Ruskin (1819-1900) era tratado como semideus pelos seguidores (e, claro, demonizado pelos detratores). Tratando a estética quase como religião, ele marcou sua época de tal maneira que se tornou uma das maiores influências sobre a literatura moderna de um grande francês. Marcel Proust (1871-1922), que também foi crítico militante nas páginas de *Le Figaro* (Piza, 2003).

Não é o escopo deste artigo se estender muito mais na gênese do jornalismo cultural ou opinativo. Aqui, explicitadas essas raízes, interessa focar nas transformações mais recentes observadas na crítica, em especial na crítica gastronômica paulistana, causadas principalmente pela disseminação das mídias digitais e o correlato encolhimento da mídia impressa, largamente assentada sobre as bases setecentistas e oitocentistas da comunicação industrial. É o que aponta, alguma medida, o escritor e jornalista Daniel Piza no volume “Jornalismo cultural” (2003). Segundo o autor, nada

há de nostalgia ou negativismos em observar que o jornalismo cultural brasileiro já não é como antes. Pequeno panorama histórico é suficiente para mostrar que grandes publicações e autores do passado têm hoje poucos equivalentes. Mais que uma perda de espaço, trata-se de uma perda de consistência e ousadia e, como causa e efeito, uma perda de influência.

Longe de se pretender alimentar o debate “digital vs. impresso”, se ambiciona, nas páginas que seguem, caracterizar brevemente o gênero “crítica” dentro do formato jornalístico para, na sequência, discutir a sua expressão, particularizando a gastronomia, em três tipos de veículos: um aqui nomeado “tradicional”, a revista *Veja São Paulo*, ligada ao maior grupo editorial do Brasil, o Grupo Abril; um blog especializado em crítica gastronômica, o *Gastrolândia*; e, por fim, as resenhas elaboradas pelos usuários da rede social digital *TripAdvisor*, na qual todos podem emitir as suas opiniões, relatando experiências em hotéis, restaurantes ou pontos turísticos. Tendo em vista o objetivo de comparação entre os textos produzidos para as três mídias citadas, optou-se, metodologicamente, por se investigar os escritos elaborados sobre um mesmo estabelecimento, o restaurante Pomorodi, localizado no bairro do Itaim Bibi, região nobre da cidade de São Paulo.

A crítica como gênero jornalístico: dos primórdios à internet

“O jornalismo é, entre outras definições possíveis, um discurso. Esse discurso só se constitui na moldura de um gênero particular, o que acarreta problemas conceituais que devem ser enfrentados” (Benetti, 2008, p. 13). A fala de Marcia Benetti, por ocasião de um dossiê sobre contratos de comunicação, organizado pela Revista Galáxia, é oportuna para que se localizem os desafios envolvidos na tarefa de entender o jornalismo e as suas muitas vertentes como gêneros textuais particulares. Tais desafios, segundo Lia Seixas (2013, p. 166), professora de jornalismo na Universidade Federal da Bahia,

têm mantido, ao fundo, apenas noções como enfoque, lead; mais tangencialmente, acontecimento e fato; e, de maneira mais abrangente, as noções de contrato fiduciário e valor-notícia. Enfoque e lead aparecem na definição de ‘formatos’ (Lailton, 2010) como cronologia ou ‘história colorida’. Assim como os termos fato e acontecimento aparecem mal definidos na explicação de nota, notícia, reportagem, uma consequência da frágil definição desses conceitos nos próprios estudos de jornalismo. Na análise de gêneros televisivos, contrato fiduciário e valor-notícia fundamentam a compreensão da instituição jornalística com o nascimento do jornalismo moderno.

Eis o motivo de não existir, ainda hoje, uma classificação homogênea ou amplamente aceita para a caracterização da linguagem jornalística e dos seus subgêneros. Todo caso, é preciso reconhecer, seguindo Marques de Melo (2010), que já no século XVII havia certa tipologia dos periódicos, procurando-se uma separação, nunca muito clara, entre a notícia e a opinião, segregação esta que será embaralhada de vez durante a Segunda Guerra Mundial, quando se cunha o chamado “jornalismo inter-

pretativo” – e todo jornalismo não o é? –, no qual os fatos, isto é, as notícias, são abertamente objeto do julgamento do jornalista. Também se deve noticiar que Jacques Kayser, intelectual francês que dirigiu pesquisas na área de comunicação para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), entre as décadas de 1950 e 1960, elaborou, pela primeira vez, uma classificação formal das tipologias dos textos de caráter jornalístico. No Brasil, Luiz Beltrão foi o pioneiro nessa tarefa, seccionando os gêneros

em informativo, interpretativo e opinativo. A trilogia foi ampliada por José Marques de Melo (1985, 2006, 2010), que acrescentou a esses os gêneros utilitários e diversionais. Na bibliografia brasileira há, ainda, a voz destoante de Manuel Chaparro (2008) – português radicado no Brasil desde 1961 – que se recusa a seguir a classificação baseada em informativos, interpretativos e opinativos. Ele opta por dividir os gêneros jornalísticos em relato e comentário. Chaparro (2008) é crítico principalmente em relação à divisão entre informação e opinião, porque, segundo ele, o trabalho de seleção e hierarquização das informações já carrega, em si, opinião. Ou seja, ao decidir o que é relevante ou não o profissional inevitavelmente opina (Braga, 2013, p. 33).

Apesar de, como se percebe, os gêneros jornalísticos serem um assunto nebuloso, necessitamos, neste trabalho, enquadrar a “crítica”, já que se abordará, aqui, a crítica gastronômica paulistana. Usualmente, essa modalidade de texto é caracterizada como um formato ligado ao “jornalismo de opinião”, e este será também o nosso enfoque. Longe de apego aos esquemas formais classificatórios, o que nos interessa ao assim adjetivar a crítica é determinar o quanto ela depende, bilateralmente, de aspectos subjetivos e pessoais, e o quanto ela depende de aspectos objetivos e factuais para ser construída. Se de um lado um crítico

expressa abertamente as suas opiniões, a maneira pela qual isso é feito deve seguir parâmetros claros, ligados a fatos concretos analisados com um olhar especializado, e não com meros “achismos”. Esse “contrato” assegura que o leitor possa identificar o tipo de informação recebida e assuma determinada postura com relação ao conteúdo publicado e rubricado como “crítica”, diferenciando-o da opinião ordinária emitida por qualquer pessoa.

Existe, na formulação acima, endividamento etimológico e romântico. A raiz do vocábulo crítica, originado dos termos gregos *kritikos*, “fazer julgamentos”, *krinein*, “separar, decidir”, e ainda *krisis*, “seleção”, indica, já linguisticamente, certo ofício. A partir do Romantismo, essa função passaria a designar não apenas aquele que escolhe, mas também aquele que guia a escolha do outro: conforme escreve o diplomata e crítico literário José Guilherme Merquior em “As idéias e as formas” (1981), no século XIX, a figura do crítico assume o papel de orientar o nascente – e inseguro – público burguês. O celebrado “farol das massas”, contudo, nem sempre funcionava como deveria. É o que nos faz saber Machado de Assis (2011, p. 7), em “O ideal crítico”, texto originalmente publicado em 1865 no *Diário do Rio de Janeiro*:

Exercer a crítica afigura-se a alguns que é uma fácil tarefa, como a outros parece igualmente fácil a tarefa do legislador; mas, para a representação literária, como para a representação política, é preciso ter alguma coisa mais que um simples desejo de falar à multidão. Infelizmente é a opinião contrária que domina, e a crítica, desamparada pelos esclarecidos, é exercida pelos incompetentes.

[...]

São óbvias as consequências de uma tal situação. As musas, privadas de um farol seguro, correm o risco de naufragar nos mares sempre desconhecidos da publicidade.

Hoje, provavelmente, a apreciação machadiana seria ainda mais contundente: cada vez menos a fronteira entre o especialista e o leigo é clara. Por vezes, conteúdos veiculados em blogs e redes sociais digitais, espaços nos quais os usuários assumem a função de “críticos”, ou assim se auto intitulam, carecem de juízos que ultrapassam o senso comum. E para ser crítico não basta gostar de um assunto, ser apaixonado; é preciso conseguir sustentar conceitualmente e emocionalmente as suas escolhas, e expô-las de modo claro. A matéria foi, recentemente, tema da tese “A crítica jornalística de cinema na internet: um dispositivo em transformação”, defendida por Carolina Magalhães Braga, no ano de 2013, na Universidade Federal de Minas Gerais. No seu trabalho, Braga (2013, p. 39) afirma que a noção de gênero não muda por conta da comunicação digital, mas passa a levar em conta não apenas o tipo e o propósito dos textos, caso da crítica, como também as funcionalidades e possibilidades de cada ambiente digital, sendo mais importante descrever do que classificar os gêneros – ou cibergêneros – encontrados nas redes, levando-se em conta critérios retóricos, hipertextuais, multimidiáticos, temporais e interativos, apenas para citar alguns (Braga, 2013, p. 41-43).

Formatos como os blogs e as muitas redes sociais disponíveis permitem que pessoas expressem suas opiniões sem qualquer tipo de chancela formal. Não se é crítico do jornal “A” ou “B” – o que por vezes parece ser muito positivo, ao menos em sucesso de público e em faturamento. Tanto assim que no dia 27 de abril de 2014, a colunista Mônica Bergamo, da *Folha de S.Paulo*, abriu matéria sobre as blogueiras – críticas – de moda/cabelo/maquiagem com os seguintes dizeres: “Elas não saem da cama por menos de R\$25 mil”. Se tanto o faturamento quanto o número de leitores de jornais e revistas de renome, seja em papel,

seja em formato digital, têm caído vertiginosamente nos últimos anos, para as moças dos blogs não parece haver crise: nomes como Thássia Naves e Camila Cotinho, ainda segundo Monica Bergamo, têm por volta de seis milhões de acessos mensais, e faturam centenas de milhares de reais. O poder de influência dessas novas críticas é gigantesco. Camila Coutinho, por exemplo, faz regularmente parcerias com grandes marcas do setor de vestuário e calçados, e lança coleções por ela assinadas. É o que reporta o Estadão de 23 de outubro de 2014, no texto assinado por Marina Domingues, cujo título é bastante ilustrativo: “Camila Coutinho: blogueira S/A”.

Adicionem-se aos blogs, sites e espaços em redes sociais digitais ocupados pelos críticos sem vínculo com jornais ou revistas, as plataformas horizontalizadas. São modalidades de comunicação nas quais os usuários podem livremente ranquear estabelecimentos comerciais, contar as suas impressões e experiências com relação à prestação de serviços, que vão da estadia em hotéis ao pós-venda de carros e imóveis. Nesses casos, há menos centralização: a crítica se constrói pela quantidade, é expressa em ranques de pontuação, e pulverizada nos incontáveis comentários de usuários que, por vezes, cometem graves erros de grafia, usam palavras chulas ou um humor de gosto duvidoso. Isso cria um novo paradigma: ainda que os relatos particulares, por vezes, careçam de maior poder reflexivo e credibilidade, o gosto ou a opinião da maioria pode ser conhecido sem especulações e através de gráficos simples, facilmente inteligíveis. A interatividade ambicionada e certo grau praticada no *The Spectator* é, agora, levada às últimas consequências: o leitor não apenas ajuda a construir a pauta e a notícia; ele expressa diretamente sobre o que deseja que se fale – e fala ele mesmo.

Convivem hoje, pois, na concepção dos autores, três grandes tipos de “crítica”: aquela ainda sustentada pela figura do especialista avalizado por um veículo herdeiro da mídia industrial, que expressa a sua opinião nos espaços analógicos e digitais de jornais e revistas; a crítica feita pelos “especialistas” da internet, para os quais não existe a autorização discursiva de um veículo de imprensa, mas do sucesso de público, faturamento e influência; e, por fim, a crítica construída coletivamente, em redes sociais de ranqueamento, nas quais cada usuário contribui diretamente para a produção de números fidedignos ao gosto da maioria e pode, de modo particular, expressar suas impressões/pareceres. A seguir, trabalharemos as modalidades descritas, colocando acento na crítica gastronômica paulistana.

A gastronomia, a indústria cultural e a crítica gastronômica paulistana

A gastronomia aparece de maneira mais clara como produto da indústria cultural, aqui entendida como o “processo de transformação da cultura em mercadoria, mas, também, de transformação da mercadoria em matriz de cultura” (Rüdiger, 1998, p. 18), no fim do século XX e início do século XXI. Até pouco tempo atrás, esse campo era um assunto para poucos. No fim dos anos 1990, surgiram as primeiras escolas de gastronomia no Brasil, e nos últimos dez anos, o setor tem encontrado um desenvolvimento sem paralelo.

Em torno da arte de bem-receber e da alimentação desenvolveu-se uma complexa indústria cultural. São sites, blogs, feiras, guias, estúdios, escolas, empresas, consultores que se dedicam a desenvolver negócios ligados à alimentação. O que era um assunto mais afeito ao universo feminino, às tradições regionais e familiares, transformou-se na pauta do dia, na pauta da vez. Estudos sociológicos, como os de Câmara Cascudo, e algumas referências

contidas na obra de Gilberto Freire, além de registros familiares, domésticos e folclóricos, serviram de base para o desenvolvimento de uma sociologia da alimentação no Brasil. O sociólogo Carlos Alberto Dória (2015), em artigo publicado na *Revista Cult*, descreve brilhantemente esse processo de transformação.

Na França e na Europa, a alimentação, o gosto e a gastronomia chamaram a atenção dos cientistas sociais bem antes. Edgar Morin, Roland Barthes e muitos outros já tinham incorporado a alimentação e a gastronomia à epistemologia da sociologia e da comunicação. A partir dessa inclusão, a gastronomia, a alimentação e o gosto passaram a ser discutidos dentro da academia, contribuindo para que o entendimento do assunto se aprofundasse, explorando-se suas conexões com os diversos campos das ciências sociais e até da medicina e da engenharia.

Passados quase duzentos anos, a gastronomia desempenha um papel completamente novo na sociedade. Tornou-se um tema cultural tão importante quanto à moda, à sexualidade, a violência. É reivindicada como aparentada às artes, à simples nutrição, ou mesmo aos negócios. Sua assombrosa vulgarização parece exigir de cada um de nós que saiba explicar, a qualquer momento, afinal por que escolheu comer determinada coisa e não outra. Lucien Karpik (*L'économie des singularités*, Paris, Gallimard, 2007), critica a incapacidade da economia clássica para explicar os fenômenos da escolha – os serviços profissionais, as obras de arte, a alta culinária, o grande vinho, os bens de luxo, o turismo, numerosos produtos da indústria cultural, certos bens do artesanato e modalidades especiais de conhecimento – as expertises. Ele se detém especialmente na análise da escolha dos vinhos que, após a Segunda Grande Guerra, tiveram sua valorização ligada a procedimentos como os leilões, que lhes conferiram a aura de “obras de arte”. E é uma atitude assemelhada o esforço de marketing, hoje tão comum, para apresentar um simples azeite, arroz, sal-

mão ou o que seja como “gourmet”. Portanto, não basta ler Savarin para nos situarmos no mundo moderno. É preciso reconhecer que o tratamento da alimentação mudou (Dória, 2015).

A crítica gastronômica chancelada, aquela que é publicada em mídias reconhecidamente hegemônicas, como jornais e revistas de alta circulação, redes de rádio e televisão, foi, por um longo período, a única fonte de acesso do público a conteúdos jornalísticos opinativos a respeito dos produtos ligados à culinária, bebidas e alimentação no geral. No Brasil, críticos como Saul Galvão, e mais recentemente Josimar Melo, Arnaldo Lourençato e Luís Américo Camargo, atuaram, durante muito tempo, ligados a grandes meios de comunicação que os investiam de autoridade e credibilidade, ao mesmo tempo em que a opinião desses críticos ganhava importância pelo próprio alcance e efeito que provocava nos negócios do setor. Lourençato, por exemplo, envolveu-se em uma polêmica ao julgar de forma muito negativa o restaurante “Dalva e Dito”, do chef-estrela Alex Atala. Publicou na revista *Veja São Paulo*, do Grupo Abril, a crítica que questionava a qualidade e a proposta do estabelecimento, causando perplexidade nos seus pares e seguidores.

A crítica gastronômica não teve grandes espaços na televisão ou no rádio até bem pouco tempo. Eram escassas as reportagens sobre bares e restaurantes em veículos radiofônicos ou canais de TV. O espaço dessa modalidade de crítica sempre foi a mídia escrita. Recentemente, contudo, a gastronomia alcançou outro status. O crescimento das mídias digitais e plataformas de publicação de conteúdo independente, como blogs, sites pessoais e redes sociais começaram a configurar um novo espaço público, alterando enormemente o panorama de outrora. Dois tipos de crítica gastronômica passaram a ter grande destaque na internet: a dos

profissionais, que preferem publicar conteúdo independente, e a dos amadores, que passaram a publicar suas opiniões em espaços que permitem a construção de conteúdo através do diálogo livre. Essas duas manifestações, que se tornaram possíveis com o crescimento da web, acabaram por tomar a cena. Há pouco, a *Folha de S.Paulo*, um dos maiores jornais do Brasil, diminuiu radicalmente o espaço editorial dado à gastronomia. Seu caderno “Comida” foi reduzido a uma folha dentro do caderno “Ilustrada”, e encerraram-se os contratos de dois dos seus mais antigos e renomados articulistas e críticos gastronômicos, Josimar Melo e Nina Horta.

O público, aparentemente, passou a se interessar pela notícia desvinculada das chancelas, valorizando mais os seus pares que os oráculos e gurus encastelados em redações confortáveis, restaurantes luxuosos, nutridos por dezenas de empresas de assessoria de imprensa que lutam arduamente para pautar, influenciar, seduzir e prover com textos prontos e serviços adicionais como fotos e editoriais, os editores e críticos de gastronomia.

Com o corte de custos das redações, a queda do número de assinantes, a diminuição da receita publicitária e a migração da imprensa para a mídia digital, os jornais e revistas acabaram cortando equipes de profissionais dedicados a produzir conteúdos culturais. Numa simbiose questionável, jornalistas, críticos e assessores de imprensa, que defendem interesses de grupos bem estruturados, passaram a atuar em colaboração, oferecendo não só informações, mas, muitas vezes, conteúdo formatado e pronto para veiculação na mídia hegemônica.

A seguir, investigaremos não apenas um pouco do que restou da crítica tradicional, como também um blog de gastronomia e a rede social *TripAdvisor*. O nosso objeto são as críticas produzidas para o restaurante Pomorodi, apresentado na sequência.

Conhecendo o Pomodori

O restaurante Pomorodi, inaugurado em 2003, está localizado no bairro nobre paulistano do Itaim Bibi, e dedica-se à culinária italiana de alta qualidade, destacando-se pelas massas artesanais produzidas na hora com ingredientes caros. Na sua inauguração, o Pomorodi tinha poucos lugares, uma estratégia comercial diferente na época para aquele que, talvez, tenha sido um dos primeiros restaurantes autorais da “nova geração” em São Paulo. Seus antigos chefes Jefferson Rueda e Rodrigo Martins são hoje renomados empresários de sucesso. A chefe Tássia Magalhães, que atualmente comanda a casa, teria introduzido nas receitas tradicionais “toques leves e autênticos”. O lugar abre para almoço todos os dias, e para jantar de segunda-feira a sábado, acomodando, no momento, até 64 pessoas em seu ambiente intimista, uma charmosa casa em cujo interior destaca-se o teto em madeira escura.

Sobre Tássia Magalhães, há no site do Pomorodi diminuta biografia profissional que, não poderia ser diferente, exalta as muitas qualidades da “chef revelação”, hábil em combinar ingredientes em pratos autorais e leves. A matéria publicada pela *Folha de S.Paulo*, em abril de 2013, dá conta que Tássia formou-se no Senac de Campos do Jordão e iniciou sua carreira no próprio Pomorodi. A mesma matéria se encarrega de fazer uma fofoca: explica que Tássia assumiu o lugar de Diogo Silveira, sócio do local, porque ele teria brigado com Mariana Thompson, também sócia, afastando-se do comando da cozinha.

Aliás, o Pomodori já apareceu algumas vezes na mídia especializada por conta de confusões entre os seus proprietários. A revista *Prazeres da Mesa*, dirigida por Ricardo Castilho, deu a seguinte nota em fevereiro de 2011:

Confusão hoje à tarde no paulistano Pomodori. Em companhia de sua advogada, a dona do estabelecimento Marina Tompson expulsou o chef e fundador do restaurante Jefferson Rueda. A relação entre os dois já estava abalada desde agosto quando o Jefferson vendeu para ela sua parte na sociedade e iniciou seu processo de saída. “Assinamos um contrato que previa minha permanência até agosto. Depois, daria, ainda, mais quatro anos de consultoria”, diz o chef. Ele conta que foi surpreendido com a notícia, mas afirma que já estava sendo retaliado desde outubro. ‘O gerente da casa mal falava comigo.’ Uma parte da equipe foi solidária e pediu demissão. A casa está aberta, mas não aceita reservas. Marina Tompson foi procurada pela equipe de PRAZERES DA MESA e não foi encontrada. O chef, abalado, lamenta o fim dramático de uma história de sucesso. ‘Tudo meu continua lá. Saí do restaurante com a roupa do corpo.’

Esses são detalhes certamente conhecidos por quem é especialista em gastronomia, ainda que não se reportem diretamente à comida ou ao serviço do restaurante. Tais detalhes, às vezes, podem ser levados em conta na hora de se elaborar uma crítica especializada, o que certamente não acontece com a maioria das pessoas que vai jantar ou almoçar no Pomodori e, simplesmente, conta a sua experiência em redes sociais digitais. Na sequência, conforme já anunciado, analisaremos textos publicados sobre o restaurante italiano na revista *Veja São Paulo*, no blog *Gastrolândia* e no site de viagens *TripAdvisor*.

O Pomodori pela Veja São Paulo

Segundo informações da Editora Abril, *Veja São Paulo* é o “principal veículo da maior metrópole do país. (...)VEJA SÃO PAULO acompanha, avalia e indica, há 30 anos, o melhor da cidade”. Os números da publicação são impressionantes: semanalmente, circulam quase 300 mil

exemplares da versão impressa, além das 22 milhões de pessoas que visitam mensalmente o site do periódico. O público é majoritariamente composto por pessoas de elevado poder aquisitivo, e 92% dos leitores comentam com outras pessoas sobre informações encontradas na revista.

Arnaldo Lourençato, um dos mais respeitados críticos gastronômicos da capital paulista, é o responsável pela crítica semanal de gastronomia publicada em *Veja São Paulo*. Em 14 de junho de 2013, Lourençato e Helena Galante ofereceram aos leitores um breve comentário a respeito do Pomorodi. O texto, sucinto, fala sobre a chef e aborda alguns pratos do cardápio:

Não há dúvida de que Tássia Magalhães, de 26 anos, é um dos expoentes da nova geração de cozinheiros paulistanos. A chef continua a fazer pratos com um brilho singular, como pode ser notado no menu degustação de clássicos do Pomodori, cujas sugestões também são oferecidas em preparações individuais. São bons exemplos de refinamento e equilíbrio a vieira grelhada na emulsão de limão com purê de mandioquinha (R\$ 38,00), além da terrine de foie gras sobre pão de especiarias com sagu de vinho do Porto (R\$ 49,00). Mas nem tudo dá certo no menu autoral (R\$ 220,00). Se há um maravilhoso ravióli de vieira e couve-flor, o mesmo não se pode dizer do palmito pupunha em rodela cozidas com gema defumada, sagu de Porto e lagostim, prato no qual são exageradas a doçura do sagu e a palidez do palmito. No arroz de coração de pato, acabam sobrando os cubos de melão que complementam a receita. Também parece uma confusão criativa sem raiz italiana o bolo de milho com creme brûlé por cima, embora seja uma sobremesa agradável.

Como se percebe, adjetiva-se com segurança Tássia Magalhães como “expoente da nova geração”, algo que só pode ser comentado por um especialista que acompanha o mercado de gastronomia. Além dos aplausos, críticas negativas são dadas sem afetação, de modo ob-

jetivo, ligado aos fatos descritos. A revista traz ainda informações básicas como endereço, telefone e horários de abertura, além de preços individuais dos pratos e gasto médio por pessoa. Na versão digital, os valores dos pratos são periodicamente ajustados, avisando-se ao leitor a última data de atualização. Também na versão digital há espaço para ranqueamento com estrelas e comentários de usuários cadastrados – 11 até a finalização deste artigo – em que se leem anotações de pessoas que tentam não apenas expressar sua experiência no Pomorodi, mas também interagir com a crítica oficial ou oferecer uma opinião para além do prosaico. Caso de Adriana Reis Colacioppo, em outubro de 2014:

Uma advertência inicial se torna necessária: o Pomodori é um restaurante italiano de alta gastronomia. Por isso, não espere encontrar no cardápio um Spaghetti ou uma Lasagna bolognesa. O prato mais clássico que eles servem é o Spaghetti alla carbonara. Ofecerem massas bem diferentes. Eu provei um ravióli duplo (isso mesmo: com dois sabores separados em um só ravióli), recheado de cebola caramelizada e queijo grana padano, extremamente delicado e saboroso. O ambiente lembra uma cantina com toques de sofisticação. O atendimento é exemplar e os garçons conhecem bem o menu, tirando todas as dúvidas dos clientes. Além de talentosa, a Chef Tássia tem um pé na cozinha e outro no salão, acompanhando a refeição dos comensais. No courvet, prepara sempre uma surpresa, que pode ser um ravióli, uma bruschetta ou um nhoque, com um toque pessoal. Vale a visita!

Em pesquisa realizada no blog de Lourençato, hospedado no site da revista e, paráfrase de gosto duvidoso com a famosa máxima cartesiana, nomeado “Como, logo existo”, identificamos duas outras reportagens sobre o Pomorodi: uma datada de quando o restaurante fechou para

reforma, repleta de imagens em perspectiva da obra e um croqui feito pelo arquiteto responsável, e uma segunda, mais extensa, tratando dos objetivos dos novos proprietários do restaurante; aqui, Lourençato trouxe o cardápio do Pomorodi na íntegra, além da carta completa de vinhos – um total de 13 páginas.

O Pomodori pelo blog *Gastrolândia*

O blog *Gastrolândia*, distribuído pelo portal MSN Brasil, com mais de 23 milhões de visitantes/mês, e que se anuncia como “O melhor do vibrante panorama gastronômico de São Paulo”, passa longe do amadorismo. Segundo informações disponibilizadas para patrocinadores em potencial por meio do “mídia kit”, 800 mil pessoas são mensalmente impactadas pelos conteúdos veiculados no blog, cujo conteúdo envolve críticas, receitas, um “dicionário culinário” e turismo gastronômico. O *Gastrolândia*, certamente, poderia ser enquadrado na definição de “enunciado englobante” de Maingueneau (2001, p. 86), isto é, um discurso que amarra outros discursos. No caso, uma complexa trama de interessados por gastronomia, na qual mensalmente há 12 mil interações no Twitter, 61 mil interações no Instagram, e ainda 350 mil interações no Facebook – os três são redes sociais digitais bastante populares no Brasil.

A responsável pelo *Gastrolândia*, Ailin Aleixo, começou a escrever sobre gastronomia aos 21 anos – hoje ela tem 39 –, quando fazia a avaliação de bares para especiais da revista *VIP*. Aleixo também trabalhou na *Viagem e Turismo*, editou o caderno regional São Paulo da *Playboy*, dedicado a explorar os melhores bares e restaurantes da capital paulista e, em 2007, integrou a equipe do projeto da revista *Época São Paulo*, editando até 2009 o roteiro de bares e gastronomia da publica-

ção. Ailin Aleixo ainda apresentou boletins diários sobre gastronomia na rádio *CBN*, uma das maiores emissoras do país, e trabalhou o mesmo assunto para *Veja São Paulo* e para a revista *ALFA*.

Conforme apontam informações oficiais do blog, o *Gastrolândia* “paga todas suas contas em bares/restaurantes/lanchonetes e afins, não aceitando convites”, não realizando “posts patrocinados sobre estabelecimentos”. As premissas, por certo, ao somarem-se à experiência da blogueira, criam um efeito de sentido de credibilidade para os conteúdos disponibilizados: seriam materiais isentos de pressões mercadológicas e assinados por uma grande especialista em crítica gastronômica.

Ailin Aleixo publicou uma crítica para o *Pomodori* em 21 de maio de 2015. São pequenos blocos de texto, marcados pela informalidade e um tom professoral, que totalizam 2318 caracteres com espaço – contra exíguos 1021 de *Veja São Paulo*. Entre cada grupo textual, belas fotos produzidas para ilustrar as palavras nem sempre amigáveis: no “Bolo cremoso de milho, amoras frescas, purê de amora, maçã verde caramelizada e creme de baunilha brulèe (R\$ 29), os sabores se perdem num caleidoscópio complicado demais. *Veja* bem: cada item isolado é bem feito, mas falta edição e, no final, nada sobressai e tudo se mistura”, escreve Aleixo, sem tergiversar. Ao final, uma orientação, escrita no imperativo de quem sabe do que fala e deve guiar o seu leitor: “Finalize com espresso Orfeu acompanhado de gostosos petit fours (R\$ 7,50)”. Inexistem apreciações sobre o serviço e a carta de bebidas, mas as informações básicas – horário, local, endereço, mapa e telefone – são dadas. O blog tem uma área reservada para comentários de leitores; não havia, apesar disso, qualquer comentário publicado.

O Pomodori pelo TripAdvisor

O *TripAdvisor*, segundo a definição ofertada pela própria marca, é o maior site de viagens do mundo. Mas, ao entrar no *TripAdvisor*, não se navega numa simples página da internet; adentra-se, na verdade, numa rede social de viagens, na qual há conteúdos oficiais e a venda de reservas para hotéis e, eis o grande diferencial: “90 milhões de usuários cadastrados e 290 milhões de avaliações e opiniões sobre mais de 5,3 milhões de empresas em mais de 126 mil destinos”. É um volume de informações detalhadas e constantemente atualizadas com o qual nenhuma revista especializada ou jornal consegue competir – aliás, as empresas mal criticadas costumam responder rapidamente às avaliações dos internautas da plataforma, tamanho seu poder de influência: também segundo dados oficiais, “95% dos usuários do *TripAdvisor* acreditam que as avaliações encontradas no site são condizentes com a experiência real vivida no hotel”, e mais da metade dos usuários da rede verificam os comentários sobre hotéis e restaurantes antes de fazer reservas.

Na hora de construir uma crítica sobre um restaurante, os usuários podem classificá-lo como “excelente”, “muito bom”, “razoável”, “ruim” ou “horrível”. A ordenação cria um ranking tão prestigioso que muitos estabelecimentos exibem, se campeões, uma placa indicando quão bem avaliados foram no *TripAdvisor*. Cada usuário pode, além de classificar um estabelecimento nas categorias referidas, escrever pequeno comentário na sua língua nativa, e ainda fazer perguntas ou respondê-las; são questões sobre menu, dress code e correlatos. Há, por fim, classificação de 1 a 5 para os itens “comida”, “preço”, “serviço” e “ambiente”.

O Pomodori aparece na posição de número 481 quando comparado aos 34.739 restaurantes da cidade de São Paulo avaliados por usuários do *TripAdvisor*. Há um “cer-

tificado de excelência”, dado automaticamente pela própria rede social e que é entregue aos estabelecimentos frequentemente avaliados como “excelentes” pelos membros da rede. No total, foram efetuadas, até a finalização deste texto, 178 avaliações, a maior parte delas concentrada em excelente (90) e muito bom (56), e apenas 12 como ruim e horrível (6 em cada categoria). Existe um mapa para o Pomorodi, o telefone para contato e o link para o site oficial do restaurante, além do seu horário de funcionamento. “Comida”, “serviço” e “ambiente” ganharam 4 pontos cada; “preço”, 3,5. Existe também um selo de “bom para famílias com crianças”, dado pela maior parte dos usuários.

Ao se abrir as críticas dos membros da rede, é possível ver se o texto foi feito por alguém que nunca escreveu no *TripAdvisor* ou por alguém que lá publica regularmente, além de se observar se as resenhas dos usuários são frequentemente consideradas úteis por seus pares, uma métrica chamada “votos úteis”. Isso ajuda, quem sabe, a separar o juízo de um leigo daquele de quem é *habitué* de restaurantes e sobre eles escreve de modo bem avaliado. A maior parte das resenhas é curta. Todo caso, isso não torna fácil percorrer as 178 avaliações. Em muitas delas há interação com alguém que se identifica como “Bruna H.”, gerente de relações públicas do Pomorodi. A única ausência de “Bruna” aparece nas avaliações “horrível”. Usualmente, a relações públicas agradece os comentários ou assume um tom de desculpa amistosa. Caso do retorno para o texto do usuário “crisstha”, publicado em julho de 2015: “Fomos no Pomodori após sua reabertura. Pedimos o menu degustação mais caro onde a chef escolhe os pratos conforme o dia. Decepção. Fora alguns pratos, não consideramos nada surpreendente, e o preparo dos pratos também deixa muito a desejar em relação a outros do mesmo nível. Pelo preço pago, esperava muito mais”. Vejamos

a resposta, efetuada em 18 de agosto de 2015 por Bruna H.: “ Poxa, que pena ler os seus comentários. Do mesmo modo, agradecemos o seu contato e torcemos para te ver novamente por aqui”.

Algumas considerações e notas comparativas

Arnaldo Lourençato realizou críticas rápidas e objetivas ao Pomorodi, dando espaço, ainda que brevemente, não apenas à comida, como à chef da casa. Tecendo algumas palavras negativas, Ailin Aleixo se aproximou bastante de Lourençato ao abrir seus blocos de texto com o que segue: “No comando da cozinha do Pomodori há dois anos, a chef Tassia Magalhães – agora proprietária da casa – decidiu deixar o restaurante mais com a sua cara. Fechou-o por algum tempo para reforma e reabriu há 15 dias, com salão mais sóbrio, cozinha aberta e longo menu (34 opções), dividido em dois: autoral e tradicional”. Há, em *Veja São Paulo* e no *Gastrolândia*, a clara visão de quem é do ramo e sabe do que fala. Mas falta, por certo, aproximação com o leitor: apenas 11 pessoas interagiram com Lourençato, e nenhuma com o *Gastrolândia*. Curioso notar que Ailin Aleixo, não cancelada atualmente por um selo da grande mídia – mas que destaca em seu currículo as grandes revistas nas quais trabalhou, ao modo de um “selo de qualidade” –, apresentou muito mais detalhes que os presentes nos textos de Lourençato, talvez cumprindo a função dos blogs independentes, a de ofertar olhar diferenciado e rico, longe dos releases das assessorias, informações por vezes difíceis de serem encontradas em veículos tradicionais (Santos et al, 2009, p. 159-160).

A avaliação geral do *TripAdvisor*, média das notas dos seus usuários, não destoou das impressões expostas por Lourençato e Ailin Aleixo. O que nos faz pensar existir certa paridade entre o gosto do “homem comum” e o do “crítico

especializado”. Apesar de não trazerem comentários sobre a chef, as resenhas da rede social falaram da comida, do espaço e da experiência, apontando, provavelmente, para os aspectos mais relevantes a quem deseja escolher um restaurante. É interessante notar, aqui, o forte engajamento dos usuários, voluntariamente convertidos em produtores de conteúdo, e a interação com as relações públicas do Pomorodi, o que não se verifica em *Veja São Paulo* ou no *Gastrolândia*. Talvez porque não caiba, no caso de uma crítica especializada, a voz de um representante do restaurante; talvez porque um estrago no *TripAdvisor*, atualmente, tenha mais impacto nas pessoas do que um texto de especialista.

O que se pode notar é que as três modalidades de crítica não se anulam, mas coexistem, e provavelmente assim o cenário deva permanecer. Cada uma disponibiliza informações distintas para audiências talvez diversas: a crítica de Lourençato, bastante objetiva e presa aos manuais de redação, vai para o público de alto poder aquisitivo da cidade de São Paulo, pessoas com interesses diversos, cujo norte é a revista, para as quais um texto detalhado, quem sabe, causasse tédio ou estranhamento; a crítica de Ailin Aleixo é destinada aos aficionados por gastronomia, por isso é maior, mais completa – e quem sabe mais complexa –; já as avaliações do *TripAdvisor*, apesar de trazerem uma poluição informacional quando se fala dos textos escritos, apresenta pelo ranqueamento uma espécie de crítica objetiva de amigo, de “gente como a gente”, certamente mais próxima da realidade de quem habita a citada comunidade digital.

A crítica gastronômica paulistana – e certamente a mundial – sofre, logo, transformações profundas. As mídias digitais são o grande impulso dessa mudança, levando às últimas consequências o desejo seminal do jornalismo cultural de trazer o leitor para dentro das publicações. É certo que o *TripAdvisor* não é jornalismo;

mas também é certo que essa rede social tem informações para muitos mais relevantes do que as dos jornais ou dos críticos especializados. Se o homem comum não deveria ser o guia do homem comum – e isso seguramente é uma posição elitista –, cabe ao expert se reinventar e se reaproximar do público, apropriando-se de maneira mais incisiva das novas mídias e, quem sabe, descendo da torre de marfim para também ouvir a fala do frequentador de restaurantes. Não há mais espaço para monólogos: o diálogo é o imperativo das redes.

Referências

ASSIS, Machado de. O ideal crítico. In: O jornal e o livro. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.

BERGAMO, Monica. **Jovens fizeram de seus blogs e perfis nas redes sociais negócio milionário**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monica-bergamo/2014/04/1445422-jovens-fizeram-de-seus-blogs-e-perfis-nas-redes-sociais-negocio-milionario.shtml>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

Blog Gastrolândia. Disponível em: <www.gastrolandia.com.br>. Acesso em: 01 dez. 2015.

BRAGA, Carolina Magalhães. A crítica jornalística de cinema na internet: um dispositivo em transformação. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. 2013.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paulo Vaz. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DOMINGUES, Marina. **Camila Coutinho**: Blogueria S/A. Disponível em: <<http://vida-estilo.estadao.com.br/noticias/moda,-camila-coutinho-blogueira-sa,1581337>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

DÓRIA, Carlos Alberto. O que é a gastronomia hoje? **Revista Cult**, n. 198, São Paulo, 2015. Disponível em: revistacult.uol.com.br/home/2015/02/o-que-e-a-gastronomia-hoje/. Acesso

em 11 de dezembro de 2015.

Editora Abril. **Mídia Kit da Veja São Paulo**. Disponível em: <<http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja-sao-paulo>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

KAYSER, Jacques. **Une semaine dans le monde**. Paris: Unesco, 1953.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARQUES DE MELO, José. Panorama diacrônico dos gêneros jornalísticos. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 33, 2010, Caxias do Sul, Anais. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2215-1.pdf>. Acesso em: 03/12/2015.

MERQUIOR, José Guilherme. **As idéias e as formas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981

PIZA, D. **Jornalismo cultural**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

RÜDIGER, Francisco. A escola de Frankfurt e a trajetória da crítica à Indústria Cultural. **Estudos de Sociologia**, v. 3, n. 4 (1998), pp.17-29.

TripAdvisor. Disponível em: www.tripadvisor.com.br. Acesso em 03/12/2015.

Santos, Marcelo Burgos Pimentel dos et al. 2009. Metodologia de pesquisa de blogs de política: análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento “cansei”. **Revista de Sociologia e Política**. [on-line]. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000300012&lng=en&nrm=iso. Curitiba, v. 17, n. 34, 2009, p. 159-181. ISSN: 0104- 4478. Acesso em 28 de novembro de 2010.

SEIXAS, L. Teorias de jornalismo para gêneros jornalísticos. **Revista Galaxia**. (São Paulo, Online), n. 25, p. 165-179, jun. 2013.

O jornalismo nas manifestações de junho de 2013 e a sociedade do espetáculo

Eliana Natividade Carlos

Este texto aborda as transformações do campo jornalístico, tendo como objeto de observação a contemporaneidade, sob o recorte das manifestações de junho de 2013. As novas tecnologias, a mudança de comportamento do público consumidor de informação e, sobretudo, o posicionamento neoliberal impulsionado pelo capitalismo refletem no conteúdo gerado pelas empresas midiáticas e nas demandas por informação da sociedade. Na busca aqui efetuada por se situar o momento histórico atual nesse processo, há um breve resgate das manifestações realizadas pelo Movimento Estudantil, que eclodiram no país após o assassinato do estudante Edson Luís, em 28 de março de 1968, com o objetivo de se compreender a cobertura da mídia às passeatas nas ruas brasileiras.

Desde junho de 2013, o país tem presenciado o início de uma realidade – ruas tomadas por manifestações – adormecida talvez desde “os caras-pintadas”, movimento estudantil que levou uma gama de jovens às ruas brasileiras na década de 1990 para pedir o *impeachment* do então presidente da República, Fernando Collor de Melo.

A fase inicial das manifestações, que teve como marco o dia 13 de junho, com a violência empregada pela Polícia Militar de São Paulo – resultado de uma noite de enfrentamento entre policiais e manifestantes do Movimento Passe Livre (MPL), que pedia a redução da tarifa do transporte público –, trouxe dois aspectos interessantes para o debate: a volatilidade dos discursos que se acentuou com o passar do tempo, e a quantidade de pautas levantadas pelos manifestantes nas ruas, talvez reflexo do excesso de informações com que a modernidade nos brinda.

Volatilidade e excesso de informações

A sociedade está cada vez mais mercantilizada, gerando uma cultura pautada pelo consumo e apoiada, sobretudo, por apelos publicitários que desprezam a reflexão em função da busca por audiência. Não se trata, evidentemente, de algo exclusivamente brasileiro, mas de um movimento global que se afunila ao mesmo tempo em que suprime as ideias de transformação, considerando que o ato de manifestar-se pretende ser revolucionário.

Quanto à volatilidade, talvez possamos nos referir a ela como uma crise ideológica que mostra seus tentáculos em solo nacional desde o período do regime ditatorial brasileiro. Os jornais, por exemplo, seguem uma política editorial cada vez mais semelhante, preocupados com o interesse do público em detrimento do interesse público. Não podemos generalizar, pois sempre haverá profissionais que querem romper com ou minimizar os efeitos do sistema. No entanto, em terreno neoliberal, os periódicos dependem mais da economia do que da ideologia para sobreviver. Podemos também apontar, como exemplo dessa fragilidade de discurso, a opinião da “mídia oficial” no início das manifestações. Nos primeiros dias de passeata, a grande mídia era con-

tra a mobilização do MPL e, sobretudo pela televisão, apresentou a polícia como vítima de vândalos.

O principal apoio às manifestações veio das redes sociais, por meio de informações compartilhadas por pessoas que estavam *in loco* durante a ação policial no dia 13 de junho, marco das manifestações, devido ao enfrentamento entre manifestantes e policiais, em São Paulo-SP. As imagens que circularam nas redes causaram comoção e revolta. Não raro, o passado foi revisitado e surgiram comparações com a polícia que reprimia as manifestações nos tempos da ditadura militar brasileira. No dia 14 de junho, a grande mídia mudou o discurso e passou a apoiar as vozes das ruas. Conseqüentemente, mais pessoas foram às ruas e outras cidades brasileiras aderiram aos protestos.

Em uma breve retrospectiva, podemos observar a mudança de tom no discurso da grande mídia. No dia 12 de junho, como mostra a Figura 1, encontramos a seguinte manchete de uma nota no jornal *Folha de S.Paulo*: “Sangrando, PM aponta sua arma, mas não dispara”.

Figura 1 - Folha de S.Paulo, 12/06/2013

DEPOIMENTO
Sangrando, PM aponta sua arma, mas não dispara

GIBA BERGAMIM JR.
DE SÃO PAULO

Um policial e um manifestante caíram no chão atacadados. Cerca de dez pessoas começaram a agredir o PM com pedras, socos e chutes. Mesmo atingido, ele se levantou. De pé, sangrando, o policial apontou a arma para o grupo. Não disparou. **Cotidiano C4**

‘Não temos controle; virou revolta’, diz organizadora do ato

“Não temos controle. A manifestação se transformou numa revolta popular”, disse Nina Cappello, 23, estudante de direito e uma das organizadoras do Movimento Passe Livre.

Cappello culpou a “repressão violenta da polícia” pelo resultado. Segundo ela, a manifestação estava pacífica até que houve grande repressão no centro. **Cotidiano C5**

Já na capa da *Folha* de sexta-feira, dia 14 de junho de 2013 (Figura 2), a legenda trazia a informação: “Policial agride casal que tomava cerveja em bar na Avenida Paulista, próximo ao Masp, ontem à noite, e recebeu ordem para que deixasse o local”. A manchete dizia: “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos”.

Figura 2 - Capa da Folha de S.Paulo, 14/06/2013



Petrobras está impedida de fazer comércio internacional

Devido a uma dívida de R\$ 1,3 bilhão, a Petrobras está impedida de importar, exportar e de participar de licitação no exterior, segundo o governo estadunidense.

Um acordo de conciliação na corte de arbitragem exigiu por uma decisão da Justiça um processo que ficou em dívida com a Receita. A Petrobras negou, em vão, recorrer à medida. **Marcos B.**

EUA afirmam que Síria usou armas químicas contra rebeldes

Os EUA disseram ter evidências de que o regime sírio usou armas químicas contra os rebeldes, lançando mão de armas químicas contra os rebeldes.

O governo dos EUA disse que alguns rebeldes já estão em hospitais locais. Outros foram levados a um hospital em Aleppo e que de 100 a 200 pessoas morreram nos ataques. A general Chumayn está abalado, da mesma forma que o presidente sírio. **Marcos B.**

Distúrbios começaram com ação da Tropa de Choque

Distúrbios começaram com ação da Tropa de Choque.

Nenhuma manifestação manifestou a presença policial. Começaram a surgir bombas de gás. Manifestantes começaram a jogar pedras e também começaram a jogar pedras em uma bomba policial. Foi com o conflito de casacos com o uso de gás. **Contato 13**

Journalistas da Folha levam tiro da PM: sete são atingidos

Sete jornalistas da Folha foram atingidos pela PM no...

de uísque e automóvel, como é o caso de “O gigante acordou” e “Vem pra rua, vem”. Sobre a influência da publicidade na vida cotidiana, podemos trazer à luz as palavras de Llosa (2013, p. 33): “O vazio deixado pelo desaparecimento da crítica possibilitou que, insensivelmente, a publicidade preenchesse e se transformasse atualmente não só em parte constitutiva da vida cultural, como também em seu poder determinante”.

Transformação pela Indústria Cultural

Adorno e Horkheimer se referem às técnicas de reprodução como uma ferramenta da Indústria Cultural a serviço da dominação dos povos, que visa unicamente à busca constante do aumento do lucro. Para os autores, há um planejamento calculado, elaborado e muito bem estudado para ludibriar as pessoas e aumentar o público consumidor de bens:

O que não se diz é que o terreno em que a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 114).

A Indústria Cultural passou a dirigir o comportamento das pessoas. Ao ditar as regras, direciona comportamentos, gostos, necessidades, informações. Na visão dos autores, trata-se da racionalidade das grandes empresas a serviço da dominação. Nessa lógica de padronização que se acentua com o passar do tempo, a arte, a cultura e até mesmo os sentimentos se tornam mercadoria, uma vez que, no sistema vigente, uma compra leva a outra para alimentar o ciclo de consumo:

Os automóveis, as bombas e o cinema mantêm coeso o todo e chega o momento em que seu elemento nivelador

mostra sua força na própria injustiça à qual servia. Por enquanto, a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e a do sistema social. Isso, porém, não deve ser atribuído a nenhuma lei evolutiva da técnica enquanto tal, mas à sua função na economia atual (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 14).

Adorno diz que o que parecia representar um progresso, em que as massas passariam a ter acesso à cultura, às obras de arte, aos livros, por meio da tecnologia, na verdade esbarra na lógica do mercado que subverte a “boa ação”, pois esvazia o conteúdo para abarcar um número cada vez maior de consumidores.

Na passagem da modernidade para a pós-modernidade, as vozes publicitárias passam a dar as cartas, algo já previsto pelos autores, que argumentavam que quanto mais a publicidade se desenvolve menos a sociedade precisa de um discurso político e ideológico. “Quanto mais firmes se tornam as posições da indústria cultural, mais sumariamente ela pode proceder com as necessidades dos consumidores” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 135).

Imagem como argumento

Na sociedade capitalista o que é valorizado são as possibilidades de consumo. Os vínculos são estabelecidos pelo valor de troca, geralmente impulsionado pela publicidade que divulga os padrões vendidos como adequados para a vida em sociedade, assim como as nossas necessidades e desejos. Isso acontece em todos os campos da vida social, sobretudo na Comunicação, foco principal deste trabalho. Somos o tempo todo bombardeados por informações. “Essa aceleração cria muita confusão e muitos erros, pois os meios de comunicação dominantes consideram indispensável agir como uma agência de notícias” (Ramonet, 2013, p. 57).

O jornalismo contemporâneo está inserido, cada vez mais, na fragmentação do conhecimento. Devido aos avanços tecnológicos, que dão mais velocidade ao nosso cotidiano assim como causam a falta de tempo que assombra as novas gerações, o poder analítico é negligenciado. O pensamento crítico perdeu-se até mesmo nas salas das “empresas universitárias”: há muito formamos leitores de orelhas de livros, ou de resumos e resenhas disponíveis na internet, conduzindo as gerações ao hábito da informação e não ao conhecimento. Sob esse aspecto, esbarramos em mais um problema que o progresso tecnológico nos reservou: o armazenamento, a produção e a circulação de matérias na imprensa são de extrema importância para as sociedades, no entanto, essa ferramenta social está cada vez mais nivelada por baixo. Sabemos cada vez menos, pois navegamos na superficialidade.

Já não encontramos o estabelecimento de grandes debates a respeito de alternativas políticas ou a elaboração de reportagens que discutam o tema. Quando aparecem, na maior parte das vezes, são feitas para desqualificar e estigmatizar essas alternativas (Marques, 2006, p. 40).

O processo de esvaziamento de qualquer conteúdo é potencializado pela capacidade da pós-modernidade em produzir imagens. Tudo se transforma em aparências e, não raro, o nosso cotidiano é pautado por isso. Lembrando Baudrillard, o processo está tão sofisticado que a realidade é produzida de maneira que parece ser mais real do que a realidade, ou seja, transforma-se em uma hiper-realidade. O objetivo dessa realidade recriada é chamar a nossa atenção para coisas sensacionais, um simulacro de literatura, cultura, política, pessoas, experiências, ideias. “A simulação já não é a simulação de um território, de um ser referencial, de uma substância. É a geração pelos modelos

de um real sem origem nem realidade: hiper-real" (Baudrillard, 1991, p. 8).

Pensamento francês para os brasileiros

Na França, em maio de 1968, os jovens estudantes iniciaram uma série de manifestações que teciam críticas às políticas educacional e trabalhista da época. Um ano antes do revisitado maio de 1968, Guy Debord escreveu *A sociedade do espetáculo*. Em busca de tentar compreender a sociedade capitalista que transforma tudo em mercadoria e motivar as pessoas a se revoltarem contra o capitalismo selvagem que ameaçava tomar a sociedade, o autor tece uma dura crítica à imagem. Assustadoramente, Debord (1997, p. 18) nos diz há quase 50 anos que "o espetáculo domina os homens vivos quando a economia os dominou totalmente". O espetáculo "nada mais é do que a economia desenvolvendo-se por si mesma. É o reflexo fiel da produção das coisas, e a objetivação infiel dos produtores". As palavras do autor parecem fazer cada vez mais sentido no cotidiano da contemporaneidade.

Em um passeio rápido pelo Brasil de 1968, percebemos que os jovens também foram às ruas. "Abaixo a ditadura" era um dos slogans desde o golpe militar de 1964. No entanto, assim como os franceses, as lutas dos estudantes brasileiros se dividiam entre o apoio às causas dos operários e os protestos contra as Políticas Educacionais do Governo (PEGs). Segundo Valle (2008, p. 99), "Meira Mattos, em depoimento à Câmara, no início de julho, defende a restrição da prática política dos estudantes ao âmbito dos partidos, para que seja evitada, assim, sua 'politização excessiva'". O autor se refere ao general reformado do Exército do Brasil que atuou como subchefe do gabinete militar da Presidência da República durante o governo de Castello Branco (1964-1967).

A comparação nos permite contextualizar, de forma simplificada devido à vasta história que existe para ser contada, um pouco da efervescência em que se vivia em 1968, “O ano que não terminou”, segundo Zuenir Ventura,¹ marcado pela violência, não apenas no Brasil. A visão avançada de Debord já nos preparava para o que vivenciamos na contemporaneidade: a condução das sociedades ao espetáculo potencializado.

É nesse cenário que despontam, como marco de resistência, os episódios de junho de 2013 em nosso país. E, ao contrário da França de 1968, ou mesmo do período ditatorial no Brasil, na toada do progresso, as palavras de ordem “É proibido proibir” e “Abaixo a ditadura” foram substituídas por “O gigante acordou”, inspirado no comercial do uísque *Johnnie Walker*, e “Vem pra rua, vem”, peça publicitária da Fiat.

A pós-modernidade vive o esvaziamento das fronteiras, das identidades. Baudrillard diz que perdemos a capacidade de distinguir o que é real do que não é: “Estamos num universo em que existe cada vez mais informação e cada vez menos sentido” (1991, p. 103). O vazio assombra de tal forma que, com as referências ideológicas esvaziadas nas manifestações, a insatisfação com o governo, por exemplo, foi exaustivamente alardeada pelos “sem-partido”, na contramão da democracia, pois vivemos 21 anos em uma ditadura militar, período em que o voto não era permitido.

A crise ideológica também não poupou o jornalismo. A Rede Globo precisou esconder o logo da emissora

¹ Escritor e jornalista, trabalhou em jornais como *O Globo* e *Jornal do Brasil*, além de revistas como *Veja* e *Época*. Vencedor do Prêmio Jabuti, em 1995 e 2009, na categoria Reportagem, com os livros *Cidade partida e 1968 – O que fizemos de nós*, respectivamente. Em 1988, lançou o livro *1968: o ano que não terminou*.

para que seus repórteres não fossem linchados por parte dos manifestantes que alegavam querer uma mídia isenta, enquanto a Globo operava de forma nada plural e democrática ao escolher um único enfoque para reportar. De acordo com o site de notícias Pragmatismo político, em matéria do dia 18 de junho de 2013:

Temendo pela integridade física de seus repórteres, a Globo adotou uma estratégia inédita durante a cobertura das manifestações que acontecem em São Paulo nesta segunda-feira. Tanto o repórter Jean Raupp, que cobriu o evento para o *Jornal Nacional*, como seu colega Fabio Turci, apareceram na Globo sem o chamado “cubo” no microfone.²

Por outro lado, o desejo de uma imprensa isenta não passou de um simulacro da atualidade. As mídias que se diziam alternativas por terem discurso contra-hegemônico não trouxeram nada que fugisse à superficialidade habitual. Os intitulados “jornalistas alternativos” apresentavam uma narrativa pobre, descrevendo apenas a imagem que mostrava o enquadramento do smartphone. Debord já nos preparava para este momento:

Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato; o sentido mais abstrato, e mais sujeito à mistificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual. Mas o espetáculo não pode ser identificado pelo simples olhar, mesmo que este esteja aco-

² Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/microfones-da-globo-sem-o-logotipo-da-emissora.html>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

plado à escuta. Ele escapa à atividade do homem, à reconsideração e à correção de sua obra. É o contrário do diálogo. Sempre que haja representação independente, o espetáculo se reconstitui (Debord, 1997, p. 18).

Memória do jornalismo na ditadura militar

Durante o regime militar, um dos episódios causou comoção social foi: o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, no restaurante estudantil do Calabouço, no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968, após a invasão da Polícia Militar. A violência policial é o elo que este texto pretende utilizar para dar início às reflexões sobre as manifestações do passado e do presente.

Após o assassinato do estudante no Calabouço, a revolta social levou às ruas, nos meses que se seguiram, uma multidão de pessoas para encorpar o que a mídia, sobretudo a imprensa escrita que tinha forte apelo na época, nomeou de “Passeata dos Cem Mil”, no centro do Rio de Janeiro. O episódio ocorreu antes do Ato Institucional n. 5,³ o mais severo de todos. A censura à imprensa, até então, era mais ou menos velada, segundo Marconi:

Seria exagero afirmar que a imprensa brasileira vinha gozando de inteira liberdade para noticiar fatos após o golpe de 1964. O recém-criado SNI já ensaiara as suas primeiras pressões junto aos proprietários de órgãos de comunicação para que os jornalistas considerados contestadores da revolução fossem sumariamente demitidos (Marconi, 1980, p. 37).

Mesmo assim, vislumbramos alguma ousadia da imprensa ao reportar o incidente no Calabouço. Após o AI-

3 Baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, vigorou até dezembro de 1978, ampliando o poder do Executivo sobre o Legislativo de punir os inimigos do regime. O Congresso Nacional podia ser fechado, mandatos parlamentares cassados, e os direitos políticos, cerceados.

5, a perseguição à imprensa transforma-se num dos mais duros golpes contra a democracia.

O *Jornal do Brasil* foi colocado sob censura prévia, mas, pelo menos na edição de 14 de dezembro de 1968, conseguiu marcar seu protesto que, certamente, ficará registrado na história da pouca resistência dos jornais brasileiros à censura. Seu editor chefe foi preso, assim como um dos diretores do jornal (Marconi, 1980, p. 38).

Responsabilidade do jornalismo

Durante o regime, sob as rédeas de presidentes militares, a imprensa, sobretudo a grande mídia, vivia um intenso processo de censura; na atualidade, a liberdade de imprensa não garante que o jornalista ou o veículo de comunicação seja favorável aos movimentos sociais.

Assim como no caso do assassinato de Edson Luís, em 1968, a repressão policial, em São Paulo, no dia 13 de junho de 2013, em que jornalistas e manifestantes foram alvejados com tiros de balas de borracha, causou revolta na população, e novamente as ruas brasileiras foram visitadas por manifestantes. Na atualidade, acredita-se que o episódio violento, somado às imagens da atuação da PM paulistana, disponibilizadas e compartilhadas nas redes sociais, ajudou na mudança de posicionamento da grande mídia sobre as manifestações. Grosso modo, a mudança de discurso da grande mídia ficou parecendo uma espécie de autorização para que as pessoas saíssem de suas casas e ocupassem as vias públicas.

Llosa (2013, p. 47) discorre sobre a maneira como o jornalismo atua na contemporaneidade:

Uma das consequências de transformar o entretenimento e a diversão em valor supremo de uma época é que, no campo da informação, isso vai produzindo, imperceptivelmente, uma perturbação subliminar das prioridades:

as notícias passam a ser importantes ou secundárias sobretudo, e às vezes exclusivamente, não tanto por sua significação econômica, política, cultural e social, quanto por seu caráter novidadeiro, surpreendente, insólito, escandaloso e espetacular.

Saudosa ou apenas publicitária, seguindo os passos das manifestações do período do regime militar, a imprensa moderna nomeou a manifestação do dia 20 de junho de 2013, no Rio de Janeiro, de “Passeata dos trezentos mil”. A TV, precisamente o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, avançou na programação a fim de cobrir o evento, tendo a novela do horário nobre sido exibida mais tarde, após às 21h. O jornal *Folha de S.Paulo* trouxe a informação na edição do dia 21 de junho de 2013, na página 4 do caderno Cotidiano (Figura 3).

Figura 3 - Folha de S.Paulo (21/03/2013) informa sobre a mudança na grade horária da Globo



Policiais atiraram balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo durante confronto com manifestantes em Salvador

ANÁLISE

Globo abandona grade do horário nobre para transmitir ‘manifestação tranquila’ país afora

NELSON DE SÁ
DE SÃO PAULO

A transmissão começou mais de quatro horas antes de William Bonner, atordoadado, anunciar formalmente o início do “Jornal Nacional”.

As 20h30, sem escalada de manchetes, anotou: não somente: “As notícias mais importantes estão transcorren-

São Paulo, quando os manifestantes chegaram às portas da própria Globo, os âncoras e apresentadores procuraram defender os protestos, pelo menos nas primeiras horas.

As palavras-chave, repetidas diante das primeiras cenas de violência, eram “pequena confusão”, “pequeno grupo”. No mais, “manifestação tranquila”, até mesmo

a queimar, a Globo saltava de Recife para Campo Grande e Belém, onde parecia tudo tranquilo, até que, na última: “Agora a gente vê um corre-corre. A gente escutou uma explosão. Várias explosões”.

Parecia não haver mais cidade com os protestos tranquilos buscados pela Globo. A Globo News chegou a abrir três telas simultâneas.

trícia Poeta na narração. Disse que estava até então preparando o “JN”, mas que “a essa altura não faz sentido”. E soltou um editorial improvisado, sobre o carro do SBT: “O trabalho da imprensa é para dar voz aos manifestantes, mas uma minoria tenta intimidar a imprensa”. Daí por diante, a locução na Globo foi tomada por expressões como “cordão de isolamento”, “spray de pimenta”, “explosões” — com crítica crescente aos “grupos infiltrados”, aos “vândalos”.
Porto do fim do “Jornal Na-

Para Bourdieu (1997, p. 25), que escreveu ampla crítica a respeito da influência do campo jornalístico sobre os outros campos sociais, “o princípio da seleção é a busca do sensacional, do espetacular”. Segundo ele, “a televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico”.

Desde a manifestação do dia 17 de junho, pulularam referências às manifestações de 1968 na imprensa. No dia 19 de junho, o jornalista Zuenir Ventura escreveu um artigo para o jornal *O Globo*, sob o título “Lembrando 68”.⁴ Em um dos trechos ele diz:

Pelo menos uma lição de 68 não foi aprendida e assim não se evitou o incidente mais lamentável das manifestações do Rio: coquetéis molotov atirados contra a Alerj e carros incendiados na marcha dos 100 mil anteontem. Em julho de 68, na lendária Passeata dos 100 Mil, Vladimir Palmeira, o líder do movimento no Rio, convidou os participantes a se sentarem no chão.

Outros jornais também fizeram menção aos tempos da ditadura. A manchete do portal de notícias Uol do dia 18 de junho de 2013 estampava: “‘Geração 64’ elogia manifestações, mas alerta para falta de objetivos”.⁵ Na mesma data, a *Folha de S.Paulo*, no caderno Cotidiano, trouxe a manchete: “Participantes da passeata de 1968 analisam os protestos atuais”.⁶ Na versão impressa do periódico (Figura 4) a manchete era: “Igual, mas diferente”:

4 Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/moreno/posts/2013/06/19/lembrando-68-500522.asp>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

5 Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/entretenimento/2013/06/18/geracao-64-elogia-manifestacoes-mas-alerta-para-falta-de-objetivos.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

6 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1301456-participantes-da-passeata-de-1968-analisam-os-protestos-atuais.shtml>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

das, o “kit manifestante de R\$ 15,00”, para muitos jovens pode ter sido mais relevante do que as reivindicações por reforma política e melhor prestação de serviços públicos. Segundo notícia do portal G1, datada do dia 23 de junho de 2013, “as máscaras de Guy Fawkes foram comercializadas por R\$ 10 no Leblon. Por mais R\$ 5, o ‘kit manifestante’ ficava completo com a bandeira do Brasil”.⁷ Na publicação do dia 21 de junho da *Folha* (Figura 5), um exemplo da popularidade das máscaras:

Figura 5 - Folha de S.Paulo, 21/06/2013



Para ilustrar o empenho de alguns atores sociais que estiveram presentes nas manifestações de junho de 2013, tomo emprestada a reflexão de Llosa em um de seus ensaios. Ao discordar da afirmação de Lipovetsky e Serroy, quando esses teóricos ilustram a legitimidade da cultura por meio da quantidade de turistas que visitam

⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/kit-manifestante-e-vendido-por-r-15-durante-protesto-na-zona-sul-do-rio.html>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

grandes museus e palcos com vasta história do mundo, diz o escritor peruano:

Os autores não percebem que essas visitas de multidões a grandes museus e monumentos históricos clássicos não representam um interesse genuíno pela “alta cultura” (assim a chamam), mas mero esnobismo, visto que a visita a tais lugares faz parte da obrigação do perfeito turista pós-moderno. Em vez de despertar seu interesse pelo passado e pela arte clássica, exonera-o de estudá-los e conhecê-los com um mínimo de competência. Um simples relance basta para lhe dar boa consciência cultural (Llosa, 2013, p. 25).

Retomando a comparação das manifestações de junho de 2013 com as de 1968, durante a ditadura militar, é fato que os períodos históricos, tecnológicos e políticos são diferentes. Talvez seja realmente mero saudosismo comparar episódios tão distintos e as semelhanças terminem nas imagens das multidões dos “Cem mil” e dos “Trezentos mil”, caminhando pelo mesmo palco, a Av. Rio Branco, no Rio de Janeiro. Em 1968 vivíamos uma ditadura, o mundo estava dividido pela Guerra Fria, as redes sociais sequer existiam. No Brasil, a televisão ainda era um objeto para poucos, mas exibia fascínio e deslumbramento que ainda hoje não foram superados.

Segundo Debord, a imagem conduz o homem à acomodação na sociedade moderna, pois faz com que ele absorva, sem questionar, as explicações de mundo disponibilizadas pelo capitalismo, conduzindo o sujeito ao esvaziamento da realidade. “A especialização das imagens do mundo acaba numa imagem autonomizada, onde o mentiroso mente a si próprio. O espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo” (Debord, 2003, p. 14).

Visibilidade, argumento na sociedade contemporânea

Seguindo a lógica de Bourdieu, vivemos em um jogo de espelhos. A busca pelo novo e a euforia pela exclusividade constante nos levam a fazer as coisas iguais ao que já existe. “Essa espécie de jogo de espelhos refletindo-se mutuamente produz um formidável efeito de barreira, de fechamento mental” (Bourdieu, 1997, p. 33). Hoje a noção de cultura está associada à aquisição de informação, e conhecimento é mero detalhe. As pessoas não estão preocupadas com a profundidade e o desdobramento das ideias, se o progresso salta aos olhos com a proposta do menor esforço. De novo Llosa (2013, p. 63):

Nunca na história houve acúmulo tão grande de descobertas científicas, realizações tecnológicas, nunca foram publicados tantos livros, abertos tantos museus nem oferecidos preços tão vertiginosos pelas obras de artistas antigos e modernos. Como se pode falar de mundo sem cultura numa época em que as naves espaciais construídas pelo homem chegaram às estrelas e a porcentagem de analfabetos é a mais baixa de toda a história humana? Todo esse progresso é indubitável, mas não é obra de pessoas cultas, e sim de especialistas. [...] Por outro lado, embora haja atualmente um número maior de alfabetizados do que no passado, este é um aspecto quantitativo, e a cultura não tem muito a ver com quantidade, e sim com qualidade. Estamos falando de coisas diferentes.

A sociedade atual está alicerçada nas novas tecnologias, constituída por indivíduos produtores e consumidores de informação. Talvez seja um paradoxo, pois a sociedade que critica a mídia por ela ser tendenciosa e superficial é a mesma que a legítima como produtora de cultura, educação e conhecimento.

Na verdade, abusando da acidez, refiro-me ao conhecimento das manchetes, em que sabemos o que

acontece no Brasil e no mundo, mas não temos ideia dos desdobramentos, das causas, dos possíveis efeitos. Arrogantes, muitas vezes, uma ou duas laudas de matéria são suficientes para alimentar e dar embasamento teórico sobre assuntos que dizem respeito à economia, à política, à arte. Segundo Debord (1994, p. 15), “a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente”.

O importante acaba sendo a forma como as coisas se apresentam, e as manifestações, ao longo dos protestos de junho de 2013, se apresentaram como um grande palco de entretenimento. Citando a fragilidade de ideias, não seria exagero supor que perdemos a oportunidade de trazer para o debate público questões relevantes para o país, como a carência no campo educacional que não forma pensadores, e sim novos consumidores para alimentar o sistema vigente, aumentando as desigualdades. Curiosamente, as marchas aumentaram em números, o que lembra a crítica de Llosa. Parece que a sociedade contemporânea faz apologia à ignorância, dando razão a Debord (1967, p. 16), quando ele diz que “o espetáculo é o mau sonho da sociedade moderna acorrentada, que finalmente não exprime senão o seu desejo de dormir”.

Devido ao momento histórico que perpassa um período de quase 50 anos, entre 1964 e 2013, o que mais chama atenção é a espetacularização das jornadas atuais. A crise de identidade política produz um tipo de amnésia histórica. Afinal, percorremos um longo caminho até desaguarmos em uma recente democracia e, não raro, presenciávamos críticas à obrigatoriedade do voto, ou pior: nas caminhadas ergueram-se faixas exaltando a volta à ditadura.

Considerações finais

Na sociedade capitalista da informação, em que a velocidade dos acontecimentos, somada ao excesso de

imagens, opera de modo a inebriar os nossos sentidos e causar esquecimento e desinteresse – tal como a estrutura de um telejornal em que a notícia de corrupção é sufocada pelo sorriso do âncora ao falar do campeonato brasileiro de futebol –, há a percepção de que as pautas levantadas nas manifestações de junho de 2013 eram frágeis.

De fato, havia gente interessada em provocar uma transformação social, mas faltou discussão, ideias e embasamento crítico que permitissem a imersão em possíveis reflexões transformadoras e revolucionárias, capazes de canalizar ações que pudessem ser revertidas em resultados. Sobrou desencanto. Desta forma, todo o fôlego demonstrado no começo das jornadas, que tinha uma pauta, de certa forma estruturada, sobre a redução das tarifas de ônibus, trem e metrô, foi desperdiçado e nós, sociedade, perdemos a oportunidade de reflexão política e aceleração nas transformações necessárias para o país.

Diferentemente do período ditatorial brasileiro, em junho de 2013 vivíamos em uma democracia que ainda caminha nos passos imaturos de sua juventude, mas, ainda assim, se firma como democracia; temos aparatos tecnológicos que nos tornam não meros consumidores de informação, mas, potencialmente, produtores de conteúdo. Ou seja, temos democracia e tecnologia que nos permitem alguma vantagem em relação às jornadas do período ditatorial. No entanto, a vantagem é falsa.

A falta de reflexão, discussão e conhecimento, político ou histórico fez com que perdêssemos novamente a oportunidade de fazer debates importantes para o crescimento do país. Questões como a educação que, cada dia mais, peca na qualidade necessária para formar cidadãos capazes de refletir criticamente sobre os problemas enfrentados pela nossa jovem democracia, tais como desigualdade social, reforma política e assistência no campo da saúde

pública, assim como o tema do preconceito, que ainda é muito forte e direcionado aos grupos oprimidos da sociedade, especialmente os mais pobres.

Talvez possamos pensar que durante a ditadura militar perdemos a oportunidade de transformação social pelo fato da existência da censura que ceifava as ideias progressistas; na atualidade, perdemos a oportunidade de aproveitar a mobilização social nas ruas das cidades por uma espécie de “autocensura coletiva inconsciente”, usando o termo autocensura como metáfora para tentar compreender a mobilização movida pela fragilidade dos debates, ideias e propostas transformadoras. A sonhada revolução.

Referências

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: RelógioD'Água Editores, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- COELHO, Cláudio N. P. **Publicidade**: é possível escapar? São Paulo: Paulus, 2003.
- COELHO, Cláudio N. P. A publicidade e a cultura contemporânea: uma visão crítica. In: PEREZ, Clotilde; BARBOSA, Ivan Santo (Orgs.). **Hiperpublicidade**: fundamentos e interfaces. Vol. 1. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- COELHO, Cláudio N. P. Indústria Cultural, entretenimento e cultura do Narcisismo: a questão do controle social terapêutico. **Líbero**, ano X, n. 19, p. 29-39, 2007.
- COELHO, Cláudio N. P. (Org.). Dossiê: crítica da comunicação e política na sociedade do espetáculo. **Revista Estudos de Sociologia**, v. 16, n. 30, p. 15-95, 2011. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/index.php/estudos>>.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Lisboa: Edições Mobilis in Mobile, 1991.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

LLOSA, Mario Vargas. **A civilização do espetáculo**: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira – 1968/1978**. São Paulo: Global Editora, 1980.

MARQUES, Fábio Cardoso Marques. Uma reflexão sobre a espetacularização da imprensa. In: COELHO, Cláudio Novaes; CASTRO, Valdir José de (Orgs.). **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006, p. 40.

RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo**: das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

RAMONET, Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados. In: MORAES, Dênis (Org.). **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da comunicação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Faperj, 2013, p. 57.

SOUSA, Jorge. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chape-có: Argos, 2002.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968**: o diálogo é a violência. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

Jornalismo como forma de conhecimento: um ensaio

Giovanni Pampolha Guerreiro

Subjetividade e padrões jornalísticos

Entender que o jornalismo não é uma forma de conhecimento, mas sim a degradação do saber, é negligenciar o trabalho de pesquisa e apuração feito por jornalistas diariamente. Na mesma linha, considerar o jornalismo como forma de conhecimento traz uma exigência muito maior em torno de seu conteúdo, convertendo os jornalistas em produtores e reprodutores de conhecimento, e não mais meros comunicadores. Assim, qualquer posicionamento tomado é automaticamente um posicionamento ideológico.

No atual contexto econômico, político e moral, para alguns jornalistas a importância de tantos constrangimentos internos e externos às organizações jornalísticas têm servido de desculpa para sua alienação na cobertura das notícias (Serra, 2004, p. 15).

Um ponto importante é que, quanto mais desconectado de contexto o trabalho, mais falho ele costuma ser. Perseu Abramo (2006) apresenta teorias sobre a maneira como as mídias manuseiam a realidade e manipulam, deliberadamente ou não, a sociedade em que

estão inseridas. De acordo com o autor, os padrões de manipulação são caracterizados exatamente pela perda do vínculo com a realidade.

A teoria do *gatekeeper*,¹ por exemplo, possui abordagens diferentes com relação aos critérios de seleção da notícia. White (1950) acreditava que as escolhas do jornalista eram subjetivas. Gieber (1956) pregava que a burocracia das redações era um fator determinante. Hirsch (1972) dizia que o jornalista atuava através de normas profissionais. Esta última constitui a hipótese mais atual, e até por isso mais aceita para enquadrar o jornalismo produzido hoje em dia. De novo Serra (2004, p. 15):

Se os dados empíricos em muitos casos demonstram que quantitativamente a influência individual dos jornalistas não tem um maior impacto, o fato de que essa possa provocar alguma influência é qualitativamente relevante.

Para que melhor se entenda o papel da subjetividade na criação de conhecimento por meio da comunicação, toma-se como referência a exposição de Eduardo Meditsch no Encontro da Arrábida, em 1997 – até por isso este ensaio se afunila para o jornalismo como forma de conhecimento, foco da discussão levantada por Meditsch, na qual ele apresenta sua visão (que mais tarde, em 2002, se tornaria artigo). Além, é claro, da forma como a própria subjetividade faz parte do dia a dia do profissional de comunicação e, por conseguinte, do material final apresentado. Afinal, “as necessidades que, pretensamente, orientam o ser, recebem seu sentido a partir de uma intenção que não procede mais destas necessidades” (Lévinas, 2012, p. 38).

1 Segundo ela, “só viram notícia aqueles acontecimentos que passam por um portão (*gate*). E quem decide isso é uma espécie de porteiro ou selecionador (o *gatekeeper*), que é o próprio jornalista” (Pena, 2005, p. 133).

Este ensaio nasceu exatamente da inquietude gerada pelas discussões sobre subjetividade dentro do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* da Cásper Líbero, no âmbito da disciplina “Comportamento, subjetividade e cultura da mídia”, ministrada pelo professor e coordenador Dimas Künsch. Embora o jornalismo não tenha sido o foco da disciplina, a posterior leitura do artigo de Meditsch trouxe as duas questões lado a lado. Afinal, por mais objetividade que se tente imputar ao ato jornalístico, a própria compreensão de suas técnicas é subjetiva. E as consequências disso na formação da identidade do jornalista têm de ser consideradas.

As indicações de Abramo sugerem uma prática de estilhaçamento da realidade, uma desconexão entre os fatos, seus antecedentes e seus consequentes. Ele chama isso de padrão de fragmentação. Nele, há “duas operações básicas: a seleção de aspectos (...) e a descontextualização” (2006, p. 27). A partir disso, podemos interpretar esse padrão como uma “continuação” da prática do *gatekeeper* – embora a seleção já tenha ocorrido e a notícia já seja considerada fato jornalístico, outro tipo de seleção continua. Assim como o fato foi escolhido dentre muitos, os seus fragmentos também vão ser selecionados entre si, e publicados de acordo com as determinações do órgão de imprensa, postas em prática pelo jornalista.

Outro padrão é o de inversão. Decorrente da fragmentação do fato, acontece uma inversão dos componentes da notícia. Essa inversão por si só já é uma seleção e, assim como o padrão de fragmentação, é determinada pelos órgãos de imprensa. Podendo ser: da relevância dos aspectos; da forma pelo conteúdo; da versão pelo fato; da opinião pela informação. O padrão de indução já é mais facilmente conectado com a hipótese do agendamento,²

2 Para ela, “os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa, sugerindo que os

uma vez que o indivíduo “é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja” (Abramo, 2006, p. 33). Assim, o receptor da informação a recebe de maneira “distorcida, retorcida e recriada”, e ainda sofre agendamento, uma vez que “é induzido a acreditar não só que seja assim, mas que assim será eternamente” (Abramo, 2006, p. 35).

Este ensaio não tem a pretensão de mergulhar na teoria do jornalismo, mas a discussão e compreensão dos padrões levantados por Abramo mostra a enormidade de objetos de estudo possíveis na área e ao mesmo tempo um claro direcionamento em relação aos estudos sobre jornalismo, o que dá ainda mais relevância para a discussão dele como forma de conhecimento. A frequência do assunto amplia o debate que, entretanto, tem dificuldade de sair do maniqueísmo. Como “decidir” entre negligência e exigência? O ideal seria encontrar um meio termo, que nesse caso pouco se vê. Ou o jornalismo é uma forma de conhecimento, ou pratica a degradação do saber. Em uma pergunta de sim e não, poucos se atrevem a responder “talvez”.

Características do saber

No âmbito da produção do conhecimento, observações revelam a necessidade de fundamentos teóricos, ou matrizes, como propôs o jornalista e sociólogo Jairo Ferreira ao tratar das matrizes do conhecimento jornalístico. Segundo ele, “as relações entre estes quatro planos de desenvolvimento do conhecimento (epistêmico, simbólico, instrumental e prático) são de mútua interação, e constituem matrizes de conhecimento” (Ferreira, 2000, p. 9-10). Essas quatro matrizes, entretanto, não são independentes entre si, muito pelo contrário. Elas se interligam

meios de comunicação agendam nossas conversas. Ou seja, a mídia nos diz sobre o que falar” (Pena, 2005, p. 142).

profundamente, como Ferreira (2000, p. 10) diz quando declara que “cada forma de conhecimento é um funcionamento relacionável a outras formas, sendo passível de análises sob perspectivas diversas conforme as combinações possíveis”, exemplificando com a afirmação de “que o conhecimento pragmático, por exemplo, é um funcionamento ao mesmo tempo epistêmico, simbólico e normativo” (Ferreira, 2000, p. 10).

“Nesse contexto, não há mesmo por que exigir do que não é ciência que o seja, que aja segundo os preceitos e exigências do método empírico [...]. Perde bastante o sentido, dentro desta percepção, a discussão sobre diferentes graus de ‘rigor’ entre ciência e jornalismo” (Carraro, 2015, p. 11). Isso posto, é fundamental entender que o jornalismo também tem suas formas técnicas e objetivas, mas ao tratar de uma narrativa diária e contemporânea, é impossível separá-lo da subjetividade, da atualização da informação, do caráter de incerteza sobre os próximos acontecimentos – e o mosaico que eles formarão, ao lado dos eventos do dia anterior. Ainda segundo Carraro (2015, p. 11), “a noção de narrativa como lugar de produção de conhecimento pode ser deveras útil para um entendimento atual do jornalismo e de seu lugar social”.

Outra abordagem sobre o conhecimento jornalístico, também discutida por Meditsch, foi de autoria do jornalista e sociólogo Robert Park, que já nos anos 1940 tratava o jornalismo como uma forma de conhecimento, baseando-se nos conceitos de seu tutor, William James. De acordo com Park (1976), há dois tipos de conhecimento, o “conhecimento de” e o “conhecimento acerca de”. O primeiro aborda “a espécie de conhecimento que inevitavelmente adquirimos no curso de nossos encontros pessoais e de primeira mão com o mundo que nos rodeia” (Park, 1976, p. 169). Ou seja, o “conhecimento de” é o que hoje

chamamos de senso comum. Ele existe a partir de experiências individuais, diferentes para cada pessoa. O “conhecimento acerca de”, por sua vez, “baseia-se na observação e no fato, mas no fato verificado, rotulado, sistematizado e, finalmente, ordenado nesta ou naquela perspectiva, segundo o propósito do pesquisador” (Park, 1976, p. 171). Dessa maneira, esta forma de conhecimento é científica, racional e metódica.

Park, assim, propõe um terceiro tipo de conhecimento, uma gradação entre o sistemático e o trivial. É a partir disso que surge a ideia de uma terceira abordagem, sugerida por Meditsch, enfatizando a unicidade do jornalismo. Esta concepção traz à tona o entendimento do jornalismo como um conhecimento segregado, diferenciado dos demais, em especial por seu caráter imediatista. Carraro (2015, p. 12) relaciona essa abordagem com a proposta da complexidade do saber levantada em inúmeras oportunidades por Edgar Morin:

Essa ideia de complexidade de todo esforço humano por descobrir, inventar, compreender, explicar, narrar, mais aberta, ampla e dinâmica, interroga e tensiona a própria noção, que tantas vezes transparece das discussões sobre a natureza do jornalismo e seus prováveis futuros caminhos, de que o jornalismo seja em algo semelhante a um bloco monolítico – predomina, com efeito, na prática e no entendimento corrente, a ideia da notícia, do impresso, do diário, dos gêneros informativos, como se isso, só isso, desse conta do que poderíamos chamar, como o faz Medina (2003), a grande narrativa da contemporaneidade.

Na verdade, ela compreende a proposta de Morin exatamente como uma elevação da narrativa:

Umaz fazendo transcender a vida em seus significados aparentes tanto quanto em seus mistérios e, ainda, ou-

tras ressaltando o privilégio da experiência, a narrativa artística tanto quanto a da produção da informação, da análise, do pensamento crítico (Carraro, 2015, p. 13).

Outra questão importante que caracteriza o jornalismo é a sua referencialidade.

O mito da objetividade é um dos grandes responsáveis pela acolhida que o jornalismo tem. Ainda existe uma aura de fidelidade aos fatos: deu no jornal, é verdade. Todavia, jornalistas e estudiosos do assunto concordam, em sua maioria, que não há objetividade. O que existe é a presunção – ou, talvez, a intenção – de objetividade, e isso já representa certa garantia para quem consome a notícia. Por mais que provemos a não objetividade jornalística, nunca poderemos negar a ancoragem referencial presente na maioria das produções jornalísticas. E essa referencialidade é um ponto favorável que ajuda a vender a mercadoria (Buitoni, 2011, p. 25).

Esse é um dos pontos específicos que, para Meditsch, fazem parte de uma das fortalezas do jornalismo como forma de conhecimento: sua natureza comunicacional. Não apenas pela amplitude de acesso e técnicas para facilitar a compreensão – o que por vezes simplifica o conteúdo, mas é a proposta do formato –, mas pela variedade de assuntos. “O jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais” (Meditsch, 2002, p. 3).

Assim, torna-se uma das poucas formas de conhecimento que se volta mais para o “conhecimento de” do que para o “conhecimento acerca de”, uma vez que atua no campo da realidade dominante. E é o fato de operar no campo lógico da realidade dominante que assegura, ao modo de conhecimento do jornalismo, tanto a sua fragili-

dade quanto a sua força enquanto argumentação. É frágil enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público-consumidor.

Embates ideológicos

Forte e frágil, imediato e perene, revelador e excludente. Fica claro o motivo pelo qual os debates sobre o jornalismo como forma de conhecimento têm dificuldade de sair do monocromático. A discussão passa a ser, eventualmente, sobre a *qualidade* deste ou daquele produto jornalístico, não sobre o potencial intrínseco do conteúdo. Torna-se um debate de identidade. Assim, trabalhada como uma forma de representação por meio da própria imitação dessa representação (crença), que se dá de maneira tanto individual quanto coletiva, ela precisa se assentar em algumas ideias, em geral consideradas incontestáveis por seus seguidores: é a chamada ideologia.³

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1976), a ideologia possui um papel preponderante na manutenção da identidade, mas sua aplicação ao fenômeno é pouco elucidativa, pois normalmente não se considera a ideologia como parte da definição de identidade. E, tendo noções distintas, a ideologia teria apenas uma relação com a identidade e seria uma forma mantenedora das identidades grupais. Dentre as várias necessidades dos indivíduos está a de manter o máximo que puderem o sentimento de identidade, levando-os, assim, a buscar

³ Aqui, o conceito de ideologia trabalhado é baseado em Gramsci (1986), no sentido de um conjunto de ideias que não é imposto, mas, a partir do objetivo de manutenção de uma hegemonia, dirige sem coerção direta um grupo a caminho do consenso.

sua própria integração em grupos ideológicos. Os grupos ideológicos podem chegar a funcionar precisamente de forma a abranger e delimitar, e paralelamente discriminar e consolidar a ideologia e a identidade dos membros que os constituem. Sendo assim, a identidade e a ideologia são aspectos de um mesmo processo, porém a ideologia continua fora da conceituação de identidade.

O sentimento de identidade só é consolidado porque um dos elementos mais importantes desse processo é o jogo dialético entre a “semelhança e a diferença”. Podendo ser uma semelhança e diferença de um indivíduo consigo mesmo no curso do tempo – ou seja, as mudanças naturais pelas quais o ser humano passa ao longo da vida – ou com outro, no plano grupal. Nesse caso, um exemplo seria o grupo que uma determinada pessoa tem como amigos, ou até colegas de trabalho e as diferenças e semelhanças que para ela podem aproximá-lo ou distanciá-lo de outrem, e finalmente com os outros.

Logo, pode-se observar claramente a existência de uma identidade contrastiva, ou seja, quando uma pessoa ou um grupo afirmam sua identidade, fazem por meio da diferenciação em relação a alguma pessoa ou outro grupo com que se deparam. É uma representação que se constrói por oposição e é tida como essência da identidade. Esta se afirma “negando” a outra identidade, que – pelas considerações do autor – é etnocentricamente visualizada por ela. Através dos nossos valores não julgamos apenas os dos outros, mas os outros de forma geral. Assim, ainda de acordo com Oliveira (1976), a identidade contrastiva persiste atualizando a identidade e representando-a num sistema de referência de caráter ideológico.

Isso cria estruturas sociais dentro dos grupos, por maiores ou menores que sejam. No caso da discussão sobre o jornalismo como forma de conhecimento, pode-se

dizer que isso ajuda a explicar o embate “negligência vs. exigência”, uma vez que “a variabilidade e a pluralidade dos sistemas de organização e de representações sociais têm sua base justamente no aspecto fragmentado, plural, coletivo e polifônico do corpo social” (Maffesoli, 2007, p. 84). Ou seja, o entendimento do modo de produção como um empecilho ou como uma muleta – e aqui o maniqueísmo é proposital para a compreensão do argumento – é o plano de fundo central que transporta a discussão para a qualidade do produto jornalístico final, não para o potencial dele (com o processo de produção incluso, uma vez que a forma é parte integrante do conteúdo).

Segundo Lévinas (2012, p. 24), “captar, por inventário, todos os contextos da linguagem e das posições em que podem encontrar-se os interlocutores é um empreendimento insensato. Cada significação verbal encontra-se na confluência de rios semânticos inumeráveis”. Assim, a compreensão levantada por Meditsch parece ainda mais interessante e sábia, uma vez que não apenas não considera a discussão como finalizada – ela nunca estará –, mas busca tratar o conhecimento jornalístico como uma particularidade, não como um encaixe em definições pré-fabricadas.

O caráter imediatista do jornalismo e, este ensaio humildemente adicionaria, o fato de seu modelo dominante de negócio ser vinculado à publicidade, já seria motivo suficiente para considerá-lo como uma forma de conhecimento “segregada”. Ao dar voz à realidade dominante, o jornalismo também se torna, como escreve Meditsch, “conhecimento de”, em oposição ao “conhecimento acerca de”. Produz e também reproduz conhecimento. Em suma, “para esta terceira abordagem, o jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente” (Meditsch, 2002, p. 3).

A legitimidade do conhecimento

A compreensão acerca das formas de conhecimento é diversa, em especial nas Ciências Humanas. Todas elas têm o homem como seu objeto de estudo, mas possuem abordagens diferentes. Ainda que suas essências sejam parecidas e tenham a mesma origem, essas ciências buscam formas de conhecimentos distintas, e o fazem a partir de métodos peculiares.

Com o jornalismo não é diferente. E nem teria de ser. Afinal, jornalistas colocam essa forma de conhecimento em prática diariamente, ao redor do mundo. E o conhecimento jornalístico funciona em bases diferentes de outros conhecimentos. Jornalistas, assim como cientistas, imaginam, discutem, apuram, questionam e protestam, é claro, até divulgar o conhecimento. Até publicar a notícia. Mas a relação com o modo de produção é diferente, o sistema econômico é diferente e, principalmente, a durabilidade é diferente. Isso polariza sobremaneira o debate do jornalismo como forma de conhecimento, o que acaba criando estruturas sociais muito claras e faz a discussão enveredar para o lado da qualidade do jornalismo.

Em um momento de reprodutibilidade acelerada, em que a informação do mundo e da sociedade é cada vez mais fragmentada e sua compreensão cada vez mais difícil, “não é aconselhável descartar a priori qualquer das formas disponíveis de conhecer e *re-conhecer* o mundo, por mais limitada e singela que possa parecer”, afirma Meditsch (2002, p. 6).

Daí a necessidade de se compreender melhor como funciona o jornalismo como modo de conhecimento, e de investigar até que ponto ele não será capaz de nos revelar aspectos da realidade que não são alcançados por outros modos de conhecer mais prestigiados em nossa cultura (Grifo do autor).

Segundo Vera Regina França (2002, p. 487), “a comunicação nomeia atos específicos, relações particulares erigidas em torno da palavra – de tal maneira que podemos dizer que é a linguagem que marca a especificidade da relação comunicativa. Mas ela não responde sozinha pelo ato comunicacional”. Daí a importância das estruturas sociais criadas em torno de uma identidade jornalística. Para a autora (2002, p. 487), “é enquanto relação, interação – presença do um e do outro – que a comunicação marca sua concretude de prática social particular. A relação precede a palavra e é a palavra que dá os contornos e ‘realiza’ a relação”.

A partir de um posicionamento ideológico inevitável, a discussão torna-se fragmentada – como o próprio conhecimento jornalístico é. E como ato comunicacional, Lévinas (2012, p. 29, grifo do autor) o equivale ao mesmo efeito que possuem objetos culturais e gestos linguísticos: “Eles luzem e clareiam; eles exprimem ou iluminam uma época [...]. Reunir em um conjunto ou exprimir, ou ainda tornar a significação possível [...]. Eis que se instaura uma nova função da expressão em relação àquela que, até então, se lhe atribuída”. Para ele, um dia se tratou o ato comunicacional como um serviço para transformar o mundo baseado em nossas necessidades. O conceito se transformou. “Enquanto a ciência se contenta em explicar partes do mundo, ou descrever suas leis mais gerais, o jornalismo quer mostrar todo o mundo” (Buitoni, 2011, p. 24).

Com todos os seus (inúmeros) problemas e limitações, os fragmentos da realidade que o jornalismo produz e reproduz são, hoje, onipresentes. É uma “ciranda de informação: você entra na roda, você sai na hora que quer, ela continua a girar, no dia seguinte, ou na hora seguinte, você dá a mão de novo e gira, gira, gira...” (Buitoni, 2011, p. 25). No momento histórico baseado em uma conectividade

aparentemente infinita e irreversível, é difícil que não se discuta a comunicação e, claro, o jornalismo, como formas de conhecimento. Não melhores nem piores, mas tão legítimas e abertas quanto qualquer outra forma de conhecimento.

Referências

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BUITONI, Dulcília. Jornalismo: linguagens no tempo e no espaço. **Líbero**, v. 14, n. 27, p. 23-30, jan./jun. 2011.
- CARRARO, Renata. De Otto Groth ao jornalismo da era digital: a narrativa do presente como forma de conhecimento. Intercom – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015, Rio de Janeiro. Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro: Intercom, 2015.
- FERREIRA, Jairo. Formas e campos de conhecimento: âncoras para um dispositivo de formação e de comunicação. Intercom – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2000, Manaus. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/aa3b76618f2ad4f7ef742b674b7c9830.pdf>>. Acesso em: 17 de junho de 2015.
- FRANÇA, Vera. Construção jornalística e dizer social. In: MOUILAUD, Maurice; DAYRELL, Sérgio (Orgs.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: UnB, 2002, p. 483-500.
- GIEBER, Walter. Across the desk: a study of 16 telegraph editors. **Journalism Quarterly**, n. 33, p. 426-432, 1956. Disponível em: <<http://www.ajeimc.org/home/wp-content/uploads/2012/09/Journalism-Quarterly-1956-Gieber-423-32.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- HIRSCH, Paul. Processing fads and fashions: an organization-set analysis of Cultural Industry systems. **American Journal of Sociology**, n. 77, p. 639-659, 1972. Disponível em: <<http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/50848/67.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis: Vozes, 2012.

- MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.
- MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Media & Jornalismo**, n. 1, p. 9-22, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/view/1084/5273>>. Acesso em: 2 jun. 2015.
- OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento. In: STEINBERG, Charles (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- SERRA, Sonia. Relendo o gatekeeper: notas sobre condicionantes do jornalismo. **Contemporânea**, n. 1, p. 93-113, 2004. Disponível em: <https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/12/relendo-o-gatekeeper_sonia-serra1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.
- TRAQUINA, Néelson. **Teorias do jornalismo**: por que as notícias são como são? Florianópolis: Insular, 2004.
- TRAQUINA, Néelson. **Teorias do jornalismo**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.
- WHITE, David. The gatekeeper: a case study in the selection of news. **Journalism Quarterly**, n. 22, p. 383-391, 1950. Disponível em: <<http://www.aejmc.org/home/wp-content/uploads/2012/09/Journalism-Quarterly-1950-White-383-90.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

Dinâmicas que atravessam o jornalismo na contemporaneidade

José Eugenio Menezes

No contexto das transformações contemporâneas no universo da comunicação, a formação e a atuação dos jornalistas é um tema recorrente e necessário. Dentre os vários caminhos de acesso às questões em pauta, destacamos algumas com o objetivo de contribuir para o debate.

Os estudos da comunicação, entre os quais se inserem as pesquisas a respeito da formação e atuação dos jornalistas, estão marcados por dinâmicas e atravessados por vetores que ajudam a compreender a complexidade da questão. Sem a menor pretensão de sermos completos, podemos citar as dinâmicas do corpo e dos vínculos afetivos, as dinâmicas simbólicas, as dinâmicas tecnológicas, as dinâmicas colaborativas no cuidado do planeta e, ainda, as dinâmicas acadêmicas.

Dinâmicas dos corpos e dos vínculos

Em relação às dinâmicas relacionadas ao corpo e aos vínculos afetivos, estamos redescobrimo que toda comunicação começa no corpo e envolve os corpos de cidadãos dispostos a cultivar os vínculos e a participar de

processos tensionados por comunicação e incomunicação, no sentido do “compartilhar” ou “tornar comum” já presente na palavra latina *communis*. Apesar do exagero de informações a respeito do corpo e dos cuidados para uma vida saudável, nem sempre conseguimos perceber que os processos de comunicação deveriam deixar os corpos dos protagonistas da comunicação, inclusive os dos jornalistas, mais saudáveis.

Essas dinâmicas tensionam algumas práticas contemporâneas como o tempo diário que os jornalistas dedicam ao trabalho, a maneira como o trabalho invade o ambiente doméstico e os espaços lúdicos, o cultivo da habilidade de ouvir as fontes e, entre outros, o tempo que os profissionais gastam exercendo atividades centradas nos dedos, com a digitação, nos olhos, com as múltiplas telas, e nos glúteos, com o excesso do uso de cadeiras postadas diante das diversas telas usadas no trabalho. O quanto o corpo humano pode aguentar na convivência com tantas telas e possibilidades de comunicação torna-se uma questão fundamental quando consideramos que um crescente número de cidadãos, com destaque para os jornalistas, são progressivamente levados a não usar a tecla de desconexão.

Tratam-se de questões comunicativas que podem ser aprofundadas na linha de pesquisas já realizadas pelo jornalista e comunicólogo alemão Harry Pross (1923-2010) a respeito do corpo como meio primário de comunicação. Ou, ainda, nos trabalhos do sociólogo alemão Dietmar Kamper (1936-2001) quanto ao questionamento do uso do universo digital como variante da despedida do corpóreo e das pesquisas do brasileiro Norval Baitello relativas aos vínculos e ambientes de comunicação, entre outros.

Por outro lado, nos trabalhos de reportagem, a questão da proximidade física com o corpo do outro, quer

seja uma personalidade pública ou pessoa em situação de rua, é pouca abordada na formação dos jornalistas. Objeto de pesquisa do antropólogo estadunidense Edward T. Hall (1914-2009), a proxêmica, isto é, o estudo do espaço entre os indivíduos na convivência social, ainda é insuficientemente tomada como objeto de estudos nas pesquisas a respeito da comunicação e do jornalismo.

As questões ligadas ao corpo e aos vínculos também podem ser examinadas em termos de participação em rituais de vínculos de diferentes culturas ou de pertencimento social alimentado pelos afetos, a partir dos trabalhos de etólogos como o austríaco Irenäus Eibl Eibesfeldt e do francês Boris Cyrulnik. Esses temas, pouco considerados quando se limitam os estudos da comunicação às trocas informativas, enfatizam os processos de compartilhamento de emoções presentes nas relações humanas e no trabalho dos comunicadores, como observa a pesquisadora brasileira Malena Contrera quando investiga as noções de empatia e simpatia nas relações humanas.

Dinâmicas simbólicas

As dinâmicas simbólicas interessam de perto aos estudos de comunicação e jornalismo pelo fato de que, apesar de trabalharmos diariamente com os símbolos, nem sempre percebemos que, como já lembrou Harry Pross, eles vivem mais que os homens. As imagens arquetípicas, presentes na longa história dos sonhos das diversas culturas, alimentam nossos ideais cotidianos de colaboração e coparticipação no âmbito das relações sociais. No entanto, também podem ser observadas quando se cultivam notícias marcadas por polaridades que justificam as guerras ou pelas contendas no trato com os outros, isto é, com aqueles que não compartilham o mesmo território ou os mesmos valores. Pouco

conhecemos da forma como os símbolos nos movem, nos alimentam e também, muitas vezes, limitam nossas possibilidades de sonhar e construir mundos alternativos.

Por outro lado, as notícias pontuais sobre atividades bélicas fundamentadas em leituras das tradições religiosas, das torcidas organizadas de futebol e da força simbólica do carnaval, para citar algumas, ainda são carentes de abordagens a respeito dos símbolos, dos ritos, dos tambores tribais que continuam a convocar multidões e dos mitos que permeiam a comunicação na contemporaneidade. A pressa na informação cotidiana muitas vezes é usada como desculpa para interpretações rasas, que não consideram, por exemplo, que atrás de uma simples bandeira de um país ou de uma torcida organizada existe um exército de pessoas motivadas a lutar ou até a morrer por ela, como já lembrou o filósofo tcheco-brasileiro Vilém Flusser (1920-1991).

É possível que a pouca atenção ao universo dos símbolos seja fruto, entre outras, de uma visão cientificista que valoriza dados quantitativos testados e aprovados. O estudo dos símbolos, ainda precários na formação dos jornalistas, pode ser feito nas trilhas do filósofo germânico Ernst Cassirer (1874-1945), do psiquiatra e psicoterapeuta suíço Carl Gustav Jung (1865-1996) e, mais recentemente, nas pesquisas sobre jornalismo, diálogo e compreensão, desenvolvidos, no Brasil, por Dimas A. Künsch. Destacam-se, também, trabalhos a respeito das posturas de atores muito presentes nas coberturas jornalísticas como os revolucionários, os mártires e os terroristas, desenvolvidos pelo brasileiro Jacques Alkalai Wainberg; como o estudo dos mitos nos meios de comunicação desenvolvidos por Malena Contrera e, entre outros, as pesquisas a respeito dos jovens na cena *cosplay*, publicados por Mônica Ferrari Nunes.

Na medida em que relatam cotidianamente os acontecimentos, os jornalistas também os interpretam a partir da ampla riqueza do imaginário cultural ou noosfera. Filtram, retrabalham e ressignificam alguns elementos da noosfera e os compartilham em outra espécie de esfera imaginária própria, que a pesquisadora brasileira Malena Contrera chama de mediosfera. A maneira como elementos da ampla riqueza arquetípica da humanidade são filtrados, quando se interpretam os acontecimentos na esfera da mediosfera, é uma questão que ainda precisa ser abordada com maior profundidade na formação dos jornalistas.

As dinâmicas simbólicas aparecem também na produção de brasileiros como Edvaldo Pereira Lima e Monica Martinez. Lima trabalha a noção de jornalismo literário avançado, tendo desenvolvido o método que denomina “escrita total”, no qual o conteúdo simbólico é parte essencial. A base deste trabalho foi seu livro, atualmente na quarta edição, *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Martinez, por sua vez, em sua obra *Jornada do herói*, investiga, a partir de fundamentos na mitologia e na psicologia analítica, entre outros campos, como as estruturas narrativas míticas estão presentes na construção de histórias de vida em jornalismo.

Outra abordagem das dimensões simbólicas está presente quando observamos, como já fez Harry Pross, a participação dos jornalistas na atividade mediática de sincronização do tempo de vida das pessoas nas sociedades reguladas cronologicamente pelos relógios. Tal função de sincronização social dos então chamados meios de comunicação foi fundamental, especialmente, no contexto dos jornais diários e das emissoras de rádio e televisão até o final do século XX. O papel de sincronização social dos media continua sendo um grande tema

de pesquisa, na medida em que a administração do tempo por parte dos cidadãos está marcada por poucos horários das grades de programação estabelecidas, como os telejornais, e o potencial acesso a qualquer programação independente do horário de exibição.

Dinâmicas tecnológicas

As dinâmicas emergentes do uso dos aparatos técnicos que privilegiam a velocidade do tráfego de informações no contexto capitalista contemporâneo marcam profundamente a formação e atuação dos jornalistas. Enquanto os aparatos técnicos estão, como acenamos antes, constantemente online, os cidadãos que os usam ainda precisam descansar oito horas por dia e necessitam, para isso, desconectar os aparelhos por alguns períodos de tempo. Essas questões já foram levantadas pelo comunicólogo espanhol Vicente Romano (1935-2014) quando, a partir do debate sobre temas ecológicos relacionados à preservação do planeta, propôs uma ecologia da comunicação frisando, entre outros elementos, que a ampla capacidade técnica de interconexão deveria respeitar a capacidade de operação dos sentidos na comunicação face a face. Precisaria contar com o envolvimento do tato, do olfato, do gosto, além dos sentidos da audição e da visão ampliados por aparelhos eletrônicos que permitem ver e ouvir continuamente cenários ou acontecimentos de outros locais do globo.

O embaralhamento mediático das dimensões dos espaços e tempos vividos permitiu a emergência da chamada “condição glocal”, que, segundo o pesquisador brasileiro Eugênio Trivinho, borrou as separações entre público e privado, próximo e distante, coletivo e individual, interno e externo, coletivo e individual, familiar e heterodoxo, real e imaginário. Nesse contexto, além da opção radical e admirável de voltar aos campos e cultivar os frutos da terra,

os cidadãos acabam sendo apreciados – ou não – por suas competências de circulação mais ou menos veloz no contexto dos aparatos técnicos, isto é, mensurados por suas dromoaptidões, para usarmos o termo grego “dromo”, no sentido de celeridade e agilidade, como fez Paul Virilio.

As inúmeras formas de compartilhamento de informações no contexto das redes digitalmente conectadas fizeram com que também os jornalistas, antes valorizados por suas habilidades de dar furos de reportagem em publicações de notícias majoritariamente diárias, reinventassem os modos de sua atuação. Quando virtualmente qualquer pessoa próxima a um evento pode publicar informações a respeito, mesmo que isso não se enquadre necessariamente no termo jornalismo, o papel dos jornalistas passa a justificar-se por diferenciais de qualidade na seleção, apuração e edição do conteúdo noticioso.

Nesse contexto, para que os cidadãos e especialmente os cidadãos jornalistas não se tornem apenas funcionários de máquinas que trabalham sempre com maior velocidade de conexão, faz-se necessário um conjunto de aprendizados nos campos da *media literacy* estudados, entre outros, por Thomas Bauer, da Universidade de Viena, e das *social media literacies*, investigadas, entre outros, por Howard Rheingold, da Universidade da Califórnia em Berkeley e da Universidade de Stanford. Em sua obra *Net smart: how to thrive online*, publicada em 2012, Rheingold mostra como usar as mídias sociais de forma inteligente e humilde e descreve cinco letramentos digitais fundamentais ou habilidades para sobrevivência no universo das redes, como atenção, participação, colaboração, consumo crítico da informação ou detecção de bobagens e inteligência de rede.

A constante criação de aplicativos e outras inovações tecnológicas, marcadas pelos processos de obsoles-

cência programada e comercializadas como estratégia corporativa de imposição de uma monocultura informática global, fazem com que os jornalistas não se limitem a usar aplicativos para divulgação de conteúdos, mas também sejam desafiados a aprender noções de programação. É o que aconteceu recentemente, por exemplo, no processo pedagógico de reportagem/pesquisa e redação de verbetes com os nomes dos perseguidos políticos no período da ditadura (1964-1985) na Wikipédia, coordenado por João Alexandre Peschanski na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo. Em certo sentido, a atividade desenvolvida por Peschanski desafia os jovens a não se limitarem a atuar como funcionários dos aparelhos, termo usado por Vilém Flusser para descrever, na década de 80 do século passado, a maneira como na sociedade telemática crescia a tendência à transformação dos cidadãos em pessoas que brincam com aparelhos prontos e agem em função deles.

Por outro lado, pesquisadores brasileiros estão empenhados em analisar como as instituições universitárias promovem as habilidades tecnológicas no ensino do jornalismo no Brasil. Walter Lima Junior, por exemplo, destaca a necessidade do desenvolvimento de habilidades computacionais e a capacidade de extrair informações não triviais em grandes bases de dados e, se possível, transformá-las em narrativas visualmente amigáveis. Ele enfatiza que o mundo dos dados digitalizados supõe profissionais de informação de relevância social para extrair registros estruturados e produzir narrativas sintonizadas com a demanda informativa da sociedade contemporânea. Um profissional que atue como *hacking journalist*, aquele que, sem deixar de lado o cultivo dos princípios deontológicos da profissão, desenvolve habilidades de construção de sistemas para capturar e interpretar informações.

Dinâmicas colaborativas no cuidado com o planeta

Outras são as dinâmicas geradas pela colaboração ou corresponsabilidade no cuidado com o planeta como casa de todos, ou *Terra Pátria*, na terminologia de Edgar Morin. O termo colaboração é bastante desenvolvido nas plataformas de jornalismo colaborativo e em novos projetos de jornalismo, como a *Pública*, agência de reportagem e jornalismo investigativo, o *Nexo Jornal* e o grupo de mídia global conhecido como *Vice*, que reúne 36 redações espalhadas por mais de 25 países. Trata-se de projetos em construção, semelhantes a outros que os precederam, como é o caso da *Global Voices*, fundado em 2004, que se define como “uma comunidade de mais de 1.400 escritores, blogueiros, analistas, jornalistas, especialistas de media online e tradutores espalhados pelo planeta que trabalham juntos na cobertura de blogs e das redes sociais de toda a parte, dando ênfase às vozes que não são normalmente escutadas pelos veículos de comunicação social internacional”. Ou ainda, no Brasil, o coletivo *Mídia Ninja*, que se destacou a partir da forma como envolveu muitos protagonistas, não necessariamente jornalistas, na convocação dos manifestantes e na cobertura das manifestações de rua realizadas especialmente em junho de 2013 em várias cidades brasileiras.

As dinâmicas colaborativas estão presentes nas práticas e reflexões a respeito dos recursos pedagógicos abertos, desenvolvidas por Bianca Santana e Nelson Prieto, e nos debates sobre o Marco Civil na Internet, a partir de pesquisas e ações políticas desenvolvidas por Sergio Amadeu da Silveira, da Universidade Federal do ABC, e Ronaldo Lemos, do ITS, o Instituto Tecnologia & Sociedade do Rio de Janeiro. Tais discussões consideram temas que muito interessam aos jornalistas, como a importância sociocultural do software livre, da crítica ao conhecimento proprietário

e do debate a respeito do conhecimento como construção comum, como acontece nas licenças *creative commons* quando artigos, pesquisas e livros podem ser copiados, distribuídos, transmitidos ou remixados, desde que se cite a fonte e se distribua sob a mesma licença.

A perspectiva colaborativa, presente desde os primórdios nas formas de vida e organizações sociais, vem à tona nos debates internacionais a respeito da crescente consciência de cuidado com o planeta tratada em conferências como a ECO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, e a COP 21 – Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, realizada em Paris, em 2015. Tal perspectiva acentua a função pública dos trabalhos dos jornalistas e exige uma formação que considere o que o filósofo e sociólogo francês Edgar Morin chamou de sete saberes necessários à educação do futuro: a percepção das cegueiras do conhecimento quando limitado apenas à visão científica do mundo; a importância da admissão do erro e da ilusão em qualquer interpretação dos fatos; os princípios do conhecimento pertinente; o aprendizado da condição humana; o ensino da identidade terrena; a disposição para o enfrentamento das incertezas; o aprendizado da compreensão e da ética do gênero humano.

Para o jornalismo, essas questões estão inseridas no conjunto de processos comunicativos marcados, conforme terminologia de Vilém Flusser, pela tensão entre discurso e diálogo. Considerando que os discursos reforçam o que já está convencionalizado e os diálogos implicam em abertura frente às provocações do outro, a ação dos profissionais da comunicação se faz nas fronteiras entre um e outro. Quando grande parte da comunicação chamada instrumental ou das indevidamente denominadas ferramentas da comunicação é usada para manutenção dos discursos, os cida-

dãos, e entre eles os jornalistas, são desafiados a apostar preferencialmente em posturas dialógicas. Tal desafio é tão grande que Dietmar Kamper chegou a reivindicar a necessidade de se pensar contra o pensamento, de se questionar as próprias afirmações quando até as opiniões contraditórias desaguam nas chamadas tautologias que, como lixo linguístico, entopem as últimas lacunas do mundo homogeneizado pelos meios de comunicação. Tal desafio de se desconfiar das próprias afirmações pode ser um caminho aberto à dialogia, isto é, às mudanças que fontes, fatos, rostos sem esperança, tensos ou sonhadores, rostos dos que habitam os lixões e os edifícios luxuosos provocam nos homens e mulheres de nosso tempo, em especial naqueles que se propõem a exercer o jornalismo como profissão.

Dinâmicas acadêmicas

As mudanças na formação e atuação dos jornalistas estão a pleno vapor. Implicam um progressivo diálogo entre instituições de ensino, jovens estudantes, pesquisadores, empreendedores, corporações de media e grupos de protagonistas que se propõem a ser um pouco mais independentes das tendências exageradamente mercadológicas. Análises críticas podem ser acompanhadas em redes que alimentam o debate a respeito do jornalismo, como o *Observatório da Imprensa*, nas publicações dos sindicatos e nos trabalhos da Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj. Pesquisas científicas a respeito são apresentadas anualmente nos congressos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom e nos encontros anuais da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós.

Por outro lado, no conjunto de publicações científicas na área da Comunicação destacam-se duas, voltadas especialmente ao jornalismo: a *Brazilian Journalism Rese-*

arch – BJR, publicada em edição bilíngue pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor, e a *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo – Rebej*, publicada pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo. Nesse contexto, na segunda década do século XXI, os cursos de jornalismo de todo o Brasil se reorganizam a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo, publicadas pelo Ministério da Educação.

Caminho a percorrer

As dinâmicas elencadas podem permitir o crescimento da consciência de que os processos de comunicação, entre eles aqueles próprios dos jornalistas, não se constituem naquilo que muitos empregadores contemporâneos ainda chamam de ferramentas de comunicação, em sentido instrumental. Uma reportagem publicada online ou mesmo um cartaz usado na comunicação interna de uma organização não deveriam ser tratados apenas como ferramentas de comunicação. Constituem parte de processos comunicativos que podem ser estudados de forma sistêmica, considerando que toda comunicação começa no corpo e para ele retorna, compreendendo que os atores participam dos processos e estão envolvidos nos mesmos. Tal perspectiva permite perceber que os protagonistas, entre eles os jornalistas, compartilham de uma ecologia da comunicação, da qual participam, como se executassem uma sinfonia, os corpos, as imagens e os sons, os textos escritos e as diversas expressões compartilhadas em sistemas codificados na forma de zero e um do universo digital.

As dinâmicas apontadas não compreendem a riqueza das abordagens em constante desenvolvimento no estudo a respeito da formação e atuação dos jornalistas. Pretendem apenas lembrar ao autor e aos leitores que temos um longo caminho a percorrer, posturas a

desenvolver, visões de mundo a afirmar ou contestar. Considerando que a contestação, como enfatiza Vilém Flusser, é a mola propulsora de todo pensar, trata-se de um texto a ser contestado.

Referências

- BAITELLO Jr., Norval. Os sentidos e as redes: considerações sobre a comunicação presencial na era telemática. In: BARBOSA, M.; MORAIS, O. J. (Orgs.). **Comunicação em tempo de redes sociais**. São Paulo: Intercom, 2013, p. 59-65.
- BAITELLO Jr., Norval. As capilaridades da comunicação. In: BAITELLO Jr., Norval. **A serpente, a maçã e o holograma**. Esboços para uma Teoria da Mídia. São Paulo: Paulus, 2010. p. 103-113.
- BAITELLO Jr., Norval. **O pensamento sentado**: sobre glúteos, cadeiras e imagens. São Leopoldo: Unisinos, 2012.
- BAUER, Thomas A. O valor público da media literacy. **Líbero**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 9-22, 2011.
- CASSIRER, Ernst. **Antropologia filosófica**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- CONTRERA, Malena. Vínculo comunicativo. In: MARCONDES F., Ciro. (Org.). **Dicionário da comunicação**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2014. p. 459.
- CONTRERA, Malena. **Mídia e pânico**. Saturação da informação, violência e crise cultural na mídia. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- CONTRERA, Malena. Simpatia e empatia. Mediosfera e noosfera. In: BAITELLO JR.; WULF, Christoph. (Orgs.). **Emoção e imaginação**: os sentidos e as imagens em movimento. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014, p.141-150.
- CONTRERA, Malena Segura. **Mediosfera**: meios, imaginário e desencantamento do mundo. São Paulo: Annablume, 2010.
- CYRULNIK, Boris. **Os alimentos do afeto**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- EIBL-EIBESFELDT, Irenäus. **El hombre preprogramado**. Madrid: Alianza, 1983.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Comunicação, mediações, interações**. São Paulo: Paulus, 2015.
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma

futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FLUSSER, Vilém. **Comunicologia**: reflexões sobre o futuro. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HALL, Edward. **A dimensão oculta**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

JUNG, Carl Gustav. **Fundamentos de psicologia analítica**. Petrópolis: Vozes, 1985.

KAMPER, Dietmar. **O trabalho como vida**. São Paulo: Annablume, 1997.

KAMPER, Dietmar. O padecimento dos olhos. In: CASTRO, Gustavo et.al. (Orgs.). **Ensaio de complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 1997. p. 131-137.

KAMPER, Dietmar. Corpo. Fantasia. Imagem. Loucura. Disponível em: <www.cisc.org.br> . Acesso em: 15 jun. 2015.

KÜNSCH, Dimas A. Comunicação e pensamento compreensivo: um breve balanço. In: KÜNSCH, Dimas A.; MARTINO, Luís Mauro Sá (Orgs.). **Comunicação, jornalismo e compreensão**. São Paulo: Plêiade, 2010, p. 13-47.

KÜNSCH, Dimas A. et al. (Orgs.). *Comunicação, diálogo e compreensão*. São Paulo: Plêiade, 2012. Disponível em: <<http://cas-perlibero.edu.br/mestrado/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

LEMONS, Ronaldo. **Futuros possíveis**: mídia, cultura, sociedade, direitos. Florianópolis: Sulina, 2012.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4^o ed. Revista e ampliada. São Paulo: Manole, 2009.

LIMA, Edvaldo Pereira; MARTINEZ, Monica. Eliane Brum: new star in Brazil's literary journalis firmament. In: KEEBLE, Richard; TULLOCH, John. (Orgs.) **Global literary journalism**: exploring the journalistic imagination. Vol. 2. New York: Peter Lang, 2014.

LIMA JUNIOR, Walter Teixeira; ROSA, André. Habilidades tecnológicas e ensino superior em Jornalismo no Brasil: observação das exigências contemporâneas e seu contraste com as grades curriculares. **E-Compós**, Brasília, v. 18, p. 1-22, 2015. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/1117/824>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

LIMA JUNIOR, Walter Teixeira. The data, APIs and toolkit in the production of information of social relevance (news). **Revista**

- Famecos**, Porto Alegre, v. 22, p. 31-47, 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/19811/13216>>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- MARTINEZ, Monica. **Jornada do herói**. A estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.
- MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir**. A função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.
- MENEZES, José Eugenio de O. Comunicação dialógica e comunicação discursiva em Vilém Flusser. In: COSTA, Murilo Jardimino da (Org.). **A festa da língua**: Vilém Flusser. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2010, p. 53-61.
- MENEZES, José Eugenio de O.; MARTINEZ, Monica. Jornalismo e tempo profundo: o trabalho de Nelson Araújo no Globo Rural. KÜNSCH, Dimas A.; SILVA, Gislene. et al. (Orgs.). **Jornalismo contemporâneo**. Figurações, impasses e perspectivas. Salvador: EDUFBA/Compós, 2011, p. 181-202. Disponível em: <http://www.compos.org.br/ler_publicacoes.php?idPublicacao=MjM>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- MENEZES, José Eugenio de O.;. Ecologia da comunicação: som, corpo e cultura do ouvir. **Libero**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 111-118, 2015. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/12/Jose-Eugenio.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- MORIN, Edgar. **O enigma do homem**. Para uma nova antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez/Unesco, 2000.
- PESCHANSKI, João Alexandre; MORAES, Renato. A comunicação democrática, uma utopia real. **Communicare**, São Paulo, v. 13, p. 53-63, 2013.
- PRADO, Magaly. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- PRADO, Magaly. **Ciberativismo e noticiário**: da mídia torpedista às redes sociais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.
- PROSS, Harry. **Zwänge**. Essay über symbolische Gewalt. La violencia de los símbolos sociales. Trad. Vicente Romano. Barcelona: Anthropos, 1989.

PROSS, Harry; ROMANO, Vicente. **Atrapados en la red mediática**: orientación en la diversidad. Hondarribia: Argitaletxe Hiru, 1999.

Rheingold, Howard. **Net smart**: how to thrive online. Cambridge/London, MIT Press, 2012. Disponível em: <<http://hci.stanford.edu/courses/cs047n/readings/rheingold-net-smart.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ROMANO, Vicente. **Ecología de la comunicación**. Hondarribia: Editorial Hiru, 2004.

SANTANA, Bianca; ROSSINI, Carolina; PRETTO, Nelson de Luca. **Recursos educacionais abertos**: práticas colaborativas e políticas públicas. São Paulo/Salvador: Casa da Cultura Digital/EDUFBA, 2012. Disponível em: <<http://www.livrorea.net.br/livro/livroREA-1edicao-mai2012.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SILVA, Maurício Ribeiro da. **Na órbita do imaginário**. Comunicação, imagem e os espaços da vida. São José do Rio Preto: Bluecom; São Paulo: Unip, 2012.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. (Org.). **Cidadania e redes digitais**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil / Maracá - Educação e Tecnologia, 2010.

VIRILIO, Paul. **A velocidade de liberação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1998.

SCOLARI, Carlos A. Media ecology: exploring the metaphor to expand the theory. **Communication Theory**, v. 22, n. 2, p. 204-225, 2012.

SOUZA, Mauro Wilton de; CORRÊA, Elizabeth Saad. (Orgs.). **Mutações no espaço público contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2014.

TRIVINHO, Eugênio. (Org.). **A condição glocal**: configurações tecnoculturais, sociopolíticas e econômico-financeiras na civilização mediática avançada. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2014.

WAINBERG, Jacques A. **Revolucionários, mártires e terroristas**. A utopia e suas consequências. São Paulo: Paulus, 2015.

A mediação social do jornalista na cobertura radiofônica do trânsito¹

Mara Ferreira Rovida

A notícia sobre o trânsito deixou de ser apenas uma pauta comum entre os veículos de comunicação jornalística que cobrem as questões urbanas e passou a ser “quase” uma editoria. No caso do radiojornalismo, essa “obsessão” pela notícia sobre a mobilidade fica ainda mais evidente.² As informações sobre o tema se fazem presentes ao longo da programação das emissoras de rádio e não estão mais restritas aos chamados horários de *rush* ou períodos de pico – o que corresponderia ao início da manhã e ao final da tarde.

Entre as motivações da demanda por informações sobre o trânsito está a crescente dificuldade de ir e vir nos grandes centros urbanos. Os índices recordes de congestionamento, aliados ao investimento reduzido em transporte coletivo, contribuem para um cenário em que boa parte da população perde horas diariamente nos trajetos entre a

1 Uma primeira versão deste texto foi publicada nos Anais do Congresso Intercom de 2013.

2 Uma pesquisa realizada em março de 2013 pelo portal Comunique-se revelou que as principais emissoras de radiojornalismo de São Paulo dedicavam, em média, 10,5% do horário nobre à cobertura do trânsito.

casa, o trabalho e os ambientes de estudo. Não é fácil circular por espaços urbanos como a chamada Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), formada por 39 municípios e habitada por quase 20 milhões de pessoas, segundo o censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Como resultado do adensamento urbano³ verificado na RMSP, onde vive um em cada dez brasileiros, a mobilidade é um problema que se impõe de forma generalizada. Disso decorre a crescente demanda por informações sobre o trânsito e, como dito no início, o rádiojornalismo se destaca nesse processo. Um exemplo da relação cada vez mais estreita entre o veículo rádio e a cobertura do trânsito é a rádio SulAmérica trânsito (FM 92,1), emissora criada em 2007 numa parceria entre a SulAmérica seguros para autos e o grupo Bandeirantes de comunicação. A programação da emissora é totalmente dedicada à cobertura do trânsito da chamada Grande São Paulo, ou RMSP.

O objetivo central da rádio SulAmérica trânsito (RST), segundo seus idealizadores,⁴ é o mesmo das demais emissoras de rádio jornalísticas que cobrem o trânsito: a prestação de serviços. Mas, ao observar mais de perto a dinâmica da cobertura realizada pelos repórteres da RST e a relação entre produtores de informação e público ouvinte, é possível perceber que o jornalismo extrapola a simples prestação pontual de serviço informativo sobre a mobilidade urbana.

3 Outros fatores também contribuem para esse problema, como o processo de periferização das moradias, a concentração de empregos em áreas centrais e o alto custo de vida nos centros desenvolvidos dessas megalópoles.

4 Essa informação foi verificada durante entrevista com o editor-chefe da rádio, Ronald Gimenez, em 23 fev. 2012.

Jornalismo, diálogo e solidariedade social

A observação das relações sociais estabelecidas no entorno da cobertura do trânsito foi desenvolvida em pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e artes da Universidade de São Paulo (USP). Essa análise foi conduzida com base em dois procedimentos que, juntos, permitiram repensar o papel do jornalista na sociedade contemporânea em sua atuação como um fomentador de diálogo ou um agente a serviço da dialogia. Por um lado, uma discussão de ordem epistemológica embasou os questionamentos acadêmico-científicos e, por outro, uma pesquisa de campo foi fonte de dados e informações empíricas. Usando ambos procedimentos (de forma conjunta) como aspectos norteadores da pesquisa, o trabalho apontou para uma possível potencialidade do jornalismo como espaço de encontro das diversidades e do jornalista, por sua vez, como fomentador da solidariedade social.

Cremilda Medina (1996) discute a interferência ou contribuição criativa do agente de mediação social no processo de comunicação jornalística. Segundo a autora, uma tríade formada por fontes de informação, mediador e público faz parte de tal processo comunicativo e este agente que se coloca entre as várias esferas sociais é capaz de criar diálogo entre as pessoas, independentemente dos antagonismos ou diferenças que possam existir entre esses indivíduos. Obviamente que tal posicionamento teórico não pretende propor como característica do jornalista a habilidade de criar consenso ou eliminar os conflitos que marcam as relações sociais contemporâneas. Mas tal perspectiva evidencia uma possibilidade de diálogo que se apresenta no processo de comunicação jornalística.

Para que o jornalista possa criar diálogo entre as pessoas, sejam elas fontes de informação ou parte do público, ele deve se posicionar como um leitor cultural.

Só um mediador que estuda as culturas do local ao universal passando pelo regional e nacional, poderá atuar como agente de mediação social. Só o jornalista que se aperfeiçoa para poder criar, terá alguma possibilidade interveniente no processo de mediação social. Só o mediador que se obriga a um projeto de pesquisa cognoscitiva terá competência para modificar o status quo (hegemonia do emissor) e praticar o discurso polifônico e polissêmico (Medina, 1996, p. 20).

Esta postura de leitor cultural permitirá ao jornalista criar narrativas baseadas no modelo osmótico,⁵ isto é, um sistema de impulso cultural formado pela diversidade, pelas misturas, pelo diverso. A partir desse ponto de vista, as várias referências culturais e/ou identitárias são preservadas e respeitadas como características da vida em sociedade.

Assim a dialogia, como resultado possível da comunicação jornalística, propiciaria a expansão da solidariedade orgânica. O conceito, criado pelo sociólogo francês Émile Durkheim, designa um processo de reconhecimento das diversidades sociais – típicas da sociedade capitalista – originadas, em sua maioria, pelo processo de divisão do trabalho que serve de base para o modelo de organização

5 O conceito de comunicação osmótica, citado por Medina, foi criado por Jean Lohisse no livro *La communication anonyme* (Paris, 1969). O autor apresenta uma série de três modelos de comunicação baseada em aspectos culturais presentes na sociedade contemporânea: o arquétipo, o osmótico e o lidertipo. No primeiro modelo, a comunicação se baseia naquilo que é reconhecido e identificado de forma universal como símbolos míticos, imagens artísticas, ritos religiosos etc. Já no modelo osmótico, as várias referências culturais são colocadas em relação, preservando-se a identidade e a individualidade de cada uma delas. Por último, o modelo lidertípico se caracteriza pela ênfase naquilo que é considerado como padrão de “sucesso” pelas nações dominantes (um exemplo é a perseguição do chamado *american way of life* como um modelo de vida social a ser alcançado).

social contemporâneo. Segundo Durkheim (2004), nesse tipo de sociedade as pessoas são identificadas pela atividade profissional que exercem, isto é, seu papel social tem um vínculo estreito com sua atividade de trabalho.

(...) nele [no capitalismo], os indivíduos não mais são agrupados segundo suas relações de descendência, mas segundo a natureza particular da atividade social a que se consagram. Seu meio natural e necessário não é mais o meio natal, mas o meio profissional. Não é mais a consanguinidade, real ou fictícia, que assinala a posição de cada um, mas a função que ele desempenha (Durkheim, 2004, p. 165-166).

De acordo com essa visão, a diversidade social seria, em grande medida, resultado do processo de divisão do trabalho. Essa característica da sociedade contemporânea também marcará as relações sociais. Como uma espécie de resultado colateral, será observado no seio da sociedade capitalista um crescente processo de interdependência entre indivíduos e entre grupos sociais. Isto porque, quanto mais dividido for o processo produtivo, maior será o grau de dependência entre os representantes dessa diversidade. Sendo assim, o mesmo fenômeno que cria as diferenças impõe a necessidade das relações solidárias.

Se o jornalista, em sua postura dialógica, for capaz de colocar em perspectiva esse processo de interdependência, a profissão poderia fomentar a solidariedade social mais comum nesse tipo de sociedade, conforme identificado por Durkheim. Em outras palavras, o jornalista teria a capacidade de fomentar a solidariedade orgânica⁶ entre

⁶ A noção durkheimiana de solidariedade orgânica destaca uma série de vínculos sociais que se estabelece a partir do modelo produtivo capitalista; o indivíduo faz parte de coletivos sociais que, por sua vez, formam a sociedade. Tanto no meio do grupo social como no âmbito da sociedade de forma mais alargada, haverá um reconhecimento do

os indivíduos de diferentes grupos sociais ao apresentar de forma respeitosa aquilo que identifica e também diferencia os personagens envolvidos em suas narrativas.

O repórter, o caminhoneiro e o ouvinte

Os três atores sociais, encontrados no espaço urbano do trânsito e apresentados na dinâmica da comunicação produzida pela Rádio SulAmérica trânsito (RST), apareceram em um episódio, observado em 2011, que inspirou o trabalho de campo da pesquisa de doutorado anteriormente citado.

O acompanhamento da cena envolvendo esses três personagens⁷ se deu de forma não planejada. Na manhã de 23 de agosto de 2011, um incidente envolvendo um caminhoneiro virou notícia na RST e repercutiu, de forma inesperada, entre os ouvintes da rádio. O repórter Ronaldo Rodrigues entrou no ar, por volta de 6h30, para contar que um caminhão estava bloqueando a passagem de uma faixa da pista central da Marginal do rio Tietê – uma das principais vias da capital paulista. Ele relatou que o motorista de caminhão havia parado antes de chegar a São Paulo para descansar e foi acordado, ainda de madrugada, por bandidos armados que levaram parte de seus pertences pessoais. Assustado, o motorista resolveu seguir viagem e naquele ponto da Marginal do rio Tietê acabou passando por um desnível de pista o que fez a carga se mover para um dos lados do veículo. Por muito pouco, o movimento da mercadoria não resultou em um acidente maior – o caminhão poderia tombar ou mesmo a carga poderia cair na pista.

indivíduo como partícipe da coletividade. A percepção e o respeito dedicado a esses vínculos corresponderiam, grosso modo, ao que Durkheim propõe como solidariedade orgânica.

7 Embora protagonistas reais, assume-se a liberdade poética de nomeá-los personagens.

Após narrar os detalhes da história e indicar onde havia acontecido o incidente e, portanto, onde era o bloqueio de pista, Ronaldo Rodrigues finalizou sua entrada dizendo que não iria falar com o motorista em respeito ao momento difícil pelo qual passava, afinal o repórter, em suas próprias palavras, percebia, de onde estava, o desespero do caminhoneiro. A justificativa para não abordá-lo e a forma como a narrativa foi conduzida resultaram numa quantidade inesperada de mensagens de ouvintes que parabenizavam o repórter por sua conduta e, ao mesmo tempo, se solidarizavam com o motorista do caminhão.

Esse episódio suscitou alguns questionamentos sobre os limites da chamada prestação de serviço informativo como característica essencial de qualquer produção jornalística e sobre a possibilidade de pensar o jornalismo como um espaço social que guarda um potencial de diálogo, nos moldes defendidos por Medina. Além disso, a cena descrita coloca em perspectiva a relação existente entre o jornalismo como espaço dialógico e o fomento, ou facilitação, da solidariedade social entre os personagens da metrópole, geralmente observados a partir de seus antagonismos e, portanto, das diferenças que marcam os conflitos.

O repórter em trânsito

Com base nessa cena, que parece perturbar a ordem mais comum⁸ do cenário urbano observado na pesquisa, foi traçado um projeto de trabalho de campo cujo objetivo era vivenciar o espaço do trânsito sob a ótica dos dois principais personagens que aparecem no episódio narrado: caminhoneiro e repórter. Mas, neste artigo, será

⁸ Em geral, o caminhoneiro é tido como um causador de problemas no espaço urbano do trânsito. Basta ver o enquadramento de boa parte das notícias que o envolvem e o colocam numa posição de antagonismo em relação à própria cidade. Para mais detalhes, ver Rovida, Mara F., 2013.

apresentada uma parte da etapa da pesquisa empírica dedicada ao jornalista inserido nesta dinâmica social.

O repórter da RST, que realiza seu trabalho no próprio espaço do trânsito onde suas pautas se desenrolam como cenas urbanas cotidianas, possui algumas características que o diferenciam de outros profissionais do jornalismo nesse tipo de cobertura. Para compreender de que forma esse jornalista pode ou não exercer um papel de mediador social e, portanto, impulsionar o diálogo entre as diversidades e facilitar a solidariedade social, três repórteres da RST foram acompanhados em um dia de trabalho. A observação se deu ao longo de 18 horas de vivência no espaço do trânsito ao lado dos jornalistas.

Além dos três dias dedicados ao acompanhamento da jornada de trabalho dos profissionais de comunicação, foram feitas duas entrevistas com pessoas ligadas à chefia da emissora e algumas horas de observação do trabalho realizado dentro dos estúdios da rádio. Com base nas 23 horas de contato direto com a equipe da RST, é possível delinear um perfil do repórter da rádio que dedica sua cobertura exclusivamente às questões do trânsito.

A equipe de reportagem se divide em três turnos: manhã, tarde e noite. A rádio conta com seus repórteres de rua das 6 horas às 21 horas, de segunda a sexta-feira. Em feriados e finais de semana, o horário de cobertura externa é ligeiramente reduzido, bem como o número de profissionais nessa atividade. Durante a semana, o primeiro repórter inicia seu plantão às 6 horas e outros dois profissionais começam a trabalhar às 7 horas. O primeiro a entrar no trabalho finaliza seu plantão ao meio-dia e os outros dois, às 13 horas, mesmo horário de entrada de dois repórteres do turno da tarde que atuam nas ruas até às 18 horas. Um profissional começa no meio da tarde, por volta de 15 horas, e é o último a encerrar o plantão do dia, às 21 horas.

Cada plantão dura seis horas, e todos os repórteres passam na emissora antes de iniciar sua jornada. Eles precisam pegar o carro da rádio (que é caracterizado como veículo de reportagem) com o qual vão trabalhar no dia e isso tem de ser feito alguns minutos antes do horário de início do plantão, porque eles terão entre 10 e 15 minutos para rodar pela cidade antes do primeiro boletim ao vivo. “(...) quando entramos no ar, temos de ter alguma coisa para falar”,⁹ por isso a necessidade de sair no horário certo que o plantão começa.

O repórter tem uma área da cidade de São Paulo para cobrir. Em geral, eles não saem da capital, apenas o fazem quando há um motivo especial e isso é definido com a chefia. Normalmente, a cobertura fica dividida em quatro regiões da capital: Zona Sul, Zona Oeste e Centro, Zona Leste e Marginal do rio Tietê e adjacências. A importância da via que margeia o rio Tietê para o trânsito da cidade – e de boa parte dos municípios que fazem divisa com a capital – é tamanha que a RST mantém um repórter, na maior parte do dia, nesse local.

As ferramentas de trabalho do repórter se resumem ao carro, que ele próprio dirige, e a um celular acoplado a um fone de ouvidos e a um microfone. Não há tempo nem condições propícias para parar o carro a cada entrada ao vivo (são, em média, cinco entradas por hora), por isso os boletins são feitos no improviso e as falas são produzidas enquanto o profissional segue dirigindo pela cidade. São seis horas em movimento constante. Cada repórter tem um intervalo de meia hora para comer, ir ao banheiro e “esticar as pernas”. No restante do plantão, eles ficam o tempo todo dentro do carro, circulando pela região que lhes foi designada no dia.

9 Caio Rocha, repórter da RST acompanhado em 9 fev. 2012.

As paradas, além do intervalo, são feitas apenas em situações mais graves como acidentes, bloqueios de pista ou outras cenas que demandam uma ação mais próxima do repórter. Nesses momentos, sempre há um problema que perturba os profissionais: onde estacionar. “Se fosse só para cumprir meu papel como repórter, bastava largar tudo e ir até os agentes da CET para perguntar o que estava acontecendo. Mas não posso largar o carro, tenho de achar um lugar para parar.” A fala da repórter Raquel Rieckmann Traldi¹⁰ demonstra a dinâmica do trabalho desses profissionais.

Além de guiar o carro, é preciso estar atento ao trânsito, ao tempo gasto nos percursos realizados e às informações que vêm do estúdio. Eles sempre estão em contato com a equipe interna da emissora e fazem a escuta da rádio durante todo o período do plantão. O acúmulo de funções e a própria agressividade do trânsito tornam a jornada estressante e cansativa, mas a vivência no espaço da rua amplia o conhecimento e a capacidade de lidar com os assuntos da cidade.

Para a apresentadora Ana Paula Rodrigues,¹¹ que foi repórter durante um ano e meio, ir para a rua e enfrentar os problemas ao lado da população – ficar preso no engarrafamento, enfrentar enchente, ver acidente, enfim, estar na mesma situação do ouvinte – proporciona à equipe um conhecimento real, porque vivenciado, do que acontece. Então, a preocupação com a qual lidam com o desespero de alguém que está no meio de um alagamento, por exemplo, ou de uma família que precisa chegar a um hospital é real e o público reconhece isso.

Esse aspecto do trabalho do repórter diferencia, certamente, sua fala das demais que tratam do tema, mas

10 Acompanhada em 22 mar. 2012.

11 Entrevistada em 23 fev. 2012.

que são produzidas a partir de estúdios ou de outros locais distanciados do cenário urbano das ruas.

Ouvinte, coautor da informação

Na produção realizada pela equipe da RST, o ouvinte não é apenas um comentador ou um expectador a quem é permitido opinar, desabafar ou demandar, ele se tornou um coautor do processo de comunicação. Ele dá informações, responde perguntas feitas por outros ouvintes da rádio e, claro, faz questionamentos, opiniões e manda recados. Como a dinâmica do trânsito é propensa a mudanças bruscas e nem sempre as informações chegam com muita rapidez (afinal, o quadro de funcionários da emissora é enxuto e as autoridades também têm limitações para atualizar as informações oficiais), os ouvintes se tornaram fontes de grande peso para o trabalho da rádio. Ana Paula Rodrigues conta que é muito comum a emissora receber notícias de acidentes por relatos de ouvintes e só depois de algum tempo ter a confirmação das autoridades.

Um ouvinte fala, outro confirma e um terceiro também avisa, a gente já começa a trabalhar como se o fato estivesse confirmado. Mas tomamos o cuidado de dizer que a informação é dos ouvintes e que não há ainda confirmação das autoridades ou da nossa reportagem.

A relação entre a equipe da emissora e o público ouvinte se estreita por duas razões. A primeira é pelo “auto reconhecimento” imediato proporcionado pela fala do repórter que apresenta situações vivenciadas por esse público (jornalista e ouvinte estão parados no mesmo trânsito, fogem das mesmas enchentes etc.). Além disso, a participação do público no processo de produção da informação transformou a rádio em uma espécie de ponto de encontro de pessoas em movimento pela Grande São Paulo.

O espaço dado à participação do público resulta de um processo inesperado, segundo o editor-chefe Ronald Gimenez. Quando foi convidado para integrar a equipe que colocaria em funcionamento a emissora de rádio, projetada para ter sua grade de programação totalmente preenchida pela cobertura do trânsito da Grande São Paulo e por músicas, Ronald Gimenez duvidou que a ideia pudesse dar certo. Ele imaginou, no início, que só seria viável levar o projeto adiante se boa parte do tempo fosse dedicada à música, o que seria totalmente compreensível por ser uma rádio FM.

Ronald Gimenez relembra que, antes de colocar a emissora no ar, foi montada uma hora básica da grade para teste e ele achou que seria muito complicado manter aquela dinâmica sem as músicas. Mas, quando a rádio foi ao ar e os canais de contato com o público foram inaugurados, a música foi praticamente banida da programação. “Agora temos música apenas entre 22 horas e 5 horas da manhã ou em feriados e fins de semana.” O comentário, feito durante a entrevista, serve para enfatizar que a participação do ouvinte é tamanha, e ganhou tanta importância, que passou a ser uma das prioridades no processo de “narração” das situações decorridas no cenário do trânsito.

Em média, a rádio recebe 5 mil mensagens por dia. Esse número, no entanto, pode aumentar muito em dias de grandes ocorrências, como enchentes ou acidentes graves, ou ser menor em finais de semana ou feriados. As mensagens chegam por vários canais de comunicação: um número de celular recebe mensagens de voz e de texto (SMS), além de um e-mail e de contas em sites de relacionamento (Facebook e Twitter).

Um espaço de diálogo

O repórter tem a experiência do espaço urbano; a emissora não apenas permite como incentiva o público a

participar de forma ativa; as divergências de opinião costumam aparecer; as minorias são facilmente criticadas, mas o jornalista comprometido com seu papel de mediador pode ultrapassar os limites dos conflitos e criar condições adequadas ao diálogo entre as diversidades em disputa.

Quando um acidente, ou incidente, acontece no trânsito da Grande São Paulo e envolve um caminhão, a probabilidade de o assunto ser abordado de forma negativa ao que se refere ao grupo profissional dos caminhoneiros é grande. A maior parte das pessoas que circulam pelo espaço urbano é formada por outros grupos que, normalmente, observam o caminhoneiro como um outsider. Isso fica evidenciado na fala dos ouvintes que participam da programação da RST, mas também acaba aparecendo na opinião de alguns jornalistas da própria emissora.

Dessa forma, o episódio narrado anteriormente se destaca justamente pelo fato de que o caminhoneiro está relacionado a um grupo minoritário no espaço do trânsito urbano. Mesmo que o repórter não tratasse o tema de forma desrespeitosa e apenas indicasse o bloqueio de pista sem contar tudo o que aconteceu para que o episódio culminasse naquele ponto em que o veículo não podia ser retirado do lugar até o transbordo da carga – retirada da mercadoria da carroceria daquele caminhão para outro –, dificilmente o público da emissora seria solidário ou compreensivo com o caminhoneiro. Certamente, as mensagens trariam um teor de agressividade e de desabafo por mais um “prejuízo” causado por alguém que “nem deveria estar ali” – há sempre a ideia de que o lugar do caminhão é na estrada e não em ruas e avenidas da cidade.

Assim, é possível apontar alguns questionamentos que ajudam a repensar o papel do jornalista na sociedade contemporânea e as implicações de sua atuação nas relações sociais entre os representantes dessa diversidade.

Se a emissora de rádio já possui um grau considerável de proximidade com seu público – que se reconhece na fala dos repórteres e participa da produção da informação – e a dinâmica de trabalho de sua equipe de reportagem impõe uma imersão na realidade social, é possível indicar que há, nesta produção jornalística, um ambiente favorável ao desenvolvimento de uma comunicação dialógica.

A maneira como Ronaldo Rodrigues se apropriou e narrou as informações sobre o incidente na Marginal do rio Tietê resultou numa comunicação polifônica e polissêmica. Isso não significa que o repórter tenha utilizado alguma técnica diferenciada ou inovadora. Ele apenas perguntou o que aconteceu, buscou os detalhes da situação e criou uma narrativa que permitiu ao público da emissora conhecer a história do personagem principal da cena (dialogia), saber o local do incidente e seus reflexos no trânsito (prestação de serviço informativo) e compreender a experiência do trânsito a partir da perspectiva do caminhoneiro (solidariedade social).

Percebe-se que as relações de diálogo e solidariedade observadas nesse episódio não se verificam em todas as situações noticiadas pela rádio. Apesar disso, a dialogia, bem como a ampliação da abrangência da solidariedade orgânica presente na cena narrada pelo jornalista, pode ser observada na repercussão espontânea do público. Essa constatação oferece subsídios para a elaboração de uma terceira perspectiva conceitual que surge a partir da aproximação da dialogia jornalística e da solidariedade orgânica. Trata-se da ideia do diálogo social solidário que aparece como potencial da narrativa jornalística dialógica quando esta amplia a abrangência da solidariedade orgânica, observada entre os protagonistas e o mediador ao colocar-se um terceiro grupo nessa relação, o público.

Além disso, fica claro que a proposta de leitura cultural e de engajamento do jornalista, defendidos por Medi-

na, não se limitam a grandes produções como reportagens especiais, documentários ou peças jornalísticas mais elaboradas. Numa corriqueira cobertura de trânsito apresentada por uma emissora de rádio, o jornalista colocou em diálogo solidário indivíduos marcados pela diversidade social e em constatare disputa no espaço urbano.

Referências

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MEDINA, Cremilda. **Povo e personagem**. Canoas: Ulbra, 1996.

MEDINA, Cremilda. **Símbolos e narrativas**: rodízio 97 na cobertura jornalística. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2008.

ROVIDA, Mara F. O trânsito em pauta: o debate público, político e jornalístico sobre o problema da mobilidade. **Parágrafo**, v. 1, p. 105-115, 2013.

Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes¹

Márcia Franz Amaral

“... el conjunto de una catástrofe es privilegio de espectadores, no de protagonistas...”

Juan José Saer

O discurso jornalístico sobre uma catástrofe ambiciona o inenarrável. Cabe a ele organizar o caos e dar sentidos ao acontecimento. Como afirma Santos (2005, p. 82), o carácter revelador de um macroacontecimento compreende-se pela injeção de sentidos num acontecimento que começa “em bruto”. A cobertura jornalística inicia com um exaustivo esquadramento do ocorrido. Discursos de outros campos sociais são então acionados para explicar as causas, medir as consequências e tornar públicas as experiências vivenciadas. O jornalismo funciona, nestas ocasiões, como um sistema perito (Miguel, 1999). Depois de esgotadas as primeiras reconstituições, contabilizadas as vítimas e relatado o entorno emocional, cabe ainda ao jornalismo estabilizar os sentidos, num discurso de prevenção

¹ Publicado, com o mesmo título e conteúdo, na revista *Líbero*, v. 18, n. 36, p. 43-54, jul./dez. 2015.

e de superação. Afinal, a narrativa também é o “início da recuperação” (Ripley, 2008, p. 16).

A cobertura jornalística é uma das construtoras públicas do acontecer catastrófico, presidida, sobretudo, pela busca das causas da tragédia e de seus responsáveis. O discurso jornalístico vale-se da fala de agentes sociais para recompor a cena e, neste processo, busca diversas fontes jornalísticas e concede para as suas declarações determinados papéis. Em pesquisas anteriores, percebemos que na cobertura de desastres a manifestação das fontes se dá de maneira diferente da cobertura factual. Assim, analisamos como os desastres ambientais são construídos por intermédio das fontes jornalísticas quando essas são alocadas no discurso de revistas semanais nessas coberturas.

Cabe ressaltar que, no que diz respeito especificamente às tragédias que envolvem o ambiente, elas não são mais circunscritas à expressão “desastres ambientais”, mas têm sido consideradas acontecimentos ocasionados pela ação do homem, cada vez mais imbricados nos conceitos de risco e de vulnerabilidade social (Dupuy, 2006). Como afirma Lozano Ascencio, “si en el pasado muchos de los daños inexplicables se atribuían a los dioses, a la naturaleza o simplemente al destino, en la actualidad prácticamente todos los peligros que nos amenazan (..) se deben, en principio, a decisiones humanas (...)” (2004, p. 291).

Pesquisamos a cobertura de catástrofes que envolvem o ambiente nas revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *Carta Capital* durante um ano. O corpus foi formado por 33 revistas com 41 matérias das quais foram destacadas 221 declarações de fontes jornalísticas.²

² O trabalho baseia-se na pesquisa financiada pelo CNPq intitulada “Testemunhos e experts nos acontecimentos das catástrofes ambien-

A primeira etapa do trabalho compreende uma reflexão mais ampla sobre o papel tradicional de cada tipo de fontes na cobertura jornalística. Para viabilizar a análise, dividimos as fontes em três tipos. Consideramos fontes autorizadas as pessoas com função de representação institucional, política ou organizacional. Fontes do tipo expert são as que dispõem de um conjunto de conhecimentos especializados e competências específicas. Fontes testemunhais aquelas que presenciaram o fato, participaram diretamente da sua causa ou sofreram as consequências dele. Numa segunda etapa, analisamos os efeitos valorativos de cada declaração utilizada no discurso das revistas. Sistematizamos algumas questões sobre a posição social, o papel, a representatividade e o grau de engajamento com a informação de cada uma delas na cobertura tradicional e na cobertura de eventos extremos como os pesquisados. Posteriormente, debatemos como os *Efeitos de Decisão*, de *Saber*, de *Opinião* ou de *Descrição e Veracidade* (Charaudeau, 2006) dão sentido a esses discursos.

Compreendemos o papel das fontes jornalísticas num primeiro momento com base na noção de campo e capital de Bourdieu (2005). Dependendo dos campos que estão em interação, dos capitais em disputa e da localização de jornalistas e fontes no interior do campo social, a relação fonte e jornalista se modifica. Consideramos que a posição e importância das fontes se constrói na estrutura social, embora o jornalismo possa, eventualmente, subvertê-las.

Trabalhamos com as fontes mencionadas, ou seja, com o âmbito da manifestação explícita das fontes, e não com aquelas utilizadas apenas no âmbito da produção (Alsina, 2009, p. 173). Afinal as fontes que aparecem nos discursos informativos são importantes, “já que são elas que se institucio-

tais”. Neste capítulo, entretanto, não nos detemos na análise de cada uma das revistas, nem nas especificidades das questões ambientais.

nalizam socialmente, são elementos essenciais para o estatuto da prevalência da verdade desses discursos” (2009, p. 174).

Para Charaudeau (2006, p. 152), no acontecimento midiático o dito relatado é o “encaixe de um dito em outro dito”, pela manifestação da heterogeneidade do discurso. (2006, p. 162). Ou seja, um dito é retomado para ser reintegrado a um novo ato de enunciação. O discurso relatado produz prova de autenticidade, de responsabilidade, de verdade e de propósitos; Há um modo de denominação da fonte (nome, instituição, marcas de referência, a função, o status profissional) e uma modalidade de enunciação que indica a relação que a mídia mantém com a fonte.

Optamos também por analisar apenas as citações literais. Conforme Ramos (2007, p. 1), “o discurso direto está ao serviço estratégico da projecção de determinada imagem do locutor do discurso citante”. Para ele, a heterogeneidade enunciativa organiza-se em dois níveis diferentes. O primeiro decorre da variedade de fontes produtoras do texto (jornalistas, repórteres, cientistas), enquanto o segundo decorre de marcas evidentes de citação. O discurso jornalístico se constrói sobre estratégias polifônicas de evocação de vozes alheias. Ramos lembra ainda que o discurso direto não se constitui numa reprodução fiel do discurso original. O jornalista interpreta e retransmite o discurso, geralmente alterando-o, mesmo quando simula a pura transcrição de um enunciado alheio. Para o autor, as aspas indicam um vazio que o alocutário é convidado a preencher. Afirma Maingueneau que, além de eximir o enunciador das responsabilidades, o discurso direto “simula restituir as falas citadas” (2001, p. 140), cria autenticidade, distância do enunciador, e mostra-se objetivo e sério.

Testemunhos, pessoas autorizadas e experts podem aparecer de maneiras específicas no discurso das revistas,

mas, a princípio são convocados para provar a verdade do relato. Para Charaudeau (2006, p. 49), há três maneiras de fornecer provas de que algo é verdadeiro. O primeiro é a designação, que confere autenticidade ao que é mostrado, como se a verdade pudesse ser localizada no fenômeno. O segundo é a reconstituição do fato, por meio da qual se busca atingir a verossimilhança. E, por último, há a elucidação, que se realiza na explicação dos fatos. Os três tipos de fontes fornecem essas provas, sendo a designação e a reconstituição mais típicas das fontes testemunhais e a elucidação, mais característica das fontes experts e autorizadas. Eventualmente, com um caráter didático, às vezes por meio de infográficos, as fontes experts também auxiliam na reconstituição.

Passamos então a refletir sobre o papel atribuído a cada tipo de fonte e, num segundo momento, a analisar o papel de cada citação, tomando por base o valor do seu dito (Charaudeau, 2006, p. 168). Consideramos *Efeito de Decisão* quando a declaração vem de um locutor que tem o poder de decidir, ou seja, tem efeito performativo, pois é declaração ao mesmo tempo em que é a realização de uma ação. O *Efeito de Saber* vem de um locutor que tem autoridade pelo *Saber*, envolve as análises e as explicações. O *Efeito de Opinião* ocorre quando a declaração vem de um locutor que julga ou aprecia um fato, pode envolver avaliações. O *Efeito de Testemunho* emana de um locutor que descreve o que viu ou ouviu. Como diz Charaudeau (2006, p. 169), “a declaração relatada se reveste de um caráter de veracidade por ter como única finalidade descrever a realidade tal como foi vista e ouvida”. Optaremos neste trabalho por designar o *Efeito de Testemunho* como *Efeito de Descrição e Veracidade*, para que o termo testemunho, central na nossa pesquisa, possa ter um caráter mais

amplo. É preciso lembrar também que uma citação pode remeter a dois efeitos.

As fontes nas revistas analisadas

As revistas analisadas foram publicadas de janeiro a dezembro de 2011, e 33 delas abordaram o tema das catástrofes ambientais em 41 matérias. A revista que mais publicou matérias sobre catástrofes foi *IstoÉ*, com 17 matérias. *Veja* publicou 11 matérias, *Época*, 10, e *Carta Capital*, 3. Nas 41 matérias, houve citações literais de 221 fontes. A revista *Época* é a que, proporcionalmente, citou mais fontes, numa média de 7,9 fontes por matéria. *IstoÉ* usou uma média de 4,8 citações de fontes por matéria, *Carta Capital* usou média de 5 fontes e *Veja* utilizou 4,0 citações de fontes por matéria (Quadro 1).

Quadro 1 - Quantidade de Revistas, de matérias e de fontes analisadas

	<i>Época</i>	<i>IstoÉ</i>	<i>Veja</i>	<i>Carta Capital</i>	Total
Revistas com matérias sobre catástrofes	6	17	7	3	33 revistas
Matérias analisadas no total:	10	17	11	3	41 matérias
Número de fontes nas matérias analisadas	79	82	45	15	221 fontes
Média de fontes por matéria	7,90	4,82	4,09	5,0	5,4 fontes por matéria

Do total de 221 fontes utilizadas pelas revistas, a maioria delas foi testemunhal (97), seguida dos experts (78) e das autorizadas (46). Nas revistas *IstoÉ* e *Época*, as fontes predominantes foram as de tipo testemunhal. No caso de

Veja, o uso de declarações de fontes testemunhais e experts foi equivalente. Em *Carta Capital*, as fontes predominantes foram as experts, como vemos a seguir (Quadro 2).

Quadro 2 - Tipos de fontes por revista

	Época	Veja	IstoÉ	Carta Capital	Total
Total de fontes testemunhais	30 37,97%	21 46,67%	45 54,88%	1 6,6%	97 43,89%
Total de fontes experts	26 32,91%	21 46,67%	20 24,39%	11 73,3%	78 35,29%
Total de fontes autorizadas	23 29,11%	03 6,67%	17 20,73%	3 20%	46 20,81%

Passamos então a descrever as fontes autorizadas e seus papéis na cobertura analisada, para posteriormente abordarmos as fontes expert e as testemunhais.

Fontes autorizadas: tergiversação

Rotineiramente, o repórter confia em informações provenientes de fontes já constituídas e sistematicamente organizadas, sobretudo fontes que denominamos neste trabalho de autorizadas, ou seja, aquelas consagradas que representam instituições de poder, que exercem certo controle e que têm responsabilidades determinadas. Para Wolf, os jornalistas preferem fazer referência a fontes oficiais ou a ocupantes de posições institucionais de autoridade, que, presumidamente, têm maior credibilidade. Elas não podem mentir abertamente e são consideradas mais persuasivas em virtude de suas ações e opiniões serem oficiais. Entretanto, constatamos que a visibilidade deste tipo de fonte se modifica nas coberturas sobre desastres.

Ao contrário do que podemos supor, que cabe a elas tomar decisões na hora da crise e do caos, concluímos que há uma postura de tergiversação. As citações literais atribuídas às fontes autorizadas com função de representação institucional, política ou organizacional predominante-

mente enquadram-se nos efeitos *Opinar* e *Saber* (Quadro 3). E minoritariamente referem-se ao *Efeito de Decisão*. Entretanto, trata-se de efeitos de *Opinar* e de *Saber* genéricos, sem que responsabilidades sejam assumidas.

Quadro 3 - Efeitos valorativos das declarações das fontes autorizadas

	Época	Veja	IstoÉ	Carta Capital	Total de citações com a valoração	Porcentagem de cada valoração
<i>Opinião</i>	11	3	2	2	18	41,86%
<i>Saber</i>	7	-	8	2	17	39,53%
<i>Decisão</i>	5	0	3		8	18,60%
<i>Descrição</i>	-	-	-		-	-

As revistas as autorizam a falar de maneira dissimulada, como se não tivessem nenhuma responsabilidade pela catástrofe. Há um deslizamento das manifestações, de maneira a que o leitor não perceba que o próprio locutor, a autoridade, é quem deveria fazer o que ela mesma está propondo.

Para Serra (2015), é precisamente em relação às catástrofes que a natureza da política contemporânea se revela de forma clara, pois o político é obrigado a demonstrar que as catástrofes não se devem nem à sua ação nem à sua não ação – “que ele (político) é, paradoxalmente, um agente que é um não agente, um agente que está para lá do dilema entre acção e não acção”. Conforme o autor, verbos como “prever” ou “planificar” são, cada vez mais, substituídos por fórmulas como “esperamos que”, “acreditamos que”, que colocam a atividade entre a astrologia e a meteorologia. Ou seja, destaca-se a dissimulação.

“É a desgraça do populismo, a permissividade de deixar a ocupação de áreas de uma maneira irresponsável como se eles (políticos) fossem aliados dos mais pobres”

(IstoÉ, ed. 2149, jan. 2011), comentou o governador Sérgio Cabral, obviamente excluindo-se da culpa que aponta nos outros governantes. A própria presidente, Dilma Rousseff, reforça essa visão. “Ocupação irregular no Brasil não é exceção, é regra” (IstoÉ, ed. 2149, jan. 2011).

“Não houve aviso de que poderia haver aquela tragédia”, diz o prefeito de Teresópolis (Época, ed. 661, jan. 2011). “Tem que haver um treinamento prévio para que as pessoas sejam avisadas”, afirma o secretário do Meio Ambiente do Rio, Carlos Minc (Época, ed. 661, jan. 2011).

O discurso das fontes autorizadas nas matérias já surge despolitizado, integra uma situação em que não toma para si as responsabilidades que lhe cabem no momento presente. Partimos da noção de Charaudeau de que “toda a palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano” (2008, p. 8). “Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza” (2008, p. 40).

Nota-se que a estratégia de tergiversação é contínua nas declarações, com o deslocamento da responsabilidade do Poder Público para um lugar nebuloso. Constata-se que o *ethos* da competência, tão presente nas campanhas políticas, desaparece no discurso político frente à catástrofe, primeiramente, porque, diante de tamanhas proporções dos fatos, é difícil responsabilizar somente um campo social. Em segundo lugar, o próprio discurso político não pretende inferir que tenha alguma responsabilidade sobre os fatos. Em terceiro lugar, porque efetivamente as ações políticas, historicamente, não têm dado conta das questões ambientais que envolvem as catástrofes que estudamos. Assim, cabe à fonte auto-

rizada negar que pessoalmente tenha alguma responsabilidade sobre o fato. Retira-se da cena, colocando as ações possíveis num passado ou futuro distante, negando que integra um campo que detém a responsabilidade pela prevenção da tragédia.

No discurso de justificação, Charaudeau cita várias estratégias do político. Entre elas, a evocação do caráter não intencional do ato, buscando atenuar qualquer responsabilidade; o argumento de que tudo seguiu “a ordem natural das coisas”; o argumento da ignorância – que afirma que o sujeito não sabia das consequências dos seus atos ou, ainda, o argumento de que é impossível julgar atos do passado. Todos estes argumentos somados são encontrados no discurso das fontes autorizadas. Nessas coberturas, o discurso jornalístico se utiliza dessas citações para manter uma ideia difusa de um Estado ineficiente.

Fontes experts: postura crítica

As fontes experts, que detêm conhecimentos especializados e competências específicas, costumam ser bastante interpeladas na cobertura de desastres. Participam ativamente da cobertura e dedicam-se não só a explicar cientificamente os fatos, como é o esperado, mas nesta pesquisa destacam-se por suas declarações opinativas, avaliativas e propositivas. Os experts têm aparecido como fontes que determinam o enquadramento da matéria não só porque trazem informações consideradas científicas e legítimas mas porque pautam, inclusive, os questionamentos aos representantes do Poder Executivo. Em nossa pesquisa, comprovamos que o discurso jornalístico se utiliza dos efeitos de *Saber* da manifestação dos experts para construir um conhecimento sobre o fato, como é recorrente, mas tam-

bém para opinar de maneira crítica, questionando as fontes autorizadas, sobretudo aquelas ligadas ao Poder Público (Quadro 4).

Quadro 4 - Efeitos valorativos das declarações das fontes experts

	Época	Veja	IstoÉ	Carta Capital	Total de citações com a valoração	Porcentagem de cada valoração
<i>Saber</i>	16	19	14	5	54	60,00%
<i>Opinião</i>	16	5	7	7	35	38,88%
<i>Descrição</i>	1	0	0	0	1	01,11%
<i>Decisão</i>	0	0	0	0	0	-

A presença majoritária do papel de *Saber* quando são computadas as ocorrências nas quatro revistas confirma a práxis jornalística de contar com os experts para explicar o que aconteceu. O que surpreende nesses números é alta ocorrência da valoração do efeito *Opinião* que, neste caso, destina-se a um papel específico: apontar os culpados e atribuir responsabilidades pelos desastres.

Sponholz (2008) lembra que, do ponto de vista epistemológico, jornalistas e cientistas têm diferentes formas de acesso à realidade, com base, respectivamente, no singular e no universal. O jornalista pode conhecer mais sobre um fato isolado do que um cientista, mas talvez o jornalista tenha dificuldade em reconhecer certas conexões. “Nesse contexto insere-se o expert e o seu saber. Ele deve encaixar a peça que o jornalista encontrou no quebra-cabeça” (Sponholz, 2008). O protótipo do expert é o cientista. Para Sponholz, em situação de riscos, a presença de fontes competentes se impõe, pois elas organizam a compreensão do fato sem necessariamente terem que se posicionar. Além disso, os experts têm a imagem de fonte neutra que

não necessita ser confrontada. Entretanto, Sponholz lembra que há experts que pertencem a organizações que buscam influenciar na cobertura jornalística e, principalmente, nas políticas públicas. Há experts do tipo *newsmakers*, os do tipo *think tanks*, que pertencem a organizações que buscam influenciar na cobertura jornalística e nas políticas públicas, e os de tipo *newsshapers*, que se restringem a fornecer informações no âmbito interpretativo (Sponholz, 2008). Estes últimos seriam os experts típicos, supostamente desinteressados, enquanto os outros compõem o relato de um dos lados da história.

Em nossa pesquisa, mapeamos uma postura pouco usual das fontes experts: “O Brasil não é Bangladesh e não tem nenhuma desculpa para permitir, no século XXI, que pessoas morram em deslizamentos de terra causados por chuvas” (Carta Capital, ed. 630, jan. 2011). A crítica da consultora externa da ONU e diretora do Centro para Pesquisa da Epidemiologia de Desastre, Debarati Guha-Sapir, resume com precisão o absurdo da tragédia em questão.

“Ninguém mora em área de risco porque quer ou porque é burro, e sim porque não tem nenhuma opção de moradia para a renda que possui”, irrita-se a urbanista Raquel Rolnik (Carta Capital, ed. 630, jan. 2011).

“Estamos falando de décadas e décadas de administrações omissas”, diz o cientista político Luiz Werneck Viana. “Faltou às prefeituras fiscalizar as zonas em que as ocupações irregulares acontecem, faltou aos Estados desenvolver planos para essas regiões, faltou ao governo federal priorizar a questão do planejamento urbano e da habitação” (IstoÉ, ed. 2149, jan. 2011).

“Os governos só têm uma visão míope que só vale para os quatro anos de mandato”, critica David Zee, coordenador de mestrado em meio ambiente da universidade carioca Veiga de Almeida. “Estado, município e federação

tem obrigação de trabalhar de forma integrada. Mas todas essas esferas têm sido historicamente omissas” (IstoÉ, ed. 2149, jan. 2011).

Em situação de riscos, a presença de fontes competentes se impõe, pois elas organizam a compreensão do fato sem necessariamente terem que se posicionar claramente. Entretanto, nos casos analisados, foram justamente seus posicionamentos que chamaram atenção. As fontes do tipo expert apareceram no discurso das revistas como definidoras primárias (Hall, 1978).

Fontes testemunhais: descrição e emoções

Em geral, quem não exerce poder na sociedade, não ocupa cargo ou não tem representatividade econômica não tem voz na notícia, a menos que suas ações produzam efeitos noticiáveis moral ou socialmente negativos (Gans *apud* Wolf, 1999). Na cobertura de desastres, as fontes testemunhais têm papel fundamental. A elas cabe, sobretudo, comunicar a experiência de ter visto ou vivido uma situação extrema, ou seja, descrever.

As fontes testemunhais são consideradas aquelas que presenciaram o fato, que participaram diretamente da sua causa ou sofreram as consequências dele. Nas quatro revistas, as fontes testemunhais tiveram o papel prioritário de *Descrição*, seguido do papel de *Opinião*. Eventualmente suas declarações tiveram o papel de *Saber* e raramente tiveram o papel de *Decisão* (Quadro 5). Percebemos que determinadas posições costumam ser interditas para as fontes populares e testemunhais. Dificilmente uma matéria vai dar a palavra para que uma fonte testemunhal mostre uma opinião contundente e crítica sobre o fato ou poder de *Decisão* sobre o acontecido. A característica da fala do testemunho é a fala do urgente, do pungente, do desespero, do sofrimento e da busca de solução individual.

Quadro 5 - Efeitos valorativos das declarações das fontes testemunhais

	Época	Veja	IstoÉ	Carta Capital	Total de citações com a valoração	Porcentagem de cada valoração
<i>Descrição</i>	17	14	10	1	42	54,54%
<i>Opinião</i>	13	8	5	0	26	33,76%
<i>Saber</i>	0	2	5	0	7	09,09%
<i>Decisão</i>	0	2	0	0	2	02,59%

O *Efeito de Descrição* contribui para a reconstituição do fato, etapa fundamental da cobertura jornalística. Entretanto, trata-se de uma *Descrição* que envolve aspectos patêmicos dos desastres, pois é um discurso que informa e emociona ao mesmo tempo.

“Ainda sinto o cheiro daquela lama que descia pelo morro. Não consegui dormir desde então” (Veja, ed. 2200, jan. 2011).

“Eu só tinha um buraquinho para respirar. O cachorro da vizinha ouviu meus gritos e começou a latir. Foi quando me encontraram” diz a menina (Veja, ed. 2205, fev. 2011).

Richard Davidson, de 25, despertou com gritos dos vizinhos. “De repente, tudo começou a tremer debaixo de meus pés”, diz (Época, ed.288, jan. 2011).

Márcio Lopes, de 30 anos, acordou com o estrondo e foi até a janela. [...] “De repente começaram a descer pedra, madeira e muitas pessoas levadas pela correnteza”, diz Márcio (Época, ed. 228, jan. 2011). “Vi corpos na calçada, presos em galhos de árvores que a enxurrada trouxe, em todos os lugares”, diz (Época, ed.228, jan. 2011).

Constatamos que, quando as declarações das fontes testemunhais têm o *Efeito de Opinião*, elas se circuns-

crevem a manifestações pessoais que buscam algum tipo de conforto, como, por exemplo, declarações de que a pessoa sobreviveu para fazer o bem ou que a chuva não escolheu ricos ou pobres. Não se trata de opiniões mais críticas ao Poder Público ou aos problemas sociais que envolvem a tragédia. Para Charaudeau, as fontes de tipo testemunhal devem ser divididas entre cidadão reivindicador ou cidadão testemunha (2006, p. 194). Na pesquisa em questão, todas ficaram na categoria de testemunha.

O testemunho é a comunicação “que existe entre alguém que teve a experiência directa e imediata de um acontecimento ou de um fenómeno e que a comunica a outra pessoa que não teve a mesma experiência directa e imediata” (Rodrigues, 2010, p. 1). O efeito específico tanto do testemunho como da transmissão da experimentação é um efeito de natureza informativa, de dar a conhecer a alguém uma experiência a que não teve acesso, diz o autor. Aos que relatam a experiência, é imputada a fidelidade da transmissão.

Os testemunhos, ao longo da história do século XX, configuraram-se num tipo de discurso apropriado para as sociedades e grupos sociais que viveram situações traumáticas e necessitaram de espaços de expressão e de escuta e, em alguns momentos, transformaram-se num gênero, como, por exemplo, a chamada literatura de testemunho. O testemunho na mídia não constitui necessariamente um relato acabado ou uma recuperação da memória de fatos históricos. É, muitas vezes, um relato simultâneo ao acontecimento, com características efêmeras e fragmentadas, porém convocado a dar efeito de real ao discurso da notícia ou da reportagem.

O testemunho auxilia na reconstrução discursiva do acontecimento, mas é representado como alguém que não tem a noção do todo. Lage afirma: “Pode-se

testemunhar uma guerra sem presenciar uma batalha, assistindo a um pedaço de uma (dificilmente se terá acesso ao todo) ou vendo várias; do lado do vencedor ou do vencido; identificando-se com as vítimas ou com os agressores [...]” (2001, p. 12).

As fontes, especialmente as de tipo testemunhal, reforçam os efeitos de realidade pela interpelação de sua experiência. O testemunho emana de um *homo quotidianus*, como afirma Charaudeau (2006, p. 169). Com ele, a instância midiática parece ganhar em credibilidade: “A declaração relatada se reveste de um caráter de veracidade por ter como única finalidade descrever a realidade tal como foi vista e ouvida” (2006, p. 169).

As fontes de tipo testemunhal são irregulares, informais, desorganizadas e raramente integram a agenda de fontes dos jornalistas. Entretanto, muitas vezes, exercem a função de democratizar ou pluralizar a informação jornalística, retirando o fato de sua esfera estritamente institucional, oficial ou hegemônica. A fonte testemunhal difere das demais, porque não surge de uma autoridade ou de um conhecimento instituído, mas sim da opção do repórter de relatar um fato do ponto de vista de uma experiência individual. A parcialidade é outra característica do testemunho. Quanto menos imparcial for, mais envolvente será. O testemunhador “possui o privilégio exclusivo de deter o poder de controlar a veracidade de sua mensagem, pelo facto de ter experienciado directa e imediatamente os fenômenos e os acontecimentos que narra” (Rodrigues, 2010, p. 1).

As fontes testemunhais trazem as histórias de “interesse humano”. A história de uma vítima, por exemplo, muitas vezes é o fio condutor de narrativas sobre acidentes e catástrofes. Permite ao leitor “ver” a partir de um lugar trágico sem que ele tenha que viver a tragédia, o que lhe dá conforto, alívio e segurança.

Importante é ressaltar que aos testemunhos são interditas posturas e discursos explicativos, contextualizadores ou propositivos, ou, ainda, declarações que exprimam revolta, resistência ou oposição. De forma geral, o testemunho tem a função de demonstrar um fato ou situação, de ser uma prova cabal; afinal nele alguém relata o que viu ou ouviu ou sentiu. Os testemunhos baseiam-se, sobretudo, na representação da sensação bruta, do concreto, do imediato, do instrumental, e não operam com a explicação e o distanciamento dos fatos. A experiência é imputada sempre ao indivíduo e não a uma coletividade. Além do mais, essa vivência é representada como a fonte do sentido, como se fosse independente do discurso (Hartley, 2001, p. 106).

O testemunhador ascende à condição de fonte não pelos seus capitais (culturais, sociais, econômicos ou simbólicos). Quem fala, o faz a partir de sua experiência, e não a partir de seu capital. Por vezes, quem fala como testemunho fala justamente a partir da falta de capitais. Por isso, um efeito do testemunho no jornalismo é dar visibilidade a pessoas não corriqueiramente representadas na cena midiática. Em alguns casos, o capital que eleva alguém à condição de fonte é justamente sua expropriação ou sofrimento. Algumas estratégias tradicionais das fontes (como controlar ou seduzir) não funcionam no caso dos testemunhos, pois dificilmente estarão organizados socialmente e estrategicamente para pensar sua fala.

Considerações finais

As condições de produção do discurso jornalístico na cobertura de uma tragédia são bastante diferenciadas. Há uma política de visibilidade das fontes que varia na medida em que o tempo passa. Tão logo ecloda o problema, há uma escassez de fontes, uma profusão de dados

fragmentados e vários rumores, suposições e hipóteses. Ou seja, na medida em que o acontecimento se desenrola, a política de consulta a fontes se modifica e as fontes testemunhais, por exemplo, vão se tornando rarefeitas.

Mas em qualquer fase da cobertura, o discurso jornalístico vai disponibilizando posições a serem ocupadas pelas manifestações dos agentes sociais. As fontes jornalísticas constituem-se, nesta perspectiva, em locutores que ocupam essas posições já delineadas pelo campo jornalístico. No caso do discurso das revistas sobre desastres, o relato jornalístico constrange sistematicamente cada uma das fontes a lugares pré-determinados. A citação de cada tipo de fonte costuma ter um determinado efeito. As revistas abrem posições ligadas, sobretudo, a valores como poder, experiência e conhecimento. Há especificidades nessa tomada de palavra, como é o caso das fontes que teriam o papel social de decidir e não decidem e das fontes que teriam o papel de explicar, mas também são utilizadas para opinar e tensionar o Poder Público.

Para Sklodowska (1992), há uma relação entre informante e editor em termos de um “delicado balanço entre dar a voz ao outro e tomar a voz ao outro”, já que a voz somente pode ser dada a quem tem “uma história afim com o projeto do narrador oculto”. Assim, nossa reflexão concebe as fontes jornalísticas não como um lugar onde o jornalismo vai passivamente buscar dados para a apuração dos fatos, mas como posições discursivas que têm efeitos previstos. Algumas vezes são posições que se coadunam com os papéis tradicionais dos agentes sociais (como é o caso do expert que explica). Em algumas situações são posições que revelam um jornalismo tímido (como é o caso da fonte autorizada que tervigera). Outras vezes são posições de sujeito que priorizam os efeitos de descrição e efeitos patêmicos, mas não concedem a seus ocupantes um papel cidadão, como no caso das fontes testemunhais.

Entre os testemunhos, fontes majoritárias quando se analisam as quatro revistas, dominam os efeitos da *Descrição*. Entretanto, como afirma Sarlo (2007, p. 48), só uma fetichização ingênua da verdade testemunhal poderia outorgar-lhes um peso maior, “só uma confiança ingênua na primeira pessoa e na lembrança do vivido pretenderia estabelecer uma ordem presidida pelo testemunhal. E só uma caracterização ingênua da experiência exigiria para ela uma verdade mais alta”. Dessa maneira, já que as fontes testemunhais são tão caras na cobertura de desastres, cabe ao jornalismo refletir sobre os efeitos associados a esse tipo de citação e compor, assim, a rede explicativa do acontecimento catastrófico também abrindo papéis que ampliem suas possibilidades de *Opinião*. E, sobre as fontes autorizadas, impõe-se que o jornalismo privilegie um efeito de *Decisão* e não aceite a tergiversação como regra.

O jornalismo se utiliza das declarações das fontes com efeitos discursivos que podem ser análogos ao papel social costumeiramente atribuído, por exemplo, aos representantes do Poder Público, aos cientistas e à população, mas ele também pode orquestrar a construção do acontecimento catastrófico delegando a cada fonte outras posições de sujeitos e outros efeitos discursivos que ampliem a possibilidade de apuração sobre o desastre e, conseqüentemente, de conhecimento sobre suas causas e seus entornos.

Referências

- ALSINA, M. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, P. The political field, the social science field and the journalistic field. In: BENSON, R.; NEVEU, E. **Bourdieu and journalistic field**. Polity Press: Cambridge, 2005.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. Pathos. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371-372.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

- CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2008.
- DAMASCENO, D. **Me llamo Rigoberta Menchú**: heterogeneidade, hibridismo e relações de poder. Tese (Mestrado em Letras Neolatinas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- DUPUY, J. Ainda há catástrofes naturais? **Revista Análise Social**, vol. 41, n.181, p. 1181-1193, 2006.
- LOZANO ASCENCIO, C. **La expresión/representación de catástrofes a traves de su divulgación científica em los médios de comunicación social (1986-1991)**. Tese (Doutorado), Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004.
- LOZANO ASCENCIO, C. Aportaciones para uma historia del acontecer catastrófico. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Disponível em: <<http://www.ubi.bocc.pt>>. Acesso em: 11 dez. 2011.
- HALL, S. et al. **Policing the crisis**. London: Macmillan, 1978.
- HARTLEY, J. Experiência. In: O'SULLIVAN, T. et al. **Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura**. Piracicaba: Unimep, 2001, p. 139.
- LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MIGUEL, L. O jornalismo como sistema perito. **Tempo social**: Revista de Sociologia da USP, v. 11, n. 1, 1999.
- RAMOS, R. Heterogeneidade enunciativa no discurso sobre ambiente na imprensa portuguesa: funcionamento e efeitos do discurso direto. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 7, n. 1, p. 45-70, jan./abr. 2007.
- RIPLEY, A. **Impensável**: como e por que as pessoas sobrevivem a desastres. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- RODRIGUES, A. Comunicação e experiência. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-cataclismos-catastrofes.pdf> >. Acesso em: 18 mar. 2010.
- SAER, J. La mayor. In: **Cuentos completos (1957-2000)**. Buenos Aires: Seix Barral, 2012.
- SANTOS, J. Da perca do mundo à sociedade dos (mega) acontecimentos. **Trajectos**, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n. 8-9, 2005, p. 85-94.

SARLO, B. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SERRA, J. Cataclismos e catástrofes: reflexões acerca da relação entre sistema político e sistema mediático. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-cataclismos-catastrofes.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

SKLODOWSKA, E. **Testimonio hispanoamericano**: historia, teoría, poética. New York: Peter Lang, 1992.

SPONHOLZ, L. Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com experts. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, set/dez. 2008, p. 591-619.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.

Critérios de noticiabilidade na “Voz do Brasil”

Renato Delmanto

Este artigo tem como objeto de estudo a primeira parte do programa de rádio *Voz do Brasil*, que é de responsabilidade do governo federal. Criado há mais de 80 anos, o programa se propõe a informar a população a respeito das ações do Poder Executivo. Com transmissão obrigatória por todas as emissoras do país, a partir das 19 horas dos dias úteis, a *Voz do Brasil* possui um formato jornalístico, com dois apresentadores no estúdio, intervenções de repórteres e apresentação de matérias e entrevistas. Possui ainda diretrizes que regem a sua produção jornalística, que foram formalizadas a partir de 2005 e atualmente estão compiladas no *Manual de Jornalismo* editado pela EBC – Empresa Brasil de Comunicação, a estatal responsável pela produção do programa.

Essas diretrizes pregam que os jornalistas da *Voz do Brasil* devem se colocar a serviço do direito à informação da sociedade. A despeito disso, ao longo de sua história, o programa prestou-se ao papel de porta-voz do poder executivo federal, veiculando um conteúdo de interesse do governo ao invés de abordar temas de interesse dos cidadãos. Neste artigo, buscamos referências nos estudos sobre a noticiabilidade desenvolvidos por autores como Galtung & Ruge,

Golding & Elliott, Gans, Traquina e Wolf, para analisarmos o conteúdo veiculado pela *Voz do Brasil*, com o intuito de verificar como são adotados (ou se são adotados) esses critérios no processo de seleção das notícias pelo programa.

Contexto histórico da Voz do Brasil

O programa *Voz do Brasil* é o mais longevo do país. Foi criado em julho de 1935 pelo presidente Getúlio Vargas, com o nome de *Hora do Brasil*. Vargas era governador do Rio Grande do Sul em 1930, quando foi derrotado nas eleições nacionais pelo paulista Júlio Prestes. No entanto, suspeitas de fraude no pleito e o assassinato do paraibano João Pessoa (que tinha sido candidato a vice-presidente na chapa de Vargas) provocaram uma crise institucional no país. Os militares depuseram o então presidente Washington Luís, impediram a posse de Prestes e empossaram o político gaúcho na Presidência. Tinha início a Era Vargas.¹

Autor de medidas de forte apelo popular e com uma grande habilidade em falar para a população mais simples, Getúlio Vargas foi o primeiro político brasileiro a usar os meios de comunicação e a propaganda política com o objetivo de construir uma imagem pública – tanto que ficou conhecido como “o pai dos pobres”. Vargas vislumbrou o potencial que o rádio, um meio ainda nascente no Brasil, tinha para ser um dos pilares de seu projeto de propaganda oficial. A estratégia de comunicação varguista pretendia promover a integração nacional, eliminar a luta de classes (com medidas populistas em favor dos trabalhadores), difundir os discursos e principalmente os “feitos” do presidente voltados para os menos favorecidos.

¹ O movimento que levou Vargas ao poder reunia jovens políticos como Oswaldo Aranha e Flores da Cunha, políticos da velha guarda, entre eles Artur Bernardes e Venceslau Brás, e expoentes do Movimento Tenentista, como Juarez Távora e Miguel Costa (CPDOC, 1997).

Embora o governo Vargas não assumisse publicamente, seu projeto de comunicação guardava forte inspiração nos modelos de propaganda dos regimes nazista e fascista, vigentes à época na Alemanha e na Itália, respectivamente. E para que esse projeto fosse bem-sucedido, era necessário que o rádio se popularizasse rapidamente no Brasil. Vargas incentivou empresários a investirem no setor, concedeu licenças de emissoras para a iniciativa privada, regulamentou a exploração da propaganda radiofônica comercial e fomentou o desenvolvimento da indústria nacional, visando baratear os aparelhos receptores e substituir os equipamentos importados pelos nacionais.

Em 1937, um golpe de Vargas deu início à ditadura do Estado Novo, que perduraria até 1945. Sob o regime ditatorial, o programa *Hora do Brasil*² passou a ter transmissão obrigatória por todas as estações do país e tornou-se uma importante plataforma de divulgação do regime e da figura presidencial. Com a criação do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939, o programa passou a ser de responsabilidade desse órgão.³

A origem da *Voz do Brasil* na Era Vargas foi decisiva para que o programa ganhasse o rótulo de porta-voz do governo, ou de “chapa branca”, conforme o jargão jornalístico.⁴ Essa característica se manteve após o fim da ditadura Vargas, durante os governos da República Velha (1945-

2 O nome *Voz do Brasil* foi adotado no governo Dutra, que substituiu Vargas em 1945.

3 O DIP tinha a incumbência de difundir a ideologia do Estado Novo, coordenar a censura aos meios de comunicação e controlar as produções artísticas, como lembra Perosa (1995, p. 40).

4 Expressão que define veículos de comunicação alinhados aos interesses dos governos, uma metáfora que faz referência à frota oficial de automóveis, que é emplacada com chapas de cor distinta dos carros particulares.

1964), ao longo de todo o período militar (1964-1985) e também após a redemocratização do país, com a saída dos militares do poder e a consolidação da democracia, permanecendo até os dias de hoje. Apenas durante dois momentos específicos da história da *Voz do Brasil* experimentou-se praticar o jornalismo no programa: no primeiro ano do governo José Sarney (1985) e no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006).⁵

Este artigo pretende mostrar que a seleção de assuntos na primeira parte da *Voz do Brasil*, que é responsabilidade do Poder Executivo,⁶ não segue os mesmos critérios de noticiabilidade de outros veículos de imprensa. Essa hipótese é embasada na análise comparativa do programa com as edições correspondentes de três jornais de grande circulação – *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* (RJ) – para se verificar como temas de grande repercussão na imprensa e de interesse da sociedade em geral foram tratados no programa.⁷

O conceito de noticiabilidade

Diversos autores vêm se dedicando a estudar o campo jornalístico – a partir das teorias do jornalismo, da

5 Em 1985, a *Voz do Brasil* era subordinado à Empresa Brasileira de Notícias – EBN. O jornalista Carlos Marchi fora escolhido para presidir a empresa por Tancredo Neves (que não tomou posse na Presidência, tendo morrido em 1985), e adotou no programa um projeto jornalístico que previa até entrevistas com políticos da oposição. De 2003 a 2006, a Radiobrás, empresa responsável pelo programa, foi presidida pelo jornalista Eugênio Bucci, quando foram produzidos os primeiros documentos sobre os critérios jornalísticos a serem adotados na *Voz do Brasil*, editados em 2005.

6 O restante do programa é dedicado às duas Casas do Congresso Nacional, ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União.

7 Durante a pesquisa, o programa foi acompanhado diariamente de janeiro de 2013 a junho de 2015.

história do jornalismo, da análise do discurso, da produção da notícia, das narrativas. Para analisar o programa *Voz do Brasil*, adotamos o conceito que compreende o jornalismo como o ato de informar à sociedade fatos que sejam de interesse geral dos cidadãos. Essa compreensão – presente nas pesquisas de Galtung e Ruge, Golding e Elliott, Gans, Traquina, Wolf e Lage, entre outros – é também adotada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), no Código de Ética da profissão. Esse documento, elaborado em 2007, considera que “o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental” dos cidadãos e que “a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público”.

Numa perspectiva histórica do estudo do jornalismo, considerando os conceitos de *gatekeeper* e a teoria do agendamento (*agenda setting*), as notícias podem ser entendidas como a existência pública dos acontecimentos, o que se dá por meio da imprensa. O processo de produção da notícia se baseia nos critérios de noticiabilidade (*newsworthiness*, no termo em inglês) dos acontecimentos, a partir da avaliação de atributos como a novidade (quando o fato é inédito, portanto noticiável), a raridade (quando acontece o inesperado, conforme o clássico exemplo alegórico do homem que morde o cão), a relevância (a importância do acontecimento para a sociedade ou a posição hierárquica dos personagens envolvidos), a proximidade geográfica (se o fato ocorre próximo ao público do veículo) e a negatividade (a questão das *bad news* e das *good news*), entre outros.

O conceito de noticiabilidade orienta o trabalho jornalístico, permitindo uma avaliação dos acontecimentos com base em um conjunto de critérios que definem a aptidão de cada evento para virar notícia. Esses critérios se aplicam nas diferentes etapas da produção jornalística:

pauta, apuração, reportagem e edição. Num mundo ideal – sem a influência de fatores externos, nem das convicções pessoais dos jornalistas, nem das estruturas organizacionais e hierárquicas das empresas de comunicação –, a avaliação da noticiabilidade poderia ser baseada nos chamados valores/notícia.

Os valores/notícia são a qualidade dos eventos ou da sua construção jornalística, cuja ausência ou presença relativa os indica para inclusão num produto informativo. Quanto mais um acontecimento exhibe essas qualidades, maiores são as suas possibilidades de ser incluído (Golding; Elliott, 1979, p. 114. Tradução do autor).⁸

Esses valores/notícia são regras práticas que abrangem um *corpus* de conhecimentos profissionais em uma redação, e justificam as linhas-guia que orientam o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido e como dar prioridade na preparação das notícias a serem apresentadas ao público.

Para avaliar o processo de seleção de notícias pela *Voz do Brasil* e pelos jornais em pauta, optamos pelos conceitos de noticiabilidade baseados em critérios “substantivos”, que permitem uma avaliação menos subjetiva do que seriam temas de interesse da sociedade, *vis-à-vis* os interesses do Poder Executivo Federal e dos órgãos da administração direta.

Crériterios substantivos de análise da noticiabilidade

Mauro Wolf (2012) propõe uma análise da noticiabilidade a partir de quatro abordagens: a) características substantivas das notícias ou do seu conteúdo, uma cate-

⁸ Do original em inglês: “News values are qualities of events or of their journalistic construction, whose relative absence or presence recommends them for inclusion in the news product. The more of such qualities a story exhibits, the greater its chances of inclusion”.

goria de considera es que diz respeito a quanto o evento   apto a se transformar em notícia; b) disponibilidade de material e os cr terios relativos ao produto informativo, que se refere ao conjunto dos processos de produ o e de realiza o do trabalho jornalístico; c) o público, ou seja, a imagem que os jornalistas têm a respeito daqueles que serão destinatários das notícias; e d) a concorrência, que diz respeito às rela es entre os meios de comunica o de massa presentes no mercado (Wolf, 2012, p. 207).

Para efeitos desta análise, optamos por trabalhar com as características substantivas, que se articulam com base em dois fatores principais: a importância da notícia e o interesse gerado por ela. Esta análise será desenvolvida a partir de quatro variáveis: 1) o grau hierárquico dos envolvidos no acontecimento; 2) o impacto do fato sobre a na o e interesse nacional; 3) a quantidade de pessoas que o acontecimento envolve (direta ou indiretamente); e 4) a relevância do fato em rela o aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situa o (Wolf, 2012, p. 208-214).

Na primeira variável, quanto mais o acontecimento envolver ou interessar membros da elite política ou econômica, mais chance terá de se tornar notícia. "A hierarquia governamental   visível (...) e auxilia os jornalistas em sua avalia o de importância" (Gans, 1979, p. 147). O valor/notícia "importância" de um evento   definido com base em fatores como o grau de poder institucional, a visibilidade dos personagens (a capacidade de serem "reconhecidos" pelo público em geral) e o peso das organiza es envolvidas. Em rela o ao impacto sobre a na o e sobre o interesse nacional, Galtung e Ruge (1993, p. 63) sugerem a análise com base no valor/notícia "significatividade", ou seja, o potencial do acontecimento de influir ou incidir sobre os interesses do país. A terceira variável, quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente)

envolve, correlaciona-se diretamente com a anterior – pois há uma complementaridade entre o interesse social de um episódio e o número de pessoas atingidas. Gans (1979, p. 151) diz que quanto mais elevado for o número de pessoas envolvidas, mais importante será a notícia. Na quarta variável, relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação, avalia-se a capacidade de uma cobertura manter o interesse do público e, portanto, merecer uma cobertura prolongada.

Além dessas características substantivas, o processo jornalístico em qualquer redação é submetido a “restrições ligadas à organização do trabalho, sobre as quais se constroem convenções profissionais” (Wolf, 2012, p. 195). A noticiabilidade, portanto, está estreitamente ligada aos processos rotineiros e à padronização das práticas jornalísticas, que por sua vez são influenciados pela estrutura organizacional das empresas de comunicação. Os sistemas que regem o fazer jornalístico nas empresas funcionam a partir de uma ideologia dominante, que é socializada entre os que lá trabalham. No processo de avaliação da noticiabilidade, “a relevância de um acontecimento é determinada e comensurada com base nas exigências organizacionais do aparato” (Wolf, 2012, p. 265).

O contexto profissional-organizacional-burocrático das empresas exerce, portanto, uma influência decisiva nas escolhas feitas cotidianamente pelos jornalistas. Esse contexto influencia também as relações entre repórteres e editores, assim como as relações entre jornalistas e executivos das empresas de comunicação nas quais trabalham. Isso pode fazer com que essas relações tenham maior relevância para os jornalistas que os próprios leitores, conforme Warren Breed:

A fonte de recompensas do jornalista não está entre os leitores, que são manifestamente os seus clientes, mas

entre seus colegas e superiores. Em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, o jornalista redefine os próprios valores no nível mais pragmático do grupo redacional (Breed, 1999, p. 84. Tradu o do autor).⁹

No caso da *Voz do Brasil*, o fato de ser vinculado hierarquicamente   estrutura da Presidência da República permitiu a lenta dissemina o, entre sua equipe de jornalistas, de uma espécie de "consenso" baseado em uma falsa premissa, conforme Eugênio Bucci:

Por ser estatal e controlar emissoras de rádio e TV, a empresa existia para defender o governo e para preservar a imagem das autoridades. Formalmente, não há na *Voz do Brasil* qualquer orienta o para que o programa se preste a este papel (Bucci, 2008, p. 33).

Efetivamente, as políticas e manuais que já foram tornados públicos – incluindo o *Manual de Jornalismo* da EBC, lançado em 2013 e ainda em vigor – defendem a imparcialidade no trabalho jornalístico. O interesse da sociedade   destacado como o foco principal da atua o dos jornalistas da estatal:

O interesse da sociedade brasileira   o foco essencial do jornalismo da EBC, que deve se colocar a serviço do direito dos cidadãos   informa o correta e qualificada,   comunica o plural e diversificada e   liberdade de pensamento, opinião e consciência (EBC Serviços, 2013, p. 22).

No entanto, a influência do Poder Executivo se faz onipresente na *Voz do Brasil* desde os tempos do DIP da Era Vargas, quando todos os jornalistas sabiam o que se podia

⁹ Do original em inglês: "The newsman's source of rewards is located not among the readers, who are manifestly his clients, but among his colleagues and superiors. Instead of adhering to societal and professional ideals, he redefines his values to the more pragmatic level of the newsroom group".

e o que não se podia noticiar (Perosa, 1995, p. 47). Durante o regime militar, certos nomes de políticos e de personalidades eram rigorosamente censurados no programa – entre eles, figuras tão díspares como o ex-presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976) e o arcebispo de Olinda e Recife Dom Hélder Câmara (1909-1999). Já no fim do período militar, “o programa não ficou ileso às investidas grotescas do regime autoritário”, como a ordem para que fosse suprimida nos textos da *Voz do Brasil* a patente do general Golbery do Couto e Silva, sempre que o então ministro da Casa Civil fosse mencionado, ou para que os redatores acatassem os desejos de dona Dulce Figueiredo, esposa do então presidente João Figueiredo, e jamais a tratassem como “primeira-dama” na *Voz do Brasil*. Também, naquela fase, o programa foi proibido de se referir à residência oficial do presidente como Granja do Torto, “para evitar trocadilhos” (Perosa, 1995, p. 108).

Conforme declarado no site da EBC Serviços, o objetivo da *Voz do Brasil* é levar aos cidadãos “dos mais distantes pontos do país” notícias de seu interesse sobre o Poder Executivo. Mas, apesar da proposição de veicular notícias que sejam de interesse do cidadão, a análise do conteúdo do programa revela a influência exercida pela estrutura governamental sobre o trabalho jornalístico, o que faz prevalecer os interesses do poder constituído, conforme veremos nos exemplos a seguir.

Manifestações de junho de 2013

As manifestações de rua realizadas em 2013 começaram a ganhar vulto no dia 6 de junho, com protestos em quatro capitais contra o aumento de 20 centavos nas tarifas dos transportes públicos. Naquela noite, a cidade de São Paulo presenciou as primeiras cenas de depredação ao fim das manifestações. As capas dos jornais do dia seguinte destacaram essas cenas de violência.

Figura 1 - Capas dos jornais, 7/06/2013



Os protestos voltaram a ocorrer nos dias que se seguiram em São Paulo e em outras capitais, atraindo cada vez mais pessoas, e foram se tornando comuns os confrontos da polícia com os manifestantes e as cenas de depreda o de lojas e do mobiliário urbano (pontos de ônibus, telefones, lixeiras). Algumas das manifestações reuniram mais de um milhão de pessoas nas ruas. A cobertura da imprensa nacional crescia conforme aumentavam os protestos e se ampliavam as reivindicações.¹⁰

Na *Voz do Brasil*, entretanto, o tema foi ignorado durante doze dias, após a primeira grande manifestação. Só foi abordado no dia 18 de junho, três dias depois de a

10 As manifestações ocorreram às vésperas do início da Copa das Confederações, evento organizado um ano antes do Mundial de Futebol pelo país-sede. Além da questão das tarifas de transporte, os manifestantes passaram a reivindicar melhores condições de saúde e educação – questionavam os gastos oficiais com as obras voltadas para a Copa e pediam serviços públicos com o mesmo “padrão Fifa”, numa referência às exigências para a constru o e reforma de novos est dios, feitas pelo órgão que administra o futebol mundial.

presidente da República, Dilma Rousseff, ter sido vaiada pelo público presente ao Estádio Mané Garrincha, em Brasília, no jogo de abertura da Copa das Confederações. A vaia foi destacada pelos principais jornais. Mas não na *Voz do Brasil*. O programa oficial de rádio somente abordou o tema no dia seguinte a uma grande manifestação ocorrida em 17 de junho, quando centenas de milhares de manifestantes foram às ruas em diversas capitais.

Naquela noite, a Avenida Paulista, em São Paulo, foi tomada pela multidão; no Rio de Janeiro, manifestantes atacaram a sede da Assembleia Legislativa, no centro da cidade. Mas foi em Brasília que os manifestantes produziram uma das imagens mais icônicas de todo o movimento de junho de 2013, ao ocuparem o teto do Congresso Nacional, na Praça dos Três Poderes. A partir daquele dia, os políticos passaram a ser um dos principais alvos dos manifestantes.

A cena das pessoas sobre o Congresso foi reproduzida na capa dos principais jornais, que destacaram também nas manchetes o foco que se voltava aos políticos:

Figura 2 - Capas dos jornais, 18/06/2013



Além de somente abordar o assunto doze dias depois do início das manifesta es – ignorando os cr terios da noticiabilidade –, a *Voz do Brasil* optou nesta primeira abordagem por reproduzir trechos de discursos oficiais. A presidente da República referiu-se às manifesta es durante um discurso no Palácio do Planalto, diante de uma audiência formada por políticos e empresários. Na *Voz do Brasil*, a fala presidencial foi editada de forma a destacar trechos que tentavam “responder” às reivindica es. O discurso foi redigido cuidadosamente, utilizando-se do recurso da repeti o para ressaltar determinadas expressões de efeito (como “mensagem direta das ruas”). Percebe-se também que, em alguns trechos, a fala da presidente   interrompida pelos aplausos dos ouvintes, indicando a presença de uma plateia amistosa no Palácio:¹¹

Essa mensagem direta das ruas   por mais cidadania, por melhores escolas, por melhores hospitais, postos de saúde, pelo direito   participa o. Essa mensagem direta das ruas mostra a exigência de transporte público de qualidade e a preço justo. Essa mensagem direta das ruas   pelo direito de influir nas decisões de todos os governos, do Legislativo e do Judiciário. Essa mensagem direta das ruas   de repúdio   corrup o e ao uso indevido do dinheiro público. [aplausos] Essa mensagem direta das ruas comprova o valor intrínseco da democracia, da participa o dos cidadãos em busca de seus direitos. E eu queria dizer aos senhores: a minha gera o sabe quanto isso nos custou (Presidente Dilma Rousseff, no programa *Voz do Brasil* de 18 de junho de 2013).¹²

A inclusão do tema das manifesta es na pauta da *Voz do Brasil* apenas depois de passados doze dias do in -

11 Na cerim nia no Palácio do Planalto foi anunciado o projeto de lei do novo Código de Minera o.

12 As transcri es da *Voz do Brasil* aqui reproduzidas foram retiradas do site da EBC Serviços. Disponível em: <http://conteudo.ebcservicos.com.br/programas/a-voz-do-brasil/transcricoes_tpl>. Acesso em: 6 jun. 2015.

cio dos protestos indica que o programa não considerou o critério de “importância” da notícia, no que se refere ao impacto do fato sobre o interesse nacional e a quantidade de pessoas envolvidas. Durante esse período do mês de junho, nas grandes cidades, em razão das manifestações, empresas dispensaram funcionários mais cedo, escolas e faculdades cancelaram aulas e o comércio fechou as portas com receio de saques e depredações.

Indiferente ao impacto das manifestações sobre a rotina da população, a *Voz do Brasil* abordou o assunto apenas quando a presidente da República veio a público com um “discurso” cuidadosamente elaborado e pronunciado em um ambiente “controlado”, cercada de aliados e distante da população insatisfeita. Isso nos leva a deduzir que, ao dispensar os critérios de noticiabilidade, o programa não apenas abriu mão dos preceitos de seu *Manual de Jornalismo*, como tentou construir uma imagem de um governo aberto ao diálogo, a partir de técnicas das relações públicas – ao ressaltar a disposição governamental em ouvir a “mensagem das ruas”.

A administração da visibilidade através da mídia é uma atividade perseguida não somente nos períodos intensivos de campanhas eleitorais, ela faz parte também da própria arte de governar. A condução de um governo exige um contínuo processo de tomada de decisões sobre o que, a quem e como se pode tornar público. A tarefa de tomar e executar essas decisões pode ser confiada em parte a uma equipe especializada de assessores, responsáveis pela administração da relação entre governo e a mídia (Thompson, 2013, p. 181).

No caso da cobertura das manifestações na *Voz do Brasil*, o critério de seleção esteve mais ligado à agenda governamental do que ao desenrolar dos acontecimentos – ou à noticiabilidade dos fatos. Nos dias que se segui-

ram   primeira men o no programa, as manifesta es continuaram a acontecer e o assunto seguiu na capa dos jornais. Mas só seria abordado pela *Voz do Brasil* quando algum representante do governo tivesse algo a declarar, não merecendo nenhuma matéria factual. O programa não noticiou os novos protestos, nem a redu o das tarifas de transportes anunciada pelos prefeitos das capitais e governadores. Preferiu noticiar desonera es feitas pelo governo federal para o setor de transportes, anunciadas pelos jornalistas do programa como se elas fossem uma resposta às reivindica es das ruas. No entanto, algumas dessas medidas já haviam sido tomadas muito antes do início das manifesta es (incluindo uma desonera o feita em 2012, portanto sem valor/notícia):

As primeiras medidas começaram a valer ainda no ano passado, em junho de 2012. Por exemplo, a Cide, que   o imposto sobre os combustíveis, foi reduzido a zero. Em janeiro deste ano, veio a redu o m dia de 20% no preço da energia elétrica, que move trens e metr s. E para se ter uma ideia do como foi essa redu o, de acordo com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, a economia foi de R\$ 425 mil por mês em Belo Horizonte e de R\$ 600 mil em Recife (repórter Ricardo Carandina, no programa *Voz do Brasil* de 20 de junho de 2013).

Vale enfatizar, ainda, que essa participa o do repórter na *Voz do Brasil* destaca a economia que essas medidas geraram para as empresas, mas não os benefícios concretos para a popula o que   usuária do transporte público.

Debord, ao analisar a postura do poder espetacular, alerta para o uso da desinforma o por parte das autoridades:

Contrariamente   pura mentira, a desinforma o, e   nisto que o conceito   interessante para os defensores da sociedade dominante, deve fatalmente conter uma certa parte de verdade, mas deliberadamente manipulada por

um hábil inimigo. O poder que fala de desinformação não acredita estar ele mesmo absolutamente sem defeitos, mas sabe que poderá atribuir a toda a crítica precisa esta excessiva insignificância que está na natureza da desinformação; e que deste modo não terá de reconhecer nunca um defeito particular. Em suma, a desinformação seria um mau uso da verdade (Debord, 1997, p. 52).

O fato de a *Voz do Brasil* ter ignorado uma notícia de interesse nacional durante vários dias – ou de ter se referido a ela apenas de forma parcial e quando amparada por algum posicionamento oficial – pode indicar uma tentativa de convencer o público de que os acontecimentos nas ruas não eram tão noticiáveis, a despeito das evidências concretas como o comércio fechado, as escolas com atividades canceladas, o trânsito comprometido pelos protestos e as cenas de depredação e de repressão policial.

Considerando que se trata de um programa com transmissão obrigatória por todas as emissoras do país, o fato de a *Voz do Brasil* assumir como seu o discurso das autoridades faz do programa um porta-voz do governo de turno, quando deveria estar dedicado a defender os interesses dos cidadãos. E, como mostrado neste artigo, essa não é uma atribuição dos veículos de comunicação controlados pelo Estado.

Nenhum órgão de radiodifusão sob gestão do Estado pode virar defensor de um “ponto de vista” em detrimento de outros pontos de vista, mesmo que seja o ponto de vista do presidente da República. Quem oficialmente defende os governos são os porta-vozes, os ministros, a base de sustentação do governo no Congresso (Bucci, 2008, p. 259).

Uma postura assim por parte de um veículo oficial de comunicação poderia ser interpretada como um “discurso de propaganda”, conforme Ramonet:

Um discurso de propaganda é um discurso que tenta, criando fatos, ou então ocultando-os, construir um tipo de verdade falsa, o que está longe de ser o desígnio de nossos próprios sistemas informacionais. (...) Propriamente falando, o discurso de propaganda é um discurso de censura, mas a censura, em compensação, não é necessariamente da ordem da propaganda. Esta consiste em suprimir, amputar, proibir um certo número de aspectos dos fatos, ou mesmo o conjunto dos fatos, em ocultá-los, em escondê-los (Ramonet, 1999, p. 48).

Numa sociedade democrática, a atribuição principal de um veículo de comunicação vinculado ao Estado deve ser a comunicação pública, ou seja, aquela que é proporcionada pelos entes públicos, com o objetivo de ajudar os cidadãos a terem pleno conhecimento sobre os seus direitos. Jorge Duarte (2012, p. 59) define essa comunicação como aquela que ocorre no espaço de “interação entre agentes públicos e atores sociais”, envolvendo temas de interesse coletivo, e que assume a perspectiva do cidadão para garantir o direito à informação. Uma estatal como a EBC e um programa como a *Voz do Brasil* deveriam seguir essa diretriz.

Uma empresa pública de comunicação, que controla emissoras e agências de notícias, só tem razão de ser se atender o direito à informação. (...) Qualquer prática fora desse imperativo constitui uma usurpação (Bucci, 2006, p. 12).

Em seu *Manual de Jornalismo*, a estatal EBC reconhece o papel de suas emissoras e seus veículos, incluída aqui a *Voz do Brasil*, no sentido de garantir ao cidadão o direito de se informar sobre os temas de seu interesse:

A EBC considera que jornalismo é espaço público por onde são transferidas informações relevantes, com po-

tencial para alterar a realidade, que se sucedem no tempo e no espaço, objeto de interesse da coletividade (EBC Serviços, 2013, p. 21).

O documento da EBC que guia a atuação dos jornalistas e da *Voz do Brasil* recomenda ainda que as informações transmitidas pelo programa sejam acompanhadas de contextualizações e análises “confiáveis”,

apresentadas com linguagem clara, precisa e objetiva, que permita elucidação e esclarecimento de seus significados, de suas causas e de seus efeitos na sociedade. E, dessa forma, ofereçam aos indivíduos e sujeitos sociais melhores condições de agir e tomar decisões para transformar a realidade em benefício dos interesses coletivos (EBC Serviços, 2013, p. 21).

Os protestos de junho de 2013 perduraram ainda por algumas semanas, embora tenham perdido força com o passar do tempo. A “cobertura” das manifestações pela *Voz do Brasil* não seguiu as diretrizes do *Manual de Jornalismo* ao qual seus jornalistas estão submetidos. Ao invés disso, a análise do conteúdo veiculado revela um alinhamento do programa à agenda governamental e uma incorporação do discurso oficial ao texto jornalístico. O que denota um compromisso do programa com os interesses do governo, em detrimento dos interesses do cidadão e da defesa do direito à informação.

Considerações finais

Ao longo de quase toda a sua história, a *Voz do Brasil* prestou-se ao papel de veículo a serviço dos interesses do governo. Criado durante o governo de Getúlio Vargas, o programa moldou seu estilo editorial sob a ditadura do Estado Novo e foi influenciado pelos modelos de comunicação nazi-fascista. Essa característica de porta-voz do

governo perdeu mesmo nos períodos democráticos da história política do Brasil, embora seja notada de forma mais acentuada durante os regimes ditatoriais.

Nos casos recentes aqui analisados, verificou-se que essa característica persiste, a despeito da existência de diretrizes para o exercício do "jornalismo" no programa, elaboradas em 2013 e ainda vigentes. Conforme mostrado neste artigo, a *Voz do Brasil* ignora essas diretrizes ao evitar tratar de temas relevantes para a popula o, mas que não são de interesse do governo. Portanto, abre mão dos critérios de noticiabilidade usados pela imprensa para orientar o trabalho jornalístico.

O fato de o programa ser financiado com recursos públicos já não justificaria a ado o do discurso oficial em detrimento de uma comunica o de interesse público. Como além disso há uma obrigatoriedade da transmissão da *Voz do Brasil* por todas as emissoras do país, a ausência de critérios de noticiabilidade e a op o pela divulga o de uma agenda governamental minam qualquer legitimidade que o programa poderia reivindicar perante a sociedade.

Essa conjun o de fatores nos permite chegar   conclusão de que não se pratica o jornalismo na *Voz do Brasil*, mas sim uma comunica o institucional do governo federal.

Referências

BREED, Warren. Social Control in the Newsroom: a functional analysis. In: Tumber, Howard (Ed.). **News: a reader**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

BUCCI, Eugênio. Esclarecimentos e agradecimentos. In: NUCCI, Celso (Org.). **Manual de jornalismo da Radiob s**: produzindo informa o objetiva em uma empresa pública de comunica o, 2006.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas**: a guerra entre a chapa-branca e o direito   informa o no primeiro governo Lula. São Paulo: Record, 2008.

- CPDOC/FGV. **A Era Vargas 1º tempo**: dos anos 20 a 1945: anos de incerteza (1930-1937). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUARTE, Jorge. **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2012.
- EBC SERVIÇOS. Manual de Jornalismo da EBC. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/sites/default/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf> Acesso em: 12 abr. 2014.
- FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. Código de ética dos jornalistas brasileiros. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.
- GALTUNG, Johan; RUGE, Mari. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.
- GANS, Herbert. **Deciding what’s news**: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. Evanston: Northwestern University Press, 1979.
- GOLDING, Peter; ELLIOTT, Philip. **Making the news**. Londres: Longman, 1979.
- LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. São Paulo: Record, 2001.
- PEROSA, Lílian Maria. **A hora do clique**: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República. São Paulo: Annablume/ECA-USP, 1995.
- RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. São Paulo: Vozes, 1999.
- SOUSA, Jorge P. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. São Paulo: Vozes, 2013.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo** - Volume I: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

Fait divers e folhetim: a tênue fronteira entre literatura e jornalismo

Vera Helena Saad Rossi

Quando o jovem e provinciano Lucien de Rubempré expressava sua vontade de lançar-se no jornalismo, seus nove amigos do Cenáculo eram unânimes: para D'Arthez "seria a sepultura do belo, do suave Lucien", pois o novo poeta não resistiria "à constante alternativa de prazer e de trabalho de que é feita a vida dos jornalistas". Fulgêncio apoiava a opinião do amigo ao anatematizar o jornalismo como "um inferno, um abismo de iniquidades, de mentiras, de traições, que não se pode atravessar e de onde não se pode sair puro, senão protegido, como Dante, pelos louros divinos de Virgílio" (Balzac, 1978, p. 129).

Ainda assim, Lucien enveredou pelos caminhos tentadores do jornalismo. Seu "batismo" como jornalista ocorreu durante uma ceia, da qual participaram alguns jornalistas franceses e um diplomata alemão. A cena é permeada por aforismos, os quais, pelo escárnio, sugestionam um indelével pessimismo sobre o futuro da imprensa. O diplomata inicia o ataque, quando constata que naquela noite ceava com "leões e panteras" que lhes faziam a "honra de aveludar a pata".

A partir de então, os jornalistas, na tentativa desajeitada de defender seu ofício, acabam por concordar com o diplomata, ao que um deles, Blondet, conclui: “Se a imprensa não existisse, seria preciso não inventá-la, mas existe, dela vivemos”. Uma paródia à famosa frase de Voltaire: “Se Deus não existisse, seria preciso inventá-lo”.¹

Lucien de Rubempré é uma criação de Honoré Balzac, cuja obra *Ilusões perdidas*, escrita entre 1835 e 1843, focaliza a ascensão da imprensa francesa da década de 1820, formada pelo homem da sociedade burguesa. Balzac não oculta sua visão negativa e sarcástica acerca do mundo do jornal, visão esta personificada pelos jornalistas da obra. “

Seu pessimismo ante o jornalismo do mundo burguês, que, segundo Lukács, transformou a literatura em “simples mercadoria, objeto de troca”, é ainda avultado em outra obra: *Monografia da imprensa parisiense*, escrita pelo ficcionista em 1843 e publicada pela primeira vez em 1844 no *La grande ville, nouveau tableau de Paris, comique, critique et philosophique*. Na *Monografia*, Balzac critica a imprensa moderna inaugurada, por volta de 1836, por Émile de Girardin, fundador de *La Presse*, primeiro jornal político francês acessível ao grande público, em virtude da introdução da publicidade em suas páginas, que garantiu a venda do jornal por um preço módico.

Diferentemente de *Ilusões perdidas*, cuja composição, inerente a um romance, abrange diversos enunciados: a *Monografia da imprensa parisiense* – como sugere o sentido etimológico da palavra monografia, *monos* (um só) e *graphein* (escrever): dissertação a respeito de um assunto único – concentra-se única e exclusivamente na visão sagaz e cáustica de Balzac sobre a imprensa parisiense do século XIX.

¹ “Si Dieu n’existait pas, il faudrait l’inventeur” (Voltaire, *Épître à l’auteur des trois imposteur*).

A imprensa descrita por Balzac, entretanto, compreende toda a ordem *Gendelettre* (homens das letras) e não se limita aos jornalistas. Ao criticar os jornais, Balzac critica, por conseguinte, a literatura. Isso porque, conforme veremos a seguir, não havia, no século XIX, uma fronteira nítida entre a literatura e o jornalismo. Além disso, tanto os escritores como os grandes intelectuais da época encontravam nas páginas dos jornais um espaço para a publicação e divulgação de sua obra.

Fait divers

No tocante à produção jornalística da época, convém destacar uma curiosa frase presente tanto em *Ilusões perdidas* quanto em *Monografia da imprensa pariense*: “Para o jornalista, tudo que é provável é verdadeiro”.

José Miguel Wisnik tece uma interessante observação sobre esta frase ao compará-la ao conceito aristotélico da verossimilhança, em que “a obra do poeta não consiste em contar o que aconteceu, mas sim coisas que podiam acontecer, possíveis do ponto de vista da verossimilhança ou da necessidade” (Aristóteles, 1997).

Aristóteles difere o historiador do poeta, pois um narra acontecimentos e o outro, fatos que poderiam acontecer. Surpreendentemente, Balzac aproxima o jornalista, que narra acontecimentos, do poeta. O jornalista passa a narrar, então, acontecimentos que poderiam acontecer (Wisnik, 1992, p. 327).

No que tange ao conceito de verossimilhança, o autor de *Monografia* tece uma observação interessante sobre os *canards*:

É nas Notícias Breves que se produzem os *Canards*. [...] A relação do fato anormal, monstruoso, impossível e verdadeiro, possível e falso, que servia de elemento aos *Canards*, foi chamada então nos jornais de *Canard*,

com tanta razão pelo fato de que não é feito sem penas, e que pode ser colocado em qualquer molho (Balzac, 2004, p. 52-53).²

De acordo com a pesquisadora Marlyse Meyer (1996, p. 98), *canards* correspondem à “tradicional modalidade de informação popular”. Balzac localiza tal modalidade no possível e falso aproximando-a da poesia, conforme a definição aristotélica.

Os *canards* ganham nova carga literária quando, na década de 1860, conforme informa Meyer, são rebatizados e reinterpretados pelo *Le Petit Journal* – primeiro jornal a ser vendido de forma avulsa pelo preço de um sou (um tostão) – no intento de atrair mais leitores. Sob o novo nome, *fait divers*, eles passam a corresponder à “notícia extraordinária, transmitida em forma romanceada, num registro melodramático” (Meyer, 1996, p. 98).

Barthes, ao discorrer sobre o *fait divers*, classifica-o como literatura, ainda que uma literatura “considerada má”. Após delimitar a estrutura do *fait divers* pela relação entre o acontecimento e a causalidade ou a coincidência, Barthes conclui que o *fait divers* se constitui pela junção de dois movimentos: a causalidade aleatória e a coincidência ordenada. Ambos, para ele, acabam por recobrir “uma zona ambígua onde o acontecimento é plenamente vivido como um signo cujo conteúdo é, no entanto, incerto” (2003, p. 63). É o que Barthes chama de mundo da significação, daí a comparação com a literatura.

Tal comparação é pertinente, sobretudo se considerarmos que, de acordo com Marlyse Meyer (1996, p. 99), a página de *faits divers* é a única que não envelhece:

2 De acordo com João Domenech, literalmente *canard* é “pato” em francês, mas significa também “boato” ou um “pasquim”. Daí o trocadilho com penas.

Se é impossível, hoje, ao ler um jornal antigo, compreender algum fato político sem recorrer ao contexto, sem apelar para nosso conhecimento histórico, a leitura de um *fait divers* ainda pode, cem anos depois, causar os mesmos arrepios ou espanto. O relato desse tipo de crônica se caracteriza por sua intemporalidade e constitui uma informação “imaneente”, total, que contém em si mesma todo seu saber.

Convém pontuarmos que, ainda que Meyer situe o *fait divers* no ano de 1860, a pesquisa de Danilo Angrimani Sobrinho, embasada por Monestier e Romi, evidencia um comércio de *fait divers* já florescente na França 300 anos antes da indústria dos *canards* românticos. Théophraste Renaudot, fundador da *Gazette de France* em 1631, lança “edições ‘extraordinárias’ de grandes tiragens, consagradas aos *fait divers* sensacionais” (Angrimani, 1995, p. 27). Aliás, Monestier e Romi, autores dos livros *Fait divers* e *Histoire des fait divers*, como aponta Angrimani (1995), acreditam que muitas obras-primas da literatura, como *Madame Bovary* e *O vermelho e o negro*, foram baseadas em *fait divers*.

Assim, o *fait divers* do dia 22 de julho de 1827, em que o seminarista Antoine Marie Berthet entra na igreja de Brangues e fere gravemente com um tiro de pistola madame Michoud de la Tour, é recuperado e, sob a estrutura de *fait divers*, é construído, por Stendhal, no romance *O vermelho e o negro* (Angrimani, 1995, p. 29).

E ainda, a despeito de o autor ter negado que seu livro tivesse sido inspirado em *fait divers*, Emma Bovary, de Flaubert, seria muito semelhante a Delphine Couturier, mulher do médico Delamare, que vivia em Ry, região muito parecida com a descrita por Flaubert.

Já o *fait divers* do *Le Petit Journal* chegou a fazer concorrência com o folhetim, que, na época, ocupava o

lugar de honra no jornal, como veremos, e, muitas vezes, chegou a superá-lo nas tiragens.

Folhetim

O folhetim correspondia à página do jornal reservada à ficção, em que era possível treinar a narrativa, uma vez que se aceitavam “mestres e noviços do gênero, histórias curtas ou menos curtas” e adotava-se “a moda inglesa de publicações em série” (Meyer, 1996, p. 58). Aliás, nem o folhetim foi poupado pela pena afiada do autor de *Monografia*:

Geffroy foi o pai do folhetim. O folhetim é uma criação que só pertence a Paris, e só pode existir em Paris. Em nenhum país poder-se-ia encontrar esta exuberância do espírito, esta zombaria em todos os tons, estes tesouros de razão gastos loucamente, estas existências que se dedicam ao estado de confusão, a uma parada semanal incessantemente esquecida, e que deve ter a infalibilidade do almanaque, a leveza da renda, e decorar com um cortinado o vestido do jornal todas as segundas-feiras (Balzac, 2004, p. 115).

O Geffroy citado por Balzac é na verdade o Abade Geoffroy, do *Journal des Débats*, criador do folhetim, (*feuilleton* – *feuille*: folha). O vocábulo *feuilleton* apareceu pela primeira vez em 1790 (Moisés, 1974, p. 230). Segundo Meyer, *le feuilleton* designava inicialmente um lugar determinado do jornal: o *rez-de-chaussée* — rés-do-chão, rodapé –, geralmente o da primeira página:

Tinha uma finalidade precisa: era um espaço vazio destinado ao entretenimento. E pode-se já anteciper, dizendo que tudo o que haverá de constituir a matéria e o modo da crônica à brasileira já é, desde a origem, a vocação primeira desse espaço geográfico do jornal, deliberadamente frívolo, oferecido como aos leitores afugentados pela modorra cinza a que obrigava a forte censura napoleônica (Meyer, 1996, p. 57).

Se antes designava um espaço vazio para o entretenimento, após a revolução burguesa de 1830, o *feuilleton* ganha o “lugar de honra do jornal”, quando Émile de Girardin e seu ex-sócio Dutacq percebem suas vantagens financeiras. É inaugurado, assim, o romance publicado em série no jornal diário:

Brotou assim, de puras necessidades jornalísticas, uma nova forma de ficção, um gênero novo de romance: o indigitado, nefando, perigoso, muito amado, indispensável folhetim “folhetinesco” de Eugène Sue, Alexandre Dumas pai, Soulié, Paul Féval, Ponson du Terral, Montépin etc (Meyer, 1996, p. 59).

Tratava-se de longas narrativas dispostas em capítulos, cuja receita “continua no próximo número” servia de isca para atrair e segurar os “indispensáveis assinantes”. Aliás, um fato curioso: Balzac não somente era grande admirador de Eugène Sue, um dos maiores folhetinistas do seu tempo, a ponto de não hesitar em pedir-lhe conselhos, como também foi o primeiro a testar o modelo folhetinesco, com “La vieille fille”, em outubro de 1836.

Na concepção de René Guise, a *Comédia humana* “não teria certamente a fisionomia que conhecemos se as condições particulares criadas pelo romance-folhetim não tivessem contribuído para modelá-la” (Guise apud Meyer, 1996, p. 83). O que nos induz ao seguinte paradoxo: a literatura de Balzac se estabelece por intermédio do jornalismo que tanto critica.

Se na França encontramos grandes escritores folhetinescos, no Brasil não será diferente: grandes escritores oitocentistas brasileiros também escrevem para folhetins – entre eles, José de Alencar, Aluísio Azevedo e Machado de Assis.

Rocamble em terras brasileiras

O folhetim chega ao país em 1838, com a publicação de *Capitão Paulo*, de Alexander Dumas. Entre 1839

e 1842, “os folhetins-romances são praticamente cotidianos no *Jornal do Comércio*” (Meyer, 1996, p. 283). Vale ressaltar um dado relevante da pesquisa de Marlyse Meyer: a presença do romance folhetim na imprensa feminina. Isso porque “foram muitas as mulheres do século XIX que não só se preocuparam em ocupar um lugar ao sol aspirando às belas-letas, traduzindo, criando, mas também preocupadas em divulgar ideias próprias sobre sua condição, recorrendo a jornais ou fundando-os elas mesmas” (1996, p. 297).

Meyer define como jornais femininos “aqueles que, fundados e dirigidos por mulheres, pretendiam, de uma forma ou outra, colocar questões a elas atinentes”, de forma que os “subtítulos, os editoriais, a personalidade de suas diretoras e redatoras parecem postular propostas diversas, mas um exame ainda que superficial não esconde que estivessem todos atravessados pela questão educacional” (1996, p. 298). A pesquisadora cita como exemplo o *Jornal das Senhoras* (1º de janeiro de 1852 a 30 de dezembro de 1955), do qual destaca uma carta da fundadora e redatora do periódico, Joana Paula Manso de Noronha, aos assinantes:

Ora pois, uma Senhora à testa da redação de um jornal! Que bicho de sete cabeças será? [...] A sociedade do Rio de Janeiro [...] acolherá decerto com satisfação e simpatia o *Jornal das Senhoras*, redigido por uma senhora mesma, por uma americana que, se não possui talentos, pelo menos tem a vontade e o desejo de propagar a ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher (Noronha apud Meyer, 1996, p. 299).

Meyer (1996, p. 298) pontua que o *Jornal das Senhoras*, assim como os demais jornais femininos, abre espaço à produção literária feminina, além de várias reinvin-

dicações, como a emancipação da “tirania marital”, o voto das mulheres, entre outras, sem, contudo, “esquecer que a mulher é mãe, educadora do filho, e portanto cidadão do amanhã, a rainha do lar em suma”.

Assim, apesar de o romance e o folhetim estarem sempre associados à contumaz frivolidade da “gentil leitora”, eles não serão desdenhados por essa “imprensa feminista de veleidades militantes, pois sua leitura tem seu papel nessa redefinição da mulher”.

Entretanto, o romance-folhetim não deixa de ser menosprezado pelos próprios folhetinescos brasileiros, de modo que não nos surpreende o capítulo LXI “Onde o autor põe o nariz de fora”, do folhetim publicado em 1882 em *Folha Nova*, intitulado “Mistério da Tijuca” (a semelhança com o título *O Mistério de Paris*, de Eugène Sue, não é mera coincidência), em que o autor, Aluísio Azevedo, satiriza:

Leitor! Parece que te vás pouco a pouco adormecendo com o descaminho que demos ao filamento primordial deste romance [...] se te sentes aborrecido [...] fala-nos com franqueza em uma carta [...] que nós tomaremos a heróica solução de apressarmos o passo e quanto antes te lançaremos ao nariz o desfecho da obra [...]

[...] Diremos logo com franqueza que todo nosso fim é encaminhar o leitor para o verdadeiro romance moderno. Mas [...] sem que ele dê pela tramóia. [...] É preciso ir dando a cousa em pequenas doses [...] Um pouco de enredo de vez em quando, uma situação dramática [...] Depois, as doses de romantismo irão gradualmente diminuindo, enquanto as de naturalismo irão se desenvolvendo; até que, um belo dia, sem que o leitor o sinta, esteja completamente habituado ao romance de pura observação e estudos de caracteres.

No Brasil [...] os leitores estão em 1820, em pleno romantismo francês, querem o enredo, a ação, o movimento; os críticos porém acompanham a evolução do

romance moderno e exigem que o romancista siga as pegadas de Zola e Daudet. Ponson du Terrail é o ideal daqueles; para estes Flaubert é o grande mestre. A qual dos dois grupos se deve atender? Ao de leitores ou ao de críticos?

Estes decretam, mas aqueles sustentam. Os romances não se escrevem para a crítica, escrevem-se para o público, para o grosso público, que é o que paga (apud Meyer, 1996, p. 306-307).

A considerar que *Rocamboles*, o famoso herói de Ponson du Terrail, é retomado na década de 1870 pelo *Jornal do Comércio*, e ganha nova tradução nos anos 1880, as lucubrações do autor do *Cortiço* no tocante ao gosto do “grosso público” são pertinentes.

Todavia, no que concerne ao “grosso público” há outro fator a ser ponderado que, inclusive, distancia o folhetim brasileiro do folhetim francês. Como mostra o primeiro recenseamento da população do Brasil, realizado em 1872, apenas 18,6% da população livre e 15,7% da população total, incluindo os escravos, sabiam ler e escrever. Em 1890, a porcentagem cai para 14,8% (Guimarães, 2004, p. 66). O recenseamento revela nos interstícios dos números a árdua realidade dos escritores brasileiros do século XIX, que, além de competirem com os autores europeus, se encontram isolados ante um público escasso.

Machado de Assis já demonstra sua apreensão frente ao número ínfimo de leitores do Brasil de 1800 em crônica publicada na *Semana Ilustrada* do dia 15 de agosto de 1876:

E por falar neste animal [o burro], publicou-se há dias o recenseamento do Império, do qual se colige que 70% da nossa população não sabe ler.

Gosto dos algarismos, porque não são de meias medidas nem de metáforas. Eles dizem as coisas pelo seu

nome, às vezes um nome feio, mas não havendo outro, não escolhem. São sinceros, francos, ingênuos. As letras fizeram-se para frases; o algarismo não tem frases, nem retórica.

Assim, por exemplo, um homem, o leitor ou eu, querendo falar do nosso país, dirá:

– Quando uma Constituição livre pôs nas mãos de um povo seu destino, força é que este povo caminhe para o futuro com as bandeiras do progresso desfraldadas. A soberania nacional reside nas Câmaras; as Câmaras são a representação nacional. A opinião pública deste país é o magistrado último, o supremo tribunal dos homens e das coisas [...]

A isto responderá o algarismo com a maior simplicidade:

– A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância [...]

Replico eu:

– Mas, Sr. Algarismo, creio que as instituições...

– As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: “consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação”; mas – “consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%”. A opinião pública é uma metáfora sem base; só há a opinião dos 30%. Um deputado que disser na câmara: ‘Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem...’ dirá uma coisa extremamente sensata.

E eu não sei que se possa dizer ao algarismo, se ele falar desse modo, porque nós não temos base segura para os nossos discursos, e ele tem o recenseamento (apud Guimarães, 2004, p. 102-103).

Não se sabe se propositalmente (o que modifica completamente o sentido do texto), mas o autor cometeu um equívoco ao apontar como 70% o número de analfabe-

tos do país. Como vimos, este correspondia a cerca de 84% da população brasileira.

Segundo Hélio de Seixas Guimarães (2004, p. 103), Machado de Assis – que passa a escrever como folhetinista a partir de 1860, quando assume a crítica de teatro no *Diário do Rio de Janeiro* – tem seu romance *Helena* publicado em folhetim pelo *O Globo* no exato momento em que escreve a crônica, além de já contar com dois livros publicados: *Ressurreição* e *A mão e a luva*, este último impresso em folhetim antes de sair em livro.

E ainda, no que concerne ao “grosso público”, nota-se que a preocupação com o leitor, ou com os seus cinco leitores – como o afirma no prólogo de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* – permeia toda a obra de Machado de Assis, que dialoga com estes, chegando a chamá-los de “leitor dos meus pecados” (*Esaú e Jacó*) ou mesmo “leitor das mi-nhas entranhas” (*Dom Casmurro*).

Se nos estendermos às publicações nos jornais, observaremos ainda uma preocupação com o leitor de livro e com o leitor de jornal, como leitores distintos. Sobre esse tema, Juracy Assmann Saraiva (2008) desenvolve um interessante estudo comparativo entre a publicação de *Quincas Borba* na revista *A Estação*, entre 15 de junho de 1886 e 15 de setembro de 1891, e a primeira edição do romance em livro, lançada no final de setembro de 1891.

Conforme ressalta, em ambas as versões, preserva-se a história de Rubião, “o ingênuo professor de Minas que almeja brilhar na corte do Rio de Janeiro, apoiado na fortuna e na filosofia herdadas de Quincas Borba, mas que, ao se submeter a um processo de reificação, chega à miséria e à loucura”, porém, percebem-se “mudanças significativas que distinguem estruturalmente e discursivamente os dois textos”:

A alteração da ordem de exposição dos acontecimentos, a desarticulação da sequência evolutiva dos episódios,

a condens o ou a fusão de capítulos e a supressão ou o acréscimo de episódios são algumas das mudanças que Machado imprime ao texto formatado em livro ao reelaborar a versão que fora publicada em fascículos (Saraiva, 2008, p. 199-200).

Segundo a pesquisadora, já do início do livro o diferencia do folhetim, porquanto o romance em livro   principiado com o episódio que recobre no folhetim os capítulos XX, XXI, XXII e parte do XXIII. Saraiva também cita como exemplo a supressão e a condens o de alguns capítulos do folhetim, tais como a jun o dos capítulos I, III, II e IV do folhetim para comporem, respectivamente, os capítulos IV e V do livro, entre outras modifica es. Ao que, por fim, conclui:

Os diferentes processos de transforma o aqui evidenciados revelam o posicionamento est tico de Machado de Assis. Ao redigir a segunda versão do romance *Quincas Borba*, ele analisa o modelo que concebera sob orienta o de um determinado gênero e em fun o de um determinado veículo e verifica sua inadequa o em face do outro suporte material e de um receptor diferente. Contrapõe a transitividade do folhetim   permanência do livro; a leitura em partes, que concorre com anúncios de produtos comerciais e com indica es de modelos de toaletes,   leitura continuada que pode recuperar lacunas pelo retorno de si mesma; o leitor superficial, que persegue a aventura e o entretenimento, ao leitor crítico-reflexivo (Saraiva, 2008, p. 222).

De fato, há certo empenho do autor de *Quincas Borba* em adequar sua escrita ao suporte material, mas não podemos nos fechar nas conclusões da pesquisadora. Antes, faz-se necessário acrescentarmos aqui a rela o entre Machado de Assis e o jornal. Para Roberto Schwarz, os traços inerentes ao folhetim, como a disposi o sumária sobre os diferentes assuntos, o grande número deles e

a passagem inevitavelmente arbitrária de um a outro, a expressar a “situação aleatória e spleenética do indivíduo contemporâneo” (Schwarz, 1990, p. 217), estão presentes nas obras da segunda fase de Machado de Assis (a partir de *Memórias póstumas de Brás Cubas*). Assim, “o amálgama entre atualismo e futilidade” característico do jornalismo também determina o narrador volúvel machadiano.

Ademais, há que se considerar a opinião do próprio Machado de Assis acerca do jornal expressada na crônica “O jornal e o livro” – *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 10 e 12 de janeiro de 1859. Diferentemente de Balzac e de muitos de seus colegas de ofício, aqui, o autor de *Dom Casmurro* revela uma visão positiva sobre tal veículo de comunicação, a ponto de prenuenciar o aniquilamento do livro diante deste. O texto é longo, mas contém trechos de extrema relevância que convém ser reproduzidos:

[...]

O jornal matará o livro? O livro absorverá o jornal?

A humanidade desde os primeiros tempos tem caminhado em busca de um meio de propagar e perpetuar a idéia. Uma pedra convenientemente levantada era o símbolo representativo de um pensamento. A geração que nascia vinha ali contemplar a idéia da geração aniquilada.

[...]

O meio, pois, de propagar e perpetuar a idéia era a arte. [...] A catedral é mais que uma fórmula arquitetônica, é a síntese do espírito e das tendências daquela época. A influência da Igreja sobre os povos lia-se nessas epopéias de pedra; a arte por sua vez acompanhava o tempo e produzia com seus arrojos de águia as obras-primas do santuário.

[...]

Era, porém, preciso um gigante para fazer morrer outro gigante. Que novo parto do engenho humano veio nu-

lificar uma arte que reinara por séculos? Evidentemente era mister uma revolução para apeiar a realza de um sistema; mas essa revolução devia ser a expressão de um outro sistema de incontestável legitimidade. Era chegada a imprensa, era chegada o livro.

[...]

Mas restabelecamos a questão. [...] O livro era um progresso; preenchia as condições do pensamento humano? Decerto; mas faltava ainda alguma cousa; não era ainda a tribuna comum, aberta à família universal, aparecendo sempre com o sol e sendo como ele o centro de um sistema planetário. A forma que correspondia a estas necessidades, a mesa popular para a distribuição do pão eucarístico da publicidade, é propriedade do espírito moderno: é o jornal.

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções.

O jornal apareceu, trazendo em si o gérmen de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica [...].

O jornal, *literatura quotidiana*, no dito de um publicista contemporâneo, é reprodução diária do espírito do povo, o espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos, onde se reflete, não a idéia de um homem, mas a idéia popular, esta fração de idéia humana.

[...]

Isto posto, o jornal é mais que um livro, isto é, está mais nas condições do espírito humano. [...]

[...] O jornal, abalando o globo, fazendo uma revolução na ordem social, tem ainda a vantagem de dar uma posição ao homem de letras; porque ele diz ao talento: "Trabalha! Vive pela idéia e cumpres a lei da criação!". Seria melhor a existência parasita dos tempos passados, em que a consciência sangrava quando o talento com-prava uma refeição por um soneto?

Não! Graças a Deus! Esse mau uso caiu com o dogma junto do absolutismo. O jornal é a liberdade, é o povo, é a consciência, é a esperança, é o trabalho, é a civilização. Tudo se liberta; só o talento ficaria servo?

[...]

Quem enxergasse na minha idéia uma idolatria pelo jornal teria concebido uma convicção parva. Se argumento assim, se procuro demonstrar a possibilidade do aniquilamento do livro diante do jornal, é porque o jornal é uma expressão, é um sintoma de democracia; e a democracia é o povo, é a humanidade

[...] (Assis, 1997, p. 943-948).

Interessante como o ponto de vista machadiano é oposto ao balzaquiano. Aqui o escritor brasileiro defende o que lá o escritor francês execra.

Machado arrisca um olhar novo sobre o veículo de difusão de seus trabalhos. Por certo que há uma dose de exagero em sua previsão: como bem o sabemos, o jornal não matou o livro. A previsão, entretanto, assinala a forte influência do jornal sobre a produção literária do período, a ponto de se chegar a cogitar o fim do livro.

Conclusão

O surgimento da imprensa popular no século XIX estreita a ligação entre jornalismo e literatura. Conforme constatamos, o caráter polissêmico e ambíguo das notícias populares as aproximava do campo literário. Não por acaso os *fait divers* inspiraram romances clássicos, entre eles *O vermelho e o negro* e *Madame Bovary*.

Além do *fait divers*, vimos que os folhetins também tiveram importante papel no imbricamento entre o jornalismo e a literatura. Malgrado a crítica de alguns, grande parte dos ficcionistas oitocentistas trilha o mesmo caminho: as primeiras publicações de suas obras nas páginas dos jornais.

Muitos pesquisadores pontuam ainda a relevância dos jornais na formação das ficções desses escritores, entre eles Machado de Assis e Balzac, a ponto de condicionar sua escrita às publicações semanais em jornais.

O profícuo diálogo entre a literatura e o jornalismo no século XIX influenciou a urdidura das linguagens nos dois suportes, reestruturando os gêneros. Os romances de folhetim remodelaram o romance nas características que conhecemos hoje. A linguagem jornalística foi também reconstruída nos jornais populares sob a pena de escritores. Vale lembrar que não existia uma clara distinção na época entre literatura e jornalismo, e, destarte, entre ficção e realidade.

Literatura e jornalismo se imiscuem com o nascimento da imprensa moderna. Proponho, portanto, repensarmos de que maneira essa interrelação se reflete, hoje, no jornalismo contemporâneo, caracterizado pela suposta objetividade e em detrimento da subjetividade, de modo a compreendermos a linguagem jornalística a partir de suas bases, com a popularização da imprensa.

Referências

- ANGRIMMI, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.
- ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. **A poética clássica**. Tradução: Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1997.
- ASSIS, Machado de. **Obra completa**. Organização Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- BALZAC, Honoré de. **Ilusões perdidas**. Tradução de Ernesto Pelanda e Mário Quintana. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- BALZAC, Honoré de. **Os jornalistas**. Tradução de João Domech. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis**: o romance machadiano e o público de literatura no século 19. São Paulo: Nankin Editorial, 2004.

- JORGE, Fernando. **Vida e obra de Paulo Setúbal, um homem de alma ardente**. São Paulo: Geração Editorial, 2003, p. 34.
- LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1965.
- MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MOISÉS, M. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- SARAIVA, Juracy Assmann. Entre o folhetim e o livro: a exposição da prática artesanal da escrita. In: GUIDIN, Lúgia; GRANJA, Lúcia; RICIERI, Francine Weii. **Machado de Assis: ensaios da crítica contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- WISNIK, José Miguel. Ilusões Perdidas. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. Companhia das Letras: São Paulo, 1992.

Autores

Carlos Costa – Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP, 2007), possui graduação em Teologia pelo Instituto de los Sagrados Corazones, El Escorial, Madrid (1972), graduação em Filosofia (revalidação de estudos) pela Universidade Mogi das Cruzes (1973), graduação em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (1978) e mestrado em Ciências da Comunicação pela USP (2003). É diretor da Faculdade Cásper Líbero (quadriênio 2015-2018). Foi (2007-2010 e 2013-2014) coordenador do curso de Jornalismo da Faculdade, instituição em que é professor titular de História da Comunicação na graduação do mesmo curso. Publicou o livro *A revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro*, tema de seu doutorado (Editora Alameda: São Paulo, 2012).

Carlos Eduardo Sandano Santos – Mestre em Integração da América Latina e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, é docente no curso de Jornalismo da Universidade Mackenzie e diretor de conteúdo da Pluricom Comunicação Integrada. Jornalista desde 1992, quando se graduou na Faculdade Cásper Líbero, é autor do livro *Para além do código digital: o lugar do Jornalismo em um mundo interconectado* (São Carlos: EdUFSCar, 2015). Desempenhou funções de repórter, crítico de música, resenhista e editor-chefe em jornais e revistas, além de ter trabalhado no desenvolvimento de projetos informativos na internet.

Cilene Victor da Silva – Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP, 2001), mestre em Comunicação Científica e Tecnológica pela Universidade Metodista de São Paulo (1995) e Especialista em Comunicação Aplicada à Saúde pela mesma Instituição (1994). Professora dos cursos de Jornalismo e Relações Públicas, editora do periódico científico *Communicare* e coordenadora do Centro Interdisciplinar de Pesquisa da Faculdade Cásper Líbero. Como jornalista das áreas de ciência e meio ambiente desde 1991, tem atuado como editora das revistas *Com Ciência Ambiental* e *Diálogo Brasil Alemanha de Ciência, Pesquisa e Inovação*. Atua como pesquisadora e consultora nas áreas de comunicação e percepção de riscos de desastres naturais, com foco no papel da comunicação como uma das ferramentas de programas e ações de redução de riscos de desastres – RRD.

Cláudio Novaes Pinto Coelho – Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP, 1991), mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1986) e graduado em Ciências Sociais pela USP (1980). Docente do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Autor dos livros *Os movimentos libertários em questão* (Petrópolis: Vozes, 1987), *Publicidade: é possível escapar?* (São Paulo: Paulus, 2003) e *Teoria crítica e sociedade do espetáculo* (São Paulo: In House, 2014). Organizador, junto com Valdir de Castro, do livro *Comunicação e sociedade do espetáculo* (São Paulo: Paulus, 2006) e, com Luís Mauro Sá Martino, do livro *Mídia, espetáculo e poder simbólico* (São Paulo: In House, 2013).

Dimas A. Künsch – Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP, 2004), possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira (1977), em Teologia pela Leopold-Franzens Universität, Innsbruck, Áustria (1984) e mestrado em Integração da América Latina pela USP (1999). É Especialista em Psicologia Junguiana pela Faculdade de Ciências da Saúde (Facis) de São Paulo (2015). Coordena o Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. É também professor de graduação e de pós-graduação da mesma Instituição. Lidera o grupo de pesquisa “Comunicação, Jornalismo e Epistemologia da Compreensão” e coordena o projeto de pesquisa “A compreensão como método: suas teorias e práticas”, que reúne pesquisadores da Cásper Líbero e da Facultad de Comunicaciones da Universidade de Antioquia, Medellín, Colômbia. É autor de livros e artigos sobre comunicação, jornalismo, narrativas míticas, pensamento da complexidade e da compreensão.

Dulcília Schroeder Buitoni – Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP, 1980), com mestrado em Letras (1977), graduação em Jornalismo (1970) e em Direito (1970) pela mesma Instituição. Professora titular de Jornalismo, por concurso público (USP, 1991). Professora visitante na Universidad Autónoma de Barcelona em 1993 e 2000. Docente da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP de 1972 a 2005; desde 1981 atua na pós-graduação. Professora do Mestrado da Faculdade Cásper Líbero de 2006 a dezembro de 2015. Livros: *De volta ao quintal mágico* (São Paulo: Ágora, 2006); *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira* (São Paulo: Summus, 2009); *Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem* (São Paulo: Saraiva, 2011). Co-organizadora de *A Cidade e a imagem* (São Paulo: In House, 2013).

Eduardo Scott Franco de Camargo – Administrador de empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com foco em Marketing e Finanças, especializou-se em Administração de Alimentos e Bebidas na Escola de Hotelaria da Universidade de Cornell, EUA. Lecionou Gestão de Operações de Alimentos e Bebidas na Escola de Gastronomia da Universidade Anhembi Morumbi e Alimentos e Bebidas na Escola de Hotelaria da Estácio de Sá. Aluno do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, onde, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Santos, desenvolve projeto ligado a mudanças na crítica gastronômica a partir da difusão das mídias sociais.

Eliana Natividade Carlos – Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero (2015), jornalista formada pela Universidade São Judas Tadeu (2012). Roteirista, produtora de TV, editora de texto. Pesquisadora da Ditadura Militar brasileira e dos movimentos sociais contemporâneos (manifestações de junho de 2013), integra o grupo de pesquisa “Comunicação e Sociedade do Espetáculo”, do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero.

Giovanni Pampolha Guerreiro – Jornalista formado pela Universidade da Amazônia (Unama), em Belém (2011). Especialista em Jornalismo Esportivo (2014) e em Jornalismo Cultural (2015) pela Fundação Armando Álvares Penteado (Faap). É mestrando em Comunicação na Faculdade Cásper Líbero.

José Eugenio de O. Menezes - Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP, 2004). Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, onde integra

o grupo de pesquisa “Comunicação e Cultura do Ouvir”. Membro do CISC, o Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia (PUC/SP). Autor de *Rádio e cidade: vínculos sonoros* (São Paulo: Annablume, 2007) e co-organizador dos livros *Comunicação e cultura do ouvir* (São Paulo: Plêiade, 2012) e *Comunicação, tecnologia e cidadania* (São Paulo: Plêiade, 2013). Desenvolve e orienta pesquisas em temas como cultura do ouvir, ecologia da comunicação, vínculos e ambientes comunicacionais.

Mara Ferreira Rovida – Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP, 2014), mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero (2010), jornalista, professora do curso de Jornalismo das Faculdades Integradas Rio Branco e membro do grupo de pesquisa “Comunicação e Sociedade do Espetáculo”, do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero.

Marcelo Santos – Professor do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Doutor (2012) e mestre (2008) em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Possui graduação em Design Gráfico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (2002) e em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Católica de Pernambuco (2004). Nos últimos anos, concentra seus interesses na análise das relações entre tato e visão, notadamente na produção de imagens hápticas para portadores de deficiência visual.

Márcia Franz Amaral – Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004), com pós-doutorado pela Universitat Pompeu

Fabra, Espanha. Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria, pesquisadora do CNPq, líder do Grupo de Pesquisa “Estudos de Jornalismo” (UFSM/CNPq).

Renato Delmanto – Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero (2015), tendo como objeto de pesquisa o programa “Voz do Brasil”. Formado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 1986), é professor do curso de Pós-Graduação em Gestão da Comunicação Estratégica (Lato Sensu) da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap). Foi professor da graduação em Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero entre 2005 e 2015.

Vera Helena Saad Rossi – Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP, 2011) e mestre em Literatura e Crítica Literária pela mesma Instituição (2006). Estuda as relações entre Jornalismo e Literatura desde 2004, ano em que iniciou a pesquisa sobre as entrevistas realizadas pela ficcionista Clarice Lispector para as revistas *Manchete* e *Fatos e Fotos/Gente*, tema de sua dissertação de mestrado e tese de doutorado.

Série Comunicação na Contemporaneidade

A formação do jornalista: olhar crítico e contemporaneidade
Carlos Costa

Por um jornalismo que mereça o Nobel
Carlos Eduardo Sandano Santos

A palavra que cura, a narrativa e o jornalismo interpretativo
Cilene Victor da Silva e Dimas A. Künsch

Jornalismo e política na contemporaneidade: teoria crítica e poder espetacular integrado
Cláudio Novaes Pinto Coelho

Papel, paredes, telas e redes: comunicação, jornalismo e educação
Dulcília Schroeder Buitoni

Mudanças na crítica gastronômica paulistana: o jornalista, o blogueiro e o usuário das redes digitais de ranqueamento
Eduardo Scott Franco de Camargo e Marcelo Santos

O jornalismo nas manifestações de junho de 2013 e a sociedade do espetáculo
Eliana Natividade Carlos

Jornalismo como forma de conhecimento: um ensaio
Giovanni Pampolha Guerreiro

Dinâmicas que atravessam o jornalismo na contemporaneidade
José Eugenio Menezes

A mediação social do jornalista na cobertura radiofônica do trânsito
Mara Ferreira Rovida

Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes
Márcia Franz Amaral

Crítérios de noticiabilidade na “Voz do Brasil”
Renato Delmanto

Fait divers e folhetim: a tênue fronteira entre literatura e jornalismo
Vera Helena Saad Rossi

